

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

CLAUDIO HENRIQUE MIRANDA HORST

**DISCURSOS SOBRE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NO CONGRESSO
NACIONAL BRASILEIRO**

**VITÓRIA
2016**



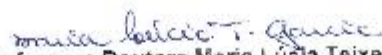
CLAUDIO HENRIQUE MIRANDA HORST

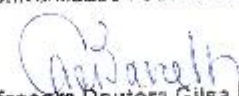
**DISCURSOS SOBRE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NO
CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 09 de maio de 2016, por videoconferência.

COMISSÃO EXAMINADORA


Professora Doutora Maria Lúcia Teixeira Garcia
Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo


Professora Doutora Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo


Professora Doutora Regina Célia Tamayo Mioto
Universidade Federal de Santa Catarina - membro remoto

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

H819d Horst, Claudio Henrique Miranda, 1990-
Discursos sobre famílias homoparentais no Congresso
Nacional brasileiro / Claudio Henrique Miranda Horst. – 2016.
205 f. : il.

Orientador: Maria Lúcia Teixeira Garcia.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Família. 2. Homossexualidade. 3. Casamento entre
homossexuais. 4. Direitos dos homossexuais. I. Garcia, Maria
Lúcia Teixeira, 1961-. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

*À população LGBT pela luta
diária por [sobre] vivência.*

*Aos LGBTs mortos a cada 26
horas no Brasil por amar
“errado”.*

RECORDAR

Segundo Eduardo Galeano, a palavra *Recordar* deriva do latim *re-cordis* e tem como significado “voltar a passar pelo coração”. Nesse sentido, no momento de escrita dos meus ‘agradecimentos’, opto por ‘voltar a passar pelo coração’ recordando àquelas pessoas que no processo dessa pesquisa me marcaram. Afinal, como cantou Gonzaguinha *“aprendi que se depende sempre, de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”*.

À minha querida ‘desorientadora’ que com sua potência de vida e pesquisadora vem ao longo dos anos me ensinando a ‘arte’ da pesquisa, que desde a monografia me apaixono mais, principalmente por me fazer acreditar que pode ser um processo de encanto, descobertas e não necessariamente de sofrimento. Nessa aventura entre famílias e homossexualidades, mesmo não sendo “seu tema de pesquisa”, orientou-me com sabedoria, dedicação e coragem. Muito obrigado pela aposta!

À turma maravilhosa do PPGPS 2014, Silvinha, Fê, Verônica, Rapha, Sammer, Thaynara, Mari, Taisinha, e nossas agregadas Livia e Camila pelos diálogos, apoio, conversas, pelos bons afetos e sorrisos, obrigado por tudo!

À querida banca, à professora Regina Célia Mioto pela atenção e contribuição ímpar, desde a qualificação, para esse trabalho. À professora Gilisa com quem tenho imenso apreço pelos diálogos, reflexões e contribuições, muito obrigado.

Às professoras que participaram da qualificação, à professora Carmelita Yasbek que desde a graduação vem contribuindo imensamente no debate sobre o serviço social e as famílias. À professora Silvana Mara de Moraes pela contribuição significativa na banca de qualificação sem a qual o trabalho não seria o mesmo, obrigado.

Aos queridos amigos Gustavo, Davizinho, Rômulo, Karolzinha, Shanna, Vitor Jhones, Antônio, Cris e Emilly por compartilharmos das mesmas angústias, aflições, alegrias, descobertas e sonhos, processos presentes na vida de pesquisadores e pesquisadoras.

Aos amigos da vida diária Tuanne, João Paulo, Suyane, Josi, Karen, Jeff, Marina, Diego, Jean, Roger, Nanai, Monique, Suelen, Gabi Romanha, Angélica, Chester,

Raysa, Ni, Lara, Pe, Paulinha, Cássia, Lory, Lonis, Paula, Taísa, Nati, entre outros, com os quais compartilhei nesses últimos anos tantos, diálogos, distâncias, tristezas, angústias, alegrias, festas, afetos, sonhos. Pessoas que pretendo levar para o resto da vida.

Ao querido grupo de estudos Fênix que me acolheu de forma grandiosa, sempre me apoiando e contribuindo para o meu crescimento. Às queridas Edineia, Cassiane, Fabíola, Leila, Rafaela, Giovanna, Lorena, Mirella, Gediane, e especialmente Mirian com quem nos últimos meses dividi as tardes trocando desabafos, experiências, bibliografias e reflexões teóricas acerca do Congresso Nacional brasileiro, obrigado queridas, por tudo!

Aos queridos professores do PPGPS Paulo, Maurício, Graça, Ana e Rogério, o amadurecimento teórico, político e as reflexões das disciplinas foram essenciais para o meu amadurecimento e para a escrita do presente trabalho, obrigado.

Às queridas amigas Luma e Gabi pelo incentivo inicial para fazer a prova do mestrado e pelos diálogos ao longo desses anos e à professora Silvia Salazar, que desde a graduação vem sempre me motivando, obrigado pelo carinho.

Às queridas secretárias Damaris e Adriana pelo carinho, atenção e apoio em todos os momentos que precisei. À CAPES pelo apoio por meio da bolsa de estudos.

À minha família que comemorou comigo o primeiro diploma do ensino superior conquistado na família, e que agora vibra por mais essa conquista, mesmo não sabendo muito bem o que isso significa. À minha Mãe, Vó e Tia Epo, em especial, pelos telefonemas ‘abençoados’ dizendo que Nossa Senhora das Graças, a qual são devotas, acompanhava-me nesse trabalho. Vovó na sua simplicidade, buscando compreender o que seria um mestrado concluiu que é a mesma coisa que a residência médica. Em meio aos risos e a tentativas variadas de explicar o que constitui um mestrado, essa simplicidade me emociona e motiva a prosseguir.

Essas são as marcas que carrego comigo, e sempre *“voltam a passar pelo coração”!*

*“Um dia, a liberdade será tamanha
que abriremos as nossas asas
sem ferir ninguém”
(Pedro Gabriel, Eu me chamo Antônio).*

*Apesar de tudo estamos vivos
Pro que der e vier prosseguir
Com a alma cheia de esperanças
Enfrentando a herança que taí
(meu deus do céu)
Nós atravessamos mil Saaras
E eu nunca vi gente melhor resistir
A tanta avidez, a tanta estupidez
Ao cada um por si, ao brilho da ilusão
Digo na maior - melhores dias virão
(Gonzaguinha, Bom dia).*

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar os discursos que atravessam os projetos de lei no congresso nacional, que propõem regulamentar a união/parceria civil/casamento entre pessoas do mesmo sexo buscando identificar as características que esses discursos assumem. Como objetivos específicos propomos: analisar os projetos de leis submetidos à aprovação no Congresso Nacional sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo para identificar os grupos envolvidos nos debates durante a tramitação desses; identificar nos discursos a concepção de família existente entre os grupos, buscando evidenciar se a concepção de família tradicional é defendida – e como – no interior desses discursos; e descrever como os embates conceituais se apresentam nas discussões dos projetos de lei que visam o reconhecimento da união civil entre indivíduos do mesmo sexo. Utilizamos como mirante para a nossa análise o método crítico dialético. Quanto ao procedimento metodológico, realizamos pesquisa documental envolvendo os projetos de lei sobre as propostas de união civil, estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Foram identificados 7 projetos de lei propostos entre 1995-2013. Ao analisarmos os discursos realizados durante a tramitação desses, identificamos a disputa por dois projetos societários antagônicos, resumidos entre um projeto plural de sociedade *versus* uma sociedade baseada na negação da diversidade, numa única visão de mundo. Entre o reconhecimento das famílias homoparentais e a defesa do modelo nuclear burguês, as defesas expressaram a negação da diversidade familiar. Negam a totalidade da vida social e as diversas transformações que modificaram as famílias. Defendem uma concepção de família patriarcal, justificada pelo desejo de procriação, tido como natural e constituído apenas entre homens e mulheres, baseado em concepções religiosas. Modelo defendido também pela concepção moral do liberalismo. Os discursos dos sujeitos políticos foram elencados por nós em dois grupos, divididos em favoráveis e contrários. Nos discursos favoráveis encontramos majoritariamente cinco justificativas 1) A defesa pelo reconhecimento da diversidade e da existência das diversas famílias; 2) A necessidade do Estado regular direitos e deveres dos casais homoafetivos; 3) O argumento Constitucional, pelos direitos fundamentais de cada indivíduo reconhecido pela CF/88 e a defesa da laicidade; 4) A separação entre casamento (para heterossexuais) e união civil/parceria civil (para homossexuais); 5) A necessidade do reconhecimento em Lei, por parte do legislativo. Já os discursos contrários perpassaram por quatro questões chave 1) O

risco de desmoralização, destruição da família concebida nos formatos de Deus, e reconhecida como instituição natural entre dois indivíduos de sexos diferentes. 2) O reconhecimento da orientação sexual homo como algo normal, e que visa ser naturalizado. 3) A inconstitucionalidade dos projetos que tentam passar por cima da CF/88. 4) O risco da adoção por casais homoafetivos. Nesse cenário, a construção de uma contra hegemonia supõe na atual realidade um trabalho pedagógico permanente, se considerarmos, sobretudo a diversidade interna ao próprio movimento LGBT, que precisa reconhecer a necessidade de se construir pontes, em detrimento de cercas. As discussões assumiram uma posição que se limitou a defesa intransigente do casamento, remetendo-se apenas à esfera da pequena política, na compreensão gramsciana. Concluindo, identificamos que os embates conceituais realizados no Congresso Nacional permeiam entre a defesa de um modelo nuclear patriarcal burguês – embasado a partir de concepções religiosas – versus, o reconhecimento não de um modelo, representado pelas famílias homoparentais, mas a defesa pela diversidade familiar, embasados por documentos oficiais, pelas plataformas partidárias e pela defesa de uma sociedade democrática e plural.

Palavras Chave: Famílias. Homossexualidades. Conjugalidade. Famílias Homoparentais. Congresso Nacional.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the discourse permeating the Brazilian law bills at the National Congress, which propose regulating the civil union/domestic partnership/marriage between people of the same sex, and identifying the characteristics these discourses have had. As specific objectives we propose to analyze the law bills submitted to approval at the National Congress about civil union between people of the same sex in order to identify the groups involved in the debates while these bills move through; identify the concept of family in the discourses among the groups so as to identify whether — and how — the concept of traditional family is defended within these discourses; and describe how the conceptual clash takes place during the discussions about law bills aiming at same-sex civil union recognition. Our analysis is based on dialectical critical method. As far as methodology is concerned, we carried out documental research involving law bills regarding same-sex civil union and marriage. Seven (7) law bills proposed between 1995 and 2013 have been identified. When analyzing the discourses taking place while these bills moved through, we identified the dispute for two antagonistic social projects, which could be summarized in a plural project of society versus a society based on denial of diversity, on a single view of world. Between the recognition of the homoparental families and the defense of the nuclear bourgeois model, the defense has expressed the denial of family diversity. They deny the totality of social life and the several transformations that have changed families. They defend a concept of patriarchal family, justified by the wish to procreate, regarded as natural and constituted only between a man and a woman, based on the Christian Bible. This model is also defended by the moral concept of liberalism. We listed the discourse of political subjects in two groups: in favor and against. Among the discourses of those in favor, we found mainly five justifications: 1) the defense of recognizing diversity and the existence of diversified families; 2) the need of the State to regulate rights and duties of homoaffective couples; 3) the constitutional argument, by the fundamental rights of each individual recognized by the 1988 Brazilian Constitution and the defense of secularism; 4) the separation between marriage (for heterosexuals) and civil union/civil partnership (for homosexuals); 5) the need of legal recognition by the legislative power. On the other hand, the opposing discourses have gone through four key questions: 1) the risk of demeaning, destroying the family conceived under God's format to be recognized as a natural

institution between two individuals of different sexes; 2) Recognition of homosexual orientation as something normal, and that aims to be naturalized; 3) the unconstitutionality of law bills that attempt to overlook the 1988 Brazilian Constitution; 4) the risk of adoption by homoaffective couples. In this setting, the construction of counter-hegemony requires permanent pedagogical action in today's reality, especially if we consider the inner diversity of LGBT movement itself, which needs to build bridges instead of fences. The discussions had an attitude that was limited to the intransigent defense of marriage, remitting to the small political sphere only, as in the Gramscian understanding. In conclusion, we have identified that the conceptual debates taking place at the Brazilian National Congress are permeated by the defense of bourgeois patriarchal nuclear model — based on the Christian Bible — versus the recognition not of a single model represented only by homoparental families, but in favor of family diversity, based on official documents, on partisan platforms and on the defense of a plural and democratic society.

Keywords: Families. Homosexuality. Conjuality. Homoparental families. National Congress.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara
CDH – Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDHM – Comissão Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
CF – Constituição Federal
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CID – Classificação Internacional de Doenças
CNLGBT – Conselho Nacional LGBT
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CN – Congresso Nacional
CFM – Conselho Federal de Medicina
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família
DEM – Partido Democratas
DNA - Ácido Desoxirribonucléico
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ES – Estado do Espírito Santo
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GGB – Grupo Gay da Bahia
GTP – Grupo de Temático de Pesquisa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA – Organização Internacional de Lésbicas, Gays, Trans e Intersex
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE - Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial da Saúde
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Projeto de Emenda a Constituição
PET – Programa de Educação Tutorial
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei Complementar
PLS – Projeto de Lei do Senado
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
RICD – Regimento Interno Câmara dos Deputados
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos Presidência da República
SP – Estado de São Paulo
STF – Supremo Tribunal Federal
TCC – Trabalho de conclusão de curso
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1.	POR DENTRO DO ARMÁRIO	14
2.	CONGRESSO NACIONAL: ENTRE AVANÇOS, RETROCESSOS E CONSERVADORISMO NO DEBATE SOBRE FAMÍLIAS	47
2.1	FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO	48
2.2	ESTADO, BLOCO HISTÓRICO E DISPUTA PELA HEGEMONIA NO CONGRESSO NACIONAL	54
2.3	ININDIVIDUALIDADES, DIREITOS HUMANOS E LUTA ANTICAPITALISTA	63
3.	FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS: UM DEBATE ACALORADO	73
3.1	UMA DESCONTÍNUA E HETEROGÊNEA HISTÓRIA DA FAMÍLIA	74
3.1.1	Normalização das famílias	78
3.1.2	Quebrando a norma: Família, Movimento Contracultural e o Movimento LGBT	82
3.2	“O QUE VEJO A CADA MOMENTO É AQUILO QUE NUNCA ANTES EU TINHA VISTO”: FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS	90
3.2.1	Família homoparental na cena política	106
4.	SAINDO DO ARMÁRIO? DISCURSOS NO CONGRESSO NACIONAL SOBRE AS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS	114
4.1	A LUTA VAI AO CONGRESSO NACIONAL: OS MESMOS DIREITOS COM OS MESMOS NOMES	115
4.1.1	Os partidos políticos envolvidos na disputa pelo reconhecimento das famílias homoparentais	152
4.2	AS JUSTIFICATIVAS DOS DISCURSOS	159
5.	ESCANCARANDO AS PORTAS DO ARMÁRIO: CONSIDERAÇÕES FINAIS.	184
6.	REFERÊNCIAS	195

1. POR DENTRO DO ARMÁRIO

“O armário tem poeira, e eu tenho rinite” (cartaz da parada LGBT)

Esta dissertação analisa os discursos produzidos no Congresso Nacional (CN) brasileiro no interior dos projetos de lei que propõem a regulamentação das famílias homoparentais. Ainda que os projetos tratem da conjugalidade – e não da parentalidade – optamos nesse trabalho pelo uso do termo homoparental como posicionamento político visto que, historicamente, o foco dado na orientação sexual dos pais/mães buscou-se demonstrar que indivíduos que fugiam a orientação heterossexual não eram capazes de cuidar e de criar filhos. O termo abrange uma variedade de situações e foi definido por Martine Gross em 2003 como qualquer situação familiar onde, pelo menos, um adulto se auto identifica como gay lésbica ou homossexual **é ou pretende ser pai/mãe de pelo menos um filho**. É justamente o exercício contrário que os estudos sobre homoparentalidade buscam defender, demonstrando que homens e mulheres heterossexuais ou homossexuais podem ou não ser bons pais, independente da orientação sexual. Uziel (2002) ressalta que a homossexualidade refere-se ao exercício da sexualidade e que as funções parentais não exigem o exercício da sexualidade.

Como *corpus* empírico utilizamos os projetos de leis, os pareceres das comissões e os discursos realizados no plenário do Congresso Nacional durante os debates/votações sobre essa matéria. O debate sobre famílias e as mudanças ocorridas nas formas de sua organização apresentam-se aqui como algo fundamental para refletirmos como, no contexto da disputa dentro do bloco histórico, se desenvolve um movimento contra-hegemônico, que busca o reconhecimento dos diversos arranjos familiares. Como um movimento, esse processo atravessa um contínuo de tempo - 1995 a 2016 – e não se esgota aqui. Nossa questão de pesquisa foi: os discursos proferidos no processo de tramitação dos projetos de lei no Congresso Nacional brasileiro que propõem a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo expressam que embates?

Falar de famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo requer questionar o conceito de família tradicional formado apenas por indivíduos de sexos opostos, com filhos. Acreditamos que “desvelar a família significa entender quais são os requisitos para que a união entre pessoas possa receber este nome” (UZIEL, 2002, p. 09).

Para tanto, identificaremos nos discursos como se expressam as polarizações entre posicionamentos favoráveis e contrários, buscando analisar porque ainda não foi aprovado nenhum projeto de lei que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo, diferentemente do que vem ocorrendo em outros países¹². Identificaremos a qual grupo político e/ou bancada os deputados e senadores que se posicionaram favoráveis e contra pertencem e a relação entre o discurso assumido pelo político e a plataforma do partido ao qual se vincula cada um. Exploraremos ainda qual a visão de família, e os valores que a orientam. Por fim, refletiremos se para o grupo que defende a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a aprovação bastaria para que essas famílias fossem aceitas socialmente.

Como um tema urdido lentamente, a escolha partiu de um caminho com aproximações à temática família. Inicialmente a experiência vivenciada como estagiário na 1ª Vara da Infância e Juventude de Vitória no setor de Adoção/guarda de crianças e adolescentes. Nesse espaço, acompanhei o processo de trabalho do Serviço Social junto às crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas em processos judiciais.

Por meio do acompanhamento das ações das profissionais bem como no contato direto com as famílias, identifiquei a multiplicidade de arranjos e composições familiares que existem. O encantamento com essa diversidade possibilitou um questionamento que resultou no meu trabalho de conclusão de curso.

A pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão de Curso³ analisou o debate do Serviço Social sobre a temática família nos últimos 10 anos, usando como *corpus* empírico os artigos publicados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS de 2004 a 2012. Partindo do pressuposto de que esta temática é importante para a atuação do profissional em Serviço Social, refletimos como a

¹ Países que aprovaram o casamento gay: Holanda, Bélgica, Espanha, Canadá, África do Sul, Noruega, Suécia, Portugal, Islândia, Argentina, Dinamarca, Uruguai, Nova Zelândia e França. Nos Estados Unidos a legislação sobre o casamento gay é dividida entre os estados. Dos 50, 12 permitem a união homossexual. Fonte: <www.g1.globo.com>. No dia 23 de maio de 2015 a Irlanda aprovou por referendo o casamento gay. Vale destacar que este país é o primeiro a aprovar por voto popular.

² Cabe ressaltar que o Senado Italiano aprovou em Março o casamento gay (173 votos favoráveis e 71 contrários), porém vetou a adoção por casais homoafetivos o que gerou protestos no dia 05/03/2016 em Roma com cerca de dez mil pessoas a rua. http://www.brasilpost.com.br/2016/03/05/italia-adocao-gay_n_9391556.html?utm_hp_ref=brasil-gay.

³ Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Família, afinal o que é? Um Estudo dos Trabalhos do Serviço Social no ENPESS”. Produzido por Amanda Segato Machado de Azevedo e Claudio Henrique Miranda Horst, e orientado pela professora Drª Maria Lúcia Teixeira Garcia.

categoria vem debatendo e se posicionando face às mudanças ocorridas nas organizações familiares. Nossa questão de pesquisa foi: essas concepções utilizadas no interior das pesquisas conduzidas pelo Serviço Social incorporam o debate atual sobre arranjos familiares? Para tanto, identificamos nos anais dos últimos cinco ENPESS quais as concepções de família foram utilizadas por esses profissionais, em que elas se assemelham e, em que se diferenciam e qual a direção teórica que apontam (AZEVEDO; HORST; GARCIA, 2016).

Além desse problema trabalhado no TCC, outros questionamentos surgiram em relação às famílias homoparentais, a partir da vivência no estágio I, II e III na 1ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória: qual a relação da equipe sócio-técnica com os requerentes homossexuais⁴? Que posicionamento os técnicos assumiriam em pareceres sociais? Há o reconhecimento ou não como um modelo de família?

Primeiramente cabe ressaltar que naquela época - julho de 2011 a dezembro de 2012 - ainda não existia marco normativo que permitia a adoção por casais homossexuais. A possibilidade que encontravam era pela adoção unilateral⁵. Mas, devido à atuação de juristas, considerados por alguns no meio judiciário como mais progressista, algumas varas da infância e juventude pelo Brasil já realizavam a adoção⁶. Na realidade de Vitória/ES alguns requerentes que se declaravam homossexuais entravam com o processo como solteiros, outros não declaravam, porém, nas visitas e acompanhamentos identificávamos fotos e narrativas de relacionamento com pessoas do mesmo sexo. Tínhamos aqui uma nova variável – não se tratava de falar apenas das resistências ou preconceitos às relações homoafetivas, mas a essa acrescia debates sobre a adequação (jurídica, psicológica e moral) do exercício da maternagem ou paternagem entre casais homoafetivos.

⁴ Homossexualidade: termo derivado do grego (homos = semelhante) e criado em 1869 pelo médico húngaro Karoli Maria Kertbeny para designar, segundo uma terminologia clínica, todas as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo. Impôs-se em todas as sociedades ocidentais, entre 1870 e 1970, em oposição ao termo "heterossexualidade", forjado em 1888. Consideramos que esse termo não remete apenas a prática sexual com pessoa do mesmo sexo, mas a um universo de patologia, de raízes médicas e jurídicas, e, portanto, também não é capaz de descrever práticas, desejos, identidades, sentimentos em sua pluralidade (UZIEL, 2002).

⁵ A adoção unilateral é uma modalidade de adoção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 41, §1º. Trata de adoção de pessoas solteiras, mas quando um dos cônjuges ou conviventes decidem adotar o filho do outro (BRASIL, 1990).

⁶ Como exemplo temos o provimento administrativo da Corregedoria Geral da Justiça do Rio Grande do Sul, nº 06/2004, que regulamenta o registro civil das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo e possibilita assim, a doção por ambos os parceiros em união estável, independentemente da orientação sexual (ZAMBRANO, 2006).

A minha questão era entender como essas pessoas se sentiam na relação com o sistema judiciário, porque as pessoas escondiam seus relacionamentos e porque não "assumiam" seu modelo de família (mesmo sabendo que eles não assumiam via de regra por medo do posicionamento contrário da equipe técnica, principalmente do Juiz). A idéia inicial era estudar esse modelo de família e debater a relação entre famílias e homossexualidades.

Outra contribuição que despertou ainda mais meu interesse foi a participação no Programa de Educação Tutorial (PET), quando no período de 2013-2014 trabalhávamos com o eixo temático Opressões no contexto da sociabilidade capitalista: fundamentos ético-políticos do trabalho do Assistente Social. As discussões, debates, atividades com profissionais, relatos de estagiários e leituras contribuíram para que eu observasse a limitação da atuação profissional em relação à opressão por orientação sexual, e a necessidade do avanço nesse debate.

A partir disso, a pesquisa realizada no TCC e a experiência em outros espaços trouxeram novas reflexões e indagações. No momento de construção do projeto para o mestrado, que também dava continuidade ao meu trabalho de conclusão de curso, optei por outro tema: Judicialização da vida familiar. Mas, após a primeira orientação e conversa, decidimos percorrer outro caminho, que retornasse à questão das famílias e homossexualidades.

A escolha pelo debate em torno das famílias entre pessoas do mesmo sexo – em especial, pelo casamento civil igualitário – se dá num cenário onde os movimentos sociais continuam defendendo a pauta – muitas vezes dividido – e ao mesmo tempo, que o cenário conservador se amplia. Trata-se de uma conjunção (família e sexualidade), que como reforça Fonseca (2005), nos obriga a estranhar certas associações e separações que ocorrem “naturalmente”; a desmistificar certas “fronteiras”. Ou, como já nos alertava Mauro Iasi (2014), “no terreno da história, nada é absolutamente novo” e é por isso que em consonância com a epígrafe que abre essa introdução sabemos da importância dessa discussão ao reafirmarmos que para o armário não voltaremos nunca mais, e aqui o armário são todas as formas de exploração/opressão que estão submetidos a população LGBT. Mas é também por acreditar como Plekanov, que vamos nos contrapor a história contada hegemonicamente e dizer que partimos “da história considerada como ciência que

não se contenta em aprender como se passaram as coisas, mas quer saber por que se passaram de tal maneira e não de outra qualquer” (PLEKANOV, [1856-1918] 2011, p. 14).

No percurso inicial de configuração do problema de pesquisa identifiquei, após pesquisa no site do Banco de teses e dissertações (BDTD), que a minha questão sobre a adoção por homossexuais, já havia sido trabalhada, visto que diversos autores analisaram a relação das famílias com a equipe técnica (UZIEL 2002; ZAMBRANO 2006, 2008; FARIA; MAIA 2012) a visão dos casais (UZIEL, 2002; LUZ, 2014) e, se constituíam um arranjo familiar (UZIEL, 2002; ZAMBRANO, 2006; 2008 entre outros).

Refinamos nossa proposta para o debate da questão da homossexualidade no Congresso Nacional. Realizamos uma busca sobre as tramitações em relação aos projetos de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Aqui nos perguntávamos: o que há de proposta de marco normativo para essa questão? Nesse processo, no período entre 1995 e 2013, encontramos sete (07) projetos de lei e uma resolução do Supremo Tribunal Federal (STF) que abordam tanto a homoafetividade quanto a homoparentalidade.

A partir desse primeiro levantamento, várias indagações surgiram. Entre o ano de 1995 – primeira proposta apresentada – e o ano de 2013 – com a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal - temos um período de 18 anos em que as propostas tramitaram entre as comissões e o legislativo, sem sucesso na aprovação. Estamos em 2016 e dos seis projetos que já foram propostos, três ainda estão tramitando e aguardando para serem colocados na ordem do dia.

Ainda que a resolução do STF tenha possibilitado a realização do casamento, fato que já ocorria na prática em alguns estados brasileiros, é importante ressaltar que a aprovação da lei ainda se faz necessário, visto que é uma garantia "em lei" da conquista e o processo quando passa pelas comissões da Câmara garante uma discussão e um debate para o esclarecimento das propostas. Pelo STF, a decisão se dá "de cima para baixo". Esse é o entendimento de alguns deputados propositores desses projetos, como Jean Wyllys (PSOL) e Erika Kokay (PT), ou seja, reflete o posicionamento vindo da própria Câmara dos Deputados. Esse entendimento reflete o que grande parte dos legisladores eleitos defendem, nesse

sentido, como foram eleitos pelo povo consideram que a proposição, discussão e aprovação ou não de leis cabem a eles e não a outros poderes como o executivo e/ou judiciário. Porém, temas que perpassam questões morais-religiosas, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, enfrentam barreiras que não possibilitaram até o momento sua aprovação.

Quanto ao posicionamento do próprio movimento LGBT algumas problematizações foram construídas. Primeiramente, o casamento nunca foi pauta principal do movimento LGBT no Brasil, visto que historicamente acreditou-se na possibilidade de defender primeiro a criminalização da homofobia⁷ e que, depois, o casamento seria aprovado conseqüentemente. Por isso, a ideia de se exigir o reconhecimento por parte do Estado, dentro dos moldes do que já existe, apresenta posicionamentos contrários e favoráveis (MELLO, 2005). Cabe ressaltar que, apesar do casamento não ter sido a pauta histórica do movimento LGBT brasileiro, a perda de direitos por parte de herdeiros homossexuais sempre esteve presente como algo de conhecimento público, portanto, a necessidade do reconhecimento das relações homoafetivas sempre foi uma questão presente.

Sabemos que as organizações familiares são construções históricas, que vão se modificando em cada tipo de sociedade e sofrem transformações, sejam econômicas, culturais, ideológicas, políticas, etc. (MIOTO, 2010). De acordo com as transformações ocorridas nos modos de produção e organização da sociedade, as famílias vão sendo afetadas diretamente, pois como não há sociedades sem indivíduos, nem indivíduos sem sociedades, também não há desenvolvimento social que não interfira nos indivíduos (LESSA, 2012).

Se pensarmos numa perspectiva histórica, é importante salientar que todos os progressos da humanidade se deram juntamente com a ampliação das formas de subsistência, ou melhor, das forças produtivas que se inserem em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as relações de produção (NETTO; BRAZ, 2012). Cada modo de

⁷ Tramitava no congresso o projeto de Lei da Câmara (PLC) nº. 122, de 2006 (Projeto de Lei nº. 5.003, de 2001, na origem), de autoria da Deputada Iara Bernardi (PT/SP) que propunha a criminalização da homofobia. A proposta busca alterar a Lei 7716/89, que já pune por discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Incluindo também preconceito contra idosos, pessoas com deficiência, e a discriminação por gênero, identidade de gênero e por orientação sexual. Porém, após toda tramitação o projeto foi arquivado em janeiro de 2015. Fonte: <<http://www.plc122.com.br/#axzz3ZC0DHXCy>>.

produção apresenta peculiaridades que o distinguem dos outros, assim como ocorre nas famílias. Portanto, o conceito e a noção atribuída às famílias não é algo natural e sim uma construção social. Nesse sentido, a função que a família monogâmica cumpria no seu cerne junto ao capitalismo, de transmissão da propriedade privada, foi se alterando aos longos dos anos.

A partir do momento em que tudo se transforma em mercadorias, o sistema capitalista passa a destruir as formas antigas de relações tradicionais e os costumes herdados “pela compra e venda, pelo ‘livre’ contrato” (ENGELS, 2012, p.103). Com isso, o surgimento da família monogâmica representa a formação de uma nova relação social, que foi fundada pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (LESSA, 2012).

A monogamia significou o início das transformações, mas foi com o surgimento da família nuclear burguesa, baseada no amor romântico, que se estende como modelo dominante por toda a Europa ocidental, que as relações se transformaram ainda mais (ENGELS, 2012). Concomitante a isso, tivemos a construção da homossexualidade como "categoria sociopsicológica e do homossexual como identidade médica psiquiátrica" (MELLO, 2005, p. 42).

Simultaneamente à organização da família moderna em torno das figuras do pai, da mãe e dos filhos, iniciou-se um processo de construção social que culmina com a naturalização da divisão dos indivíduos em heterossexuais e homossexuais. Enquanto os homens e as mulheres que escolhem seus iguais biológicos como parceiros afetivo-sexuais passam a ser definidos como portadores de uma doença, **o homossexualismo - estando, por sua própria "natureza doentia", incapacitados para a constituição de núcleos familiares** -, a família burguesa assume para si o monopólio do amor romântico, restringindo a possibilidade de afloramento desse sentimento à esfera da relação homem-mulher (MELLO, 2005, p.42, grifos nossos).

A medicina ganha terreno com a visão patológica da sexualidade, ao mesmo tempo que a visão pecaminosa, defendida até então pela Igreja Católica, vai perdendo força (SILVA, 2012). Com isso, ainda que com o avanço da ciência, a partir da medicina, alterasse algo, esta não deixou de ser influenciada fortemente por preceitos religiosos.

O discurso médico se atrela às bases jurídicas e religiosas buscando corrigir os homossexuais, em busca da manutenção da moral e boa conduta (SILVA, 2012).

Essa foi uma das formas, por meio dos discursos e do saber científico que emergiram no sentido de "controlar" os rumos das mudanças.

Desde a Revolução Industrial, que instituiu a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar, diversas mudanças vêm interferindo nas famílias. Dentre eles, o desemprego estrutural, o desenvolvimento das tecnologias, maior expectativa de vida , entre outras (SARTI, 2005).

A generalização do divórcio, da monoparentalidade, da autonomização da sexualidade em relação à conjugalidade e a reprodução, da possibilidade de não coabitação, das experiências de multiplicidade e simultaneidade de parceiros afetivos sexuais, da redefinição dos papéis de gênero e da secularização dos vínculos conjugais tem proporcionado uma intensa transformação nas representações sociais da família e do casamento (MELLO, 2005, p. 28).

A revolução no mundo fabril e os consequentes movimentos eclodidos vão transformando as organizações familiares, colocando a família patriarcal burguesa em “crise” e dando visibilidade a outros modelos de famílias. Consideramos aqui, em acordo com Calderón e Guimarães (1994), que a crise nas famílias modernas está relacionada às transformações ocorridas nas configurações familiares que rompem com a idealização de um determinado tipo padrão de família frente às reais configurações construídas no cotidiano.

De acordo com Carvalho (2003), o Estado e as famílias são instituições importantes para o funcionamento da sociedade capitalista. Os indivíduos necessitam consumir, além de bens e mercadorias, os serviços que não podem ser ofertados pelo mercado, portanto, “dependem da família, pela via de sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção” (CARVALHO, 2003, p. 268). Além disso, nas palavras de Mészáros (2002, p. 271), a instituição familiar cumpre um papel importante enquanto um microcosmo que contribui para a manutenção do capitalismo⁸.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação - e a internalização - do **sistema de valores profundamente iníquo**, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um **rumo aceitável de**

⁸ Para compreender as relações familiares em um sistema de transição ao socialismo sugerimos duas leituras: Caderno de Formação Operária número 2 – A família na União Soviética da Ana Barradas [1917-1944] 2013. E *Mulher, Estado e revolução*: política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936, de Wendy Goldman.

ação dos indivíduos que querem ser aceitos como normais, em vez de desqualificados por 'comportamento não conformista'.

Apesar de variadas percepções das famílias entre diversos pesquisadores, é reconhecida a importância social e as funções que as mesmas desempenham, seja de proteção, cuidado, ajuda mútua, formação de redes, solidariedade, intimidade, respeito, entre outros. Além disso, "as famílias constituem espaços de disputa, de individualidade, tristeza, abandono e maus tratos demonstrando os antagonismos presente nas relações familiares" (AZEVEDO; HORST, 2013, p. 104).

Uma dessas funções do espaço familiar é contribuir, interferindo diretamente, no desenvolvimento das sexualidades. A construção social das vivências e as respostas às necessidades, segundo Santos (2010), têm na sociabilidade burguesa sua determinação central e, muitas vezes, a resposta encontrada é oferecida dentro da lógica capitalista, como por exemplo, a formação da família nuclear burguesa, e a **orientação sexual heterossexual, como norma única**.

A prática afetivo-sexual perpassa pela dimensão privada e pública, pessoal e coletiva. Historicamente, milhares de homens e mulheres têm sido proibidos de vivenciar e demonstrar afeto e amor em sua dimensão coletiva (CFESS, 2008). Segundo o documento do Conselho Federal de Serviço Social (2008, p.01) sobre a Campanha Nacional para a Livre Orientação e Expressão Sexual, "[...] a prática afetivo-sexual possui duas dimensões que se determinam reciprocamente e não podem ser compreendidas de forma dissociada". Assim, não há justificativas, se não pela compreensão de uma ideologia e forma de preconceito dominante, que legitimem o cerceamento de direitos considerados fundamentais.

Os movimentos em defesa da liberdade sexual emergem nos Estados Unidos e na Europa durante a chamada contracultura dos anos 1960, culminando com a famosa rebelião dos frequentadores homossexuais do clube Stonewall contra a polícia de Nova York⁹, no começo do verão de 1969. Na cena norte-americana, "palavras de ordem como 'assumir-se' e 'sair do armário' simbolizavam o anseio de tornar visível e fonte de orgulho o que até então era motivo de vergonha e vivido na clandestinidade" (SIMÕES, 2011, s/p).

⁹ Stonewall-Inn era um bar freqüentado por gays, lésbicas e travestis em Nova York que permitiam que casais do mesmo sexo dançassem à vontade, e por isso, o bar sofria sucessivas batidas policiais. Até que em 28 de junho, após a prisão das travestis que se encontravam lá, as pessoas resolveram reagir em solidariedade aos sujeitos presos.

No Brasil, foi a partir da década de 1970 que grupos voltados para a militância política, 'influenciados' pelos acontecimentos internacionais – especialmente pelas experiências norte americanas –, que se identificavam como homossexuais, começaram a se organizar na intenção de rechaçar no imaginário da população as noções de sexualidade como pecado, crime, doença ou degeneração (FACCHINI; SIMÕES, 2009). Apesar dessas organizações com cunho político e institucionalizado terem esse marco, as "movimentações homossexuais" no Brasil remetem a tempos muito antes do que os primeiros grupos organizados politicamente¹⁰.

Desse modo, ainda que reproduzissem vivências referentes a classes, etnias, origem e posição sócio-cultural, por meio das práticas de cuidado, esses sujeitos promoviam uma proteção social, e possibilitavam respostas práticas para a vivência no cotidiano urbano, bem como a organização política. Colocavam a questão da sexualidade em pauta que "longe de ser matéria confinada a intimidade e a privacidade de cada qual é um terreno político por excelência" (FACCHINI; SIMÕES, 2009). Este terreno envolve dimensões da vida social, e correspondem a batalhas que devem ser travadas em busca de ressignificar os sentidos do casamento, da família, da parentalidade e da identidade pessoal.

Foi, a partir disso, que os movimentos também se inserem na busca pelo reconhecimento de suas conjugalidades. Os estudos sobre conjugalidade homossexual se iniciam a partir da década de 1980, quando cientistas sociais passam a estudar os casais gays (GATO; FONTAINE, 2014). Esse fenômeno recorrente ao mesmo tempo na Europa, quando instituições e pesquisadores contrários à conjugalidade e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, passam a elaborar pesquisas a partir de estudos comparativos¹¹. Esses casais ganharam visibilidade por meio dos movimentos hippies e feministas da década de 1960-70, quando se inicia o chamado movimento contracultural, a partir das lutas travadas

¹⁰ Facchini e Simões (2009) demonstram que desde a era do rádio (década de 1940) no Brasil diversos fã clubes das cantoras, apesar de não assumirem caráter político, já exerciam um papel importante como expressão social na época, demonstrando publicamente a presença da homossexualidade nos espaços.

¹¹ No trabalho desenvolvido por Gato e Fontaine (2014), intitulado: Homoparentalidade no masculino: uma revisão de literatura, os autores realizam um levantamento dos principais trabalhos sobre famílias homoparentais de 1979 a 2011, apresentando diversos estudos e resultados importantes. Nesse trabalho, é possível identificar vários estudos comparativos já realizados entre famílias homoparentais e heteroparentais.

pelo movimento LGBT, e devido à epidemia da AIDS já na década de 1980 (NUNAN, 2007)¹²

De modo geral, em outros países, foi com o ingresso dos homossexuais na cena política que o cenário começou a se transformar a partir da década de 1990. Na Europa uma das primeiras bandeiras foi pela aprovação do casamento, enquanto no Brasil o movimento pautava a criminalização da homofobia (MELLO, 2005). Segundo Wood (2003), na maioria das sociedades capitalistas avançadas, o combate às opressões tornaram-se o foco principal de luta “enquanto a política, no seu sentido antigo, relacionada ao poder do Estado, partidos e oposição a eles, fica cada vez mais fora de moda” (WOOD, 2003, p. 219).

Segundo Mello (2005), após a não inserção da proibição de discriminação por orientação sexual na CF, o movimento LGBT redirecionou sua atuação para as esferas estaduais e municipais visando assegurar nas leis estaduais e leis orgânicas municipais o combate ao preconceito, além da continuação do trabalho de luta em diversos tipos de ação até o momento que o debate retorna com o primeiro projeto de lei em 1995¹³.

Nos marcos da configuração da violência na América Latina, e no que diz respeito ao Brasil, esta se apresenta como uma das expressões da questão social, presente na agenda política. Essa compreensão permite identificar como a homofobia tem se revelado nas palavras de Prado (2010, p. 09): “um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais [...]”. Essa forma de preconceito ainda demanda ser pensada a partir da sua mediação com a questão de classe e com o racismo, por exemplo, em cada realidade.

¹² É importante considerar que a epidemia da AIDS refletiu diretamente no movimento e no próprio modo de vida desses sujeitos que, além de perderem boa parte de suas lideranças, vivenciaram o aumento da homofobia.

¹³ Em 1994, no âmbito da campanha para a Presidência da República, a temática do amparo legal às uniões homossexuais voltou à cena política, sob a forma de proposta do programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. A divulgação de tal proposta despertou reações extremadas, principalmente de lideranças da Igreja Católica. Sob a pressão do argumento de que uma proposta dessa natureza nunca poderia ser aprovada apenas na esfera do Poder Executivo, devendo necessariamente passar pelo crivo do Congresso Nacional, o PT reconheceu o equívoco e excluiu qualquer referência a uniões homossexuais em seu programa presidencial de governo (MELLO, 2005, p. 53).

É nesse sentido que a orientação sexual “deixa de ser um problema de uma certa “minorias”¹⁴ como, equivocadamente, é considerada e passa a funcionar como um recorte visível que se materializa nas formas de preconceito e de discriminação” (SANTOS, 2005, p. 25).

É o que expressa o relatório sobre violência homofóbica no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Os dados de 2012, demonstram que os números de homicídios aumentaram de 2011 para 2012. O número de violações corporais aumentou de 55,7% para 59,3%. Jovens e adolescentes continuam sendo as maiores vítimas de violência homofóbica no Brasil, 61,43% das vítimas estão na faixa etária entre 13 e 29 anos. Desde 2011, os dados apontam também que travestis e transexuais continuam sendo as maiores vítimas de violência transfóbica de maior gravidade, como homicídios e lesões corporais (BRASIL, 2012)¹⁵.

Segundo os relatórios anuais de assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil, divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) o país lidera o ranking mundial de assassinatos homofóbicos. Em 2014 foram 326 mortes e em 2015 foram 318 assassinados, um crime de ódio a cada 27 horas (BAHIA, 2015). Desse número, 52% eram gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. Segundo o relatório a homofobia matou inclusive pessoas não LGBT, pois 7% das pessoas eram heterossexuais e foram confundidos com homossexuais e 1% era amante de travestis. O alto índice de mortes retrata uma realidade violenta, e talvez, por isso, a necessidade de priorização da criminalização da homofobia, em detrimento da bandeira pelo casamento.

Com bases nos últimos relatórios é possível afirmar que nunca antes na história desse país foram assassinados e cometidos tantos crimes homofóbicos. Entre as inúmeras razões para esse quadro, podemos destacar a falta de políticas públicas dirigidas a essa população. As autoridades descartam a presença da homofobia em

¹⁴ O emprego do termo “minorias” entre aspas, que poderá ser observado dessa forma em todas as oportunidades em que lhe fizemos referência, deve-se ao entendimento teórico de que os problemas postos por determinados segmentos, como é o caso da população negra e dos indivíduos que vivenciam relação homo-afetivo-sexual dizem respeito à sociabilidade, atingindo, ao gênero humano, portanto, não podem ser entendidos como uma questão exclusiva de determinados grupos, uma minoria (SANTOS, 2005, p. 25).

¹⁵ Cabe ressaltar que o último relatório oficial da secretaria de direitos humanos da presidência da república foi emitido em 2012.

muitos homicídios. Esses números ainda representam a ponta do iceberg, devido às próprias fontes utilizadas que são construídas a partir de notícias de jornal, internet e informações fornecidas pelas ONGs LGBT. Um conjunto de questões reforçam e tendem a aumentar esses dados, como o alto índice de impunidade, homofobia institucional, o bullying nas escolas, e "os efeitos pernicioso dos sermões dos fundamentalistas aliados do governo que **demonizam os gays**, acirrando, sobretudo entre os jovens, o ódio anti-homossexual" (BAHIA, 2013, p.02).

Além dessa realidade brasileira, a Organização das Nações Unidas (ONU) demonstra em seu relatório que pelo menos em 76 países existem leis discriminatórias que criminalizam as relações privadas e consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, milhões de pessoas ficam expostas ao risco de detenção, julgamento, prisão e até mesmo a pena de morte, visto que em pelo menos cinco países existem leis vigentes nesse sentido (ONU, 2014).

Essa é uma luta no campo dos direitos humanos. A questão é: o combate a homofobia é condição *sine qua non* para a conquista de direitos civis (de casamento) ou a regulamentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo seria uma conquista que ajudaria no combate à homofobia?

O combate a homofobia torna-se assim pauta primordial dentro da luta pelos direitos humanos e ao se tratar de uma bandeira dos direitos humanos, estamos em acordo com Mészáros, quando diz “a legitimação de uma alternativa socialista para a forma capitalista de intercâmbio social não pode ignorar a questão dos direitos humanos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 165).

Reconhecidamente, os direitos humanos – isto é, a categoria mais abrangente em que as relações jurídicas podem ser articuladas – dizem respeito a toda a humanidade. No entanto, a ideia de direitos humanos não teria sentido se não se aplicasse diretamente aos indivíduos. Os infratores dos direitos humanos são indivíduos ou grupos de indivíduos, e sua infração não afeta uma entidade coletiva impessoal, mas as condições de existência de indivíduos particulares, que incluem, em última análise, os próprios infratores (MÉSZÁROS, 2008, p. 165).

Nesse sentido, é preciso ter claro o significado e os efeitos da democracia no capitalismo, tanto para a compreensão dos limites da democracia capitalista, e até mesmo para o entendimento que o Estado capitalista democrático pode ser restringido pelas exigências de acumulação do capital, pois “a *democracia liberal deixa essencialmente intacta a exploração capitalista*, [...] (WOOD, 2003, 233).

Esse entendimento nas palavras de Wood (2003) vem sendo recusado, quando se nega a lógica sistêmica e totalizadora do capitalismo. Segundo a autora, a atual preocupação com a diversidade e a fragmentação pós-moderna é uma expressão do capitalismo contemporâneo, principalmente quando visto pelas lentes deformadoras da ideologia. Nesse sentido, a atual realidade:

[...] representa o definitivo 'fetichismo do produto', o triunfo da 'sociedade do consumo', em que a diversidade de 'estilos de vida', medida pela mera quantidade de mercadorias e padrões variados de consumo, mascara a unidade sistêmica oculta, os imperativos que criam a diversidade enquanto impõem uma homogeneidade maior e mais global (WOOD, 2003, p. 223).

É contra essa lógica e forma de pensamento que os partidos de esquerda deveriam se posicionar nos espaços de disputa. A esquerda, nas palavras de Wood (2003), deve estabelecer uma política fundamentada na diversidade e na diferença, celebrando e reconhecendo a multiplicidade de lutas emancipatórias no combate as formas de opressão e/ou dominação. "A esquerda tem de reagir a essa multiplicidade de relações sociais com conceitos complexos de igualdade, que reconheçam as necessidades e experiências diferentes das pessoas" (WOOD, 2003, p. 220).

As defesas pelo casamento partem da premissa que o reconhecimento seria o passo inicial para que outros direitos fossem garantidos. Entende-se que o "reconhecimento legal e social dos relacionamentos homossexuais pode ajudar a reduzir a discriminação, aumentar a estabilidade destes relacionamentos e levar a uma melhora na saúde física e mental deste setor da população" (NUNAN, 2007, p. 50).

Segundo Roudinesco¹⁶ (2003), as experiências em relação às famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, até a década de 1970, não apresentavam visibilidade. A autora associa a luta em favor da descriminalização da homossexualidade - que ocupa espaço dentro do movimento de emancipação dos negros e minorias étnicas - à mudança desse cenário. Mesmo com todas as transformações já vivenciadas pelas famílias, as homoparentais, segundo a autora:

¹⁶ Elisabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista, têm seus estudos voltados para o debate sobre famílias, parentalidade e união homoafetiva, com base na perspectiva da psicanálise. Esse destaque se faz necessário para demonstrar que o tema é perpassado por diferentes perspectivas que influenciam o fenômeno e suas respectivas análises.

Transgrediam uma ordem procriadora que havia repousado por dois mil anos no princípio do logos separador e da diferença sexual. Pois a instituição familiar não podia, nessa época, escapar a seu princípio fundador: o acasalamento carnal entre um homem e uma mulher. Sob este aspecto, a invenção das famílias dita "homoparental" arriscava reavivar o **grande terror de uma possível supressão da diferença sexual**, que, como vimos, surgira no final do século XIX no momento de declínio da antiga autoridade patriarcal (ROUDINESCO, 2003, p.181).

Os homossexuais estariam, assim, fora do vocabulário da conjugalidade e das famílias. A partir disso, as lutas iniciais contra o preconceito se ampliaram e passaram a defender outras bandeiras contra a discriminação em favor de relacionamentos conjugais e de suas famílias, exigindo, principalmente, o reconhecimento (ROUDINESCO, 2003).

A priori é necessário problematizarmos algumas representações sobre a homossexualidade, casais homossexuais e das ideias fixas como casamento e família, pois a nosso ver "não se trata de uma reivindicação de inclusão no vocabulário do casamento e da família, mas de redefinição dessas próprias noções, de forma que possam alojar a concretude do vivido" (PAIVA, 2007, p. 31).

A sacralização das famílias demonstra certo desconhecimento da construção histórica dessa instituição no ocidente, já que o modelo tido como "sagrado" data de tempos bem recentes, como já demonstraram autores como Àriès (1981); Engels (2012); Donzelot (1980); Lessa (2012); Badinter; Kolontai. A família nuclear, que corresponde ao modelo de referência no ocidente, está apoiada na ideia biológica de procriação de crianças a partir de um homem e uma mulher. Assim, esse arranjo familiar se impõe como modelo inquestionável, por estar associado ao fator biológico. Porém, pensar a família somente a partir da biologia requer considerar que até certo momento a ciência e a tecnologia não dispunham de avanços necessários para a produção por outros meios de filhos (inseminação artificial, bebe de proveta, etc.), ou seja, expressava o limite de uma dada época.

A associação ao biológico permitiu considerar o modelo nuclear como "unidade fundadora da sociedade", "célula germinativa da civilização" e o "suporte para a evolução da sociedade". Ocorre então, que esse modelo passou a ser naturalizado como único, levando a crermos que uma criança deve ser educada apenas por um pai e uma mãe heterossexuais. O que colocaria sobre as mesmas pessoas todas as

outras características que envolvem a família como: fator biológico de procriação, parentesco, filiação e cuidados de criação (ZAMBRANO, 2006).

Entretanto, Zambrano considera que os vínculos que ligam um adulto a uma criança podem ser desdobrados em quatro elementos, que nem sempre são concomitantes.

1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; 2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; 3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão; 4) a parentalidade, o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco (ZAMBRANO, 2006. p.126).

Com isso, fica clara a necessidade de separação - ou não - de cada fator desses ao olhar para as famílias na realidade, devido à própria variação dos papéis sociais parentais já experimentados nas diversas culturas ao longo dos séculos. Portanto, se torna urgente o debate em torno dos modelos de famílias, pois "embora impensáveis, essas parentalidades são, entretanto, vivíveis, e estão aí obrigando as instituições sociais e campos do saber a uma adequação urgente e condizente com a realidade atual" (ZAMBRANO, 2006, p.145).

Assim, essa pesquisa terá como referencial o conceito de famílias homoparentais para se referir aos arranjos entre pessoas do mesmo sexo. Reconhecendo seus limites e contradições, ao falarmos em homoparentalidade estaremos evocando todas as "identidades" de pais e mães, apostando na mesma divisão realizada por Zambrano (2006) ao considerar que, para as travestis, o acento identitário será dado ao gênero; para as transexuais, ao sexo e para os homossexuais, à orientação sexual.

O protagonismo dos sujeitos coletivos LGBT, trilhado a partir de muita articulação e luta, vai culminar em defesas por leis num espaço permeado por controvérsias, polêmicas e disputas ideológicas. Esses diversos sujeitos, como demonstra Santos (2005, p. 17), "dependem do Estado para regular seus direitos, têm utilizado, frequentemente, táticas de pressão sobre os partidos políticos, sobre os poderes constituídos e sobre a opinião pública para que reconheçam que a heterossexualidade não é a única orientação sexual".

Nesse sentido, a luta pelo enfrentamento da violência contra a população LGBT tem se dado por vias institucionais, principalmente no que se diz ao reconhecimento de

novos arranjos. Essas demandas têm perpassado pela interlocução política nos três poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Entre os três poderes o "judiciário tem saído na frente do legislativo e do executivo em resposta à demandas/situações individuais que podem abrir espaço/caminho para a conquista de direitos coletivos" (SANTOS, 2005, p. 26). Mas, ainda que perpassasse pela institucionalização, a luta permanece como a forma mais autêntica que vem se materializando em diferentes trincheiras ocupadas por esses sujeitos políticos.

Nesse sentido, a construção da hegemonia não diz respeito somente à esfera superestrutural, pois o embasamento econômico esta atrelada a disputa hegemônica, cultural e ideológica. Simionatto e Costa, baseadas em Gramsci, afirmam que na batalha pela hegemonia é imprescindível uma frente cultural como necessária ao lado das frentes econômicas e políticas.

Se no âmbito da superestrutura, contudo, Gramsci aponta a possibilidade das classes subalternas visualizarem as contradições que partem do mundo econômico e espriam-se na totalidade das relações sociais, por outro lado a esfera cultural e a transformação das visões de mundo e dos modos de pensar constituem-se em fatores decisivos para os que lutam por uma nova hegemonia. Assim, 'a preparação ideológica das massas', o 'trabalho de crítica', de penetração cultural, de 'permeação de ideias' fazem parte de um processo educativo, necessário ao rompimento com uma dada concepção de mundo, [...] que provoca contradições profundas no modo de ser e de agir dos sujeitos sociais (SIMIONATTO; COSTA, 2014, p. 70).

Nessa direção, a luta por direitos chega ao CN, e enquanto parte da sociedade civil¹⁷, também é constituído como um espaço de luta de classes e disputas de hegemonia. A presença dos movimentos sociais se torna fundamental para o fortalecimento da luta no sentido de exigir dos deputados federais e senadores que apresentem propostas condizentes com a garantia de direitos, em busca de uma sociedade igualitária, visando, nas palavras de Coutinho (2006), pautas e estratégias de disputa pelo poder que seja vinculada à construção de uma nova hegemonia.

¹⁷ Ellen Wood nos alerta sobre o uso do conceito de sociedade civil: [...] "temos de pagar um alto preço pelo conceito abrangente de "sociedade civil". Esse abrigo conceitual, que a tudo cobre, desde os lares e as associações voluntárias até o sistema econômico do capitalismo, confunde e disfarça tanto quanto revela. [...] O efeito é fazer desaparecer o conceito de capitalismo ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma coerção sistêmica – ou seja, sem um sistema capitalista expansionista e dotado da capacidade de intervir em todos os aspectos da vida social" (WOOD, 2003, p. 210).

É importante ressaltar que no conceito de Estado ampliado defendido por Gramsci¹⁸, o mesmo continua a ser capitalista, pois ainda que seja representante de interesses plurais, atua no sentido de manutenção de uma esfera econômica privada, que a separa da dimensão política. “Alias, é essa separação última entre economia e política que caracteriza a natureza capitalista do Estado moderno (COUTINHO, 2006, p. 56).

Segundo Gramsci (2002) uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, muitas vezes sem plena consciência e que passa a orientar a ação de grandes massas de mulheres e homens. Coutinho reafirma ao dizer que “podemos constatar que predominam, hoje, no senso comum, determinados valores que asseguram a reprodução do capitalismo, ainda que nem sempre o defendam diretamente (COUTINHO, 2010, p. 30).

O que os autores chamam de hegemonia da pequena política, baseia-se nesse consenso passivo das massas, que simplesmente aceitam o existente como algo “natural”, ou seja, em nosso tema trata-se de aceitar a família nuclear burguesa patriarcal e a orientação heterossexual como norma única. Coutinho ainda reforça que a hegemonia da pequena política também existe “quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural” (COUTINHO, 2010, p. 31).

Repetindo: existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. [...] Mas, como também vimos, é expressão de grande política reduzir tudo à pequena política. Em outras palavras, é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situações “normais”, a direita já não precisa da coerção para dominar: impõe-se através desse consenso passivo, expresso entre outras coisas em eleições (com taxas de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão (COUTINHO, 2010, p. 32).

É a partir dessa conjuntura, onde estamos imersos que não temos assistido um “acolhimento de uma certa parte das exigências que vêm de baixo” (COUTINHO,

¹⁸ O conceito de Estado ampliado será discutido por nós mais a frente, especificadamente no ponto 2.2 do capítulo 1, Estado, Bloco Histórico e disputa pela Hegemonia no CN.

2010, p. 37)¹⁹. No cenário neoliberal, os direitos humanos vêm sofrendo grandes ofensivas, não há espaços para o aprofundamento dos direitos sociais, que ainda permanecem limitados, estamos “diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada ao cabo no Welfare State” (COUTINHO, 2010, p. 37).

Esse cenário se agrava ainda mais quando analisamos as medidas adotadas pelos governos do PSDB e do PT, de uma política macroeconômica abertamente neoliberal e seu processo de cooptação de grande parte dos movimentos sociais. É importante sinalizar que o processo de contrarreforma não se caracteriza apenas pela ausência de novas medidas, mas também pela “enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades (COUTINHO, 2010, p. 38).

O presente cenário, carregado de processos que foram construídos ao longo da nossa história também se constitui por características dos últimos anos em que os governos petistas desarmaram “as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós” (COUTINHO, 2010, p. 42). Ou ainda, nas palavras de Portelli trata-se de um transformismo que “traduz a política da classe dominante que recusa qualquer compromisso com as classes subalternas e assim atrai seus chefes políticos para agregá-los à sua classe política” (PORTELLI, 1977, p. 71).

A partir de todas essas problematizações e desafios que se colocam como necessidade de maior aprofundamento, é que foi surgindo um objeto a ser estudado, que propõe analisar os discursos pelo congresso nacional sobre os projetos de lei que visam regulamentar a união/parceira civil entre pessoas do mesmo sexo buscando identificar os embates entre os grupos pró e contra.

Em nossa revisão de literatura (realizada por meio de bases e bancos de dados) identificamos que há produção nessa temática e que os artigos, teses e dissertações direcionavam-se para enfoques específicos. Seis (06) trabalhos analisaram o

¹⁹ Vide os projetos que ora estamos propondo a analisar, que se inserem no Congresso como demanda dos movimentos sociais e não foram aprovados até o presente momento.

exercício da parentalidade de diversas formas. A partir do estudo comparativo com a parentalidade heterossexual (DINIS, 2012), a partir da visão dos técnicos do judiciário (FURTINO; MARTINS, 2006; GATO; FONTAINE; CARNEIRO, 2010), a partir da narrativa dos próprios sujeitos (pais, mães e filhos) e o desenvolvimento das crianças (HERNANDEZ, 2013; OLIVEIRA, 2006; PEREIRA, 2014).

Um (01) trabalho realizou um estudo sobre o preconceito sofrido pelas famílias, a partir das representações sociais sobre a natureza da homossexualidade (PEREIRA; TORRES; FALCÃO, 2013).

Dez (10) problematizaram a possibilidade jurídica da garantia de direitos e o reconhecimento em lei das famílias homoparentais, como por exemplo, o casamento, a adoção, direito à pensão, à moradia, a herança, direito de sucessão, licença maternidade e a possibilidade da garantia de direitos a convivência familiar por parte das crianças (CAMPOS, 2008; MAIA, 2012; CAMPOS, 2008; FARIA, 2008; BARANOS, 2009; OLIVEIRA, 2010; MACHADO, 2012; OLIVEIRA, 2009; ASSIS, 2004; BEZERRA, 2010).

Dois (02) realizaram revisão de literatura sobre homoparentalidade (SANTOS; SCORSOLINI; SANTOS, 2013; GATO; FONTAINE, 2014). Um (01) analisou a conjugalidade homossexual (JESUS, 2011). Dois (03) autores abordaram as famílias a partir do recorte de gênero, sobre experiências de casais homoafetivos femininos com filhos (ZAULI, 2011; SILVA, 2008; MEINERZ, 2011). Dois (03) abordaram o conceito/idéia de família a partir do discurso proferido pelos próprios membros e a partir de marco normativos (SOARES, 2012; TOLEDO, 2008; MARTÍNEZ, 2011).

Dois (02) analisaram as relações das famílias homoparentais com a instituição escolar (SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2010;). E seis (07) trabalhos deram enfoque no parentesco a partir das vivências e modos de ser no cotidiano, a partir de histórias de vida e dos significados atribuídos, bem como a forma de organização (JUSTINA, 2011; QUEITI, 2011; TARNOVSKI, 2013; VIEIRA, 2011; ROBERTO; TORRES; FALCÃO, 2013; JESUS, 2008; SOARES, 2012). Portanto, as produções exploram dimensões diferentes do meu objetivo proposto.

Há também um estudo realizado por Luiz Mello²⁰, que analisou os discursos na câmara federal, porém relativo ao primeiro projeto de lei (1.151/1995). Fruto da sua dissertação de mestrado, o trabalho descreve detalhadamente todo o percurso em torno da tramitação do primeiro projeto de lei (nº 1.151/95) apresentada pela deputada Marta Suplicy (PT/SP). Nele se encontram todos os debates e defesas em torno do projeto.

Outro trabalho, realizado por Silvana Mara de Moraes dos Santos (2005), analisou a relação entre o pensamento da esquerda e a política de identidade para apreender a atenção dispensada às situações que geram opressões particulares e as táticas elaboradas pela esquerda no seu enfrentamento.

Assim, ao nível nacional, não encontramos nenhuma tese, dissertação, livro ou artigo que analisou os discursos no congresso nacional sobre os projetos de lei que propõem a regulamentação das famílias entre pessoas do mesmo sexo. Nosso objeto é novo e inédito.

Estudar famílias e homossexualidade é um grande desafio. Primeiro, porque são questões que perpassam diretamente o cotidiano dos sujeitos, e por isso torna-se difícil o diálogo, devido ao preconceito internalizado durante a vida e a sacralização da família pelas instituições. Segundo, que para nós do serviço social, não são temas priorizados durante a graduação e tampouco pelos pesquisadores de nossa área (das 27 dissertações e teses por nós identificadas no levantamento na BDTD, apenas 1 era do Serviço Social).

Nos anais do ENPESS apenas em 2004 identificamos uma linha de trabalho direcionada a família (Família e sistemas de proteção social) que estava dentro do sub eixo Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade, e do eixo temático Articulação entre Formação e Exercício Profissional.

Em relação à homossexualidade, alguns artigos se encontram dentro do eixo classe, gênero, raça/etnia, geração, diversidade sexual (AZEVEDO; HORST, 2013). E como já avaliado no interior do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades,

²⁰ Para saber mais: Mello, Luiz. Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 232p. - (Sexualidade, gênero e sociedade).

as pesquisas sobre raça/etnia, questão geracional e sexualidades “ainda suscitam um investimento maior da categoria na formação profissional a fim de que sejam estimulados os investimentos discentes e docentes em tais temas” (ALMEIDA; SILVA, 2012, p.239).

Segundo o documento elaborado por esse GTP, um dos desafios tem sido consolidar o debate de tais discussões (gênero, raça, etnia, geração e sexualidades) devido ao reduzido número de produção na nossa área e devido a certa resistência da categoria "sob o argumento de que [essas discussões] "transversalizam", as temáticas dos demais GTPs, o que em nossa avaliação invisibiliza essas discussões" (GTP SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES, 2014, p. 240).

Mesmo mapeando o aumento de grupos de pesquisas vinculados ao serviço social registrado no CNPq e das produções relativas a essas temáticas nos eventos como Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e ENPESS, o levantamento do estado da arte também tem sido um desafio, visto a pouca publicação nos periódicos de maior circulação em serviço social (GTP SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES, 2014).

A exemplo, nas diretrizes curriculares do curso de serviço social, identificamos que estas também não propõem a compreensão e estudo de família, nem versa diretamente sobre questões de sexualidade, aparecendo nas diretrizes apenas no tópico de psicologia a necessidade de debater as relações entre indivíduo e sociedade e a discussão de teorias da personalidade e dos grupos sociais, podendo ser entendido como um indício para se tratar das temáticas.

É importante ressaltar que o conjunto CFESS/CRESS tem realizado, por meio de sua via de posicionamento político - CFESS Manifesta -, campanhas que perpassam essas discussões como forma de consolidar documentos e normativas que vão contribuir para orientar o trabalho profissional das assistentes sociais.

Alguns desses documentos têm sido voltados para a discussão sobre as temáticas da sexualidade como a campanha realizada em 2007 - O amor fala todas as línguas Assistentes Sociais na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e

expressão sexual. E também diversos CFESS manifesta como: CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual (2008); Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (2010); 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (2011); Dia Mundial de Luta contra a Homofobia (2011); Dia Mundial do Orgulho LGBT (2012); Dia Nacional da Visibilidade Trans (2013)²¹.

Também temos como experiência a realização do primeiro Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero (realizado em São Paulo nos dias 11 e 12 de Junho de 2015). Este seminário debateu as situações de transfobia, ou seja, a violência contra travestis, transexuais e transgêneros, tão presentes na realidade brasileira e que se reafirmam como um grande desafio e um assunto a ser refletido criticamente por assistentes sociais.

Também, o curso ética em movimento, que realiza a interface entre o debate da ética e dos direitos humano já incorporado à agenda de lutas e atividades do Serviço Social Brasileiro. O curso tem entre seus objetivos a apreensão de valores emancipatórios pelos/as participantes, para o enfrentamento das várias formas de violação de direitos e para materialização e fortalecimento do projeto ético-político na atuação profissional.

Em relação à orientação do trabalho profissional temos a resolução nº. 489/2006 que foi construída como um instrumento na luta contra a opressão sexual, proibindo qualquer forma de discriminação profissional ou preconceituosa por questões de orientação sexual. Outro passo do conjunto CFESS/CRESS, foi a resolução nº 615, de 8 de setembro de 2011 que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.

Assim, a **relevância social** de nosso objeto se constitui. É necessário adensar o debate para que os profissionais possam exercer uma intervenção competente, e percebam e reflitam que existem modelos de família para além dos pré-estabelecidos. E para que possibilite aos usuários das políticas que estes possam defender a pluralidade de suas famílias.

²¹ Informações extraídas do site do Conselho Federal de Serviço Social <<http://www.cfess.org.br/>>

Mas a relevância se reafirma pela necessidade de um esforço coletivo com vistas a desconstruir os estereótipos que alimentam práticas homofóbicas no interior da profissão. Por isso, esse estudo visa contribuir para que futuros profissionais possam utilizar esse trabalho, aproximando-nos e preparando-nos para lidar com as diferentes formas de vivência das sexualidades, bem como com as famílias que encontraremos em nossa atuação.

O trabalho também busca possibilitar que as famílias entendam que o reconhecimento e a existência da família homoparental em nada atrapalha a existência da família tida como “tradicional”. O pano de fundo aqui é tentar reforçar e contribuir para a luta contra a homofobia²².

Não crendo que está próxima a sociedade na qual a opressão vivenciada pela população LGBT desaparecerá, estamos apostando na contribuição de espaços de resistência e combate a opressão. A família tem que ser vista para além de um único ponto de vista, de um processo isolado e reduzido apenas aos aspectos de sua composição, mas precisa ser analisada na perspectiva da totalidade que implica reconhecê-las em suas mudanças, ou seja, precisa ser desnaturalizada (MIOTO, 2000).

Demonstrada nossa relevância social e científica, nosso objetivo geral foi analisar os discursos que atravessam os projetos de lei no congresso nacional, que propõem regulamentar a união/parceria civil entre pessoas do mesmo sexo buscando identificar as características que esses discursos assumem.

E como objetivos específicos, propusemos:

- Analisar os projetos de leis submetidos à aprovação no congresso nacional sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo para identificar os grupos envolvidos nos debates durante a tramitação desses;
- Identificar nos discursos a concepção de família existente entre os grupos, buscando evidenciar se a concepção de família tradicional é defendida – e como – no interior desses discursos.

²² Homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens ou mulheres. [...] é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos (BORRILLO, 2010, p.13).

- Descrever como os embates conceituais se apresentam nas discussões dos projetos de lei que visam o reconhecimento da união civil entre indivíduos do mesmo sexo.
- Contribuir para a categoria de assistentes sociais para que os profissionais entendam a complexidade dos arranjos familiares; contribuir com os militantes e movimentos sociais LGBT.

À luz desses objetivos, traçamos nossa metodologia. Partimos do pressuposto que a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2004). Isso significa dizer que nenhum pesquisador se aproxima de um objeto olhando-o diretamente, para explicá-lo em si mesmo. A compreensão da realidade é mediada por teorias. Nesse sentido, utilizaremos como mirante para a nossa análise o método crítico dialético.

A escolha desse método possibilita apreender a essência da realidade, partindo da aparência, o que permite reafirmar que as famílias e suas particularidades em todo esse processo não se desvinculam da totalidade das relações sociais e são perpassadas por determinações, que "são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade, [...] e por isso o conhecimento concreto do objeto, é o conhecimento das suas múltiplas determinações" (NETTO, 2011, p. 45).

Partimos da compreensão da sociedade burguesa não como um "todo" constituído por "partes" que se integram, mas como uma totalidade concreta "de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade" (NETTO, 2011, p. 56) tratando-se também de uma totalidade dinâmica e articulada por sistemas de mediações (NETTO, 2011).

Entendendo a teoria como mirante que olhamos e estranhemos a realidade, nosso aporte teórico recorrerá a algumas categorias teóricas formuladas por Gramsci como: Hegemonia, Contra-hegemonia, Bloco histórico, dentre outros, buscando evidenciar as disputas por direito no interior do Estado capitalista dependente.

Realizamos também uma revisão de literatura acerca de famílias, famílias homoparentais, o legislativo. O que nos possibilitou uma compreensão mais profunda e menos aparente dos discursos e o que os mesmos defendiam.

Quanto ao procedimento metodológico, inicialmente realizamos uma pesquisa documental envolvendo os projetos de lei sobre as propostas de união civil, estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo (quadro 1).

Quadro 1: Propostas de Projetos de Leis para aprovação da união civil/parceria civil entre pessoas do mesmo sexo no Congresso Nacional.

Proposta /Ano	Ementa	Autor (a) e Partido Político	Situação Atual	Obs.	Marco normativo possível de alteração.
Projeto de Lei (PL) Nº 1.151/1995	Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências.	Marta Suplicy PT/SP	Retirado de Pauta em face de acordo entre os senhores líderes, em 31/05/2001	Tramitou durante duas legislaturas 1995-1999/1999-2003.	Altera as Leis nº 8.112, de 1990 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da união, autarquias e das fundações públicas federais) e 6.815, de 1980 (Situação do estrangeiro no Brasil).
Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 70/2003	Altera o parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais.	Sérgio Cabral PMDB/RJ	Retirado de pauta e encaminhada ao arquivo pelo autor em 05/10/2006	Tramitou por uma legislatura 2003-2007.	Altera o Art. 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal que reconhece como entidade familiar a união estável entre homem e mulher.
PL Nº 580/2007	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.	Clodovil Hernandez PTC/ SP	Tramitando desde 20/02/2015.	Encontra-se em tramitação pela terceira legislatura 2007-2011/2011-2015/2015-2019.	Altera a lei nº 10.406, de 01/2002 que institui o código civil.
PL Nº 4.914/2009	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, acrescentando disposições relativas à união estável entre pessoas do mesmo sexo.	José Genoíno PT/SP, Manuela D'Ávila PC do B/RS, Maria Helena PSB/RR, Celso Russomano PP/SP, Ivan Valente PSOL/SP, Fernando Gabeira PV/RJ, Arnaldo Faria de Sá	Apensado ao PL 580/2007 (que dispõe sobre contrato civil de união homoafetiva) em 02/04/2009.	Foi proposto na legislatura entre 2007-2011, porém encontra-se apensado ao PL que está em tramitação.	Altera a lei nº 10.406, de 01/2002: Institui o código civil. Aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes à união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento.

		PTB/SP, Solange Amaral DEM/RJ, Marina Maggessi PPS/RJ, Colbert Martins PMDB/BA, Paulo Rubem PDT/PE, Raquel Teixeira. PSDB/GO			
PL Nº 2.153/201 1	Altera o § 2º do art. 42 da Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, para permitir a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos.	Janete Pietá PT/SP	Apensado ao PL 7018/2010 (Veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo) em 16/09/2011. Esse PL encontra-se arquivado por fim de legislatura.	Tramitou durante uma legislatura 2011-2015.	Altera o § 2º do art. 42 da Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, que diz: “é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham a união estável, comprovada estabilidade familiar”
Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 612/2011	Altera os art. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.	Marta Suplicy PT/SP	Pronta para pauta na comissão de constituição, justiça e cidadania em 05/03/2015.	Encontra-se tramitando por duas legislaturas 2011-2015/2015-2019.	Altera a redação do art. 1.723 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) para reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. E altera a redação do art. 1.726 da referida Lei para prever que a união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração, produzindo efeitos a partir da data do registro do casamento.
PL Nº 5.120/201 3	Altera os arts. 551, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 1.565, 1.567, 1.598, 1.642, 1.723 e 1.727 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, para reconhecer o casamento	Jean Wylls e Erika Kokay PSOL/RJ PT/DF.	Apensado ao PL 580 (que dispõe sobre contrato civil de união homoafetiva) em 08/04/2013. Que encontra-se em tramitação.	Foi proposto na legislatura entre 2011-2015 e encontra-se apensado a um PL que está em tramitação.	Altera a lei nº 10.406, de 01/2002 que institui o código civil.

	civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo.				
--	---	--	--	--	--

Fonte: Câmara dos deputados (acesso Maio/2015). Sistematização própria.

A seleção destas propostas se deu após busca no site da Câmara dos Deputados, pelo seguinte endereço eletrônico <http://www2.camara.leg.br/>. A pesquisa realizada a partir das palavras-chave "união civil/parceria civil entre pessoas do mesmo sexo" possibilitou identificar os projetos de lei propostos. E a proposta de Lei sobre adoção apareceu entre as buscas devido à possibilidade dos casais homoafetivos constituírem famílias.

A partir do levantamento realizado foi possível verificar que das propostas encontradas duas foram apensadas ao projeto de lei de número 580 de 2007 da autoria de Clodovil Hernandes (os projetos 4.914/2009 e 5.120/2013). Além desses, também foram apensados²³ ao PL 580 os seguintes projetos:

- O projeto de Lei de número 1.865/2011 da autoria de Salvador Zimbaldi (PDT/SP), que Regulamenta o artigo 226, § 3º da Constituição Federal e visa de acordo com a ementa facilitar a conversão da união estável em casamento civil, não admitida nas situações de pessoas que realizaram troca de sexo por métodos cirúrgicos.
- O projeto de Lei de número 5.167 da autoria de Capitão Assunção (PSB/ES), Paes de Lira - PTC/SP, que Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil e visa estabelecer que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.

Além destes, o projeto de lei de número 2.153 da autoria de Janete Pietá (PT/SP) que visa alterar o § 2º do art. 42 da Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, para permitir a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos foi apensado ao PL 7.018 que veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo.

²³ De acordo com o regimento interno da Câmara dos deputados, propostas semelhantes são apensadas ao projeto mais antigo. Se um dos projetos se encerrar no Senado, este passa a ter prioridade sobre os da Câmara. Se ocorrer aprovação de mais de um projeto que foi apensado, o relator deve fazer um substitutivo à proposta original. Também pode ocorrer a aprovação de um projeto apensado e a rejeição dos demais (BRASIL, 2014).

Além desses projetos citados, cabe ressaltar que há projetos que tentam combater a opressão por orientação sexual. Um exemplo é um projeto de lei de emenda à constituição de número 66 de 2003 (que dá nova redação aos artigos 3º e 7º da Constituição Federal), e visa proibir diferenças salariais por motivos de sexo, orientação sexual e expressão sexual, crença religiosa, convicção política, condição física, psíquica ou mental, idade, cor ou estado civil.

E também há projetos que visam reforçar a opressão como o projeto de lei de número 6.297 de 2005 que visava Alterar o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Visava estabelecer que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo poderia equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar, porém foi arquivado no dia 31 de janeiro de 2015, em acordo com o regimento interno da câmara dos deputados²⁴.

Além dos projetos de lei acima elencados, há fora da esfera do Congresso nacional a resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça que reconhece a *inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas do mesmo sexo*. Entretanto, optamos por não incluí-lo em nosso corpus de análises, pois não se trata de aprovação de uma lei, como os outros projetos que se encontram em tramitação, mas sim, de uma resolução que a qualquer momento pode ser revogada. Sendo assim, incorporamos a resolução do CNJ, sua aprovação, o voto e parecer do ministro responsável e sua repercussão ao longo da discussão do capítulo 2.

Selecionado nosso corpus de documentos, nossa análise contém 07 projetos de lei (seis buscam a aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo e um a aprovação da adoção por casais do mesmo sexo). Desse total, três (03) encontram-se arquivados e/ou retirados de pauta (PL 1.151/1995; PEC 70/2003 e PL 2.153/2011), dois (02) tramitam em conjunto com o PL 580 (PL 4.914; PL 5.120), e um (01) está pronto para pauta na comissão (PLS 612).

²⁴ Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I – com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV – de iniciativa popular; V – de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava. <<http://www.camara.leg.br>>. Acesso em 06/11/2015.

Trabalhar com pesquisa documental requer "um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório" (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Os documentos, como fontes para a pesquisa social, podem ser resultados das práticas sociais e tem a potencialidade de "informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais" (MAY, 2004, p. 205). Os documentos

[...] expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância, como por exemplo, avaliações de políticas e programas sociais (PRATES; PRATES, 2009, p. 114).

Selecionados os documentos, a organização do corpus empírico exigiu a impressão dos textos acessíveis no portal do CN e solicitação dos que não estavam disponíveis no portal da câmara dos deputados por e-mail e telefone com técnicos que trabalham no setor de arquivo/biblioteca do CN. Além disso, levantamos nos sites dos partidos os programas partidários e os códigos de ética para identificarmos se havia neles algo relacionado aos temas e propostas que analisamos; pesquisa pelos jornais e páginas online, que ao longo da tramitação das propostas publicaram reportagens relacionadas a temática. Nossa intenção aqui era demonstrar as forças em disputas entre uma sociedade plural e conservadora.

Para essa organização inicial, procedemos à leitura de cada documento e sistematizamos os dados iniciais em roteiros de análise documental considerando:

- a) Quem propõe o PL e que relação esses PL tem com a plataforma do partido a que se vincula (dados sobre o proponente, vinculação partidária, relação entre a proposta de PL e a plataforma política do partido, proposta e participação em comissão ou frentes parlamentares).

Quadro 2. Sobre os Propositores

Propositor do PL	Dados identificados no site do CN, na página do partido ou no texto do PL
Participação em Comissões e Frentes Parlamentares/bancadas	
Nº. de projetos de leis propostos	

Temas dos projetos de lei	
Discurso na Câmara	
Que segmentos da população participaram da construção do PL?	
Fontes usadas para a elaboração do projeto?	
Matérias sobre a temática no site pessoal do candidato.	

Sistematização própria.

b) O conteúdo do PL

	Objetivo do PL	Síntese do PL	Conceito de família	O que marca o discurso?	Embasamento	Alteração de Lei já existente ou nova proposição?
PL/ Número						

Sistematização Própria.

c) O processo de tramitação do PL no CN

	PL
Origem da proposta	
Processo de tramitação	
Alianças e resistências à proposta.	
Que grupos se juntam e que grupos rechaçam? A quais frentes parlamentares se associam?	
Diferenças e semelhanças entre a proposta e outras	
Justificativa/objetivo da proposta	
Reações da mídia (saíram matérias? Que valor atribuíam ao projeto (positivo ou negativo)? Essas matérias associavam seu projeto a que outros aspectos (no campo das drogas, da política, da moral, religião)?	

Sistematização própria.

d) Discursos produzidos no decurso de tramitação do PL

Discursos a favor do PL	Discursos contrários ao PL
Quem Profere?	Quem Profere?
Principais aspectos argumentativos do discurso.	Principais aspectos argumentativos do discurso.

Para a análise dos dados documentais foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. A opção por essa técnica corresponde à necessidade de buscar o que certos discursos tentam mascarar. Concordamos com Bardin (1977), por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar, partindo de alguns questionamentos: “O que é que conduziu a um determinado enunciado? [...] Quais as conseqüências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar?” (BARDIN, 1977, p. 39).

Nosso percurso buscou desnudar o discurso presente nos documentos que, antes de serem de legisladores, reproduzem, amplificam, defendem um discurso social.

Com base em nossa revisão teórica foi realizado um esboço do que caracterizavam as pistas discursivas das duas formações ideológicas presentes nos discursos em relação as famílias homoparentais (síntese construída a partir das leituras e sistematização presente no capítulo 2).

Quadro 3. Formações ideológicas presentes nos discursos sobre famílias homoparentais x família nuclear patriarcal burguesa (a partir da revisão bibliográfica).

Famílias Homoparentais	Família Nuclear Patriarcal Burguesa
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questionar o conceito de família tradicional constituído apenas por indivíduos de sexos opostos, com filhos; ✓ Transgrediam a ordem procriadora; ✓ Grande terror de uma possível supressão da diferença sexual; ✓ A sexualidade de gays e lésbicas rompe com a associação entre sexo e reprodução, o que levava à suspeita de que ela não tem controle nem pode ser socialmente responsável; ✓ Não ter como principal finalidade a reprodução da espécie; <p>Zambrano considera que os vínculos que ligam um adulto a uma criança podem ser desdobrados em quatro elementos, que nem sempre são concomitantes.</p> <p>1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética;</p> <p>2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo;</p> <p>3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Transmissão da propriedade privada; ✓ Divisão dos indivíduos em heterossexuais e homossexuais; ✓ Homossexualismo - estando, por sua própria "natureza doentia", incapacitados para a constituição de núcleos familiares; ✓ Figuras do pai, da mãe e dos filhos; ✓ O amor, restringido à esfera da relação homem-mulher; ✓ Valores machistas e a própria estrutura hierárquica e de posse entre homens e mulheres; ✓ A ideia biológica de procriação de crianças a partir de um homem e uma mulher. Assim, esse arranjo familiar se impõe como modelo inquestionável, por estar associado ao fator biológico; ✓ A associação ao biológico permitiu considerar o modelo nuclear como "unidade fundadora da sociedade", "célula germinativa da civilização" e o "suporte para a evolução da sociedade"; ✓ O que colocaria sobre as mesmas pessoas todas as outras características que envolvem a família como: fator biológico de procriação,

4) a parentalidade , o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco.	parentesco, filiação e cuidados de criação (ZAMBRANO, 2006); ✓ Família e o casamento são realidades sociais intrinsecamente associadas à vinculação afetivo-sexual entre um homem e uma mulher; ✓ Assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma <i>sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora</i> ;
--	--

Fonte: Sistematização própria a partir dos autores utilizados na revisão de literatura, 2016.

As buscas dessas pistas nos PLs seu deu por meio de leitura e organização por meio de categorização e codificação entre os discursos presentes nos documentos e os aspectos presentes nas Formações ideológicas presentes nos discursos sobre famílias homoparentais e família nuclear patriarcal burguesa.

Foram organizados quadros analíticos e, posteriormente, construímos os resultados, à luz de nosso problema de pesquisa.

Explicado nosso percurso metodológico, é hora de expor o mirante a partir do qual estranhemos a realidade. Nossa próxima parada é o Congresso Nacional brasileiro.

Por fim, adotamos os seguintes procedimentos éticos:

✓ O compromisso com a devolução dos resultados da pesquisa à CAPES; à sociedade, por meio de possíveis publicações e a disponibilização na BDTD;

2. CONGRESSO NACIONAL: ENTRE AVANÇOS, RETROCESSOS E CONSERVADORISMO NO DEBATE SOBRE FAMÍLIAS.

Enquanto os homens exercem seus podres poderes, índios, padres e bichas. Negros e mulheres. E adolescentes, fazem o carnaval (Caetano Veloso - Podres Poderes).

O objetivo deste capítulo é refletir os debates e aprovações de legislações sobre a temática famílias no legislativo federal brasileiro. Essa reflexão abrangerá 2 momentos: inicialmente aprofundarmos algumas questões conceituais em Gramsci (como Ideologia, Bloco histórico e guerra de posição) que nos permitirão entender os discursos dos sujeitos políticos (que foram por nós analisados). Como o foco é o CN, cabe destacar que o poder legislativo possui três funções essenciais: “a) a de representar a população, b) a de legislar ou elaborar as leis; e c) a de fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos públicos, em cujo exercício conta com o apoio do Tribunal de Contas da União – TCU” (QUEIROZ, 2014, p.10).

Como representante do povo, nossos legisladores expressam em suas proposições os interesses, valores e contradições presentes na formação sócio-histórica brasileira. Nessa direção, é possível identificar as disputas em torno da concepção e definição do que é família, e ao tratarmos do cenário onde se colocam os debates, demonstraremos os discursos pró e contrários ao reconhecimento das famílias homoparentais.

Nesse trabalho, partiremos da compreensão da realidade do legislativo federal pós-constituição de 1988. Isso porque diversos trabalhos retomam ao surgimento da divisão dos três poderes, junto à necessidade de organização do Estado Capitalista, apresentando o resgate histórico desde o surgimento até a presente constituição cidadã (MESSEMBERG, 2002; SALDANHA, 1992; etc.). A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi resultado de lutas que marcaram a sua formulação, e foi no interior desse cenário que os três poderes – legislativo, executivo e judiciário – também sofreram modificações, e se caracterizam por terem “responsabilidades e atribuições específicas, que se complementam” (QUEIROZ, 2014, p.13)

A divisão dos poderes e a discussão em torno da sua legitimação, e todo o aparato jurídico que surge foi, segundo Gramsci, o resultado “da luta entre a sociedade civil e política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável das classes, determinado pelo fato de que certas categorias intelectuais (a serviço direto

do Estado, especialmente na burocracia civil e militar) são ainda muito ligadas às classes dominantes” (GRAMSCI, 2002, p. 235).

Ainda que num primeiro momento partíssemos do funcionamento do Congresso Nacional conforme a norma – expressa na CF/88, sabemos que esse espaço é perpassado por contradições e jogo de interesses. Por isso, concordamos com Coutinho (1996, p. 112) que, baseado em Gramsci, compreende que “a esfera da política é submetida à totalidade histórica, sendo impossível entender adequadamente o que nela ocorre sem uma clara referência às demais esferas da sociedade, em particular à esfera das relações sociais de produção”. Ou seja, aqui a categoria da totalidade é imprescindível para a leitura que ora realizamos.

O capítulo está organizado em três momentos. Inicialmente resgataremos o funcionamento do CN como previsto na CF/88, as ações privativas, organização interna, o cenário atual a partir das frentes, bancadas e sua composição. Num segundo momento, situaremos o CN dentro da ordem capitalista, a partir da visão de Estado e bloco histórico gramscianas, entendendo esse espaço como local de disputas de hegemonia. Por fim, situaremos o movimento LGBT dentro da disputa por reconhecimento de direitos e sua ação no interior do congresso nacional, via luta institucionalizada pelo reconhecimento de suas famílias. Apontaremos os limites no capitalismo das questões que perpassam as individualidades, bem como os limites da luta por direitos humanos, e a necessidade histórica da luta anticapitalista.

2.1 Funcionamento e atribuições do Congresso Nacional Brasileiro.

Não há democracia efetiva onde existe excessiva desigualdade material entre os cidadãos (COUTINHO, 2006, p. 26).

A divisão dos três poderes emerge como a base do pensamento liberal do Estado burguês, proposta a partir da Assembléia Nacional da França, durante a Revolução Francesa, onde a separação dos poderes era vista como a possibilidade de rompimento com o Estado Absolutista. O poder Legislativo passou a configurar-se como a representação política de uma nação, com o objetivo de garantir a representação popular (BONAVIDES, 2000).

As leis historicamente sempre estiveram a serviço de uma dada noção de ordem, a serviço de concepções dominantes e também de interesses dominantes. Ou seja, sempre como instrumento de controle social como forma de preservação da

organização social. O sistema legislativo se apresenta então como instituição representativa, já que é composto por “representantes” do povo.

Porém, a permanência de um Estado apropriado por uma classe, ou seja, por membros da classe economicamente dominante, ou por seus representantes vai confrontar a todo instante com os sujeitos coletivos constituídos de modo organizado na busca cada vez maior pela socialização da política. Ou seja, é necessário “uma ordem onde não haja apenas a socialização dos meios de produção, como os “clássicos” do marxismo insistiram, mas também a socialização do poder (COUTINHO, 2006, p. 22).

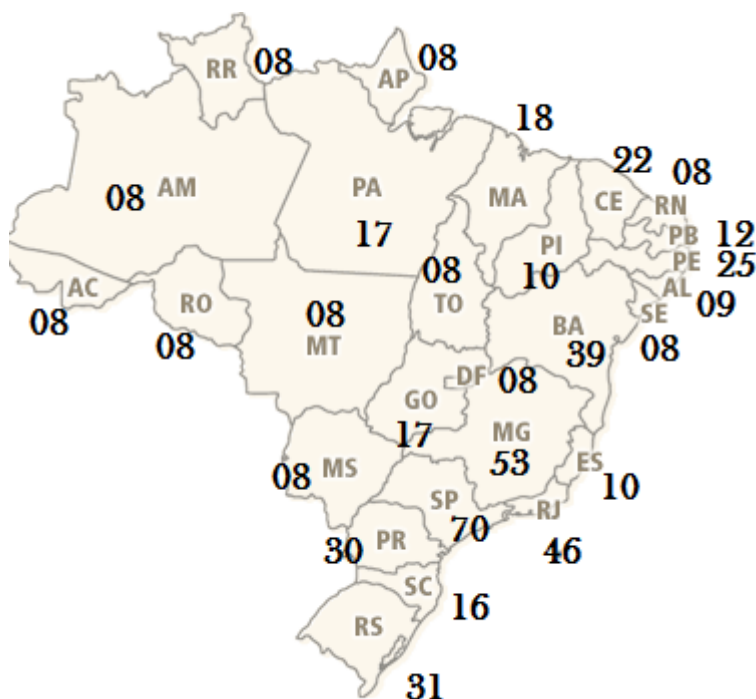
Por isso, Coutinho (2006) já nos alertava sobre os sistemas legislativos na democracia. Não basta estatuir e estudar somente as regras do jogo, pois o sistema econômico não permite que a regras sejam efetivamente democráticas, necessita-se de condições jurídicas e econômico-sociais para que tais regras e leis sejam efetivamente cumpridas. Ou seja, “a definição minimalista de democracia é uma mera ideologia, cujo objetivo principal é esvaziar a democracia do caráter subversivo e anticapitalista que, tanto teórica como praticamente, caracterizou-a desde sua origem (COUTINHO, 2006, p. 27).

Por um lado acreditamos, como Gramsci, que no interior do aparato do Estado é possível que as classes subalternas, ou representantes destas, obtenham a hegemonia, um grupo social pode e deve ser dirigente. Afinal, segundo Gramsci (2002), os três poderes são também órgãos da hegemonia política. Por outro, a forma como está organizado o sistema político brasileiro impede na prática que a disputa no interior do Congresso Nacional ocorra de forma igualitária.

O poder que os legislativos modernos apresentam de “fazer as leis”, diz respeito ao poder de discutir em nome dos eleitores que transferem essa responsabilidade para seus representantes. Porém, “a representação deforma-se, ou falseia-se, na medida em que se perdem as condições para a formação de uma vontade clara e nítida por parte do corpo eleitoral (SALDANHA, 1992, p. 76). No Brasil esse cenário tende a se agravar pela nossa história desde a colônia, e pelo fato de que alguns autores chamaram de ausência da “coisa pública” (SALDANHA, 1992; MESSEMBERG, 2002).

Nesse sentido, há uma complexidade das relações entre os poderes – principalmente entre executivo e legislativo – bem como do funcionamento e atuação do CN no pós-constituente. A constituição de 1988 teve importante influência sobre o funcionamento do Congresso Nacional, com impacto na própria configuração do Legislativo. No seu artigo 44, a CF determina que o poder legislativo deva ser exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela *Câmara dos Deputados* e do *Senado Federal*, onde cada legislatura terá a duração de quatro anos. Dessa forma, parte-se da compreensão que a Câmara dos deputados é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado, território e Distrito Federal (BRASIL, 1988), (Mapa 1).

Mapa 1 - Número de Deputados por Estado.



Já o Senado Federal, é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, sendo três senadores por Estado e Distrito Federal com mandato de oito anos (BRASIL, 1988). A eleição para o Senado Federal obedece ao princípio majoritário, portanto, não é proporcional ao número de habitantes. Como o Senado é o representante da Federação, os 26 Estados juntamente com o Distrito Federal apresentam o mesmo número de representantes, com a atual composição de 81 senadores.

Ao Congresso Nacional cabe as contribuições e competências sobre todas as matérias de competência da União, com a sanção do Presidente da República. As atribuições podem ser divididas em três níveis: geral, exclusiva e privativa. De acordo com o artigo 48 da CF, as atribuições **gerais**:

[...] **consistem em elaborar as leis da República**, com a sanção do presidente da República, e emendar a Constituição, fazendo uso do poder constituinte derivado. As **exclusivas** (art. 49 da CF) compreendem atos que prescindem de sanção do presidente da República e, portanto, são imunes ao veto presidencial. Entre essas incluem-se a aprovação dos tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, dos quais o Brasil faça parte, e promulgação, em sessão solene, das Propostas de Emenda à Constituição (PECs). As **privativas** estão relacionadas aos assuntos internos da Câmara, do Senado e do Congresso, aos temas que lhes foram delegados pela Carta Política, ou destinadas à ratificação de atos dos Poderes Executivo e Judiciário, entre outros assuntos previstos na Constituição Federal (QUEIROZ, 2014, p.20).

No artigo 52 da CF/88, aparecem as competências privativas do Senado Federal. Dentre elas, as mais importantes são

[...] i) **a prerrogativa de processar e julgar o presidente da República** e seu vice, nos crimes de responsabilidade, e os ministros de Estado, nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente; ii) **a aprovação de nomeações de magistrados, ministros do Tribunal de Contas da União**, presidente e diretores do Banco Central e de Agências Reguladoras; procurador geral da República e outros titulares de cargos públicos; iii) **a autorização de empréstimos externos** aos estados e municípios; iv) **a fixação de limites de endividamento dos entes federativos** (União, estados, DF e municípios); e v) a sustação da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (QUEIROZ, 2014, p. 21).

Já à câmara dos deputados compete privativamente:

[...] i) autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, seu vice e os ministros de Estado, em casos de crimes comuns ou de responsabilidade; ii) proceder à tomada de contas do presidente da República; iii) dispor sobre organização e funcionamento interno, inclusive da polícia; iv) eleger membros para o Conselho da República; e v) elaborar e modificar o seu regimento interno (QUEIROZ, 2014, p.21).

No interior do processo legislativo, são as comissões, temporárias ou permanentes, que exercem importantes funções. De acordo com o art. 58, o CN e suas casas terão comissões que devem ser constituídas na forma e com atribuições previstas no respectivo regimento. Segundo Messemberg (2002, p. 36), um dos principais avanços foi a garantia em certos casos da decisão terminativa das comissões permanentes, pois “as dota de capacidade para aprovar projetos prescindindo da deliberação do Plenário”. E ainda, a possibilidade das comissões de convocarem

qualquer ministro ou autoridade pública para prestar informações sobre assuntos referentes às suas competências (MESSEMBERG, 2002).

Nas comissões permanentes²⁵ é assegurada a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares, e são encarregadas de debater e deliberar sobre os projetos submetidos à análise, entre as funções destacam-se:

[...] a) aprovar ou rejeitar matérias conclusivamente; b) recomendar os plenários a aprovar ou rejeitar proposições; c) apresentar proposições, alterá-las ou sugerir o envio ao arquivo; d) convocar ministro de Estado para prestar esclarecimentos, bem como encaminhar, por intermédio da Mesa, pedidos escritos de informações a ministro de Estado ou qualquer autoridade diretamente vinculada à Presidência da República; e) realizar audiência pública; f) solicitar depoimento de autoridades; g) acompanhar e apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento; h) propor a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo; e i) estudar qualquer tema no campo de suas atividade, assim como promover fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, inclusive da Administração Indireta (QUEIROZ, 2014, p. 29).

Além das comissões permanentes, também existem as temporárias²⁶. Essas comissões temporárias se extinguem ao final de cada mandado, ou antes, quando termina sua missão.

Os projetos de lei, ao serem encaminhadas para as comissões, recebem no interior destas, um relator que passa a ser o parlamentar designado para estudar e emitir parecer sobre determinada matéria. Esse relator é indicado na maioria das vezes pelo presidente da comissão e pode aceitar ou declinar da indicação²⁷. Já nas comissões especiais, na maioria das vezes, há acordos entre partidos na escolha do relator, “no plenário, a prerrogativa de indicação do relator é do presidente da Casa” (QUEIROZ, 2014, p.32).

Além das comissões também fazem parte da organização interna do legislativo as frentes parlamentares que podem ser entendidas como associações “suprapartidárias, constituídas de pelo menos 1/3 dos integrantes do Poder

²⁵ As comissões permanentes podem criar subcomissões para tratar de temas específicos e com tempo pré-determinado. Algumas comissões são importantes na tramitação dos projetos de leis que ora pretendemos analisar. São elas: a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – (CCJC).

²⁶ Um exemplo é a comissão temporária especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.583, de 2013, do Sr. Anderson Ferreira, que “dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências”, e que tramita junto ao PL 65.8313.

²⁷ Veremos em nossa análise que isso ocorreu sistematicamente com o PL 1151/1995 e com o PLS 612/2011.

Legislativo Federal, com a finalidade de promover interesse ou aprimorar legislação relativa a temas específicos” (QUEIROZ, 2014, p. 67).

Das diversas frentes que compõem o CN, três merecerão destaque: a **Frente Parlamentar Mista da Família e apoio a vida**, coordenada pelo deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) e composta por 207 deputados e 06 senadores dos diversos partidos e regiões brasileiras. A **Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos**, coordenada pela deputada Erika Kokay (PT/DF) e composta por 217 deputados. E a **Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família**, coordenada pelo deputado Alan Rick (PRB/AC)²⁸.

As frentes parlamentares se apresentam como um espaço político de discussão, que não perpassam aprovações de leis. Mas, junto às comissões, se apresentam como um espaço de fortalecimento ao processo legislativo, visto que as propostas que movimentam o processo legislativo podem resultar desses espaços em conjunto. Estamos chamando de processo legislativo o conjunto de regras e procedimentos que são utilizados pelos parlamentares na elaboração das leis e normas. Podem ser compreendidos a partir da elaboração de “I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções. Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (BRASIL, 1988, s/p). E além dessas o processo legislativo inclui “[...] desde o tipo de proposição, a iniciativa, a tramitação, a negociação, o andamento, a votação, o quórum exigido, até a sanção ou a promulgação” (QUEIROZ, 2014, p. 37). São três as fases desse processo: a introdutória, que trata do início; a constitutiva que é perpassada pelas discussões, votações, sanção e veto (rejeição e/ou arquivamento); e a fase complementar constituída pela promulgação e publicação (BRASIL, 1988).

Todo esse processo legislativo – introdutória constitutiva e complementar – é perpassado por disputas e atitudes. Todo esse processo é constituído do “adesismo oportunista e do conservadorismo mais rústico até as posições fascistas

²⁸ Não é possível identificar desde quando essas frentes parlamentares existem, pois a cada legislatura é necessário que seja solicitado a criação ou recriação. As três frentes se fazem presente na legislatura atual 2015-2018. Entre as duas frentes parlamentares que levam o nome ‘das famílias’ há poucas diferenças se olhadas pelos sujeitos políticos que as compõem e também na descrição de seus objetivos. A frente mista da família e apoio a vida demonstra nitidamente uma visão mais conservadora. Os projetos vinculados ao nosso tema como a defesa da diversidade familiar, adoção e conjugalidade foram apresentados por parlamentares que pertencem a frente parlamentar em defesa dos direitos humanos.

propriamente ditas; da pretensão "centrista" e equidistante até as diversas nuances de esquerda e as posições [...] críticas que tentam - com dificuldade - manter a dignidade da representação popular" (SALDANHA, 1992, 88).

Isso porque, o legislativo se coloca como uma instituição, que dentro da conjuntura societária é parte integrante de um Estado que a rege – o Estado capitalista – e onde os sujeitos e seus posicionamentos expressam e representam as frações da classe da qual fazem parte, ou vocalizam defesas de outra classe da qual não pertencem. Sendo assim, cabe a nós entender o que caracteriza esse Estado, e o grupo a frente do bloco histórico que, no presente, possuem a hegemonia. Ao mesmo tempo, é mister também apontar a direção pressionada por outro grupo da sociedade civil que disputa a construção de uma nova hegemonia, ou seja, que vem ocupando o que seria, nas palavras de Gramsci (2002), as trincheiras no interior do Estado.

Partimos do pressuposto nesse trabalho, embasados pelas categorias gramscianas, que a realidade que ora se pretende analisar precisa ser debruçada a partir da sua totalidade, nesse sentido, é condição *sine qua non* a compreensão de que as relações constitutivas do ser social são permeadas por contradições, mediações, processos, rupturas, antagonismos, e que será aqui apreendido a partir da historicidade social (SIMIONATTO, 1997). Nas palavras de Simionatto (1997, p.1) “não é assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos”.

Desse modo, entender a luta por direitos no interior do CN requer que situemos na totalidade o sistema em que esse Estado de direito se insere. Trataremos então de um Estado capitalista ampliado, segundo a concepção gramsciana, constituído pela sociedade política mais a sociedade civil.

2. 2 Estado, Bloco Histórico e disputa pela Hegemonia no Congresso Nacional

Há assim uma contradição antagônica entre a socialização da política e a apropriação privada ou grupista do poder, similar à que existe entre a socialização das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção (COUTINHO, 1996. p. 78).

O contexto histórico vivenciado por Gramsci permitiu que o mesmo visualizasse uma ampliação da socialização da política, principalmente em relação ao papel do Estado que se ampliou, em certo momento da sociedade capitalista, devido principalmente à complexificação dos problemas relacionados ao poder, a organização das classes e a relação com a política, o que permitiu então o surgimento de uma nova esfera chamada de sociedade civil (SIMIONATTO, 1997; COUTINHO, 1996).

O Estado é entendido assim, como um organismo que representa um grupo, e como representante desse grupo tem como missão efetivar as condições favoráveis a expansão desse grupo. Porém, nas palavras de Gramsci

[...] o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida com uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2002, p. 41).

Portanto, avançando na compreensão do Estado não somente como “braço repressor da burguesia”, o mesmo “cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizado pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa” (COUTINHO, 1996, p. 53). A compreensão ampliada de Estado²⁹ a partir de novas determinações se dá por meio de duas esferas que se distinguem no seu interior. Assim, a superestrutura é constituída por duas esferas: a sociedade civil e a sociedade política. Dessa forma, nas palavras de Gramsci (2002, p. 54), “*por Estado deve-se entender, além do aparelho do governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil*”.

São, portanto, o conjunto dessas duas esferas que constituem o Estado ampliado para Gramsci. Essas duas esferas – sociedade civil e sociedade política - podem contribuir para a conservação ou transformação de uma realidade econômico-social, de acordo com o interesse de uma das classes no sistema capitalista. A forma de conduzir para a conservação ou transformação varia entre a sociedade civil e sociedade política.

²⁹ Cabe aqui lembrar, parafraseando Coutinho (1996, p. 53) “que se trata de uma ampliação *dialética*: os novos elementos aduzidos por Gramsci não elimina o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx, Engels e Lenin (ou seja, o caráter *de classe* e o *momento repressivo* de todo o poder de Estado), mas o *repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo* através do acréscimo de novas determinações”.

No âmbito da 'sociedade civil', as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do *consenso*. Por meio da 'sociedade política' – que Gramsci também chama, de modo mais preciso de 'Estado em sentido estrito' ou de 'Estado-coerção' -, ao contrário, exerce-se sempre uma 'ditadura', ou, mais precisamente, uma dominação fundada na coerção (COUTINHO, 1996, p.55).

As formas de construção de uma nova hegemonia – ganhando aliados para seus projetos - podem ser conduzidas de maneiras diferentes. Na visão gramsciana, o processo de construção de uma nova hegemonia não requer a reestruturação somente a partir do campo econômico, pois parte-se da compreensão que a sociedade é profundamente determinada por valores e ideias. Sendo assim, esse processo de construção de uma nova hegemonia coloca a necessidade de um debate sobre a cultura³⁰, entendida “enquanto espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social, que o torna capaz de intervir na realidade” (SIMIONATTO, 1997, p.4).

É, portanto, no seio também do debate sobre a cultura e as funções estatais de hegemonia ou consenso e de dominação ou coerção, que vai se constituir a disputa pela supremacia, que depende do nível de socialização da política do país e da disputa da correlação de forças entre as classes. Nesse sentido, “a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘dominação’ e ‘como direção intelectual e moral’ (COUTINHO, 1996, p. 56). Isso porque, o “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...] (GRAMSCI, 2002, p. 331).

No atual cenário político, temos assistido também a diferentes forças políticas e projetos de sociedade em disputa pela hegemonia. Tal quadro pode ser analisado a partir do conceito de guerra de posição. Segundo o autor, guerra de posição pode ser entendida como uma “[...] forma de transição 'negociada', onde se verifica a combinação de processos pelo 'alto' e de movimentos provenientes de 'baixo'; e,

³⁰ Cultura não é compreendida aqui como esfera autônoma na organização dos processos sociais, mas como lógica interna que parametriza as manifestações do capitalismo neste estágio globalizado (SIMIONATTO, 1997, p. 4). A autora ainda alerta, “Gramsci não é um culturalista, mas preocupa-se com o desenvolvimento daquilo que chamamos de cultura política, necessária à crítica da ordem das coisas. Para ele, crítica significa cultura e cultura não significa a simples aquisição de conhecimentos, mas sim tomar partido, posicionar-se frente à história, buscar a liberdade. A cultura está relacionada, pois, com a transformação da realidade, uma vez que através da “conquista de uma consciência superior (...) cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres (Gramsci, 1975:24) (SIMIONATTO, 1997, p. 04).

decerto é o predomínio de uns ou de outros que determina o resultado final” (GRAMSCI, 2002, p. 176). Ou seja, nas ‘negociações’ que vem sendo realizadas no interior do CN, principalmente no que trata sobre famílias, é a bancada evangélica e seus aliados que vem obtendo predomínio.

Torna-se necessário nessa disputa pela hegemonia a expansão das classes subalternas, por meio da conquista gradual e progressivamente de posições no interior dos espaços de forma que se vá agregando um novo bloco histórico, que “inicialmente altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado” (COUTINHO, 1996, p. 60).

A hegemonia se materializa precisamente na criação dessa vontade coletiva, motor de um ‘bloco histórico’ que articula diferentes grupos sociais, todos eles capazes de operar, em maior ou menor medida, o movimento ‘catártico’ de superação de seus interesses meramente ‘econômico-corporativos’ em função da criação de uma consciência ‘ético-política’, universalizadora. [...] **essa passagem catártica do particular para o universal** [...] [se dá] mediante uma superação dialética na qual o ‘ético-político’, a vontade coletiva, conserva e eleva a nível superior os múltiplos interesses singulares e particulares dos diversos e plurais componentes do ‘bloco histórico’ (COUTINHO, 1996, p. 140).

Esse entendimento de que no interior do bloco histórico há múltiplos interesses que precisam ser considerados, não tem relação com a ideia que concebe o bloco histórico “como uma simples aliança entre classes sociais” (PORTELLI, 1977, p. 14). Nas palavras de Portelli (1977) “é no quadro de análise do bloco histórico que Gramsci estuda como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, edifica-se um novo sistema hegemônico e cria-se, pois, um novo bloco histórico” (PORTELLI, 1977, p. 16).

Como exemplo, o autor demonstra que **o parlamento é ao mesmo tempo sociedade política (quando elabora as leis), e também sociedade civil** (como representante da opinião pública). Nesse sentido, o espaço do parlamento representa a junção entre a força e o consenso. A classe dominante utiliza-se e combina no exercício de sua hegemonia a sociedade política + civil (PORTELLI, 1977).

Essa é a razão por que colocar a questão da primazia de um ou outro elemento do bloco histórico é um falso problema. Se considerarmos a articulação desse bloco, fica evidente que sua estrutura socioeconômica é o seu elemento decisivo. Mas é não menos evidente que, em qualquer movimento histórico, é a nível das atividades superestruturais que se traduzem e resolvem as contradições surgidas na base. A relação entre

esses dois elementos é, ao mesmo tempo, dialética e orgânica. Aliás, o próprio Gramsci alerta contra o erro que consiste em considerar separadamente esses dois elementos: o conceito de bloco histórico tem, justamente, objetivo de evitar esse erro [...] (PORTELLI, 1977, p. 56).

No interior do bloco histórico podemos distinguir duas esferas: uma da estrutura socioeconômica e outra da superestrutura ideológica e política, onde ambas são vinculadas por meio do exercício da hegemonia, assegurado pelos intelectuais. Estamos assim considerando que o bloco histórico [...] “reúne o conjunto de estrutura e da superestrutura, portanto, as classes subalternas e o sistema hegemônico” (PORTELLI, 1977, p. 76) sendo um bloco histórico *“uma situação histórica determinada”* (PORTELLI, 1977, p.74).

O bloco histórico se edifica em torno do sistema hegemônico da classe fundamental. O desencadeamento de um novo bloco histórico depende sempre de duas condições: [...] “o desencadeamento de uma crise orgânica do bloco histórico, isto é, da ruptura dos laços orgânicos entre a estrutura e a superestrutura, quando os intelectuais deixam de representar as classes sociais” (PORTELLI, 1977, p. 103). E também da formação de um sistema hegemônico que agrupe as classes subalternas “isto porque, se a crise for ‘espontânea’ e as classes subalternas estiverem desorganizadas, a classe dominante recuperará o controle da situação e a velha sociedade sobreviverá” [...] (PORTELLI, 1977, p.103).

A construção de uma nova hegemonia exige assim a superação de interesses particulares e individuais. É a partir da superação desse modo individualista de ser e pensar que a vontade coletiva possibilita o delineamento de uma nova consciência, que vai se manifestar e se concretizar na prática política. Constituir-se classe hegemônica significa unir em torno de si reivindicações de diferentes estratos sociais na busca por interesses comuns (SIMIONATTO, 1997). Segundo Gramsci (2002).

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, **caracteriza-se pela combinação da força e do consenso**, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, **tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria**, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2002, p. 95).

O cenário político brasileiro tem demonstrado o esforço – ou o modo de como tem se dado o exercício da hegemonia - que alguns grupos têm realizado, no sentido de organizar no interno dos Legislativos, espaços como as frentes parlamentares, que buscam concretizar na vida pública, a partir de leis, políticas, vetos e campanhas os

interesses desses grupos hegemônicos. Apesar de alguns desses sujeitos não pertencerem à classe burguesa, carregam e representam o discurso de uma classe.

A bancada do Boi, da Bala e da Bíblia (BBB) pode ser um exemplo concreto de como esses grupos fundamentalistas vem realizando alianças quando se trata de discussões de cunho conservador. Apesar do aparente interesse distinto, em certas ocasiões, como a votação do código florestal e demarcação das terras indígenas, a bancada do boi conseguiu apoio da bancada da Bíblia e da Bala. Em outro momento, as mesmas bancadas apoiaram a discussão que a bancada da Bíblia defendeu em torno do Estatuto da Família, e posteriormente, ambas defenderam os retrocessos no Estatuto do Desarmamento, puxado pela bancada da Bala. Segundo a Deputada Erika Kokay (PT/DF) essas ações demonstram que *“na verdade, todos eles compartilham da mesma ideologia, unem-se na defesa da sociedade patrimonialista e patriarcal”*³¹ e combinam em suas ações força e consenso.

Mas não só há um esforço moral de falar em nome da sociedade, da vontade coletiva – muitas vezes pelo simples interesse eleitoreiro – o que vem permitindo que esses grupos dialoguem com o discurso do senso comum, colocando-se como representantes do povo. Esse esforço demonstra o que Gramsci dizia da necessidade da construção da hegemonia que, por um lado, deve se constituir como vontade coletiva e por outro, autogoverno. No sentido gramsciano, o autogoverno não mantém os grupos subalternos no plano inferior, ao contrário, eleva e torna-os mais capazes de refletir e dominar as situações, e a partir disso vão realizando o que o autor chamou de “reforma intelectual moral” (SIMIONATTO, 1997; COUTINHO, 2006).

Essa reforma intelectual e moral se exerce também no campo das ideias e da cultura, e não só no nível econômico. Porém, o projeto político em voga, direcionado para a ordem econômica, permite que o Estado seja um forte potencial de cooptação e supremacia, o que provoca no campo ideológico a despolitização das classes subalternas. Essa prática está presente no atual Congresso Brasileiro, considerado como o mais retrógrado e conservador desde a ditadura militar (RADIOGRAFIA DO CONGRESSO NACIONAL, 2015). Tais práticas no interior do atual CN claramente “conservadoras, antidemocráticas e excludentes, leva a burguesia a fazer e refazer

³¹ **A Bancada BBB domina o Congresso.** <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em 30/09/2015.

suas alianças, a romper os elos que unem as classes e seus dirigentes, tornando-os cúmplices da dominação burguesa e cerceando as possibilidades de formação de organizações revolucionárias” (SIMIONATTO, 1997, p. 7). Ou seja, a luta de classes não vem sendo travada mais em nome da conquista de novos direitos, mas na defesa daqueles que já foram conquistados (COUTINHO, 2010), e que estão sendo gradualmente destruídos.

Nesse sentido, o cenário nos coloca um grande desafio que Gramsci já apontava, da subordinação de alguns grupos em relação a outros e dos limites das classes na construção de uma visão de mundo. Os grupos de militância LGBT, muitas vezes em consonância com projetos governistas defendem em suas pautas reivindicatórias a cidadania plena, o que em nossa análise impossibilita efetivamente uma contribuição com vistas a elaborar uma reforma intelectual e moral. Como sabemos, “por mais direitos que o cidadão tenha e por mais que esses direitos sejam aperfeiçoados, a desigualdade de raiz jamais será inteiramente eliminada” (TONET, 2015, s/p) nas sociedades capitalistas.

Como demonstra Simionatto (1997, p.07), a preocupação de Gramsci era exatamente em relação a essa transformação da visão de mundo, da “elevação das condições de vida das classes subalternizadas e com a sua inclusão no cenário histórico, excluídas que sempre foram dos processos histórico-sociais”. Nesse sentido, a classe burguesa tenta eliminar os antagonismos existentes entre os diversos projetos de sociedade, na tentativa de se construir um “consenso ativo”, em nome de uma visão falsa da realidade.

A própria ênfase dada na diversidade, na diferença e no pluralismo, pelos “novos movimentos sociais” e pela pós-modernidade tem representado essa mistificação. Segundo Wood (2003), a defesa da vivência em um mundo pós-moderno, em que a diversidade e a diferença dissolveram as antigas certezas e universalidades, mascara as relações capitalistas geradas pela questão da classe. O conceito de identidade afirma, “ao contrário das ‘noções reducionistas’ ou ‘essencialistas’ como classe, ter a capacidade de – igualmente e sem preconceito ou privilégio – abranger tudo, desde gênero a classe, de etnia até raça ou preferência sexual” (WOOD, 2003, p. 220). A política de identidade compreendida nessa direção demonstra suas limitações teóricas e políticas.

[...] algumas diferenças importantes estão sendo ocultadas numa categoria abrangente que se propõe a cobrir fenômenos sociais muito diferentes, como classe, gênero, sexualidade ou etnicidade. No mínimo, igualdade de classe significa algo diferente e exige condições diferentes das que se associam a igualdade sexual ou racial (WOOD, 2003, p. 221).

O capitalismo possui as condições de cooptar e reforçar as opressões que o mesmo não criou e adaptá-las aos domínios da exploração de classe. E é nesse momento que o poder estatal se expressa não apenas por meio dos seus aparelhos repressivos e coercitivos “mas também, através de uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil” (SIMIONATTO, 1997, p. 10). Segundo Gramsci sociedade civil deve ser entendida como um “conjunto dos organismos chamados ‘privados’ e que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade” (GRAMSCI, 2002, p. 225).

Dessa forma, na sociedade civil³² estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exercem a hegemonia por meio dos meios de comunicação, por exemplo, como das outras camadas das classes subalternas que também se organizam para propor alternativas que se “contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares” (SIMIONATTO, 1997, p. 11).

Para Gramsci, a definição de sociedade civil não possui ambigüidades. É definida como uma arma contra o capitalismo, sempre intencionada por bandeiras anticapitalistas, e nunca uma acomodação ao capitalismo, como definido por teorias sociais contemporâneas. Segundo Wood (2003), o conceito de sociedade civil apresenta hoje dois impulsos contrários, “de um lado, os defensores da sociedade civil fortalecem nossa defesa de instituições e relações não estatais para enfrentar o poder do Estado; de outro, tendem a enfraquecer nossa resistência às coerções do capitalismo” (WOOD, 2003, p. 208).

Segundo Coutinho (2006), a hegemonia, ou a direção política e ideológica, não pode existir sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil. Em outras palavras, a sociedade civil pode ser compreendida como:

³² Ao reforçar que o mercado e suas formas de controle tomaram frente no interior da sociedade civil, Wood (2003) demonstra que a coerção não é apenas um defeito da sociedade civil, mas um de seus importantes princípios. “as funções coercitivas do Estado foram em grande parte ocupadas na imposição da dominação na sociedade civil” (WOOD, 2003, p. 218).

O conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de luta de classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições (SIMIONATTO, 1997, p. 11).

Ora, é nesse espaço contraditório e dinâmico que o Congresso Nacional Brasileiro se insere. Com uma diversidade de projetos e práticas sociais, que constituem práticas voltadas para a construção – ou permanência – de uma hegemonia. A direção disputada no interior do legislativo é diversa, cabe ressaltar que num primeiro olhar dependendo da pauta em debate, não é possível identificar a que frações de classe as defesas das frentes parlamentares e comissões pertencem ideologicamente. É possível identificar pautas progressistas apoiadas por membros ligados a bancadas que se apresentam como conservadoras porém, sem a defesa da transformação da sociedade. Nesse sentido cabe a reflexão de Togliatti (1954, p. 25) que, ao ressaltar a luta por justiça e democracia, reafirmava que

Todos os direitos são afirmados, mas o exercício de qualquer direito pode ser negado, e é negado, de fato, a quem não se encontra em determinadas *condições materiais e sociais*, e qualquer direito é destruído, de propósito, quando o curso dos acontecimentos é tal que *ponha em risco a segurança de determinado grupo dominante*.

É no interior desse espaço de disputa que tem sido possível aos partidos, sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais, ONGs, sujeitos organizados desempenharem papel fundamental nas relações entre Estado/sociedade, o que diminui, ou pelo menos há um esforço nessa direção, para controlar os poderes coercitivos do Estado capitalista. No interior do CN as disputas dessas diversas organizações e entidades contribuem para “o alargamento da participação nos processos decisórios e o bloqueamento das estratégias de destruição dos direitos sociais e dos institutos de representação coletiva” (SIMIONATTO, 1997, p. 16) ainda que o cenário não se apresente favorável, principalmente para as pautas relacionadas ao movimento LGBT.

Nesse cenário, as diversas lutas como a da população LGBT, vem se restringindo a reformas pontuais, desvinculadas de um projeto em consonância com a totalidade da vida social, o que delimita a possibilidade dessas lutas. As demandas pontuais, ainda que importantes, nas palavras de Simionatto (1997), “hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado [...]”. Definida por Gramsci como pequena política, essas lutas

envolvem questões parciais e do cotidiano, e que precisam vincular-se com a grande política, visando ao estabelecimento de novas relações.

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência da luta pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2002, p. 21).

Essa direção, nas palavras de Simionatto (1997) expressa o esmaecimento das lutas de dimensão global, cuja elite intencionalmente busca reforçar e reduzir como se fossem questões meramente particulares e desvinculadas da totalidade social. Ou seja, é necessário um esforço na direção de um grupo político que a partir da disputa no interior da sociedade civil, busque reafirmar “a relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, [...] enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária” (SIMIONATTO, 1997, p, 15).

Sendo assim, torna-se necessário apontar os limites da luta pelos direitos humanos como fim, e do reconhecimento da família homoparental como forma de resolver os problemas que hoje diversos sujeitos vivenciam. Mas também reconhecer a singularidade e particularidade inscritas nesse processo. Não é nosso objetivo desqualificar a luta dos direitos humanos, nem a pauta pelo casamento que ora propomos analisar, mas sim, demonstrar a necessidade histórica da pauta anticapitalista como forma de disputar, no interior do bloco histórico, a hegemonia, tendo em vista a emancipação humana. Ou seja, é necessário aqui mediações que nos possibilitem caminhar no sentido da defesa de direitos com base na emancipação política, mas também atrelado a um contexto maior, visando a emancipação humana.

2.3 INDIVIDUALIDADES, DIREITOS HUMANOS E LUTA ANTICAPITALISTA

A sociedade configura-se na totalidade de relações e interações que os indivíduos estabelecem entre si e não no somatório aleatório de individualidade (SANTOS, 2005, p. 41).

Estamos assistindo há algumas décadas ao predomínio da luta democrática – em defesa da democracia e da cidadania – via CN e de outras instituições estatais. Muitas dessas lutas aparecem para nós como partes separadas e sem vinculação com a totalidade, como por exemplo, o desejo pelo reconhecimento do casamento

entre pessoas do mesmo sexo, e assim o reconhecimento de mais um modelo de família.

Porém, apesar do direcionamento político-teórico de alguns movimentos como o LGBT, que ao demandarem direitos via CN, acabam tratando a individualidade como processo pessoal e desconectado da totalidade; nossa compreensão parte da análise da realidade como algo vinculado entre totalidade social e indivíduo. Ou nas palavras de Santos (2005), as categorias individualidade e sociabilidade devem ser entendidas a partir de um movimento de reciprocidade dialética.

Sociabilidade entendida como produção e reprodução das relações sociais que tem na produção sua determinação central. Individualidade entendida como um complexo parcial que ganha concretude e possibilidades de realização na relação dinâmica e contraditória com a totalidade social (SANTOS, 2005, p. 23).

Nesse sentido, a reprodução tanto da sociedade como dos indivíduos é impossível de ser captada em sua essência “se separarmos e fatiarmos a realidade em esferas estanques, a economia, a política, a ética, a sociedade, o indivíduo (SANTOS, 2005, p. 47). Ao retratarem a reprodução social na perspectiva lukácsiana, Tonet e Lessa (2008) demonstram que existem dois pólos, o da reprodução da totalidade social e outro do indivíduo, que se desenvolvem, ambos, articulados entre si. Porém, essa relação é demarcada por desigualdades, por meio de contradições em ambos os lados.

O desenvolvimento social colocará exigências ao dos indivíduos que estes nem sempre atenderão imediatamente ou sem contradições; por outro lado, a evolução das personalidades individuais gera necessidades pessoais que as relações sociais nem sempre podem atender. A contraditoriedade nessa esfera é um dado sempre presente (LESSA; TONET, 2008, p. 85).

Nessa forma de organização societária as relações sociais são essencialmente conflituosas, devido à disputa de todos contra todos pelo desejo da riqueza. Nesse sentido, para evitar uma guerra civil entre os sujeitos - que impediria a reprodução do capital - a democracia burguesa e o Estado burguês administram o conflito (LESSA; TONET, 2008).

A democracia se apresenta como a forma mais desenvolvida de uma sociedade movimentada pela acumulação privada de capital. Parte-se da compreensão que todos os homens são iguais e, portanto, as leis não devem proteger um indivíduo na sua disputa com o outro (LESSA; TONET, 2008). Tanto que em sociedades classistas anteriores à capitalista, o direito garantia um tratamento desigual aos

desiguais, já nos marcos do capitalismo, o direito modifica-se “ao conferir tratamento igual aos desiguais” (SANTOS, 2005, p. 81).

O direito assume, portanto, na formação social capitalista, uma função ideológica de alta complexidade e consequências sócio-políticas. Isso porque quando reconhece os agentes da produção como sujeitos iguais, na verdade, efetiva-se, aí, um modo particular de ordenar e disciplinar os conflitos sociais, que opera com dispositivos normativos e ideológicos que servem a este processo de naturalização das relações econômicas e de classe, na medida em que os indivíduos são tratados de modo genérico, destituídos das relações reais e históricas que vivenciam.

Trata-se então da contribuição do direito para ocultar a dominação, e de forma aparente legitimar a sociedade capitalista, impedindo que as classes sociais tomem consciência desse processo. E ao usufruir do corpo técnico e político, se efetivam no sistema de normas, atuam e ordenam os conflitos individuais e coletivos com instrumentos jurídicos (SANTOS, 2015), o que na prática vem impedindo a construção de projetos que visem outra hegemonia, no interior do bloco histórico.

Ao proceder dessa forma, as leis não garantem igualdade entre homens e mulheres, mas sim a reprodução das desigualdades sociais. Ou seja, “todos são politicamente iguais, mas socialmente divididos entre burgueses e proletários, a igualdade jurídica nada mais é do que a afirmação social real, das desigualdades sociais” (LESSA; TONET, 2008, p. 88-89).

Por conta disso é que a cidadania, conceito decisivo da concepção democrática, não é um obstáculo à exploração econômica; **ser cidadão é apenas e tão somente ter os seus direitos respeitados**. Todos esses direitos, porém, são sempre compatíveis com a exploração do homem pelo homem. [...] Em outras palavras, o Estado capitalista afirma a igualdade formal, política e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores.

Sempre que conflitos ameacem a reprodução da ordem o Estado deverá intervir para garantir o controle sobre os trabalhadores, por meio do discurso da democracia. Quando não for possível, pois essa só funciona democraticamente quando interessa à classe dominante - os capitalistas suspendem a ordem democrática para reprimir os trabalhadores (LESSA; TONET, 2008).

Nesse sentido, constituir-se plenamente por meio da política e do direito não é possível, pois esses são, em última instância, obstáculos a essa realização. Nas palavras de Tonet (2015b, p. 5), “eles são precisamente instrumentos de reprodução de ordens sociais que não permitem a todos os indivíduos o acesso aos bens materiais e espirituais que constituem, a cada momento, a riqueza do gênero humano”.

Com isso, entendemos a falta de liberdade de orientação sexual, e o não reconhecimento como família, como uma questão ideológica que deve ser enfrentada a partir de um projeto de sociedade fundado na igualdade e liberdade substantiva, o que implicaria “na valorização, de fato, da diversidade dos indivíduos no âmbito das relações sociais” (SANTOS, 2005, p. 36).

O caráter social da individualidade consiste no fato dos indivíduos estabelecerem relações e nexos para a produção de suas necessidades, utilizando e transformando os meios e as condições postas na natureza, tendo, como principal elemento, a ação de reciprocidade estabelecida neste intercâmbio, em que cada indivíduo necessita e se realiza por intermédio do outro. É nessa perspectiva que os indivíduos são, necessariamente, sociais e históricos; que suas ações e sentimentos não podem ser entendidos fora da vida social, de forma isolada e autônoma e que a substância do ato de individualizar-se é ser para si na medida em que se é para o outro (SANTOS, 2005, p. 42).

Nessa direção, a diversidade é um elemento constituinte da individualidade humana, o que não implica em situá-la fora da dimensão da universalidade, pois de acordo com a autora:

É na reciprocidade das interações que a diversidade se apresenta como potencialidade e capacidade de elaboração e auto-realização frente às necessidades e as respostas dadas, num processo, que combina a um só tempo, atuação sob certas condições histórico-concretas com iniciativas individuais, dotadas de criatividade; de busca incessante pelo novo; de jeito próprio de interferir no real, mas, também, caracterizadas por formas de resignação e apatia, tudo a depender do ambiente social e dos espaços de socialização em que os indivíduos estão inseridos (SANTOS, 2005, p. 44).

Portanto, a individualidade se constitui enquanto parte da sociabilidade e nesse sentido a pauta pelo casamento aparece como algo político, ou nas palavras de Gramsci, como algo relacionado à pequena política. Na verdade, o que o Congresso tem feito é “abrir mão” do debate em relação à grande política – ao não relacionar a individualidade com a totalidade. Com isso, permanecem reproduzindo uma atenção a questões individuais que não visa ao aprimoramento do gênero humano, mas tem como objetivo “o aprimoramento permanente do produto que, desse modo, se torna mais atrativo e financeiramente valorizado” (SANTOS, 2005, p. 73).

Portanto, parece-nos equivocado pensar que a cidadania – amplamente defendida por alguns movimentos sociais – expressa um modelo superior de liberdade humana. A cidadania por suas origens representa

[...] uma forma de liberdade, certamente muito importante, mas *essencialmente* limitada. A nosso ver, a efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente distinto e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política (TONET, 2015a, p.1).

Trata-se de reafirmar aqui, nas palavras de Santos (2005, p. 72) que, por mais que reconheçamos os limites da luta pela cidadania e pela luta no Congresso Nacional via Estado, “não significa negar nem se eximir de participação na efetivação dessas ações e na ampliação desses espaços, mas de entender o campo minado de tensões e contradições em que se movem indivíduos e instituições, sob a regência e domínio do capital” (SANTOS, 2005, p.72). Ou seja, é mister desmistificarmos a ideologia dominante de que é possível implementar em nossa sociedade, a garantia de realização dos interesses de todos (SANTOS, 2005). Defesas em nome da cidadania, do reconhecimento dos direitos humanos, na busca pela equidade e igualdade, visto principalmente nos documentos de organismos internacionais, podem mascarar a desigualdade fomentada pelo sistema capitalista.

Temos assistido ao aumento da produção da desigualdade social, o que impossibilita, nas palavras de Tonet (2015a, p. 3), a “*construção de uma autêntica comunidade humana sob o capital*”. Nesse sentido, o autor também reforça:

[...] sem desmerecer os aspectos positivos que a **cidadania representa** para a autoconstrução humana, fica claro que ela é, por sua natureza mais essencial, ao mesmo tempo, **expressão e condição de reprodução da desigualdade social e, por isso, de desumanização** (TONET, 2015a, p. 03).

Nesse sentido não há como negar os avanços históricos que a democracia conseguiu garantir, principalmente se comparado aos anos da ditadura militar brasileira, à população LGBT. O período democrático juntamente com a pressão realizada pelo movimento LGBT, vem garantindo direitos historicamente negados a essa população como direitos trabalhistas (quando veda a constatação em qualquer documento de algo relacionado a sexualidade); direitos previdenciários (como pensão por morte, auxílio reclusão); direitos a proteção contra a violência (como a extensão da Lei Maria da Penha para casais de lésbicas e mulheres trans); direito a identidade (com o uso do nome social) e, o direito a saúde (a partir da Política Nacional de Saúde Integral a população LGBT), dentre outras conquistas. Ou seja, trata-se de direitos fundamentais para que os indivíduos possam continuar em condições de sobrevivência, garantidas por essa democracia.

Porém, os diversos autores vão ressaltar que a luta pelos direitos humanos precisa ter como fim último a extinção dos direitos humanos, vinculando-se à superação radical da ordem social capitalista. O poder político constitui-se a força que determinados grupos se apropriam como forma de reprodução de sociedade onde

os interesses desses grupos são hegemônicos. É por meio do aparato político, jurídico, ideológico e administrativo que essas forças se apresentam – por isso a necessidade histórica de supressão do direito e da justiça burguesa – e aparece como algo “destacado da sociedade, pairando por cima dela e representando os interesses coletivos” (TONET, 2015b, p. 4).

Portanto, segundo Tonet (2015b), há um falso pressuposto que considera que as dimensões jurídicas e política são as fundadoras da sociedade, ou que as mesmas “integram a insuprimível natureza do ser social, devendo, portanto, continuar a existir numa sociedade socialista” (TONET, 2015b, p. 14). Nesse sentido, há um esforço da defesa de um único modelo de família, como se fosse possível, ao estabelecer certas leis, que os outros modelos passassem a não existir mais.

Estamos defendendo que, apesar do caráter burguês dos direitos humanos, os mesmos não são menosprezáveis, pois ao mesmo tempo em que contribuem para o capitalismo, possibilitam a defesa e ampliação de questões práticas para a vida dos indivíduos nesta sociedade, podendo assim assumir um papel importante.

Além disso, acreditamos que a busca pelo reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, como uma garantia em lei, possibilita o reconhecimento legal/jurídico da vivência afetiva de pessoas estabelecida em nome do amor. O amor se faz presente como outra dimensão desse processo e as mudanças na questão da vida privada como o amor, a sexualidade, os afetos devem fazer parte do processo de luta contra o capitalismo, ainda nesse sistema (KOLONTAI, 2009).

O amor se apresenta assim, nas palavras de Kolontai (2009), como algo que deve ser abertamente reconhecido para além de um fator da natureza, de forças biológicas, mas como um fator social. Segundo a autora, a própria essência do amor o coloca como um sentimento de caráter social “o certo é que o amor, em suas diferentes formas e aspectos, constitui, em todos os níveis do desenvolvimento humano, uma parte indispensável e inseparável da cultura de cada época” (KOLONTAI, 2009, p. 114).

Ao reforçar a importância de mudanças ainda no capitalismo, Kolontai nos remete a pensar sobre a dualidade que os direitos humanos podem expressar nessa ordem, ou seja, é preciso ter claro que os direitos humanos podem ter um caráter reformista ou revolucionário.

Terá um caráter reformista e, portanto, contribuirá para a reprodução desta ordem social desumana se tiver como fim último o aperfeiçoamento da cidadania e da democracia. Terá um caráter revolucionário se tiver clareza quanto aos seus limites e se estiver articulada com lutas clara e radicalmente anticapitalistas (TONET, 2015b, p. 14).

Nas últimas décadas a luta para se chegar à emancipação humana tem se dado pela estratégia de radicalização da emancipação política, da cidadania e por fim, na emancipação humana. Tudo isso estreitamente vinculada às esferas institucionais e parlamentares. Com o cenário de acirramento da questão social, do capitalismo na sua fase destrutiva, segundo Mészáros (2002), passamos a assistir a institucionalização ao mesmo tempo, como justificativa de combater os inimigos da democracia, de projetos de leis xenófobos, racistas, homofóbicos e antidemocráticos.

Aqui caberia, mais uma vez, reforçar a necessidade de tornar o Estado laico, o que não significa, nas palavras de Lessa, emancipar os cidadãos da religião, pelo contrário, “o Estado laico é a melhor condição para o mais pleno predomínio da religião na vida cotidiana porque converte a religião em uma questão não-estatal, o que significa ‘dentro do contexto do mundo atual’, convertê-la em uma questão privada” (LESSA, 2015, p. 4).

Apesar de não acreditarmos que a laicização do Estado resolveria as questões ligadas à exploração/opressão, poderíamos obter um avanço, visto que no cenário atual, a estratégia por meio do Congresso Nacional, apesar das últimas décadas não apresentarem bons resultados, tem sido uma das alternativas para que esses grupos possam garantir o exercício da cidadania, na esperança – pelo menos nossa – de outra sociabilidade possível. Ainda que ocupar posições no interior do Estado, não seja estratégico ao ponto de resistir às tendências destrutivas do capitalismo, tem sido a forma da organização coletiva que permite a realização da ação política. Ou seja, a regulamentação de certos direitos, não acontece naturalmente, mas sim como produto da correlação de forças e da articulação por meio de lutas institucionais – leia-se legislativo, lutas populares e extra-parlamentares (SANTOS, 2005). Nesse sentido

[...] para que as lutas sociais em torno dos direitos humanos possam integrar uma cultura política emancipatória, as reivindicações particulares dos sujeitos e segmentos específicos não devem ser equacionados como um fim em si mesmo ou na condição de valores universais, mas inseridos na dinâmica da luta de classe, possam contribuir para revelar movimentos permanentes de tensão e contradição com a ordem vigente. Isso porque só *faz sentido pensar nos direitos humanos se for para explicitar o estado de*

degeneração do tecido social, situação em que as condições materiais (objetivas e subjetivas) de vida de amplos segmentos tende a mais perversa degradação (SANTOS, 2005, p. 93, grifos nossos).

É sobre esse estado de degradação humana que a ideologia dominante se encarrega de encobrir suas causas, a partir do controle social que influi nas ideias de mulheres e homens e os motiva a comportar-se com valores que conciliam com a lógica da reprodução social burguesa. Segundo Barroco, “a moral se reproduz pelo hábito, pela repetição de normas e comportamentos de valor que moldam o comportamento dos indivíduos singulares na vida cotidiana, constituindo-se num campo favorável de reprodução da ideologia mercantil e da alienação” (BARROCO, 2014, p. 470).

E nesse sentido, volta-se para o centro da discussão o que é tolerável no marco da sociedade capitalista, não somente como discussão ética filosófica, mas como um embate “ético-político prático que envolve referências teóricas, projetos sociais, ideologias e valores” (BARROCO, 2014, p. 479). A autora defende ainda que o pluralismo, a diversidade não representa ausência de conflitos e jogos de interesses, mas a necessidade de posicionamento diante dos mesmos, portanto, “a responsabilidade ética de tomar uma posição diante do que não concordamos e a condição política de lutar pela hegemonia do projeto societário que defendemos e pela universalização dos valores a ele conectados” (BARROCO, 2014, p. 479).

A liberdade liberal, portanto, é enganosa porque divulga uma falsa noção de respeito ao outro, quando, na verdade, exclui o outro porque é diferente. A concepção de liberdade aqui tratada não se separa da sociabilidade. Pressupõe-se que indivíduos sejam livres em relação uns com os outros; não podemos ser livres enquanto os outros não o são. Isso supõe o enfrentamento dos conflitos, das contradições, a aceitação consciente dos demais como seres iguais e diferentes (BARROCO, 2014, p. 479).

Essa compreensão “da liberdade do outro como minha liberdade” seria peça fundamental para o enfrentamento dos conflitos no cotidiano. Nessa direção, a autora desmistifica a falsa expressão liberal que defende que “a liberdade de um indivíduo termina onde começa a do outro”, demonstrando sua característica intolerante, como resultado do individualismo burguês.

Vê-se, então, que a **exclusão do outro se refere ao outro que se apresenta como diferente**; mais do que excluir o outro, **exclui-se a possibilidade de convivência entre sujeitos que têm escolhas, preferências ou modos de vida diferentes**. Sendo assim, além de individualista, trata-se de uma norma de convivência intolerante (BARROCO, 2014, p. 472).

Ou seja, discursos que defendem a tolerância podem mascarar na verdade a não compreensão das questões como algo natural, comum, por exemplo, quando se trata da sexualidade. Aliás, como defende Corrêa (2008, p.3), “a própria noção de ‘tolerância’ [...], implica sempre objetivação ou minorização do outro”. Assim, tolerar o outro é diametralmente diferente de aceitar o outro.

É nesse sentido que Mészáros vai afirmar que os direitos humanos de liberdade, fraternidade e igualdade são problemáticas, não pelos próprios direitos em si, mas pelo contexto em que se originam. Por isso defende que não há uma oposição entre direitos humanos e marxismo, pois segundo ele é real e legítima a defesa do “desenvolvimento livre das individualidades”, mas em outra sociedade onde os indivíduos não sejam antagonicamente apostos – condição necessária para a liberdade e fraternidade (MÉSZÁROS, 2008, p. 161).

Afirma também que existe uma ilusão jurídica, ilusão porque ignora as questões materiais importantes que efetiva as ideias na concretude do vivido. Segundo o autor, “as leis não emanam simplesmente da ‘vontade livre dos indivíduos’, mas do processo total da vida e das realidades institucionais do desenvolvimento social-dinâmico, dos quais as determinações volitivas dos indivíduos são parte integrante” (MÉSZÁROS, 2008, p.163).

Reforçar o autêntico exercício dos direitos humanos envolve, portanto, necessariamente a aplicação de um mesmo padrão para a totalidade dos indivíduos, pois “o direito, por sua própria natureza, só pode constituir na aplicação de um padrão igual”. *Se a aplicação desse padrão igual requer simultaneamente a negação de um outro direito – uma vez que o funcionamento destrutivo do interesse parcial tem de ser restringido -, isso não é uma contradição do sistema de direitos humanos, mas da estrutura socioeconômica dada que produz determinações contraditórias* (MÉSZÁROS, 2008, p. 166).

É, portanto, o funcionamento destrutivo do sistema que impede o reconhecimento da diversidade, das individualidades, das necessidades e possibilidades humanas que não cabem nesta sociedade, e sequer são reconhecidas. Os sujeitos nessa sociedade – e aqui estamos tratando de LGBTs – que “não possuem individualidade verdadeira, não poderão assim, no marco do capitalismo, se afirmarem como indivíduos únicos que realizam por completo suas potencialidades” (MÉSZÁROS, 2008, p 214). São efeitos dessa realidade o que Lessa vai dizer em relação aos pedidos pela ética, igualdade, paz, por isso “os apelos à solidariedade e à ética, hoje

tão comuns, não passam de palavras vazias: a essência da nossa sociedade não comporta a ética (LESSA, 2012, p. 65).

Wood (2003) também critica certas defesas ao partir do mesmo pressuposto ao entender que o “novo pluralismo” ao defender o direito a identidade, as múltiplas vontades, vem se inclinando na direção de uma aceitação do capitalismo como uma das melhores formas de vida. Diversidade, pluralismo e diferença constituem para a autora questões obviamente necessárias, mas não como algo indiferenciado e desestruturado, ou seja, “que reconheça a unidade sistêmica do capitalismo e que tenha a capacidade de distinguir entre as relações constitutivas do capitalismo e outras desigualdades e opressões” (WOOD, 2003, p. 224).

Concluindo, estamos tratando de uma realidade onde o interesse de todos é defendido a todo instante, porém, como forma de manter o funcionamento de uma ordem social que mantém intacto os interesses dominantes. Concordamos com Mészáros, quando o mesmo conclui que “o interesse de todos é um conceito ideológico vazio, cuja função é a legitimação e a perpetuação do sistema de dominação dado” (MÉSZÁROS, 2008, p. 166).

Enquanto estivermos onde estamos, e enquanto o “livre desenvolvimento das individualidades” estiver tão distante de nós como está, a realização dos direitos humanos é e permanece uma questão de alta relevância para todos os socialistas (MÉSZÁROS, 2008, p. 168).

Iluminados por essa reflexão torna-se necessário refletir sobre as transformações das famílias ao longo do tempo, bem como a diversidade presente hoje na sociedade brasileira. A compreensão do Congresso Nacional junto às transformações das famílias – em especial as demandas postas na realidade pelas famílias homoparentais – possibilitará compreendermos mais a frente o contexto em que os discursos foram realizados e a concepção de família defendida.

3. FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS: UM DEBATE ACALORADO.

A única coisa que se pode responder é que a família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que deve modificar-se na medida em que a sociedade se modifique; como sucedeu até agora. A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema (ENGELS, 2012, p.108).

Iluminados por Engels de que a família se modifica *pari passu* à mudança na sociedade, é objetivo aqui retratar o processo de transformação das famílias, buscando compreender suas configurações no momento presente. Longe de considerar a família como uma instituição estruturante a-histórica, defendemos que é necessário “dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável” (BRUSCHINI, 1993, p.50).

As famílias tem se deparado com realidades que são próprias de sua dinâmica interna e externa. Interna, por conflitos de gênero, separações, conflitos de geração, de vivência nos domicílios, etc. E, ao mesmo tempo, por dinâmicas externas, cujas expressões emergem da forma de estruturação de um dado modo de produção. No capitalismo, o consumismo, as mudanças nos padrões de comportamento de homens e mulheres, a exacerbação do individualismo, etc. afetam as famílias. Nesse sentido, a família se constitui como um espaço complexo, que se constrói e reconstrói histórica e cotidianamente “por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade” (MIOTO, 2011, p.03). Ou seja, a família aqui se apresenta como “uma esfera social que tem dinâmica própria e não apenas ‘traduz’ mecanismos sociais que lhe são externos” (SARTI, 2011, p.40).

Nosso argumento aqui está estruturado em 3 momentos: inicialmente apontaremos as transformações ocorridas historicamente que possibilitaram a formação do modelo de família nuclear patriarcal burguês. Em seguida, trataremos como se deu a normalização das famílias que, conduzido pelo patriarcado e pela necessidade de manutenção do modelo ideal, controlou as sexualidades dos seus membros classificando a heteronormatividade³³ como única vivência possível. Por fim, discutiremos o surgimento do movimento contracultural e do movimento LGBT que

³³ “Falamos em heteronormatividade quando prevalece quase que exclusivamente apenas o reconhecimento social da heterossexualidade que se institui como norma e modo exclusivo de vivência afetiva e sexual. No lugar da liberdade de orientação sexual, entra em cena a imposição compulsória de relações heterossexuais” (SANTOS, 2005, p. 30).

se contrapõem as explorações/opressões impostas pelo capitalismo e seu modelo de família ideal. Serão todos esses processos que incidirão sobre as formas de organização familiar, vistas a partir da década de 1970, como novos arranjos familiares, quer no Brasil quer no mundo. Com isso, afirmamos que problematizar a questão das famílias homoparentais requer mediações. Entretanto, não vamos fazer um resgate histórico em si, mas buscar as pistas que nos permitam entender nosso objeto.

3.1 Uma descontínua e heterogênea história da família.

Historicamente, homens e mulheres viveram em grupos, comunidades, etc. Das "famílias" primitivas até os nossos dias, inúmeros foram os modelos em torno do qual se organizaram os indivíduos³⁴. Mas, como demonstra Engels (2012), até a década de 1860, não existia uma história da família. O que se tinha baseava-se nos cinco livros de Moisés (bíblico), onde a forma patriarcal de família era admitida como a mais antiga e se identificava com a família burguesa, "como se a família não tivesse tido evolução alguma através da história" (ENGELS, 2012, p. 22).

Da família coletiva, que não se distinguia da totalidade social, no período do comunismo primitivo, até a forma mais desenvolvida de família monogâmica - o patriarcalismo burguês - todas as formas de família foram determinadas pelo modo como a sociedade se organiza para retirar da natureza o que lhe é imprescindível. Os progressos da humanidade coincidem com as épocas em que se ampliam as fontes de subsistência (LESSA, 2012).

A história da família é descontínua e heterogênea. Os diversos arranjos sempre estiveram presentes nas sociedades, e o modelo monogâmico - marca característica da família nuclear patriarcal e fruto do surgimento da propriedade privada - é datada do processo histórico de transição a um modo de produção específico, qual seja, o capitalismo (ENGELS, 1884; LEACOCK, 1971; LESSA, 2012).

Entre esse momento anterior – das diversas possibilidades de vivência e funções das famílias – e o momento posterior, quando ocorre a legitimação de um único

³⁴ Não é nosso objetivo, nesse momento, resgatar todas as formas de organização familiar que existiram ao longo da história. Já estamos convictos de que diversos modelos e possibilidades de vivência não só existiam como eram reconhecidos. Para um maior aprofundamento: ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder - 3ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 304p.

modelo de família, que passa a ser considerado desde então como único, a-histórico, ideal, e ideologicamente reproduzido pelas instituições como norma universal, um longo processo decorreu. Esse processo foi resultado do rompimento das relações sociais comunitárias, que é a gênese da família monogâmica e patriarcal. Ao se deslocar do coletivo, a família se constituiu um núcleo privado, uma nova forma de organização (a família nuclear) e para isso, foi “necessário a destruição dos laços primitivos que faziam da sobrevivência de cada indivíduo a condição necessária para a sobrevivência de toda a comunidade” (LESSA, 2012, p.25).

Também foram determinantes para o surgimento do modelo nuclear patriarcal burguês as transformações geradas a partir da introdução da criação de gado, da produção de metais e tecidos, do fim do nomadismo e o aprimoramento da agricultura (ENGELS, 2012; LEACOCK, 1971; LESSA, 2012).

Nesse processo de transformações das famílias, e de predomínio do modelo nuclear, Ariès (1981), estudando a sociedade francesa, demonstra que o “sentimento da família” era desconhecido até a Idade Média, surgindo a partir dos séculos XV-XVI para se impor definitivamente no século XVII. A família não possuía função afetiva, o que não significa dizer que não existia o amor, porém, “o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor” (ARIÈS, 1981, p.x).

Esse sentimento surge, justamente a partir do momento em que a família passa a valorizar o núcleo conjugal, em detrimento de uma sociabilidade familiar que mal se distinguiam dos laços da vizinhança, comunitários e públicos (VAINFAS, 1997).

O modelo patriarcal tornou-se a primeira forma de família que não se baseava nas condições naturais, mas sim econômicas, onde os casamentos não eram, a priori, frutos de um vínculo afetivo-sexual, mas de casamentos de conveniência, que caracterizava o triunfo da propriedade privada sobre a forma comunal (ENGELS, 2012). A monogamia se constituiu num longo processo histórico e particularmente entre as classes ricas. Dentro da classe proletária faltava os bens de fortuna necessários para a transmissão por herança, e, sem esses bens, do qual surgiram a

monogamia e o domínio do homem, também faltava motivos para o estabelecimento da supremacia masculina (ENGELS, 2012).

Porém, segundo Donzelot (1980, p.50), a partir do século XIX, o Estado, buscando a “familiarização das camadas populares” como proposta de elevar as relações sociais do proletariado ao molde da família burguesa, passa a criar toda uma rede que possibilitasse intervenções mais diretas nas famílias³⁵. Como as famílias pobres não possuíam a base material para isso, a ideologia cumpriria esse papel. A justificativa era não só estruturar o capitalismo, mas garantir sua expansão (DONZELOT, 1980). Nas palavras do autor “a fim de assegurar a ordem pública, o Estado se apóia diretamente na família jogando indissociavelmente com seu medo do descrédito público e com suas ambições privadas” (DONZELOT, 1980, p.51).

Compreendemos que tão histórica como a totalidade social, as famílias são construções históricas, o que significa dizer que argumentos que defendem o modelo nuclear burguês como o único modo de organização familiar não se sustenta, visto que é o olhar para a historicidade que demonstra sua transformação ao longo do tempo, atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas (ENGELS, 2012).

Com o surgimento da burguesia como classe dominante, e a necessidade da legitimação dessa nova sociedade, a família se inscreve como instituição primordial para contribuir na reprodução da vida cotidiana e da nova ordem estabelecida. E nessa lógica, era o modelo nuclear patriarcal que exerceria tão bem esse papel, pois esse modelo passa a ser o maior aliado na defesa da liberdade política e econômica do Estado, que não precisaria se preocupar com quem cuidaria das crianças, dos idosos, enfermos e pessoas com deficiência (NASCIMENTO, 2011).

Nesse sentido, a família ocupa um lugar central na reprodução social da ideologia que, a partir do convívio familiar, determina as formas de socialização e dos valores que vão incidir na formação desses sujeitos (SANTOS, 2002). Porém, é a partir das

³⁵ Ao demonstrar como o recente Estado capitalista cria estratégias para o controle das famílias, principalmente as que desviavam das normas estabelecidas, o autor apresenta o surgimento de três profissões que naquele momento da sociedade Européia surgia para atuar diretamente com as famílias, buscando sua “estruturação”. Foram os assistentes sociais, os educadores especializados e os orientadores. Para aprofundamento, recomendamos a leitura do livro de Donzelot (A Polícia das famílias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980).

transformações geradas pelo próprio sistema capitalista que as famílias vão sendo afetadas e passam a se distanciar cada vez mais do modelo ideal, nuclear patriarcal burguês. Segundo Calderón e Guimarães (1994, p. 25), “a propriedade e a família nuclear, que no século XIX proporcionaram novas bases para a liberdade política e a autonomia individual, guardavam dentro de si elementos fatais à sua própria existência”. Ou seja, foi no interior do próprio modelo tido como ideal que as contradições postas acarretariam em transformações.

Grandes mudanças ocorreram no padrão de família burguesa em nível mundial desde o século XIX (BRUSCHINI, 2005). Há que se destacar nesse processo o movimento feminista que, ao longo da sua história, defendeu bandeiras ligadas aos interesses das mulheres, como a contestação ao papel tradicional da mulher, à família nuclear burguesa e monogâmica, a denúncia de apropriação do corpo da mulher, a exploração do trabalho feminino tanto no âmbito produtivo, como na esfera reprodutiva, do cuidado (CISNE, 2014). Questionaram “a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade” (ALVES; PITANGUY, 1997, p.55).

A família monogâmica foi determinante principalmente no processo feminino de individuação, que relegou às mulheres responsabilidades que foram reduzidas a serviços privados (LESSA, 2012). Ao mesmo tempo, os homens foram atingidos nesse processo, ainda que por outras mediações, pois tornar-se marido e provedor resultou um fardo pesado também a estes, colaborando no embrutecimento masculino, pois isolando-se “de suas esposas e de seus filhos, e às suas identidades incorporam mais intensamente a mercadoria da qual são guardiões” (LESSA, 2012, p. 74). Nas palavras de Saffioti (2004, p.124), “a ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um pólo quanto de outro da relação dominação-subordinação”.

Nessa forma de organização familiar, o patriarcado se apresenta como uma especificidade da relação de gênero, que se baseia na dominação-exploração das mulheres a partir de duas faces:

[...] a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em **sua segregação ocupacional** e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-

deliberativos, mas também no **controle de sua sexualidade** e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2004, p.106)³⁶.

Ressaltamos que todo esse processo histórico não foi realizado de maneira pacífica e linear, mas perpassados por resistências, disputas, conflitos e reconstruções de hábitos e valores.

Do mesmo modo como os escravos resistiram à exploração, ainda que não contassem com as condições históricas para superar revolucionariamente o modo de produção escravista, as esposas e as prostitutas também reagiram por vezes se rebelaram, contra a degradação da função social da mulher. Todavia, enquanto os escravos, por serem uma classe social e realizarem a função fundante da sociedade (o trabalho), foram capazes de revoltas e rebeliões, as mulheres, reduzidas a prestar serviços a seus senhores, contavam com meio muito mais limitados de reação [...] históricas como a presença das mulheres na vida social de Esparta e Roma, peças de Teatro com a Revolta de Lisístrata ou a greve do sexo (Aristófanes) são indicações de que a retirada das mulheres da vida coletiva não se deu nem voluntariamente nem de forma tranqüila (LESSA, 2012, p. 36).

Todas essas transformações não ocorreram de forma tranqüila. Contudo, foi a partir do século XVIII que o Estado capitalista passa a exercer um controle maior sobre a população por meio das famílias, principalmente em relação a sexualidades.

3.1.1 Normalização das Famílias.

“A maior riqueza do homem é a sua incompletude. Nesse ponto sou abastado. Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito” (Manoel de Barros).

Foi no decorrer do século XVIII, mas principalmente no século XIX, que o então “recente” Estado capitalista começa a pensar as formas de controle e normalização da população, por meio das famílias (DONZELOT, 1980). As situações ocasionadas pelo pauperismo colocavam na ordem do dia a necessidade de intervenção pública, visto a impossibilidade dos problemas continuarem a ser resolvidos por meio da repressão. Isto porque “a economia liberal necessita da instauração de

³⁶ Para uma maior compreensão dessa relação de dominação-exploração na atualidade brasileira indicamos a aproximação com três situações/documentos/textos: 1) O PL 5069/2013 da autoria dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Isaias Silvestre (PSB/MG), João Dado (PDT/SP) e outros que propõe tipificar como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. 2) O relatório da Organização Internacional do Trabalho intitulado: O desafio do equilíbrio entre Trabalho, Família e Vida Pessoal que demonstra a realidade da desigualdade de gênero e prevê metas para serem alcançadas. 3) O artigo publicado na última edição da Revista Ser Social de 2015 intitulado: “Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil” da autoria de Mirla Cisne e Maria Lúcia Duriguetto onde as mesmas abordam os conteúdos das lutas e das resistências feministas, como constitutivas do processo de democratização na realidade brasileira contemporânea, permeada por um contexto de recrudescimento do conservadorismo, por meio de múltiplas violências e violações de direitos.

procedimentos de conservação e de formação da população” (DONZELOT, 1980, p.55). O autor demonstra a quantidade de medidas adotadas (de natureza indissociavelmente sanitária e política) que visavam controlar as famílias buscando corrigir situações de abandono das crianças, por exemplo, mas também de reduzir a capacidade sócio política dessas famílias, visto que o ambiente era propício à revoltas. Dentre essas ações de controle foi a sexualidade no interior das famílias, que as ações estatais, junto a medicina, iriam centralizar (DONZELOT, 1980).

Segundo Prado e Machado (2012), foi no século XIX que o corpo e a sexualidade passaram a ser objetos privilegiados das políticas de controle e moralização. Nesse momento, surgia a ideia, a partir da medicina social, de que a saúde da população estava diretamente ligada à saúde das famílias e de seus membros, logo, era fundamental o controle das sexualidades (FRY; MAC RAE, 1983).

A medicina passa a reivindicar a sua autoridade em relação à verdade sobre a sexualidade, e se tornam também os transformadores da homossexualidade que passa a ser considerada "de crime, sem vergonha e pecado para doença, ao longo dos anos que seguem. O crime merece punição, a doença exige a 'cura' e a correção" (FRY; MAC RAE, 1983, p.61). Foi então, com a mudança do status da homossexualidade de pecado para doença, que se abria a possibilidade da cura, e de mais um problema social a ser resolvido pela medicina (FRY; MAC RAE, 1983).

O sujeito homossexual e a homossexualidade são invenções do século XIX. Anterior a essa invenção, as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia³⁷, pederastia³⁸ ou homofilia³⁹. Segundo Silva (2012, p.87) “somente a partir da segunda metade do século XIX a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser marcado e reconhecido sob a

³⁷ O pecado de sodomia não se refere a um tipo de desvio sexual específico, pois ele inclui práticas sexuais de distintas ordens. Assim, sodomita pode ser quem cometa atos impuros, busque prazer com animais, quem deposite fluídos em uma cavidade proibida (a vagina é a única permitida) e quem se relacione com pessoas do mesmo sexo (VAINFAS, 1997, p. 87).

³⁸ Consistia em um ritual realizado por um homem mais velho que, por meio de sua experiência, visava iniciar um rapaz jovem na sociedade de maneira que ele se tornasse um cidadão, desenvolvendo mais habilidade para atuar na guerra e no meio político (FARIAS; MAIA, 2012, p. 26). Entre as mulheres, esse tipo de relação também ocorria, mas havia diferenças significativas em relação à pederastia masculina. Uma delas é que a relação afetivo-sexual entre duas mulheres não tinha o objetivo de integração à vida social, mas de iniciação a uma vida sentimental e erótica (FARIAS; MAIA, 2012, p.27).

³⁹ Atração por indivíduos de seu próprio sexo. Termo mais etimológico.

designação de *homossexual*, categorizado e nomeado como desvio da norma". Nas palavras de Chauí (1991, p. 29).

Através de medicalização classificatória, [a homossexualidade] tornou-se uma espécie sexual (como há espécies em botânica e em zoologia) e um tipo social. De atividade, transformou-se num modo de ser que determina todas as outras atividades e o destino pessoal de alguém. Não é apenas 'doença', 'disfunção' ou 'perversão': é quase uma coisa.

Como coisa, a homossexualidade gera preconceito. O surgimento do preconceito contra a homossexualidade foi instaurado pela proteção e idealização de um tipo de família, que não poderia ser constituída com a presença dos homossexuais. O entendimento desta passou a ser também como algo que "não era vista como inato e inescapável, mas antes como um hábito deliberadamente assumido de contestação e iniquidade" (RICHARDS, 1993, p. 145).

Com isso, a homossexualidade foi construída como algo que ameaçava a família, e era considerada "como uma prática capaz de solapar a organização básica da sociedade – a família, união homem/mulher e a reprodução" (RICHARDS, 1993, p. 150).

A sexualidade tornou-se algo íntimo, confiscada pela família conjugal, reservada inteiramente à função de reproduzir. O casal que procria passa a ditar a lei, impondo-se como modelo e norma. Nas palavras de Foucault (2014, p. 08), "um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos". Anterior a esse momento de ascensão da burguesia, Foucault (2014, p.07) relembra que "[...] Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX".

A sexualidade é reduzida ao casal heterossexual e regada por três códigos, além dos costumes já existentes, "regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil"⁴⁰. Eles fixavam cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito" (FOUCAULT, 2014, p. 41). E assim, determinava o não lugar da homossexualidade na sociedade, com base em um "heterocentrismo compulsório, ou seja, a arraigada crença de que a família e o casamento são

⁴⁰ Aqui as palavras de Foucault ecoarão em nossos ouvidos quando enfrentarmos a leitura dos debates realizados na tramitação dos PLs por nós analisados.

realidades sociais intrinsecamente associadas a vinculação afetivo-sexual entre um homem e uma mulher” (MELLO, 2005, p. 28).

Pensada de forma concreta, a sexualidade é entendida aqui como mais um dos elementos determinantes da constituição dos sujeitos, construída a partir de relações sociais entre/pelos seres humanos, relações que não existem de forma abstrata, mas “sempre amalgamadas pela concretude de contextos culturais, geopolíticos, padrões morais e posições sociais” (PRADO; MACHADO, 2012). Nesse sentido, relações que assumem “características e expressões determinadas de acordo com a sociabilidade capitalista, uma forma inteiramente histórica e essencialmente limitada de organização da vida social” (SANTOS, 2002, p. 01).

Portanto, nessa forma de sociabilidade torna-se característica central a “indiferença às identidades culturais e às diferenças subjetivas dos indivíduos sociais submetidos ao seu sistema de exploração” (SANTOS, 2002, p.02). Logo, qualquer processo que fuja à lógica do que é posto como ‘normal’ é estigmatizado, como o caso da homossexualidade. A homossexualidade, ao longo dos anos, foi classificada ora como pecado, ora como crime ou ainda, ora como doença. Com isso, a heterossexualidade foi legitimada como a única forma de orientação sexual verdadeira, saudável e possível de ser vivenciada pelos indivíduos em sociedade e nas famílias (SANTOS, 2002).

A família, que ocupa um lugar central na reprodução social da ideologia, determina, a partir do convívio familiar, as formas de socialização, e dos valores que vão incidir na formação desses sujeitos (SANTOS, 2002). Portanto, a relação entre sexualidades e famílias se dá também por esta última se constituir um núcleo afetivo, que é atravessado pelas determinações do capitalismo, e moldam inclusive as relações sócio-afetivas.

As práticas afetivo-sexuais, desenvolvidas entre indivíduos do mesmo sexo, têm potencial questionador sobre essa estrutura familiar, afinal, por intermédio dessas práticas, entra em discussão o questionamento da relação afetivo-sexual ter como principal finalidade a reprodução da espécie, assim como podem ser questionados os valores machistas e a própria estrutura hierárquica e de posse entre homens e mulheres, instituída pelo casamento monogâmico e pela dominação masculina, dentre outras questões (SANTOS, 2002, p.13).

Apesar da potencialidade questionadora do modelo homoparental em relação ao nuclear patriarcal burguês, é preciso ter clareza que modificações e mudanças nas

instituições, como no caso da família, “por mais bem intencionadas e profundas que possam parecer, não tem força para transformar o solo matrizador da formação sócio-econômica da sociedade” (SANTOS, 2002, p.13).

Logo, o discurso em voga sobre o fim da família, da destruição das famílias, cai por terra⁴¹. Torna-se necessário compreender as mudanças pelas quais as famílias passaram e vem passando para que se possa ter claro, que o potencial questionador da ordem posta, deve integrar reflexões e estratégias que visam à elaboração de uma nova hegemonia (SANTOS, 2002). E construção de contra-hegemonia leva tempo e requer estratégias por parte dos grupos que estão em disputas no interior do bloco histórico. As mudanças hoje registradas no contexto das famílias vêm contribuindo para “o que hoje denominamos como a crise da família moderna”.

A emergência e o crescimento dos novos arranjos familiares põem em questão a hegemonia da família nuclear. Muitos desses arranjos, ao contraporem-se e contestarem as normas características e princípios fundamentais da família nuclear, revelam-se bastante polêmicos [...] Tudo isso nos permite apontar a existência de uma transgressão dos padrões culturais predominantes na nossa sociedade, e, portanto, evidencia-se a crise da identidade na família burguesa (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994, p. 28-29).

Nesse sentido, a luta política com vistas ao reconhecimento de relações amorosas vem somando-se com outros questionamentos e mudanças colocadas na ordem do dia pela necessidade de compreensão dos diversos arranjos, ou seja, “de compreensão da família e do casamento como construções socioculturais dinâmicas, mutáveis e capazes de incorporar um leque cada vez maior de situações e formas de expressão e manifestação das trocas afetivo-sexuais entre seres humanos” (MELLO, 2005, p. 28). Esses questionamentos e lutas foram protagonizados por sujeitos envolvidos em organizações coletivas, que buscavam contrapor à norma, por meio de diferentes movimentos sociais. Nesse sentido, é importante situarmos os grupos, sujeitos políticos e movimentos sociais que ao longo da história constroem ações contra-hegemônicas.

3.1.2 Quebrando a norma: famílias, movimento contracultural e o movimento LGBT.

⁴¹ Mas, contraditoriamente, esse é um discurso atual, com contornos fundados nas premissas cristãs.

“Quem anda no trilho é trem de ferro. Sou água que corre entre pedras – liberdade caça jeito” (Manoel de Barros).

Segundo Santos (2012), foi a partir da década de 1950 que, no Brasil, começa a surgir um crescente movimento social que englobava os estudantes, as ligas camponesas e as organizações católicas de esquerda. E toda essa movimentação se dava em um panorama internacional de “guerra fria”, que pressionava as economias dependentes a todo instante (SANTOS, 2012).

Como destacado na introdução, um dos primeiros movimentos em defesa das diversas possibilidades de relações amorosas surge a partir da década de 1950, inicialmente nos EUA e na Europa, chamado de contracultura. Esses movimentos eram constituídos por jovens que passam a se organizar para questionar os limites postos em relação aos corpos, a noção da sexualidade e as escolhas de modo de vivência conjugal (PEREIRA, 1986).

Surgia uma geração de poetas jovens que, por meio dos poemas, questionavam o modo de vida capitalista. Mas, foi a partir de 1956, com a explosão do Rock’n roll e de suas letras rebeldes, que o movimento de contracultura se estabelece, chegando aos anos 1960 numa potência política cultural máxima, se organizando por meio de grandes concertos e festivais (PEREIRA, 1986). O amor livre, a convivência harmoniosa, o culto à natureza, a substituição dos laços familiares por comunidades, desprezo aos valores da sociedade capitalista e suas regras foram incorporados como bandeiras desse movimento (PEREIRA, 1986).

De um lado, o termo contracultura pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude [...] E tudo isso levado a frente com um forte espírito de contestação, de insatisfação, de experiência, de busca de uma outra realidade, de um outro modo de vida [...]. De outro lado, o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às forças mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante [...] (PEREIRA, 1986, p. 20).

O movimento representava uma quebra na ideia de família burguesa que já vinha sendo anunciada entre as duas grandes guerras mundiais⁴². Esse movimento representava a tentativa de se criar uma nova forma de organização da vida

⁴² Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), “19 milhões de mortos e mais duas vezes esse número de aleijados e doentes mentais, em sua maioria homens em idade produtiva (isto é, maridos), deixaram uma enorme quantidade de famílias desprotegidas, nas quais a mulher teve de ocupar o lugar de “provedor”. Parte significativa das mulheres, ainda, substituiu nas fábricas seus maridos que haviam sido convocados. Ao final do conflito instaurou-se uma gigantesca crise dos padrões familiares. Como nunca antes, as mulheres passaram a ocupar o posto do chefe da família” (LESSA, 2012, p. 76).

doméstica, onde as atividades de criação dos filhos, de alimentação, moradia e outras passassem a ser tarefas comuns (LESSA, 2012). Eram os jovens, que no interior das famílias, constituíam um foco de contestação. E há também no segundo pós-guerra a demanda/pressão pela entrada das mulheres brancas, de classe média, no mercado de trabalho.

Como um processo de resistência, o movimento colocava desnudo o argumento da pseudo normalidade da família burguesa. Serão seus ecos que reverberarão no mundo e no Brasil, polarizando a luta em torno da conservação ou quebra desse paradigma.

Um exemplo paradigmático de conservação no Brasil, pode ser dado pela Marcha da manifestação da Família com Deus pela Liberdade, que apoiou a instauração da ditadura militar. Essa simbolizava a união das famílias com Deus como um dos meios para que a ordem fosse estabelecida. Manter a ordem representa o risco que o comunismo colocava para as famílias de então (SANTOS, 2012), risco este marcado por um contexto de revolução cubana, de política da Guerra Fria, e de luta por reformas de base.

Como um processo, há polarização entre as forças presentes. É também na década de 1960 – mais especificamente Maio de 68 - que vai abrir caminho para que os movimentos sociais levantassem bandeiras políticas culturais progressistas, como os feministas, negros, ambientalistas e pela liberdade de orientação sexual (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Essas novas possibilidades de expressão, que já eram demonstradas desde a década de 1950, contribuíram para o rejeite a convenções, a regras e a valores das gerações anteriores. “As reivindicações variadas desses movimentos, como, por exemplo, do movimento feminista com o direito ao divórcio, à legalização do aborto, entre outros, encontraram reconhecimento legal, rápida ou lentamente, em inúmeros países” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 258). A trajetória do movimento em defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil seguiu um ritmo lento.

Facchini e Simões (2009) consideram que o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil se constituiu a partir de "três ondas", três momentos, que estão relacionados às mudanças políticas e sociais, e que moldaram sua forma de atuação e organização. Nos fins da década de 1970, e durante a década de 1980,

[...] quando floresceram os primeiros grupos articulando homens e mulheres homossexuais, dos quais o **Somos, de São Paulo, se tornou uma espécie de paradigma**. Em seguida, focalizamos uma 'segunda onda', durante a **redemocratização dos anos 1980 e a mobilização em torno da Assembléia Constituinte, que coincidem com a eclosão da epidemia do HIV-Aids**, quando se desenharam as condições de institucionalização do movimento. Depois, tratamos de uma "terceira onda", a partir de **meados dos anos 1990**⁴³, em que a parceria com o Estado, gestada no período anterior, se consolida e dá impulso à multiplicação de grupos ativistas, promovendo a **diversificação dos vários sujeitos do movimento na atual designação LGBT**, à formação das atuais grandes redes regionais e nacionais de organizações, e a consagração das Paradas do Orgulho LGBT, paralelamente ao crescimento do mercado segmentado voltado à homossexualidade (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p.14, grifos nossos).

Como demonstrado pelas autoras, esses três principais momentos do movimento LGBT no Brasil são perpassados por momentos históricos. No momento inicial de organização do movimento social, por meio de jornais⁴⁴, vivia-se um contexto de ditadura militar. Num segundo momento quando ocorre a ampliação da organização do movimento, estávamos na luta pela redemocratização do país. E o terceiro momento, quando ocorre a formação de diversos grupos pelo Brasil, é o período de efervescência política do pós-período da aprovação da constituição federal de 1988. É também momento de proposição do 1º projeto no CN.

O movimento cresceu ao longo dos anos, se ressignificou e a partir das reivindicações tem ganhado visibilidade cada vez mais e suscitado diversas possibilidades como:

[...] **projetos de lei em todos os níveis do Legislativo**, assim como a formação de **Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual**. Suas estratégias se diversificaram de modo a **incorporar a demanda por direitos através do Judiciário**, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e não menos importantes, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada 'comunidade', como concursos de Miss Gay ou Miss Trans (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p.18).

O protagonismo dos sujeitos coletivos LGBT ao redor do mundo tem demonstrado a trajetória que muitos sujeitos em conjunto vêm trilhando, apesar de todas as polêmicas, e dificuldades ideológicas que envolvem a questão. Santos (2005)

⁴³ Nosso estudo abará parte desse processo da terceira onda, com a análise do PL 1151/1995.

⁴⁴ Em 1978 é lançado o primeiro jornal homossexual do Brasil: **O Lâmpião da Esquina**. Esse periódico circulou de 1978 a 1981, servindo de estímulo para a criação, em São Paulo, do primeiro grupo de militância homossexual, o **Somos**. Tal grupo politizou a questão da homossexualidade, divulgando suas atividades e seu ideário, voltado à luta contra o preconceito e à denúncia da **discriminação e violência homofóbica**.

demonstra, por exemplo, a dificuldade dos partidos políticos, mesmo os de esquerda, em responderem as demandas pela liberdade de orientação sexual, pois historicamente os partidos negligenciaram essa opressão, sendo algo novo na pauta de alguns partidos da esquerda. Diante disso, a tarefa política de constituir a luta foi assumida pelos sujeitos não-partidários, que passaram a depender do Estado para a regulamentação de seus direitos ao tentarem provar que a heterossexualidade não é a única orientação sexual (SANTOS, 2005), e a exigir direitos como o exercício da parentalidade.

Nessa direção, umas das pautas do movimento é o exercício da parentalidade com o reconhecimento desse modelo familiar. Segundo Uziel (2002), o exercício da parentalidade por pais e mães gays não é novidade, esse fenômeno ganha visibilidade a partir do momento que o movimento avançou. Por isso poderíamos falar em “novos” arranjos para se referir à visibilidade, mas não ao cumprimento da parentalidade ou de sua vivência por pares homossexuais. Ou seja, historicamente homossexuais vem exercendo a parentalidade e esse fenômeno não deve ser considerado novo, visto que, segundo a própria autora, são três as possibilidades de um/a homossexual ser pai/mãe: filhos de uma união heterossexual anterior, pela adoção ou através do uso das tecnologias. Todas elas se inscrevem como alternativas individuais e não como reconhecimento legal.

Com uma realidade contraditória e dinâmica, *pari passu* ao movimento contracultural verifica-se o aumento de uma visão conservadora da família tradicional. Essa visão conservadora se identifica nas décadas posteriores, com o recrudescimento de um conservadorismo de verniz mais forte. Após a geração da “Paz e Amor”, nas décadas de 1980-90, “revalorizou-se o casamento, mesmo o religioso, e a virgindade; [...] as religiões ganharam novos fiéis⁴⁵, muitos deles jovens, e a postura belicosa e rebelde foi substituída pelos yuppies e pelas patricinhas de Beverly Hills” [...] (LESSA, 2012, p. 80).

⁴⁵ A expansão evangélica no Brasil (em % da população) subiu de 5,2% em 1970 para 22,2% em 2010. Ao mesmo tempo a evolução da bancada evangélica no congresso subiu de 40% em 1998 para 70% em 2010. Ambos os dados demonstram o fenômeno do avanço dos neopentecostais no Brasil, que buscam uma atuação mais coesa na sociedade por meio da religião, poder e mídia. Fonte: Além do Misticismo. Os evangélicos crescem com efeitos importantes em política, os católicos encolhem. Só Deus conhece o desfecho dessa história. Carta Capital, 06 de agosto de 2014, ano XX, nº. 811.

A geração Paz e Amor - que em si não foi um modelo hegemônico - propunha um mundo inovador e distante dos ditames vigentes do capitalismo, optava pelo abandono de suas famílias, e do conforto do lar, em oposição a uma vida regada por outros padrões de comportamento. Nos anos seguintes, a imagem passada pelos *yuppies* demonstrava o contrário da rebeldia de parte dos jovens das décadas anteriores. Essa expressão, forjada para representar o jovem profissional urbano, apresentava uma juventude que não questionava mais o sistema em que vivia, e valorizava a formação universitária, a situação financeira tida como intermediária (no sentido de passagem da classe média para a alta), os bens materiais, o consumismo e as últimas tendências da moda⁴⁶.

Essa retração das perspectivas anticapitalistas e coletivas, sinalizadas a partir da década de 1980-90, representa a consolidação da hegemonia do capitalismo, em detrimento da “crise do socialismo”, representado pela queda do muro de Berlim, em novembro de 1989 (NETTO, 2012). Nesse cenário, é o neoliberalismo que passa a conduzir as formas de intervenção dos Estados, buscando “erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital” (NETTO, 2012, p. 88). Esforço que passa a ser realizado, principalmente a partir da década de 1990, pelos organismos internacionais. Por exemplo, o ano de 1994 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Família, elegendo como tema: “Família, Capacidades e Responsabilidades num Mundo em transformação”. Em ação conjunta à ONU, a Igreja Católica, representada pelo Papa João Paulo II, produziu um documento intitulado: Carta às Famílias, com os principais desafios e princípios que as famílias deveriam seguir. Este documento teve como pontos principais a necessidade de manter a proibição do aborto; **proibição do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo**; do uso de contraceptivos; do divórcio, além de reforçar o modelo de família nuclear patriarcal (SANTA SÉ, 1994).

Desde então, os organismos internacionais tendem a ditar normas que refletem nas legislações nacionais, bem como nas políticas públicas. Nesse sentido, a escolha do ano internacional das famílias, nas palavras de Costa (2004), foi tida como uma grande oportunidade de consolidação e avanço dos direitos humanos no Brasil, pois

⁴⁶ Em todos os períodos coexistiram diferentes gerações, sendo dado maior destaque para traços de uma nova geração – em contraposição as anteriores cujos traços não desapareciam necessariamente.

os organismos internacionais reconhecem que “todas as problemáticas relacionadas às pessoas (criança, adolescente, jovem, mulher, deficiente e idoso) encontram seu desaguadouro natural na grande questão da família” (COSTA, 2004, p. 21).

A escolha de 1994 como o ano internacional da família “refletiu a crescente preocupação em retomar a família como prioridade política” (CARVALHO, 2004, p. 93). Refletia, ainda, o esgotamento pela opção de atenção pública voltada para o indivíduo. Porém, ainda que a justificativa fosse pela importância em articular todos esses setores (indivíduos) dentro de um conjunto da política social, que centralizasse as famílias, a concretização se deu por meio de políticas familistas, que, orientadas pelo neoliberalismo, alocou para as famílias todas as responsabilidades pela sua manutenção. Não é sem razão que a década de 1990 foi o marco para essas reflexões, o Brasil e o Mundo passavam por grandes modificações como o advento da AIDS, crises econômicas e transições políticas.

Já as cartas às famílias, produzido pelo Papa João Paulo II, representam também, o que é característico das estratégias utilizadas no Brasil em direção às famílias desde o início da República, ou seja, “tratamento religioso católico, conotações europeizadas, calcadas na ideia de família-padrão, higienizada e patriarcal, com presença marcante de moralismo e do controle sexual” (NEDER, 2004, p. 34).

Foucault (2014, p. 40, grifos nossos) já referenciava a importância da atenção em torno da sexualidade, ordenada em função de uma preocupação elementar de “**assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho**, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma **sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora**”.

Porém, as formas de controle exercidas sobre as famílias, que visavam a um dito modelo padrão, desencadearam em consequências, principalmente quando se refere a reprodução da força de trabalho. Nos países do Sul da Europa a redução progressiva do número de filhos vem ocasionando problemas. “Isto se dá hoje em patamares suficientemente altos para comprometer a reposição demográfica, chegando-se, em alguns países europeus, ao declínio da população, além de seu já contínuo envelhecimento, mediante a extensão da expectativa de vida” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 24).

Além disso, a sobrecarga do cuidado com membros dependentes, devida a longa dependência dos jovens e do aumento do número de idosos, junto ao consumo e maior autonomia individual, permite concluir que “a exigência de participação da família no provimento de proteção social trabalha contra seu próprio modelo ideal” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 24).

Em contraposição a perspectiva conduzida principalmente pelas igrejas, de reforço desse modelo ideal, a realidade do cenário mundial e brasileiro demonstrava a constante transformação pelo qual passamos. Essas transformações vêm sendo apresentadas pelos institutos de pesquisas, dentre eles o IBGE, que no seu relatório de 2010 concluiu.

A esperança de vida aumenta cada vez mais, mas, por outro lado, *as taxas de fecundidade diminuem*. As famílias atuais passam a ter mais avós e netos. Os arranjos familiares são menos tradicionais, cresce o número de uniões consensuais e, com o aumento dos divórcios, há também um crescimento significativo das famílias reconstituídas, nas quais os filhos podem ser apenas de um dos cônjuges. Outro efeito conhecido das separações e dos divórcios é o aumento do número de crianças que crescem em famílias monoparentais. Em relação à economia doméstica, muitos casais têm optado por se estabelecer no mercado de trabalho antes de decidir ter filhos. Consequentemente, a postergação da fecundidade feminina gera mudanças nos padrões da organização da família (IBGE, 2010, p. 64).

O que é uma conquista – viver mais e escolher o modelo de relação afetivo-sexual – passa a ser definido como problema. A família, tal como se apresenta, é considerada um problema social. Problema que requer novos e velhos mecanismos de controle sobre as famílias.

As mudanças em curso abalam o modelo idealizado, uma vez que se torna difícil sustentar a ideia de um modelo único. Nas palavras de Sarti (2005), quando tratamos de famílias, nos referimos a diferentes possibilidades de arranjos.

Essa multiplicidade de arranjos proporciona muitas vezes diversos conflitos internos, e até mesmo frustração por parte dos indivíduos, que, ao comparar a família na qual se vive, com a família ideal, verificam que seus modelos de famílias não são como supostamente deveriam ser.

É nesse sentido que precisamos nos questionar quando estamos tratando dos novos arranjos familiares – em especial os homoparentais – sobre quem define o que é legal e ilegal nesta sociedade. Vamos reproduzindo determinadas ordens como se

essas fossem naturais da sociedade e não socialmente construído. Parafraseando Ávila (2005) não podemos e não devemos confundir legalidade com naturalidade.

É por isso que precisamos discutir novas legalidades como os projetos que ora propomos analisar, pois as interdições sobre a vida amorosa, sexual e reprodutiva tem se tornado mecanismos de dominação e repressão. Scott (2005) reforça que as legislações fornecem um quadro de normas que representam a moralidade de uma certa época. Velhas e “novas leis, às vezes se esbarrem contra as novas moralidades familiares [...]” (SCOTT, 2005, p.43). Segundo a autora, a visibilidade apresentada pelos projetos de lei que defendem o reconhecimento da família homoparental “força uma elaboração maior do pensamento sobre quais são as necessidades da ‘parentagem’ até que ponto é preciso arvorar-se num modelo de gêneros opostos” (SCOTT, 2005, p. 50).

Quando relacionamos a temática da sexualidade – famílias entre pessoas do mesmo sexo – com a temática família é comum notarmos que os pronunciamentos sobre os comportamentos da comunidade LGBT se afastam da categoria “normal” e permeiam o território do perigoso, potencialmente nocivo, e ainda aparecem como perversos (FONSECA, 2005).

O comportamento sexual – visto como uma questão de liberdade individual e de práticas consentidas entre adultos – era colocado de um lado, e a instituição sacrossanta da família de outro. Essa divisão nas próprias categorias de percepção, sem dúvida, explica como muitos liberais conseguem a façanha de aceitar parcerias homoafetivas como “quase” normais, ao mesmo tempo em que rejeitam a possibilidade de gays adotarem crianças (FONSECA, 2005, p. 53).

Fonseca aqui nos antecipa parte do que se constituirá nas linhas e entrelinhas dos PL que tramitaram – e alguns ainda tramitam – no CN. O que se configura é o rechaço ao reconhecimento dessas uniões homossexuais. O temor pela aprovação e reconhecimento desse modelo familiar perpassa também pela ideia que uma legislação sobre o assunto desperte o interesse de pessoas que não tenham certeza sobre sua sexualidade (UZIEL, 2002). O que temos hoje é a existência da família homoparental ao longo da história e que uma lei viria apenas regulamentar uma situação fática. É mister escancarar as portas que envolvem a questão. Escancarar as portas passa por um processo de legitimação das chamadas novas famílias.

3.2 "O que vejo a cada momento é aquilo que nunca antes eu tinha visto": Famílias homoparentais.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai. Mas eu preciso ser Outros. Eu penso renovar o homem usando borboletas (Manoel de Barros).

Inicialmente, cabe esclarecer que a ênfase das transformações é parte de um processo mais amplo de transformações econômico-sociais, nos possibilitam compreender que a "família está no limiar de mudanças importantes" (GOLDANI, 1990, p.69). Entre essas mudanças, uma em especial – as famílias homoparentais.

Segundo o IBGE⁴⁷, diversas são as mudanças, devido ao avanço da ciência e a outros fatores – que vem gerando conflitos internos – como, por exemplo, o choque entre gerações devido ao aumento da expectativa de vida. Fenômeno concomitante a outro: o aumento de casais sem a presença de filhos. Entre os anos de 2000 e 2010, o número de famílias sem a presença de filhos passou de 14,9% para 20,2% e expressam a redução do número de filhos e a opção de não procriar (IBGE, 2010).

No percentual das principais famílias conviventes por domicílio particulares, o arranjo familiar monoparental apresentou, em 2010, 53,5% do tipo de composição formado por mulheres sem cônjuge com filhos. O arranjo monoparental feminino com filhos somou 6.093.226 de família únicas e conviventes. Já o número de arranjo monoparental masculino com filhos, somou 881.716 famílias únicas e conviventes (IBGE, 2010). Se diminuído a diferença do número total de arranjos entre os dois, a família monoparental feminina possui 5.211.510 arranjos a mais sob a responsabilidade da mulher. Esses números representam a reprodução da ideologia dos papéis sociais construídas socialmente. São as mulheres as responsáveis pelos cuidados dos filhos.

A compreensão desses arranjos familiares, a partir de uma noção que não se limita ao espaço da unidade doméstica, nos permite identificar duas características presentes nas famílias, principalmente nas pobres: uma primeira diz respeito à circulação de crianças, fenômeno também comprovado por Sarti (2005; 2011) ao

⁴⁷ Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstram os principais fenômenos que vem interferindo nas famílias. Entretanto, cabe aqui ao trabalhar com os limites desses dados, a separação entre família e unidade doméstica, a casa. Pois, ao olhar para as famílias, a partir da unidade doméstica, o próprio arranjo familiar fica difícil de ser definido, pois se desconsidera "a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam" (SARTI, 2005, p. 28). Segundo Nascimento (2011, p.165) apesar da utilização da definição de família apresentada pelo IBGE "o que é realmente captado pelos dados é a composição ou arranjos familiares nos domicílios. Fica de fora, portanto, desta realidade transformada em dados, o que define e dá sentido à noção de família", o entendimento dos sujeitos.

estudar as famílias pobres moradoras de favelas em São Paulo. Segundo a mesma, surge:

Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida (SARTI, 2011, p. 77).

Essa circulação possibilita uma coletivização das responsabilidades, constituindo para os pobres a noção de família como aqueles na qual podem confiar, ou seja, há toda uma “rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações” (SARTI, 2011, p. 85).

Essa noção é demonstrada pelos dados do IBGE, quando no levantamento referente às famílias conviventes, ou chamadas extensas, as regiões Norte (23,1%) e Nordeste (17,6%) apresentam as maiores porcentagens. A cultura significativa de famílias extensas nessas regiões demonstra uma realidade que, do ponto de vista hegemônico, é considerado menos desenvolvido, social e economicamente. Os dados do Mapa Mundial das Famílias também demonstram essa questão nos diversos países. Em geral, os laços de parentesco e de convivência externa são mais presentes em regiões com maior índice de pobreza e desigualdade social em nível mundial (CHILD TRENDS, 2013).

Outro fenômeno derivado dessa forma de organização monoparental é a presença dos idosos no cuidado e responsabilização dos netos.

[...] os avós aparecem [...] como personagens-chave diante das fragilidades conjugais, da recomposição familiar e monoparentalidade. Eles parecem se apresentar tanto como rede de apoio concreta, [...] como laços dentre as gerações que conferem identidade à história familiar (VITALE, 2002, p.54).

Esse reaparecimento dos idosos como responsáveis pelas famílias é resultado do aumento da expectativa de vida, devido a investimentos, em “pesquisas na área da saúde, o avanço da genética, a luta por políticas públicas, a preocupação com o desenvolvimento da infra-estrutura sanitária” (MEDEIROS, 2004, p.186). A importância dos idosos nas famílias, para além da dimensão dos cuidados com os demais membros, também diz respeito a garantia de uma renda fixa, devido ao desemprego estrutural, os idosos com os benefícios da seguridade social,

aumentam as rendas nas famílias, não tornando somente um peso para as mesmas (MEDEIROS, 2004).

Outro arranjo familiar presente são as famílias reconstituídas. Esses núcleos familiares são formados depois da separação ou morte de um dos cônjuges. Ao examinar os arranjos reconstituídos, com a presença de filhos, o IBGE (2010) demonstrou que 16,3% das famílias são reconstituídas, com filhos, ou seja, “famílias onde existiam apenas filhos do responsável, apenas filhos do cônjuge ou uma combinação dessas duas situações” (IBGE, 2010, p.76)⁴⁸. Com isso tem-se o crescimento de uniões consensuais, e o aumento do divórcio pode colaborar tanto para um crescimento das famílias reconstituídas quanto para as famílias monoparentais.

Frente ao processo de reestruturação produtiva, de decréscimo da proporção de trabalhadores com direitos trabalhistas garantidos, em vista do aumento de trabalho por tempo determinado, subemprego e precarização como fenômenos que afetam as famílias, ocorreram também mudanças sócio-demográficas, principalmente no que diz respeito à esfera do cuidado. Porém, essas transformações não geraram rupturas com a ideia de reprodução social como responsabilidade das mulheres ao invés da responsabilidade por toda a sociedade (GAMA, 2014).

O desenvolvimento tecnológico também proporcionou transformações a partir da década de 1960, no mundo e principalmente no Brasil, com a difusão da pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato, segundo Sarti (2005, p. 21), “criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino” recriou o mundo subjetivo feminino [...]”.

Esses processos foram determinantes para a introdução no universo naturalizado da família da dimensão da “escolha”. Foi também com as novas tecnologias reprodutivas como inseminações artificiais, ou fertilizações *in vitro* que “dissociaram a gravidez da relação sexual entre homem e mulher” (SARTI, 2005, p. 21). As intervenções tecnológicas atingiram diferentemente a concepção de família. Mas ainda: “a pílula abala o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher

⁴⁸ Esse processo também é resultado do aumento no número de divórcios, que só foi permitido por lei no Brasil, em 1977 (MELLO, 2005).

e mãe, ao permitir a autonomia da sexualidade feminina sem sua inexorável associação com a reprodução” (SARTI, 2005, p. 21).

O uso das novas formas de tecnologias possibilitou nesse sentido, a constituição de diversas formas de famílias já demonstradas.

Famílias de dois pais ou duas mães onde apenas um (a) deles (as) possui vínculo biológico com a criança/ casais de mulheres em que uma delas engravidou por meio da doação do óvulo de sua companheira; mulheres que geram o filho de suas filhas; transexuais, de mulher para homem, que engravidam; maternidade adiada como o auxílio do congelamento de óvulos, etc. (PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015, p. 190).

Na contemporaneidade, portanto, com as diversas formas de tecnologias, a relação sexual do casal de modelo tradicional vem sofrendo modificações. Fato é que o movimento de mulheres fez emergir fortes impactos nas relações de gênero, na sexualidade e na reprodução. Como demonstra Soares (2013, p. 30), “passa a se discutir os direitos sexuais e reprodutivos na órbita dos direitos humanos. Há um avanço das legislações sobre direitos civis, como as leis do divórcio, poder familiar e na modificação dos conceitos de família [...]”.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 alterou o conceito de família, contemplando explicitamente três modelos: a família derivada do casamento, a família decorrente da união estável e a família monoparental (BRASIL, 1988). Cabe ressaltar que durante a assembléia nacional constituinte nenhuma força apresentou propostas em nome de um movimento das organizações familiares (COSTA, 2004). Essas conquistas “foram apresentadas pelos movimentos em favor da mulher e as forças aglutinadas sob a bandeira da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente” (COSTA, 2004, p.21).

Assim, esses movimentos forjaram mudanças que podem ser resumidas: nas conquistas da igualdade de direito e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal, a efetivação do divórcio, a afirmação do planejamento familiar como livre decisão do casal, e os mecanismos para coibir a violência no interior das famílias, o direito a convivência familiar e comunitária, o reconhecimento da igualdade de direitos aos filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção (COSTA, 2004). Ainda que as conquistas pela legislação representem avanços, é importante ressaltar que:

Se, por um lado, as inovações na legislação têm um impacto direto no comportamento dos atores sociais no tocante às representações da família no contexto do patriarcado “societal” – aquele que está ramificado por todas

as instituições da sociedade – não se pode dizer, por outro, que tais inovações sejam suficientes para romper com as barreiras das desigualdades de gênero, ao que aqui chamamos de patriarcado familiar (NASCIMENTO, 2011, p.169).

O impacto negativo causado pelas legislações, ou trazidas por elas, também foi debatido por Sarti, quando a autora demonstra que o Estatuto da Criança e do Adolescente dessacraliza a família de tal forma que introduziu a ideia de proteção das crianças e adolescentes contra seus próprios familiares “ao mesmo tempo em que reitera ‘a convivência familiar’⁴⁹ como um ‘direito’ básico dessa criança” (SARTI, 2005, p. 24).

Um grande marco foi também a difusão do exame de DNA⁵⁰⁵¹. Segundo Sarti (2005), essa forma de intervenção tecnológica é fundamental quando nos referimos a responsabilidades que diz respeito ao homem e a seu lugar de pai. A comprovação da paternidade abriu caminho para que ela fosse reivindicada, o que gerou impactos no lugar do masculino dentro da família, ao forçar o homem a uma responsabilidade que historicamente se ausentou (SARTI, 2005).

Esse avanço das tecnologias, junto a uma educação sexual e controle do Estado visando ao planejamento familiar, a difusão de valores que não se centram na procriação como destino, acarretou na redução da taxa de fecundidade no Brasil, fenômeno também acompanhado no mundo. Dentro desse contexto de mudanças na sociedade contemporânea, Pereira-Pereira (1995) destaca algumas características das alterações recentes na estrutura familiar. Dessas, destacamos 3:

- 1) **Queda da taxa de fecundidade.** Que segundo os dados da Organização para a cooperação econômica e desenvolvimento (OCDE) vem reduzindo drasticamente de 1970 pra cá, quando apresentava 5.0 o número de filhos por família, e em 2012, encontrava-se a 1.8.
- 2) Ocasionalmente, esse primeiro fenômeno em um segundo: **Alteração na composição e tamanho da unidade familiar.** Que também é reforçado segundo a OCDE, pela alteração nos índices entre a população jovem e

⁴⁹ Convivência Familiar é entendida, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, como um direito. “Art.19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (ECA, 2011, p.43).

⁵⁰ Ácido desoxirribonucléico em português ADN, ou DNA, deoxyribonucleic acid, em inglês.

⁵¹ O DNA hoje também serve para atestar a maternidade da criança, em caso de troca de bebê ou seqüestro.

idosa. A população jovem em 1980 representava 38,2% e em 2013 esse número chegou a 22,3%. Em contraposição, o número da população idosa que em 1980 era de 4,01%, em 2013 representava 8,88% da população (OCDE, 2015).

- 3) **Declínio do número de casamentos e aumento da propensão à dissolução dos vínculos matrimoniais.** Os números demonstram que em 2010, ocorreram 6,6 casamentos para 1.000 habitantes de 15 anos ou mais de idade. Se comparada com a década de 1974, a taxa de nupcialidade legal calculada para o Brasil era de 13 casamentos por 1.000 habitantes de 15 anos ou mais de idade. A dissolução dos vínculos também demonstra que em 2010, foram registrados 243.224 processos judiciais ou escrituras públicas de divórcios e as separações totalizaram 67.623 processos ou escrituras. Os divórcios atingiram assim a taxa de 1,8% em 2010. Número bem expressivo se comparado com a década de 1984, onde a taxa era de 0,5% (IBGE, 2010).

Essas mudanças constituem e apresentam ligações com estruturas mais amplas, que são desencadeadas, “em última instância, pela dinâmica global das forças produtivas e das relações de produção que governam as formações sociais contemporâneas” (PEREIRA-PEREIRA, 1995, p.105). Mudanças que ocorreram não só no Brasil, mas ao redor do mundo, como pode ser observado no relatório do mapa mundial da família (CHILD TRENDS, 2013)⁵².

A compreensão dos determinantes que afetam as famílias dificilmente é considerada pela sociedade como algo exterior, ou próprio da organização do sistema capitalista. A ideologia liberal reforça essa culpabilização das famílias e dos seus membros. Na experiência vivenciada pelos países em que o *Welfare State* foi implantado, a família reaparece como importante instituição no cumprimento do bem estar social (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010). Em países que não vivenciaram essa experiência, a família passou a ser a responsável pelo desenvolvimento e manutenção de seus indivíduos, mesmo reconhecendo o Estado, que sem apoio, por si só, as famílias não são capazes (BORGES, 2008).

⁵² O relatório da Child trends de 2013 não apresenta nenhuma informação em relação aos arranjos constituídos por pessoas do mesmo sexo. O relatório ainda ressalta que as consequências em longo prazo pela baixa fertilidade – tanto para as crianças como para as sociedades em que estas vivem – ainda estão por vir.

Segundo Campos e Teixeira (2010) na maioria dos países, a família permaneceu como uma instância importante no provimento da proteção social “seja altamente subsidiada via benefícios (casos da França e da Alemanha), seja na ausência de uma política familiar articulada” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 23).

Especificadamente no caso brasileiro, que não vivenciou essa experiência, a centralidade da família na produção de sua sobrevivência é histórica, visto que o Estado sempre se apresentou numa relação subsidiária à família. O papel da família brasileira, demonstra que a família “longe de ter sido esvaziada de suas funções, sempre esteve sobrecarregada” (MIOTO; CAMPOS; LIMA, 2006, p.170).

Com a retirada do Estado e o aumento do mercado, diversos grupos ficam impossibilitados de garantir a proteção social (MIOTO; CAMPOS; LIMA, 2006, p.172). O paradigma do Estado de Bem estar social, conforme pensado na Europa Ocidental, e espalhado para o mundo, nas suas diversas formas supunham,

[...] a busca do pleno emprego e a existência de um modelo de família cuja estrutura interna e papéis estavam muito bem definidos, ou seja, de um modelo que se realizava na família nuclear na qual ao pai cabia a função de provedor e à mãe a de gerenciador da “economia do cuidado” e dos filhos. É importante atentar que essas estruturas fazem parte de um tempo e foram realizadas mais amplamente em alguns locais do que em outros (MIOTO; CAMPOS; LIMA, 2006, p.174).

Esse regime se organiza de forma que os homens asseguram para si mesmos, e seus dependentes, os meios necessários à produção diária e a reprodução da vida. Há, dessa forma, uma economia doméstica organizada que sustenta a ideologia patriarcal, demonstrando nitidamente o modelo de família que se espera, e os papéis que devem ser cumpridos.

Ainda que a realidade comprove o exaurimento causado às famílias na tentativa de equacionar produção/reprodução social, nada tem sido feito em relação ao avanço em políticas públicas direcionados a esse fim. A família entra na divisão do trabalho social, não apenas por contribuir na reprodução da força de trabalho, mas por se constituir como unidade de consumo, de bens e serviços. Na família ainda se apresenta “uma divisão do trabalho social projetada sobre e fora dela e que se insere na reprodução global. As relações de dominação que reforçam as relações de exploração tornam-se, então, essenciais” (GAMA, 2014, p. 37). Assim, a importância dessa instituição para os pobres,

Está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família. Num país onde os

recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos como instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, enfim, diante da ausência de instituições públicas eficazes, [...] o processo de adaptação ao meio urbano e a vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nascidos na cidade, é estruturalmente mediado pela família (SARTI, 2011, p.52).

Nessa lógica, os indivíduos precisam consumir outros serviços que não podem ser obtidos via mercado, e, portanto há outras instituições que se encarregam disso como o Estado e a própria família. Além de acessarem o mercado de trabalho, os indivíduos dependem das políticas sociais e da solidariedade familiar, ou seja, “trabalho, família e Estado são uma tríade dialeticamente articulada” (GAMA, 2014, p. 70).

Nessa tríade entre Estado/mercado/família, é o mercado que sai fortalecido, resultando em desigualdades fomentadas pelo mesmo. As famílias que detêm melhores rendas conseguem acessar serviços, enquanto as famílias pobres precisam, junto das organizações da sociedade civil, desempenhar funções de proteção, que historicamente caracterizam os países latino-americanos por seus regimes familistas (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010).

É nessa lógica que, sob o argumento da escassez de recursos, temos assistido aos cortes nos gastos estatais, a degradação dos serviços, privatização, ou seja, a mercantilização dos serviços sociais (BEHRING, 2008). Essa assertiva de Behring é atual, se considerarmos o Orçamento da União para 2016 que prevê o veto ao parágrafo 8º do art. 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União de 2016 (Lei no 13.242, de 30 de dezembro de 2015), que impõe uma redução em torno de R\$10 bilhões para o custeio da saúde pública brasileira.

Se considerarmos a nossa particularidade latino-americana dependente, podemos encontrar um quadro grave para as famílias da classe trabalhadora. Os dados demonstram que os gastos públicos nos países da América Latina correspondem a 18.80% do PIB, de uma população que apenas 56,47% das pessoas são asseguradas pela seguridade social. Esses dados demonstram que “o nível de informalidade é [...] alto, estando grande parte da população sem cobertura de proteção social, gerando mais uma vez encargos para a família” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 25).

É nesse contexto que só em 2010 que, pela primeira vez, o IBGE (2010) incluiu o arranjo de famílias homoparentais em suas estatísticas. No censo de 2010, essas famílias contabilizaram **60.035 casais**. A maioria desses casais se situa na faixa etária entre 25 e 34 anos, constituindo um total de 23.454 casais. A presença desse modelo também foi expressa pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), demonstrando que em 2012 existiam **1.822 pensões ativas** para homossexuais (1.224 pensões a homossexual do sexo masculino, e 598 do sexo feminino) (BRASIL, 2012).

Os registros de casamentos entre cônjuges do mesmo sexo totalizaram 4.854 casamentos, sendo que 50,3% ocorreram entre cônjuges femininos e 49,7% entre cônjuges masculinos. Só entre o ano de 2013 para 2014 houve um aumento de 31,2%, representando 1.153 uniões homoafetivas a mais, que pode ser visto como um resultado da resolução do STF. Essas uniões ocorreram majoritariamente na região sudeste do país com 60,7% das uniões homoafetivas, seguidas pelas Regiões Sul (15,4%); Nordeste (13,6%); Centro-Oeste (6,9%); e Norte (3,4%) (IBGE, 2014).

Segundo Annuniação (2014), esses dados ainda não refletem a realidade da população LGBT no Brasil, devido a várias questões entre elas a dificuldade na coleta de dados e a resistência de parte desse grupo em revelar sua sexualidade. Também vale ressaltar que a época da coleta, a união e o casamento homoafetivos não eram permitidas. Mas já se trata de um avanço, pois “não se conhece o perfil demográfico de quaisquer dos grupos componentes da população LGBT brasileira: desconhecem-se sua renda, sua escolaridade, suas famílias, seus comportamentos migratórios, seus dados de fecundidade, a distribuição espacial, seus hábitos” (ANNUNCIAÇÃO, 2014, p.44). Dessa forma, sem saber os padrões específicos desta população, não há como pensar políticas públicas direcionadas para combater as desigualdades e preconceitos. Ou seja,

O não reconhecimento social e jurídico das relações amorosas estáveis entre gays e entre lésbicas como família é a principal interdição que atinge os homossexuais no contexto da realidade brasileira, especialmente no tocante à socialização de crianças. Essa interdição está alicerçada na defesa irrestrita da conjugalidade e da parentalidade como possibilidades limitadas ao universo da norma heterocêntrica (MELLO, 2005, p.17, grifos nossos).

É nesse sentido que a família, no contexto das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pode contribuir para a compreensão dos limites colocados ao

considerar a família como algo natural, sagrada, etc. As famílias homoparentais carregam em si a potencialidade de confrontar a ideologia dominante. Ao mesmo tempo esse processo não se dá de forma tranquilo visto que as instituições, e os sujeitos com quem essas famílias tendem a conviver reforçam e reproduzem o preconceito, questões postas a essas famílias no cotidiano. Farias e Maia (2009) demonstram, a partir de entrevistas realizadas com psicólogos do judiciário brasileiro, que existem variáveis adicionais quando se trata de processos de adoção por casais homoafetivos. Segundo as mesmas são realizadas perguntas em torno da vida afetiva e sexual dos requerentes; sobre a relação entre o homossexual e a sociedade e sobre os papéis parentais.

Eram levantadas questões como a revelação da própria homossexualidade – processo como sabemos, exigido somente as pessoas homo; questionavam sobre a possível vida promíscua, ideia muito comum até hoje em relação a homossexualidade, como anteriormente abordado por nós. Questionavam sobre as relações amorosas, se possuíam, quanto tempo durava e a estabilidade da mesma, o que a nosso ver condiz com a defesa de certos segmentos de combater a instabilidade e a promiscuidade por meio do casamento. Também foram realizados questionamentos sobre o enfrentamento do preconceito pelos casais, e o comportamento de acordo com as expectativas sociais, e até mesmo se consideram aceitos no meio em que vivem, que segundo a autora foi o modo de questionar se os mesmos comportam-se “bem de acordo com as expectativas sociais. O que demonstra, também, uma noção de normalidade inerente à igualdade. É permitido ser homossexual ‘entre quatro paredes’, desde que na sociedade você não se mostre muito diferente” (FARIAS; MAIA, 2009, p. 146).

Outras questões realizadas aos casais como o que pretende fazer para ajudar o adotando a enfrentar os preconceitos, como irão passar os valores sobre a divisão social dos papéis, representam discursos que se reverberam no CN. Segundo Xavier, Alberto e Mendes (2015), com base na revisão de literatura realizada há uma série de questões que os casais homoafetivos precisam enfrentar ao demonstrarem o desejo de ter filhos. Ressalta-se a eventual ligação ainda presente entre homossexualidade e perturbação psicológica, a visão de que mulheres lésbicas seriam menos “maternais” do que mulheres heterossexuais, e a possibilidade desses relacionamentos não disponibilizarem tempo para a relação pais-filhos, o que

demonstra o nível em que o discurso hegemônico se encarrega de reproduzir para negar a parentalidade homo.

Na verdade esses discursos ao mesmo tempo negam as experiências que essas famílias vivenciam, já comprovadas em diversas pesquisas. Como também demonstrado por Xavier, Alberto e Mendes, na dinâmica cotidiana das famílias homoparentais é comum o exercício da parentalidade bem dinâmico e compartilhado com a díade exercendo funções educativas e afetivas. Transformam-se assim as noções tradicionais de maternidade e paternidade vinculados unicamente ao “pai” ou a “mãe”. Pelo contrário, Gato e Fontaine (2014) demonstram que as atividades cotidianas, o exercício da parentalidade, entre outras questões não são definidos pelos papéis de gênero, mas sim compartilhadas a partir das referências de cada um, das competências ou “numa ética da igualdade” (GATO; FONTAINE, 2014, p. 317).

Garcia et al (2007) demonstram que essas famílias também reproduzem uma certa forma de estruturação pelo medo de acusações no que diz respeito, quando há a presença de filhos. Parece haver assim uma preocupação em cuidar dos filhos de forma exemplar para que possam se defender das possíveis críticas vinculadas a uma formação homoafetiva. Como parte desse processo de homofobia, considerada aqui como homofobia internalizada, os sujeitos homossexuais também sinalizam a necessidade de descrição como forma de buscar a aceitação de si, e dos filhos. Nega-se às vezes a própria relação amorosa e indicam até um possível recusa a homossexualidade dos filhos. Como demonstrado por Garcia et AL (2007), o modelo heterossexual acaba servindo como exemplo para a homoparentalidade, tornando-se necessário a criação de novos sentidos e práticas sociais (UZIEL, 2002).

Essa lógica também foi demonstrada por Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães, que ao investigarem as famílias homoparentais femininas e a maternidade biológica identificaram que as mesmas optam por laços biológicos, pois “um filho “natural” parece não deixar dúvidas quanto à autenticidade da relação mãe/filho” (PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHAES, 2015, p. 196). Esse vínculo, mesmo que por parte só de uma das companheiras, demonstrou a importância dos laços biológicos regidas pelas normas heteronormativas, onde um verdadeiro vínculo só é estabelecido pela ligação biológica, o que pode demonstrar uma necessidade de se aproximar de um modelo familiar idealizado.

Desta forma, as famílias homoparentais aqui apresentadas poderiam estar reproduzindo, mesmo que não na íntegra, um tipo conhecido e aceito, reforçando um modelo familiar, que inclui a parentalidade biológica em seu centro. Contudo, ao mesmo tempo, a maternidade realizou-se ao lado de outra mulher, originando um tipo familiar controverso e perturbador, visto que a homoparentalidade, de qualquer tipo, subverte noções prontas de parentesco e, quando atravessada pelas novas tecnologias de reprodução, constitui-se, necessariamente, como algo inovador (PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015, p.197).

Ligados a isso é interessante pensar no que essas famílias podem representar de mudanças nos papéis sociais e na sociedade. Segundo Gato e Fontaine (2014) as pesquisas tem demonstrado que jovens que possuem mães lésbicas aderiram menos a papeis de gêneros tradicionais. Os filhos de casais homoafetivos apresentaram papéis de gêneros menos estereotipados e consideravam-se mais abertos a estabelecer relações com a população LGBT, demonstrando mais tolerância a diversidade.

As famílias homoparentais também demonstram na transição para o exercício da parentalidade uma reaproximação com a família de origem, a até mesmo com outras famílias que possuem filhos. Ao mesmo tempo, os estudos indicam um afastamento da comunidade LGBT, visto que os casais homoafetivos reconhecem que a comunidade LGBT está organizada para pessoas adultas, solteiras e sem filhos (GATO; FONTAINE, 2014).

Zambrano (2006) também demonstrou como no interior dessas famílias existem formas de fuga do que está posto, por exemplo, entre as famílias entrevistadas a autora identificou outros nomes, apelidos, e até o uso de nomes no diminutivo que substituíssem os termos pais e mães. Os grupos reinventam os próprios termos de nomeação possibilitando a inclusão de outros tipos de vinculações parentais.

No cenário mundial, as percepções sobre a conjugalidade e a formação das famílias entre pessoas do mesmo sexo tem mudado. Uma pesquisa realizada nos EUA demonstra a porcentagem da população que no início dos anos 2000 eram contrárias ao casamento homossexual (57%). Quinze anos depois (2015), 39% da população se diz contrária à união homoafetiva⁵³. Também demonstrou como a população mais idosa vem mudando de opinião (um exemplo, é da geração nascida

⁵³ Mudança de atitudes sobre o casamento gay. Pew Research. <http://www.pewforum.org/2015/07/29/graphics-slideshow-changing-attitudes-on-gay-marriage/>. Acesso em Fevereiro de 2016.

entre 1928-1945 que até 2001 apenas 21% era favorável, já em 2015, 39% dessa geração se posicionou favorável).

É preciso compreender a diversidade de formas possíveis e de estruturação das famílias para que se tenha não apenas “a preocupação com a reprodução biológica da espécie, mas, principalmente, a criação de condições que assegurem o bem-estar físico e emocional dos seres humanos em interação” (MELLO, 2005, p. 40).

A partir da desigualdade na divisão social e sexual do trabalho, e por outras influências como a ideologia do patriarcado e o fundamentalismo religioso, os comportamentos afetivo-sexuais são normatizados (MOTA, 2011). Na ideologia patriarcal, a heterossexualidade se apresenta não apenas como prática sexual, mas também como um regime político que afeta as interações sociais (RODRIGUEZ, 2014).

As lutas em torno do reconhecimento das uniões homossexuais estão diretamente ligadas com a afirmação e/ou negação da ideia de complementaridade dos sexos e gêneros, isso porque a capacidade social e moral para desenvolver as funções que são socialmente atribuídas às famílias, principalmente quando estamos falando de parentalidade, tem sido algo limitado ao casal homem-mulher. Essa limitação está baseada na defesa “irrestrita da conjugalidade e da parentalidade como possibilidades limitadas ao universo da norma heterocêntrica” (MELLO, 2005, p. 17).

Porém, o que temos assistido na contemporaneidade são casais que se organizam menos de modo hierarquizado e destinado apenas à reprodução biológica, e mais para estabelecer espaços de socialização de amor, cooperação e ajuda (MELLO, 2005).

Como nova função primeira da família, afirma-se a viabilização da sobrevivência material e psíquica dos seres humanos, seja no âmbito das famílias de origem – por meio dos processos de socialização das crianças e dos adolescentes -, seja no contexto das famílias instituídas por adultos que se escolhem livre e reciprocamente como parceiros afetivo-sexuais (MELLO, 2005, p.33).

Passa-se a valorizar cada vez mais a relação de companheirismo, de apoio entre os cônjuges em detrimento da ideia única que o objetivo do casamento é a procriação. A existência dessas famílias tem possibilitado ao mesmo tempo o alargamento do que representa ser homem e ser mulher na sociedade, apontando para uma “desnaturalização e uma dessacralização das relações conjugais” (MELLO, 2005, p. 47).

Ainda que o cenário conservador defenda uma ideologia que desconstrói o que caracteriza essas famílias, a especificidade desse modelo encontra-se exatamente no preconceito e na discriminação social a que estão submetidas, repercutindo negativamente na individualidade dos indivíduos, bem como sobre os filhos, ficando a cargo dos próprios familiares as formas de lidar com tal situação e tentar superá-la⁵⁴ (MELLO, 2005; UZIEL, 2002). Em relação ao debate de qual seria a “especificidade” das famílias homoparentais, Uziel afirma:

Do ponto de vista do número de pessoas envolvidas, a família homossexual não cria nada de novo: é monoparental, biparental ou pluriparental, como ocorre com todas as outras famílias [...] Do ponto de vista da cidadania, dos direitos e deveres, é um cidadão, protegido por lei, como todos. Em relação aos cuidados com as crianças, as poucas pesquisas feitas não identificam diferenças. As maiores partes dos casos de abuso sexual como demonstram as pesquisas da Abrapia, no Brasil, tem nos pais e padrastos os agentes – nenhuma referência relevante a orientação sexual. As crianças abandonadas, postas para adoção, foram fruto de relações heterossexuais. Heterossexuais tem filhos homossexuais. O contrário também é verdadeiro. As identificações, fundamentais para o desenvolvimento e formação da identidade, sofrem abalos em parte da população, sem que a estruturação familiar que propicie maiores problemas seja identificada com a existência de pessoas do mesmo sexo (UZIEL, 2002, s/p).

Uziel assim nos provoca a pensar: o que há de problema nessa configuração de família? O problema está no foco da questão: a atenção maior no debate sobre parentalidade de gays e lésbicas não está direcionada a pensar em alternativas que combatam o preconceito e a intolerância. Pelo contrário, o foco tem sido a suposta incapacidade do cuidado de crianças por parte da população LGBT, ou “numa alegada insalubridade moral da família cujos cônjuges sejam homossexuais, inclusive nos contextos de disputa pela guarda de filhos originários de casamentos heterossexuais” (MELLO, 2005, p.49).

Há dois aspectos que se apresentam então em nossa reflexão – e posteriormente nos discursos – O primeiro é o reconhecimento da união. E o segundo é o reconhecimento da união ter acoplado a presença de filhos.

Nessa direção, a ideologia patriarcal empurra o gênero para o sexo biológico, e reduz as práticas sociais – socialmente construídas - a “papeis sociais” sexuais,

⁵⁴ Badinter (1993) afirma que inúmeros mitos negativos estão associados ao silêncio e à rejeição sociais em relação aos pais homossexuais. Entre estes, destacam-se dois principais: o de que os pais homossexuais são doentes que se arriscam a transmitir sua homossexualidade aos filhos e o de que os pais homossexuais, por serem obcecados sexualmente, tenderiam a atacar os próprios filhos ou permitiriam que seus amigos o fizessem.

remetendo a noções biológicas, naturais o que são na verdade construções históricas (KERGOAT, s/a).

A ideologia aparece aqui como fundamental para mascarar a relação de exploração, culminante do processo de acumulação capitalista, e reforçar concepções históricas, como em relação a homossexualidade. O sistema ideológico “socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar - ou desvirtuar - suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação” (MÉSZÁROS, 2012, p. 57).

Segundo Mézárós (2012), o discurso ideológico é tão forte e dominador nas sociedades ocidentais capitalistas, que em nenhum momento nos questionamos sobre a aceitação dessas "certezas", desses valores que acreditamos e defendemos. E, automaticamente, todos aqueles que aceitam o discurso dominante rejeitam todas as alternativas e tentativas de tentar desvendar os "pressupostos ocultos", pois essa tentativa implicaria no questionamento do que consideram verdades únicas (MÉSZÁROS, 2012, p. 58).

Para Mézárós, essa relação passa a ser mais compreensível quando entendemos que a ideologia dominante possui vantagem do que pode ser considerada uma verdade sobre os conflitos "já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade" (MÉSZÁROS, 2012, p. 59).

Nessa direção, a sexualidade se afirma teoricamente como construção sócio-histórica em constante transformação com significados e representações diferentes no que diz respeito às práticas sexuais e relações de poder, demonstrando “o constrangimento e o estigma vividos pelos que explicitam sua diferença em relação à norma heterossexual” (MOTA, 2011, p.105).

Dessa forma, não consideramos a sexualidade a partir de um entendimento como se essa fosse própria de um sujeito singular, independente das relações sociais, mas sim como “construção social que revela o modo como os homens e mulheres produzem seus meios de vida e usufruem da riqueza socialmente produzida” (SANTOS, 2002, p.01).

Aqui ressaltamos que a vivência amorosa e sexual entre pessoas do mesmo sexo existia praticamente em todas as sociedades, em diferentes épocas (LESSA, 2012). Por isso, os problemas relacionados ao preconceito e a discriminação contra LGBT

é anterior ao capitalismo, porém, o capitalismo “apresenta, ainda, enorme capacidade de utilizar, em benefício próprio, várias formas de opressão que atingem segmentos específicos da população” (SANTOS, 2002, p. 03). Assim, as instituições se organizam voltadas para que o primado masculino permaneça reproduzindo a lógica das diferenças entre os gêneros, sendo reproduzida esta lógica não somente na unidade familiar, mas na família, igreja, escola e pelo Estado, mas é sem dúvida, a família a principal instituição que contribui para a reprodução do patriarcado (SANTOS, 2010). A sexualidade de gays e lésbicas rompe com a associação entre sexo e reprodução, o que levava à suspeita de que ela não tem controle nem pode ser socialmente responsável (MISKOLCI, 2007, p. 118).

É nesse sentido, que buscamos demonstrar as transformações que envolveram as famílias, ao longo do texto, de modo que as mesmas contribuíssem para a desmistificação da associação de crise com mudanças e desintegração. Estamos falando de processos inseridos em uma totalidade maior - dinâmica e contraditória – que significam mudanças estritamente relacionadas com transformações nos modos de vida, valores e nas condições de reprodução.

3.2.1 Família homoparental na cena política

O casamento entre pessoas do mesmo sexo é um tema que ascende à agenda da sociedade brasileira com tons conservadores e de contestação, e como tal entra na pauta do Congresso Nacional brasileiro desde os anos 1980⁵⁵.

Em termos históricos, destacamos as lutas travadas durante a década de 1980 pela alteração no código 302 da classificação internacional de doenças (CID), liderada pelo grupo gay da Bahia, que resultou na retirada em 1985 pelo conselho federal de medicina da homossexualidade como doença. Também da luta na constituinte para incluir a discriminação por orientação sexual como crime – o que não ocorreu – a população LGBT continuou vivenciado avanços e retrocessos em relação aos direitos civis, políticos e sociais.

Um importante avanço foi a criação em outubro de 2003 da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, que iniciou os trabalhos com mais de oitenta parlamentares

⁵⁵ Não vamos aqui resgatar toda a luta do movimento LGBT em torno dos direitos e garantias para a prevenção e tratamento do HIV-AIDS. Para aprofundamento recomendamos a leitura de SIMÕES, J. A; FACCHINI, R. **Na trilha do Arco Íris. Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p. - (coleção história do povo brasileiro).

dos diversos partidos que tinha como objetivo articular a aprovação de legislações de interesse da população LGBT.

Há ainda as diversas aprovações, em âmbito municipal, de leis que disciplinam sanções civis para a discriminação por orientação sexual. Segundo o IBGE (2010) 79 cidades no Brasil possuíam, até 2011, legislações contra a homofobia. O judiciário brasileiro também tem demonstrado a necessidade de considerar e respeitar as novas formas de famílias, por meio de jurisprudências e interpretação das normas constitucionais, principalmente em relação às disputas em torno da conjugalidade e parentalidade.

Como expressão do processo de tensionamento realizado pelo movimento LGBT, em 2008 (no segundo governo Lula) ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Política Pública e Direitos Humanos LGBT (1ª CNLGBT), fato inédito mundialmente.

De lá pra cá, assistimos a 2ª CNLGBT ocorrida no final de 2011, que tinha como objetivo avaliar a Política Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, instituída em 2010 por meio do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. E, ao mesmo tempo, apontar direcionamentos e propostas a esse público para os próximos anos (BRASIL, 2011).

Também foi criado em 2004 pelo governo federal, por meio do conselho nacional de combate à discriminação, o programa Brasil Sem Homofobia, que tinha como objetivo promover a cidadania LGBT, buscando a equiparação dos direitos entre homossexuais e heterossexuais. O Programa se desdobrou em 53 ações, divididas em 11 eixos, voltadas para o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT (RODRIGUES; IRINEU, 2013).

O Instituto Nacional do Seguro Social também vem garantindo ao longo dos anos o acesso a benefícios e aos direitos pelos companheiros/as homossexuais, desde o ano de 2000 quando foi editada a primeira instrução normativa de número 25/00 que estabelecia os procedimentos para serem adotados no caso de auxílio reclusão e pensão por morte. A novidade é, portanto, a extensão aos homens do salário-maternidade em caso de adoção e também aos homossexuais de ambos os sexos. Desde então, municípios e estados passaram a garantir leis que incluíssem

companheiros do mesmo sexo nos planos da previdência social dos seus servidores públicos (ANNUNCIAÇÃO, 2014).

Registra-se ainda a criação da Política Nacional de Saúde Integral a população LGBT pelo Ministério da Saúde, em 2010 e o reconhecimento, em 2011, da diversidade de “condições sexuais” no âmbito do Plano de Política Criminal e Penitenciária, resultando na criação de parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade, numa ação conjunta entre Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT. Também temos a criação em 2013 do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT (IRINEU, 2014).

Esse processo é acompanhado pelo aumento de produções acadêmicas, de grupos organizados e sociedade civil que tem buscado um maior engajamento na monitoração das posições do governo em relação aos direitos humanos (IRINEU; RODRIGUES, 2013). Outros avanços também são vistos como registro de mudança de nome e de sexo de transexual, adoção de crianças por homossexuais e transgêneros, ainda que muitas decisões, quando dizem respeito ao sistema judiciário, dependem da boa vontade dos juízes.

Foi visando resolver esse problema que o STF, em maio de 2011, julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 (ADPF) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 (ADI), reconhecendo a união estável homoafetiva como entidade familiar. O Brasil reconheceu assim a união homoafetiva com os mesmos direitos dos casais heterossexuais. No mesmo ano, a ONU reconheceu que os direitos LGBT são Direitos Humanos. E em maio de 2013, visando fortalecer a decisão do STF, o Conselho Nacional de Justiça aprovou resolução que obriga todos os cartórios do Brasil a realizar casamentos homoafetivos. A resolução 175, de 2013, dispõe sobre *a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo*. E ficou previsto na resolução que “é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo” [...] “A recusa implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis” (BRASIL, 2013, p.2).

É preciso ressaltar que mesmo com esses direitos garantidos, a população permanece desprotegida pela ausência de leis federais que garantam todos os

direitos civis, ainda não alcançados por essas medidas. Por isso, diferentes projetos de lei que tramitam no CN buscam legislar a matéria família homoparental. Esses projetos expressam e reverberam os diferentes discursos sociais de sua época. Nos deparamos com resistências, vindas principalmente do interior do Congresso, liderada pela bancada evangélica. Essas resistências demonstram o temor em relação ao avanço da garantia de direitos à população LGBT que já vem ocorrendo, como demonstrado.

Em relação às famílias, o retrocesso se materializou, principalmente, no projeto de Lei 6.583 de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências, de autoria do Deputado Anderson Ferreira (PR/PE). O projeto foi aprovado na comissão especial designada para debater a proposta. Posteriormente, foi encaminhado para a mesa diretora da câmara dos deputados, onde aguarda o prazo para recursos. Os deputados do PT, PSOL, PC do B e PTN (únicos votos contrários a tal proposta) estão se esforçando na tentativa de conseguirem 51 assinaturas para que o projeto passe pela votação na câmara dos deputados, ao invés de ser encaminhado direto para a votação no Senado.

O texto do projeto, bem como sua justificativa, direciona a defesa do estatuto como mais uma forma de garantir políticas públicas que visem proteger as famílias brasileiras. Porém, no seu interior é possível identificar dois direcionamentos que fazem parte da pauta retrógrada defendida pela bancada evangélica. Entendemos que o projeto mascara – em nome da defesa de políticas públicas – essas duas pautas da bancada evangélica. Primeiramente, a definição de família como apenas a união entre um homem e uma mulher, visando barrar uma possível aprovação do projeto de lei que reconhece a união entre pessoas do mesmo sexo. Outro ponto é a parte que visa incluir como obrigação do Estado, da sociedade e do Poder Público em todos os níveis a efetivação do direito à vida desde a *concepção*, tendo como objetivo vetar ao mesmo tempo uma possível legalização do aborto no Brasil. Cabe ressaltar que na Constituinte de 1988 os conservadores já defendiam a proteção desde a concepção, porém o movimento feminista naquele momento histórico conseguiu barrar.

Entre outros temas o Estatuto propõe: que a família receba assistência especializada para o enfrentamento do problema da droga e do álcool; que o Estado preste apoio efetivo às adolescentes grávidas prematuramente; que seja incluída no

currículo escolar a disciplina “Educação para família”; a prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos em demandas que ponham em risco à preservação e sobrevivência da entidade familiar; a criação do conselho da família no âmbito dos entes federados. Contudo, os deputados que são contrários ao estatuto no seu atual formato ainda contam com a possibilidade do STF barrar a aprovação do mesmo, por ser considerado inconstitucional. Enfim, trata-se de uma proposta que visa reafirmar a concepção idealizada de família, e tratar as mazelas sofridas pelas famílias como questões morais.

Também tramitou no CN o projeto de lei 122 de autoria da ex-deputada Iara Bernardi (PT/SP) que modifica a lei 7.716/1989 que define os crimes resultantes de preconceito e inclui a criminalização da homofobia. O projeto pretendia incluir os crimes de preconceito em relação a gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Este tem sido a pauta principal do movimento ao longo dos anos – mesmo apresentando divergências, por alguns militantes que não acreditarem na criminalização como solução para a homofobia. O projeto encontra-se arquivado devido ao final da legislatura da proponente.

Recentemente o Deputado e pastor da Igreja Universal Vinicius Carvalho (PRB/SP) apresentou o projeto de lei 4.302/2016 que visa proibir o reconhecimento da “União Poliafetiva” formada por mais de um convivente. Segundo o mesmo, *“reconhecer a Poligamia no Brasil é um atentado que fere de morte a família tradicional em total contradição com a nossa cultura e valores sociais”*. Trata-se do mesmo deputado que, com o apoio da ala mais conservadora do CN, conseguiu recentemente a retirada da expressão “promoção da perspectiva de gênero” por meio da Medida Provisória 696 que cria o Ministério da Mulher, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. As ações dessa bancada simbolizam o que o cenário conservador brasileiro tem apresentado de mais retrógrado.

Nesse sentido, o conservadorismo que se faz presente no CN, entendido como um conservadorismo contemporâneo, “não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 16).

Entendemos que o pensamento conservador não é um estilo de pensamento, a-histórico, e encontrado em qualquer tipo de sociedade⁵⁶. Também não pode ser confundido com formas intelectuais, como comportamentos que valorizam e defendem o existente, a qual devemos denominar de tradicionalismo (ESCORSIM NETTO, 2011). Segundo a autora, o pensamento conservador é particular de um tempo histórico, o tempo da configuração da sociedade burguesa, “em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40).

A argumentação conservadora, [...] praticamente não se alterou ao longo do século XIX, e pode ser resumida como se segue: 1) Só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição; 2) A liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita; 3) A democracia é perigosa e destrutiva; 4) **A laicização é deletéria**; 5) A razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social; 6) A desigualdade é necessária e natural (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 63).

Ao considerarmos esses traços do conservadorismo, torna-se claro a importância da instituição família. E também de uma das características apontadas que considera normal a interferência da religião no Estado. Os conservadores compreendem a família como a base moral da sociedade, por onde se transmite valores e tradição. Consideram também que é por meio da estabilidade social das famílias, e do seu papel econômico, que as mesmas contribuem para a eternização da sociedade e do seu modo de organização (ESCORSIM NETTO, 2011).

A valorização da família, constante em todos os conservadores, está também conectada a um traço distintivo do pensamento conservador: a defesa da constituição de grupos intermediários, capazes de – junto com a família – mediar à relação entre os indivíduos e a sociedade. Tais grupos - associações, corporações [...] – são, igualmente, a única garantia para assegurar a harmonia orgânica da sociedade, provendo os vínculos de solidariedade e coibindo as tendências sociais dispersivas; [...] (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 66).

É nesse sentido que apontamos o caráter conservador do atual Congresso Nacional e a importância dada à família. Quando não colocada como central nas pautas, a família se faz presente nas defesas contrárias a pautas consideradas progressistas.

⁵⁶ Segundo a autora, os estudiosos sobre o conservadorismo consideram que esse surge no momento histórico da Revolução Francesa – isto é, “consideram que o conservadorismo é uma resposta reativa a tudo o que a queda da Bastilha sinalizava” (ESCORSIM NETTO, 2011, p.38). Distancia-se também da noção mais corrente ligada ao verbo conservar: é a noção segundo a qual sempre queremos preservar aquelas coisas e ideias que valorizamos e em que acreditamos [...]. “Esta noção, lastreada no senso comum, não permite fundar qualquer reflexão que vá mais além dos limites do pensamento cotidiano, uma vez, com sua ilimitada abrangência, não tem nenhuma potencialidade explicativa [...]. Ainda segundo a autora, “essa compreensão vem despida de qualquer referência histórica concreta, o que acaba por introduzir uma particular negação da história o que torna-se nas palavras da autora imprestável para análise” (ESCORSIM NETTO, 2011,p.36).

Enquanto isso, na realidade brasileira, homens e mulheres homossexuais encontram-se marcados “pelo tripé privação-opressão-discriminação, o qual se traduz em uma realidade de relativa exclusão social” (MELLO, 2005, p. 192).

Concordamos com Irineu (2014, p.165), quando a mesma afirma que “as intervenções e posições governamentais em relação aos direitos da população LGBT devem ser compreendidos como resultantes de processos de hegemonia, numa dinâmica intrincada de visibilidade-invisibilidade e concessão-conquista”. Apesar dos avanços elencados acima, essa relação de ‘concessão-conquista’ ficou mais clara no governo Dilma quando o veto do Kit Escola sem Homofobia, a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação.

Nesse contexto, diante dos novos arranjos familiares - e entre eles, os casais homossexuais – que o Congresso Nacional é convocado a legislar sobre a possibilidade de reconhecimento dos diversos modelos de famílias no Brasil. É “nesse espaço – de quem decide o que é melhor para outros – que aflora a moralidade mais conservadora” (FONSECA, 2005, p. 57).

Enfim, nesse capítulo tratamos de situar o contexto e, qual disputa se coloca como pano de fundo no debate sobre famílias e os embates para o reconhecimento legal das famílias homoparentais na concepção de família. O CN, local em que o debate perpassa, é um locus privilegiado de análise. Iluminados por Gramsci entendemos que “a sociedade não se coloca problemas sem que existam já as premissas para sua solução”. Nesse sentido, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo pelo CN, é algo possível – considerando que a matéria já foi aprovada pelo STF –, entretanto, é um espaço de embate, visto que ainda perpassa pelo viés moral religioso. Segundo Gramsci

Analisar criticamente o que significa a proposição supõe pesquisar precisamente como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos concretos mediatos e imediatos, isto é, uma linha de ação coletiva. São processos de desenvolvimento mais ou menos longos, e, raramente, explosões “sintéticas” imprevistas. As “explosões” sintéticas até acontecem, mas, observando de perto, pode-se ver que se trata de destruir mais do que reconstruir [...] (GRAMSCI, 2012, p. 94).

Dito isso, torna-se necessário analisar os discursos que perpassam as disputas em torno do que muitos consideram favorecimento de privilégios a um setor da sociedade – a população LGBT. Para nós estamos tratando de desconstrução de

hierarquias, e defesa intransigente da diversidade e do reconhecimento da existência de grupos até então considerados como pecadores, doentes e pervertidos. São discursos que em consonância com a ideologia dominante reafirmam a homofobia como prática discriminatória, na medida em que a mesma desempenha um papel importante “de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades” (BORRILLO, 2010). O que nos impulsiona indagar, baseado em Coutinho: Como os interesses são representados? De quem são os interesses representados? Qual a justificativa para representar interesses?

4. SAINDO DO ARMÁRIO? DISCURSOS NO CONGRESSO NACIONAL SOBRE AS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS.

*As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei
(Carlos Drummond de Andrade).*

No capítulo três analisaremos os discursos que atravessam os projetos de lei no Congresso Nacional, que propõem regulamentar a união/parceria civil/casamento entre pessoas do mesmo sexo, identificando as características que esses discursos assumem e a que formação ideológica se vincula.

Como vimos na metodologia, a luta pelo reconhecimento das famílias homoparentais no CN são expressas por três projetos que foram arquivados (PL 1.151/1995; PEC 70/2003; PL 2.153/2011) e por dois projetos que estão em tramitação o PL 580/2007 – e nele apensados os PLs 4.914/2009 e PL 5.120/2013 - e o PLS 612/2011.

As proposições visavam alterar leis existentes, sendo elas: a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226; a lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil em seus mais diversos artigos e a lei 8.069 de 13 de junho de 1990, em seu artigo 42, conhecida como nova lei da adoção.

A luta do movimento LGBT no CN não é nova. No decurso da elaboração da Constituinte (1986-1988), o movimento lutou pela inclusão no artigo 3º, § IV da proibição de discriminação por orientação sexual sendo derrotado à época por 317 votos contra, 130 a favor e 14 em branco. Buscou-se naquele momento inserir a temática da orientação sexual como constitucional, visando atribuir a essa temática visibilidade e tratamento político, o que não ocorreu (SANTOS, 2005).

Nossa análise aqui envolverá dois níveis: a) o processo de tramitação dos PLs no CN e nesse momento, analisaremos os projetos de leis submetidos à aprovação no congresso nacional sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, identificando os grupos envolvidos nos debates durante a tramitação desses; b) os discursos contrários e favoráveis durante a tramitação dos projetos, identificando nos discursos a concepção de família existente entre os grupos, evidenciando que concepção de família expressam no interior desses discursos. Por fim, descreveremos como os embates conceituais se apresentam nas discussões dos

projetos de lei que visam o reconhecimento da união civil entre indivíduos do mesmo sexo.

4.1 A luta vai ao Congresso Nacional: os mesmo direitos com os mesmos nomes

Como estratégia de apresentação dos resultados, apresentaremos os projetos de leis submetidos à aprovação no congresso nacional sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Aqui exploraremos a dimensão política – o projeto como um processo de articulação entre o movimento e o parlamento, a dimensão legal – que alterações o PL propunha; e ainda como se deu a disputa entre visões diferentes.

O PROJETO DE LEI 1.151 DE 1995

Em outubro de 1995 a então Deputada Federal Marta Suplicy (PT/SP) apresentou o PL nº 1.151 que tinha como objetivo disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo e outras providências.

Naquele momento o Brasil se colocava como pioneiro visto que até então poucos países no mundo – Holanda, Bélgica, Espanha e Canadá - estavam promovendo a discussão do reconhecimento legal às uniões homoafetivas. O projeto surgiu após diálogos entre o movimento LGBT e a deputada e foi construído com a parceria de especialistas, após a 1ª Conferência da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e a 17ª Conferência Internacional Lesbian and Gay Association (ILGA), de onde resultou a definição da proposta original.

De acordo com as justificativas presentes no PL, o reconhecimento das **relações entre pessoas do mesmo sexo precisava ser legalizado**, já que estes relacionamentos vinham se impondo cada vez mais na sociedade, ou seja, era necessário legalizar o que já existia. Outra justificativa era a necessidade de **reforçar a todos que a heterossexualidade não é a única forma de expressão da sexualidade** como demonstrado pelo Conselho Federal de Medicina (1985), a Organização Mundial da Saúde e a Classificação Internacional de doenças. Ou seja, o direito a orientação sexual, independente de qual seja, como expressão dos direitos inerentes da pessoa humana. Ao mesmo tempo como parte do argumento, o

recurso ao discurso médico-sanitário (CFM, OMS e CID) buscava legitimar a sexualidade como algo natural e sadio, que até então era tratado por esses mesmos organismos como doença. Ou seja, os mesmos organismos se apresentam como parte do argumento ora para legitimar, ora para negar as sexualidades.

Tratava-se de reconhecer, segundo a proponente, a importância de relacionamentos pessoais que nos satisfazem em diversos momentos da vida e mantêm a integridade do indivíduo. Destaca a legisladora que ***“longe de criar mais homossexuais, essa realidade tornará mais fácil a vida das pessoas que já vivem esta orientação sexual de forma clandestina”***. O que possibilitaria uma maior proteção à saúde, principalmente em relação a AIDS.

Suplicy defendia que o reconhecimento certamente diminuiria o comportamento homofóbico e, conseqüentemente, a agressão que estariam expostos, em vista do alto índice de violência contra homossexuais (tal como já apontamos em relatórios nacionais destacados na introdução).

O projeto procura disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo e não se propõe dar às parcerias homossexuais um status igual ao casamento. *“O casamento tem um status único. Este projeto fala de “parceria” e “união civil”. Os termos “matrimônio” e “casamento” são reservados para o casamento heterossexual, com suas implicações ideológicas e religiosas”*. Mas, todas as provisões aplicáveis aos casais casados também seriam direitos das parcerias homossexuais.

Tratava-se, naquele momento, de uma proposta que visava criar um novo instituto legal, o que demarcaria novamente o lugar das relações homo – defendida pela expressão união civil – e também o lugar dos relacionamentos heterossexuais, que tinham o direito ao casamento. Essa polarização presente no PL reverbera uma concepção de família como exclusivo a homens e mulheres heterossexuais.

Em relação ao conceito de família a proponente defendeu que passasse a vigorar da seguinte forma: *“Art. 217: a companheira ou companheiro designado que comprove união estável como entidade familiar, ou união civil com pessoa do mesmo sexo, nos termos da lei. Art. 241: equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar ou união civil com pessoa do mesmo sexo, nos termos da lei”*.

É importante ressaltar que o projeto foi amplamente debatido no Congresso Nacional por meio de nove audiências públicas onde foram convocadas personalidades para discutir a questão. Essas audiências foram realizadas com a participação de diferentes segmentos, lideranças do movimento LGBT e especialistas da saúde mental como o Grupo Gay da Bahia, Grupo Dignidade de Curitiba, Psicólogos, Psiquiatras, Psicanalistas, deputados, juristas, Anistia Internacional do Brasil, Instituto Teológico (Pastoral do Ceará), Seção de Direitos Humanos da OAB-DF.

Os discursos dos sujeitos convidados a tratar sobre o tema também perpassaram entre a lógica da garantia da cidadania à população LGBT, da defesa pelo Estado laico e do reconhecimento da diversidade familiar. Por outro lado, defendiam a família como algo natural, desejada por Deus, e cabível somente entre homens e mulheres que visassem à procriação⁵⁷.

Cabe ressaltar que na época em que tramitava o PL, os países europeus que debatiam a união homoafetiva utilizavam em suas propostas o mesmo nome – união civil/parceria civil – como forma de implementar esse novo direito. Além disso, é de se considerar que uma proposta sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo em 1995 foi um avanço, e foi estratégico para o momento que não se tocassem em palavras tão “caras” aos conservadores como família e casamento.

Nesse sentido, era nítido que o reconhecimento dessas uniões tinha como objetivo assegurar direitos como a “inclusão de seus parceiros como dependentes no âmbito da previdência social e dos planos de saúde privados bem como à herança, de forma a facilitar o tratamento do cônjuge doente e a sobrevivência do viúvo (MELLO, 2005, p. 54).

Entendemos que esse posicionamento não negava a dimensão familiar das uniões homossexuais, mas era uma estratégia política. Outro ponto que marca o discurso é a ênfase dada à importância da relação afetiva, na importância desses sujeitos estabelecerem um relacionamento e o mesmo ser reconhecido. A autora chega a afirmar que “relacionamentos estáveis proverão segurança e um sentimento de pertencer”. Em um tópico dentro da justificativa chamado (“Relação Duradoura”) a

⁵⁷ Para uma leitura mais aprofundada dos discursos se fizeram presente durante as sessões indicamos a leitura de Mello (2005).

autora diz “*eles [os relacionamentos] satisfazem **necessidades emocionais fundamentais** e provêem a segurança e aconchego em horas de crise em vários momentos da vida, inclusive na velhice*”. A legisladora afirma que seria uma maior possibilidade de proteção à saúde, principalmente em relação a AIDS. Tal argumento traz em si duas faces da questão. Por um lado, essa é uma assertiva presente em diversos autores contrários ao casamento entre homossexuais. A proposta do casamento nos marcos do que já estava posto – e negado à população LGBT – possui um caráter de higienização quando pensado na possibilidade de “curar” a possível promiscuidade existente entre homossexuais. E até mesmo o casamento, seria a forma de combater o crescimento do número de transmissão de HIV/AIDS. Ou seja, uma sexualidade regulada, controlada, monogâmica, duradoura foi algo desejado como forma de combater as diversas vivências da sexualidade. Por outro lado o argumento destacou o seu oposto: a existência de relações estáveis que deveriam ser legitimadas pelo Estado. Àquele momento – 1995 -, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a proposta de Marta Suplicy do PT demonstrou a potência de trazer à cena política o debate sobre sexualidade como forma de provar o contrário ao ideologicamente posto.

Ao fim, o PL trouxe à tona um debate: qual era a possibilidade de regulação parcial da questão. Isso porque o PL propunha que após a vigência da união civil – que tinha a pretensão de ser feita em livros separados nos cartórios – o estado civil do casal não seria alterado. Ou seja, a parceria civil permitiria que os casais vivessem como se fossem uma família, porém, com o status de solteiro. Nessa direção a proposta expressava a limitação que tinha no cenário brasileiro: uma mudança parcial e segregária. Essa posição aparece no interior do PL.

Outra questão era a **proibição da adoção por esses casais**. Isso porque a presença dos filhos junto a esses casais seria visto como a constituição de uma **família**, já que para os deputados uma família é constituída quando se tem a presença do filho. Como em última instância aceitariam a aprovação da união civil, mas não o reconhecimento como família, a adoção precisava ser proibida. Assim, a união civil proposta não reconhecia esse modelo como mais um modelo de família.

Em novembro de 1995, primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o PL foi encaminhado para a Comissão de Seguridade Social e Família sob

responsabilidade do Relator Dep. Jofran Frejat (PP/DF), que devolveu sem parecer. Em março de 1996 foi redistribuído sob responsabilidade da relatora Dep. Rita Camata (PMDB/ES), que também devolveu sem emissão do parecer. O PL foi então redistribuído para a Dep. Jandira Feghali (PT/DF), que também devolveu sem emitir parecer. Nesse cenário todos os relatores indicados devolveram o PL sem parecer, recusando-se posicionarem nessa temática tão polêmica à época.

Em abril de 1996 foi constituída uma comissão especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre o projeto em tramitação⁵⁸. Enquanto os trabalhos na comissão caminhavam, alguns deputados discursaram no pleno da câmara. Em Junho de 1996, após dois meses do início do trabalho da comissão especial o Deputado Philemon Rodrigues (PTB/MG) se pronunciou. **Seu discurso defendia** que o PL era evidentemente **inconstitucional**, pois a **CF** somente reconhece **a união entre homem e mulher**. Segundo este tratava-se de um projeto que tentava burlar as disposições constitucionais já que pretendia tratar as uniões homoafetivas como uma entidade familiar, e considerá-la também como família, base da sociedade.

A expressão família tem significado sociológico: “circulo social duradouro, suscetível de renovação temporal dos seus membros sem perda da sua unidade” (P. Miranda). A constituição, quando se refere à família, trata-a como “instituição social da família”. O intuito ético político dos legisladores constituintes foi defender não só a instituição jurídica, mas a família como instituição jurídica, mas a família como instituição social, base da sociedade.

A fim de contrapor a esse argumento, o deputado José Genoíno (PT/SP) defendeu que a CF apresenta sim princípios que buscam promover a sociedade humana sem discriminação, e nesse sentido o PL está de acordo com a CF. Por isso, **“temos de enfrentar o debate: se queremos uma sociedade democrática, plural, ou vamos querer uma única visão de mundo”**. Afirmou Genoíno:

Se somos plural e democráticos temos de aceitar a pluralidade de visão sobre religião, ideias e comportamentos. Estabelecer uma única visão para o Estado defender chama-se monolitismo, autoritarismo, e a intolerância já provocou grandes tragédias na história da humanidade.

O questionamento de Genoíno permanece atual e ecoa aos quatro cantos do país: queremos uma sociedade democrática e plural? Como resposta, o dep. Calvancanti

⁵⁸ Cabe ressaltar que sempre que uma proposição é encaminhada para mais de três comissões é determinado à constituição de uma comissão especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre o projeto em tramitação.

(PPB/PE) responde: não! Sua resposta é dada em um momento de prestação de contas sobre sua participação como representante da Câmara no 2º Encontro de Políticos e Legisladores da América em junho de 1996, na cidade do México. O encontro teve como tema: “A dignidade da família e da vida na política e na legislação da América – Reflexões à luz da Encíclica *Evangelium Vitae*” (de João Paulo II). Seu discurso no referido encontro reafirmaram pontos já destacados por ele em seu voto na comissão especial. Em seu discurso destacou que as ameaças aos

[...] valores morais e éticos da sociedade em nossos países, não é obra do acaso, nem invenção de parlamentares que se autodenominam defensores dos direitos das mulheres, dos chamados direitos reprodutivos, dos direitos dos homossexuais, do direito ao aborto e defensores da educação sexual hedonista nas escolas [perfil que se identificava Marta Suplicy].

Tudo isso faz parte de um plano internacional bem arquitetado a serviço do imperialismo internacional e financiado por governos do Primeiro Mundo, fundações dos países ricos, organismos e instituições internacionais. [...] patrocinados pelo Fundo de População das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundações Rockefeller e Ford, Conselho de População, Federação Internacional de Planejamento Familiar, IPPF etc., numa verdadeira “conspiração contra a vida” como diz João Paulo II, no nº 17 da Encíclica *Evangelium Vitae*.

Segundo o deputado o que mais o espanta é saber que em nosso Parlamento representantes do povo brasileiro defendem interesses internacionais de outros países em detrimento da sociedade brasileira. São programas e políticas impostos por outros governos e instituições que encontram em nossos meio, brasileiros que se colocam a serviço de interesses imperialistas. O deputado vislumbra que

chegaremos a ter em nosso Congresso Nacional a grande maioria dos parlamentares defensores da vida “desde a concepção”. A divulgação que esta sendo feita da votação da PEC 25/95, de minha autoria, que pretendia incluir no texto da Constituição a inviolabilidade da vida desde a concepção e rejeitada por esta Casa, certamente terá efeitos nas próximas eleições municipais. Essa divulgação que esta sendo feita pelos movimentos pró-vidas, movimentos religiosos, espíritas e tantos outros, servirá de referencia para as próximas eleições de outubro, quando elegeremos os prefeitos que servirão de ponte para a renovação do Congresso Nacional.

Ou seja, o legislador lembra o impacto que projetos polêmicos têm sobre os mandatos dos congressistas e nas eleições estaduais e municipais. Ou seja, para além da garantia de direitos e das discussões que devem permear a atuação política na câmara há de se pensar em todo instante nas pautas que garantiriam votos ou não.

O deputado também relatou o “risco” de se inserir no currículo escolar matérias denominadas educação para a vida familiar, educação para a saúde sexual, educação sexual e reprodutiva, reprodução humana e outros eufemismos que segundo o mesmo se pretende pregar o incesto, o homossexualismo, a contracepção, a esterilização e a prática do aborto. Chegou a afirmar em sua defesa que pesquisa realizada nos EUA demonstrou a ineficiência da camisinha para evitar a AIDS. E em sua conclusão reafirmou que deve-se combater essas ideias para que nossos filhos e netos não sejam atingidos por *“essa avalanche destruidora dos princípios morais que regem a sociedade brasileira”*.

Os discursos de Cavalcanti e Rodrigues expressam o posicionamento cristão em sua face mais conservadora (o primeiro é teólogo e vinculado a igreja católica e o segundo pastor). Em sua face conservadora – o PL é uma ameaça – que coloca em risco o ideal de família nuclear patriarcal.

Como um projeto que suscita debate e disputa de posição, também a defesa do PL toma o parlatório da câmara, por meio de discurso de sua proponente em julho de 1996. A deputada pontuou que a discussão da homossexualidade e direitos humanos vem ocorrendo em diversos países com avanços importantes. E que em muitos países já é realidade para muitos homossexuais as conquistas de suas pautas. Segundo a Deputada, o PL visa garantir contrato civil, direitos a herança, sucessão, previdência, imposto de renda e nacionalidade. Portanto, que não tem a pretensão de instituir o casamento de gays e lésbicas, até porque em suas palavras “o casamento tem outro status, social e religioso, nem propõe adoção de crianças, constituição de família, alteração do estado civil ou direito ao nome do parceiro. Todas essas características fazem parte de um matrimônio, e este projeto não atende a nenhuma delas”.

Nesse sentido reafirmou que não podemos continuar negando a existência das relações homoafetivas e as diferentes formas de expressão da sexualidade, compactuando assim com atos homofóbicos que resultam em violência e assassinatos.

Com esse projeto, estaremos **reconhecendo a existência dessas relações** e também **rompendo com a máxima construída pela sociedade** que coloca a heterossexualidade como a única forma correta e aceita de viver a sexualidade e que esquece que a sexualidade é um processo em

construção que articula a singularidade da história de cada pessoa e as relações com o ambiente social.

Os argumentos contrários ao projeto partem de **pressupostos fundamentalistas e equivocados**, como por exemplo, que estaremos incentivando a homossexualidade ou ainda contribuindo para desestruturar a família. Primeiro, as pessoas não decidem de um dia para o outro que vai se tornar homossexuais. Elas se percebem homossexuais durante o seu desenvolvimento e durante a construção da sua sexualidade.

Segundo que a **desestrutura familiar esta ligada a questões sociais mais amplas**. As condições de miséria, o alcoolismo, a violência doméstica, o estupro e o abuso sexual de menores por pais, padrastos e irmãos e o alto índice de desemprego certamente tem um peso muito maior na desestrutura familiar do que a orientação sexual de seus membros.

A autora reforçou as transformações que vem ocorrendo na sociedade ao reafirmar que as modificações interferiram nas famílias de tal modo que o modelo tradicional de família já não é o mesmo.

Mais do que estabelecer modelos e normas, o importante é **garantir** que as **diferentes formas de relações e vínculos que estão presentes em nosso dia-a-dia sejam respeitadas**. Se todos têm direito à felicidade, não há por que negar ou desconhecer que muitas pessoas só serão felizes relacionando-se afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Valores e normas sociais são modificados, reconstruídos e alterados de acordo com as transformações da própria sociedade.

Finalizado os trabalhos na comissão especial em novembro de 1996, foi emitido o parecer favorável do relator Dep. Roberto Jefferson (PTB/RJ) com substitutivo. Também foi aprovado o parecer do relator Dep. Roberto Jefferson pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, contra os votos dos Dep. Jorge Wilson, Philemon Rodrigues, Wagner Salustiano e, em separado, dos Dep. Salvador Zimbaldi e Severino Cavalcanti.

O relatório iniciou pontuando que entre os direitos patrimoniais protegidos encontram-se aqueles relativos à propriedade, à sucessão, alimentos, previdência social, curatela e imigração. Que o registro será feito em livro próprio e o estado civil dos contratantes não poderá ser alterado na vigência da união civil. Fica vedada a adoção e será nulo o contrato realizado com mais de uma pessoa. O relator concordou com os argumentos da proponente, defendendo que o PL **propiciará a solução de problemas práticos, legais e financeiros, não tendo, em momento algum, a pretensão de equiparar esse contrato civil ao casamento ou à união**

estável. Defendeu que o projeto é oportuno e conveniente, pois os fatos sociais são uma realidade inegável.

Destacou a necessidade da proibição de adoção, tutela e guarda de crianças ou adolescentes em conjunto por casais homoafetivos, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros, já que a parceria não visa a efeitos jurídicos inerentes à entidade familiar.

Em seu parecer propõe a substituição da expressão “união civil livre” por “parceria registrada”. Nas palavras do relator “estas modificações deixam bem claro que o projeto não pretende instituir uma forma de casamento entre homossexuais nem mesmo de união estável, nos moldes do art. 226 da Constituição. A parceria é um contrato civil com efeitos patrimoniais apenas. Não há qualquer semelhança com a união estável prevista na Constituição”. A necessidade de separação entre união homo e hétero também se reforçou quando o relator pontuou a necessidade de revisar até mesmo o prazo para extinção do contrato entre homossexuais, visto que o tempo de solicitação para o divórcio não deveria ser o mesmo para heterossexuais.

Além dessas alterações, o relator sugeriu que se acrescentem dispositivos prevendo direitos de composição de rendas para aquisição de casa própria e relativo a planos de saúde e seguro de grupo.

Ao apresentar o substitutivo aos membros da comissão, estes sugeriram mais algumas mudanças tais como a substituição em todo o texto da expressão “parceria registrada” por “parceria civil registrada”. E por fim, foi emitido o parecer da comissão “pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, deste, com substitutivo, com complementação de voto, nos termos do parecer do relator”.

Como dito anteriormente, dois deputados votaram em separado⁵⁹ na comissão: Salvador Zimbaldi (PSDB/SP) e Severino Cavalcanti (PPB/PE). Isso porque os mesmos se posicionaram contrários ao que foi estabelecido pela comissão.

⁵⁹ Espécie de manifestação alternativa ao do relator numa comissão, podendo ser apresentado por qualquer dos demais membros. RICD, Art. 57. <http://www2.camara.leg.br/glossario/v.html> 26/01/16.

Os destaques do voto de Salvador Zimbaldi (PSDB/SP) podem ser resumidos da seguinte forma. “A *desmoralização* que se quer legalizar, o *desmantelamento* da família, com a instituição desta *aberração contrária a natureza*, que criou cada espécie com dois sexos, afronta os mais mezinhos princípios éticos da sociedade brasileira”. Além disso, considera que a aprovação estaria lançando a *balbúrdia nos meios jurídicos*, visando beneficiar uma *minoria*. Considera que a lei e o Estado brasileiro são laicos, porém não se pode violentar os costumes da população, por isso votou pela rejeição.

Já o deputado Severino Cavalcanti (PPB/PE) também se posicionou pela rejeição do PL ao dizer que não o convenceram as razões invocadas para a sua aprovação. Ao iniciar a leitura do seu voto relatou que tem “ocupado a tribuna para chamar a atenção desta casa sobre a **decadência moral** que vai minando todos os valores de nossa **sociedade cristã**”. Seu voto é dividido em tópicos onde discorre argumentos contrários à união entre homossexuais.

No tópico ‘os “direitos” dos homossexuais’ o deputado lançou alguns trechos do argumento da proponente para então questioná-los. Iniciou dizendo que a mesma recorreu a argumentos relativistas e evolucionários que são utilizados para reconhecimento de outras leis morais.

Não deseja saber se a prática homossexual, mesmo limitada a parceiros fixos, é em si mesma **um bem ou um mal moral**; o problema moral não se põe para ela. Uma vez que tal prática existe e se difunde, deve ser oficialmente reconhecida e respeitada. O simples existir já lhe confere foros de cidadania. Além disso, a autora erige a busca da felicidade como um fim absoluto, um bem absoluto, de direito natural, ao qual todos têm direito, não importando o meio utilizado para levar a esse fim (Depoimento Cavalcanti, 1996).

Em outro tópico “a *segurança na prática da homossexualidade*” o deputado citou que uma das finalidades do projeto é confirmar os homossexuais em suas práticas atentatórias à lei divina, proporcionando mais segurança sem receios de serem perseguidos ou rejeitados. Assim, conforme o dep. a homossexualidade deixaria de ser praticada na clandestinidade, com vergonha e medo, para ter seu lugar ao sol como uma das formas legítimas de orientação sexual. Contrário a essa ideia, Cavalcanti reafirmou.

O projeto quer eliminar assim uma certa vergonha, um salutar sentimento de culpa, que poderiam levar a uma mudança de vida, a uma continência sexual sustentada pela graça, mesmo conservando a tendência desviada. Pois Deus nunca falta aqueles que sinceramente desejam cumprir sua lei e pedem o seu auxílio. O projeto, pelo contrário, leva os culpados a uma certa tranquilidade dentro do pecado, eliminando assim, quase completamente a possibilidade de conversão.

Na segunda parte do texto intitulado “o caráter profundamente rejeitável do projeto” o deputado justificou seu posicionamento contrário a partir de dois tópicos principais a) um tríplice atentado contra a **lei moral** e b) atração da **cólera divina** sobre o Brasil.

No primeiro tópico apresentou os três pontos que do ponto de vista moral torna o projeto triplamente “abominável e nefasto”.

No campo individual, estimula o pecador a manter-se em seu pecado – pecado este muito grave, que clama a Deus por vingança – ao proporcionar-lhe segurança psicológica, social e econômica para a prática do mesmo. No campo social, induz a sociedade a encarar com naturalidade e simpatia tal pecado, incutindo-lhe um espírito de completa amoralidade e radical relativismo. No campo institucional, propõe ao poder público o reconhecimento oficial e a legalização dessa forma de vida. Caso o projeto venha a ser aprovado e sancionado, isto será mais uma afronta feita a Deus pelo Estado brasileiro, a ser acrescentada a várias outras, com a agravante de ser ainda pior que as anteriores.

No segundo tópico dessa parte o deputado relatou a preocupação em atrair cólera divina sobre o Brasil com a aprovação do PL. Trata-se então de um posicionamento moral baseada na posição da Igreja Católica, que sempre condenou e, como reforça o mesmo, condena severamente prática dos atos homossexuais. Utilizando-se de argumentos produzidos pela religião cristã, reafirmaram a questão no campo da moral. Os relacionamentos homoafetivos dessa forma

São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementariedade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados. Um número não negligenciável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais inatas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual; para a maioria, pois, esta constitui uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles todo sinal e discriminação injusta.

Em outro momento da defesa contrária, Cavalcanti pontuou que algumas pessoas poderiam justificar que numa sociedade pluralista e democrática a Igreja não pode impor a todos suas normas e sua doutrina. Porém, o deputado reconheceu que a prática homossexual não é apenas um mal menor que interfere com exclusividade

apenas às pessoas que o praticam. Considera também que é um mal maior, pois sendo esses atos *“extrinsecamente maus e contrários a lei natural eles estão proibidos para todos e não apenas para os católicos”*.

As duas posições apresentadas pelo voto em separado reverberam uma concepção já demonstrada ao longo do trabalho, baseada principalmente na figura bíblica de famílias cristã (pai, mãe e filhos heterossexuais). Ou seja, na ideia biológica de procriação de crianças a partir de um homem e uma mulher. Também expressam que a luta em um PL que mudava muito pouco – ou quase nada – suscitava na casa de leis os discursos mais acalorados e conservadores.

Finalizadas as discussões na comissão especial, os deputados discursaram no plenário da câmara em diversas vezes. Em janeiro de 1997 o Deputado Nilson Gibson (PMN/PE) proferiu discurso no plenário do CN, enfatizando que o PL ***fere o sentimento ético do povo***, reproduz assim o mesmo discurso moral-religioso onde a família se constitui a base da sociedade, e que “parceiros do mesmo sexo não geram filhos e muitas vezes disseminam a doença e a morte”. Também direcionou a crítica dizendo que o projeto garantia direito a propriedade, sucessão e que não é preciso uma nova proposta para garantir isso, pois as leis civis já garantiam essas questões.

Em março de 1997 o Dep. Osmânio Pereira (PTB/MG) discursou no plenário da câmara, destacando a importância de não levar a discussão pelo lado moral, religioso, porém se colocou contrário ao PL pelo fato de violentar as tradições cristãs do povo brasileiro. O deputado também demarcou seu interesse para que o PL fosse pensado com toda a sociedade e não discutido somente na câmara, que segundo ele, representava o interesse de apenas uma minoria pela sua aprovação. Considerou que existem temas mais importantes para discutir como a reforma da previdência, a reforma tributária e a político-eleitoral. Ou seja, na visão do deputado há uma hierarquia em pautas que são mais importantes do que outras, o que pode ser analisado pelo prisma que concebe a sexualidade como algo íntimo, pessoal e restrito à decisão pessoal, tirando-a do caráter político ligado a estrutura de uma sociedade patriarcal homofóbica. Na visão do mesmo, o PL *“pouco acrescenta para a solução dos graves problemas brasileiros. Que esta casa tenha mais*

responsabilidade e saiba resolver os verdadeiros problemas que estão nas comissões técnicas, aguardando ordem do dia”.

Nesse mesmo dia, a deputada proponente do projeto, solicitou a palavra para uma questão de ordem. Aproveitou para ressaltar a fala do Ministro José Celso de Mello Filho, presidente do STF, publicada na revista *Veja* que na época se posicionou a favor da legitimidade das uniões homoafetivas. Após ler um trecho da reportagem a deputada prosseguiu.

Faço minhas as palavras do Ministro quando completa sua brilhante entrevista dizendo que vivemos num **Estado Laico**, em que as religiões não deviam interferir na questão do legislativo, principalmente porque, como pessoas eleitas pelo povo, nossa função é regulamentar situações existentes, que não vão aumentar nem diminuir a partir da regulamentação; simplesmente os brasileiros vão adquirir um **direito de cidadania** que hoje lhes é negado.

Já em março de 1997, o deputado Lael Varella (PFL/MG) também se pronunciou no plenário da Câmara dos Deputados. Em sua fala destacou as cartas dos eleitores mineiros que vem solicitando a não aprovarem o projeto de legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sua defesa partiu da seguinte premissa: *“afinal, quem tem o direito de legislar e aprovar leis humanas diretamente contrárias às leis de Deus?”.*

Essas direções centralizadas nos discursos morais-religiosos deram ao longo do debate a centralidade de onde partem as concepções de família. Fortalecidos pelo conservadorismo e apoiados pela bancada evangélica, e por sujeitos que ainda que não se identificassem como integrantes da mesma se referenciaram na bíblia para tomar decisões no espaço público tido como laico.

Em dezembro de 1997 Marta Suplicy, na qualidade de líder do bloco PT/PDT/PC do B, solicitou a retirada da pauta da ordem do dia, a fim de que a discussão fosse adiada, visto que o cenário demonstrou uma votação contrária à proposta. Nesse mesmo ano ocorreu a disputa eleitoral com a reeleição de FHC para presidente. Com a transição entre legislaturas, a discussão da proposta ficou paralisada por nove sessões. Em Maio de 2001 quando foi retirada de pauta por acordo entre os senhores líderes das bancadas, fato que não foi possível identificar os fatores para o acordo.

Cabe ressaltar que ao final do processo de tramitação, após o arquivamento do PL foi feito um requerimento de número 1.447 de 2007 do Dep. Celso Russomanno (PP/SP) que requereu a inclusão na ordem do dia do PL. O deputado justificou a necessidade de se cumprir no país o respeito à diversidade cultural e de pensamento, a proteção à intimidade e à vida privada e à liberdade de expressão e para isso não devemos nos omitir frente à luta dos que possuem uma orientação sexual diferente da maioria. Como integrante da frente parlamentar LGBT o deputado ressaltou a importância do PL para essa população. Porém, como a proposta já havia sido arquivada a mesa diretora com base no Art. 17, inciso II, alínea "d", do RICD, determinou o arquivamento definitivo do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia, tendo em vista também o fim da presente legislatura, portanto o PL não foi desarquivado.

Ou seja, o PL reverberou na câmara por quase 12 anos e devido à saída da proponente para assumir a prefeitura da cidade de São Paulo em 2001 não foi desarquivado.

A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO NÚMERO 70, DE 2003

Em setembro de 2003, no primeiro governo do presidente Lula (PT), o então Senador Sérgio Cabral (PMDB/RJ) apresentou a Proposta de Emenda à Constituição que visava alterar o parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais. Trata-se de uma proposta de alteração em lei já existente.

Apesar da proposta ter surgido por iniciativa de Sérgio Cabral, e o mesmo ter apresentado ao plenário, outros Senadores também assinaram como proponentes da PEC, sendo eles: pelo PT, 8 senadores (Roberto Saturnino, Aloízio Mercadante, Eurípedes Camargo, Júlia Carepa, Delício Amaral, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Fátima Cleide); pelo DEM 2 senadores (Demóstenes Torres e Ana Rodolpho Tourinho); pelo PMDB 10 senadores (, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Alberto Silva, Mão Santa, Ney Suassuna, Waldir Raupp, Gilberto Mestrinho, Renan Calheiros, Ramez Tebet, Valmir Amaral); pelo PSDB 2 senadores (Eduardo Azeredo e Antero Paes de Barros). E Patrícia Saboya Gomes pelo PPS, Sérgio Zambiasi pelo PTB, Augusto Botelho pelo PDT e Antonio Carlos Valadares do PSB.

O projeto propunha às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, alteração do parágrafo 3º, do art. 60 da Constituição Federal, pela promulgação da seguinte emenda ao texto constitucional: *‘Art. 1º O § 3º do art. 226 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação: “§ 3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre casais heterossexuais ou homossexuais como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento quando existente entre o homem e a mulher’.*

Na justificativa do PEC, os senadores defenderam que a existência de casais homossexuais no Brasil, assim como no resto do Mundo, é uma realidade e nesse sentido a falta de regulação jurídica no Brasil para as pessoas que vivem a relação homossexual deixava inúmeras pessoas sem qualquer proteção do Estado, já que os companheiros não gozam de direitos fundamentais tais como os benefícios dos alimentos e da partilha de bens após uma eventual separação, ou da pensão e da herança, em razão da morte de um dos companheiros.

Na justificativa os propositores defenderam um novo conceito de família a partir da alteração proposta: *“Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre casais heterossexuais ou homossexuais como entidade familiar”*, o que de certo modo foi um avanço, principalmente em relação a proposta anterior, já que declaradamente no projeto apareceu a vinculação entre famílias e união homossexual.

As defesas na justificativa partem da necessidade do Brasil aprovar a união estável entre casais homossexuais, como outros países já fizeram. Além disso, a defesa do princípio da dignidade humana, inserido como fundamento da nossa CF, no artigo primeiro, que exige que as pessoas que optem por esse tipo de relacionamento tenham a proteção jurídica no Estado laico.

Alguns pontos marcam o discurso. Uma primeira questão é a garantia de direitos e proteção do Estado, quando se afirma que é necessário a aprovação do projeto “já que os companheiros não gozam de direitos fundamentais tais como os benefícios dos alimentos e da partilha de bens após uma eventual separação, ou da pensão e da herança, em razão da morte de um dos companheiros”. Ou seja, na justificativa fica claro a abordagem da homossexualidade numa perspectiva científica, relacionada aos direitos humanos e como reconhecimento de cidadania.

Ressaltam-se também a transformação da sociedade, principalmente em nível mundial, e como essas transformações afetaram as famílias. Em certo momento os propositores afirmam “A ordem do dia da sociedade democrática e pluralista é aceitar as opções individuais dos seus cidadãos, que digam respeito à sua maneira de viver e se relacionar”. Ainda que compreendessem a defesa pela vivência homossexual, cabe ressaltar que ‘aceitar as opções individuais’ pode abarcar a defesa da orientação sexual como *opção*, termo que não deve ser utilizado visto que não se trata de uma escolha, assim como a heterossexualidade também não foi uma opção⁶⁰.

Outro ponto foi a necessidade de garantir aos casais homossexuais os mesmos direitos da união estável entre heterossexuais, mas, *“excluída a conversão ao casamento, que continua sendo prerrogativa da união entre homem e mulher”*. Nessa direção, o projeto também visava um reconhecimento diferenciado aos casais homossexuais, mas já avançava em relação a primeira proposta, visto que este defendeu a união estável. Porém, ainda não reconhece com legítimo todos os direitos, demonstrando claramente a separação entre direitos dos homossexuais e heterossexuais.

Na semana que o PEC foi proposto, também foi encaminhado para a CCJC da Câmara. Em novembro de 2003 foi encaminhado ao senador Jefferson Peres (PDT/AM) para emitir relatório, o que não ocorreu, sendo devolvido pelo senador em janeiro de 2004. Já em Março do mesmo ano foi redistribuído à senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) para emitir relatório, o que não foi feito. Em maio de 2004, o senador Magno Malta solicitou audiência pública para discutir a matéria, solicitando em novembro a aprovação de dois nomes para a audiência pública, que foram aprovados. Porém, foi determinado que a audiência ocorresse em data oportuna, o que demonstrou uma estratégia política, visto que no próximo ano seriam as eleições, e temas polêmicos dificilmente são discutidos em ano eleitoral.

⁶⁰ Vale registrar que o uso da expressão “opção sexual” é considerado, tanto no âmbito do debate teórico sobre a sexualidade, como em termos políticos, insuficiente e inadequado, pois, na vivência da afetividade e da sexualidade, os indivíduos não dispõem de poder para optar em amar esta ou aquela pessoa. O desejo e o sentimento não são resultados de opção, tomada conscientemente, mas são emoções. Exatamente, por isso, o termo orientação sexual é preferido ao vocábulo opção sexual, por fazer referência à direção sinalizada pelos indivíduos na vivência da sua afetividade e sexualidade. Ou seja, os indivíduos orientam seus desejos e sentimentos para a homossexualidade, heterossexualidade ou bissexualidade. Podem optar se vão viver ou não o que sentem, podem dissimular seus sentimentos, mas não podem por sentir ou não o que afetivamente sentem (SANTOS, 2005, p. 268).

Durante o processo de tramitação destaca-se que os dois senadores que foram designados para relatar sobre a matéria não o fizeram, ou seja, devolveram para a mesa da comissão para ser designado para outros senadores. Repetia-se aqui o ocorrido com o PL 1151/1995. Acataram então a sugestão de Magno Malta, recomendando a realização de uma audiência pública para discutir o tema, com a presença do Bispo Robson Rodovalho da Igreja Sara Nossa Terra e do Pastor Silas Malafaia da Igreja Assembléia de Deus para debaterem a matéria. Tratava-se de clara manobra que junto a tentativa de não discutir o PEC, foram indicados nomes que coadunam com discursos que não aceitam a diversidade familiar.

Porém, posteriormente o projeto parou de tramitar durante quase dois anos, retomando com a posição de arquivamento por parte do proponente, senador Sérgio Cabral, em Outubro de 2006.

O longo tempo que alguns legisladores permanecem com os PLs, e a devolução dos mesmos sem o parecer conclusivo indica uma estratégia para que os mesmos não sejam votados. Ou até mesmo, a decisão por audiência pública e depois pelo seu adiamento. As resistências à proposta ficaram mais evidentes quando realizamos a busca por reações na mídia sobre o projeto proposto, e porque do seu arquivamento.

No ano de 2006, Sérgio Cabral foi candidato a governador do Estado do Rio de Janeiro – o mesmo ano de retirada da proposta – e para conseguir o apoio de alguns grupos visando sua eleição foi solicitado que retirasse a proposta no Senado. Segundo a Folha de São Paulo⁶¹ o senador Marcelo Crivella (PRB), bispo licenciado da Igreja Universal disse que essa foi uma das condições que impôs para apoiá-lo no segundo turno. Na reportagem Marcelo Crivella afirmou *“aceitou minha ponderação. Isso é um princípio fundamental tanto da Igreja Católica quanto da evangélica, que são a maioria no Rio. Pedi a ele que revisse a posição e ele o fez. Assinou requerimento retirando o projeto, e achei isso um gesto muito importante”*, afirmou o senador do PRB.

Segundo Sérgio Cabral a retirada da proposta não está relacionado ao pedido de Crivella e contrário ao que estava informado na página do Senado – arquivamento da proposição – o autor informou que foi uma retirada provisória, *“vou dar uma*

⁶¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84800.shtml>. Acesso em 16/11/2015.

revisada no projeto, chegar a um acordo. Há uma proposta de fazer uma consulta pública, um plebiscito, que o senador Camata já vinha apresentando, junto com o voto obrigatório, com cinco pontos importantes. Então, vou dar uma revisada nisso, talvez fazer um novo projeto, na linha do plebiscito". Porém, como o senador foi eleito para governador do Rio de Janeiro, o projeto permaneceu arquivado.

Além dessa proposta, cabe mencionar que após dois anos da sua reeleição para governador do Rio (2011), Cabral entrou com uma ação no STF pedindo a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo para servidores públicos do RJ, o que culminou na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 do Rio de Janeiro. Essa decisão juntamente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 permitiu que os ministros do STF reconhecessem a união estável para casais do mesmo sexo em 2011.

A ação pedia que o casamento entre homossexuais fosse considerado união estável. Assim, a união estável de pessoas do mesmo sexo teria, diante da Lei, o valor de uma união entre parceiros heterossexuais. Cabral optou por esse tipo de ação porque, de acordo com ele: *"o tratamento diferenciado aos casais gays é um desrespeito à Constituição. A ação afirma que os princípios constitucionais violados são a igualdade, a liberdade e dignidade da pessoa humana, além da segurança jurídica"*⁶². Ou seja, essa ação pode ser analisada como o caminho mais direto e fácil de ser aprovado, do que pelo CN.

Segundo o Jornal do Brasil⁶³, Cabral comemorou a aprovação do casamento em sua página do Twitter, onde agradeceu o empenho da Procuradoria Geral do Estado e da Casa Civil em impetrar o recurso. *"Estou muito feliz com a decisão do STF! Nosso governo pediu uma nova interpretação da união estável. Os ministros foram extraordinários! Demonstraram compromisso com o Estado democrático de direito. Na verdade, a opção sexual dos brasileiros deixa de ser uma restrição de direitos"*.

A bandeira do movimento LGBT parece ser algo perseguido por Sérgio Cabral. Em 2007 no seu primeiro ano como governador foi criado o Programa Estadual Rio sem Homofobia com o objetivo de estabelecer ações e metas, bem como monitorar e

⁶² http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/uniao_homossexual/#7. Acesso 17/11/2015.

⁶³ <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/05/06/sergio-cabral-comemora-decisao-do-stf-sobre-uniao-civil-entre-homossexuais/>. Acesso 16/11/2015.

avaliar a implementação de políticas públicas para a população LGBT. O Programa Rio sem Homofobia, coordenado pela SuperDir/SEASDH visava combater a discriminação e a violência contra LGBT e promover a cidadania desta população em todo território fluminense, respeitando as especificidades desses grupos populacionais. É através de disseminação de informações sobre direitos e sua defesa que o programa atua no combate à homofobia. São ofertados serviços nos Centros de Cidadania LGBT, como atendimento jurídico, social e psicológico para LGBT vítimas de violência, familiares e amigos. Na página oficial de Cabral constam informações sobre o programa e todas as conquistas alcançadas ao longo desses anos.

Também participou da parada LGBT do Rio de Janeiro em 2007, e quando questionado sobre a bandeira contra a homofobia, respondeu: “No que depender de mim, vamos trabalhar na criminalização da homofobia. É uma orientação do meu governo, e a secretaria de Segurança sabe disso, reprimir a homofobia. Os direitos individuais é uma questão de Estado e não de partido. Ou o Brasil avança nisso ou nunca conseguiremos consolidar a democracia” ⁶⁴. Cabral reforça bem uma compreensão que parece ser bem própria, quando ressaltou que é uma questão de Estado e não de partido, pois o próprio partido em que é filiado não apresentava até esse momento nenhum direcionamento a favor das bandeiras LGBT, sendo bem recente a criação de uma frente peemedebista LGBT (Maio de 2015).

Cabral também permitiu, segundo a página da Veja⁶⁵, a participação de policiais e bombeiros uniformizados nas Paradas LGBT bem como as viaturas oficiais da corporação enquanto estiverem nas celebrações do orgulho gay. Esses posicionamentos também geraram desconforto entre deputados como Jair Bolsonaro que disparou: *“Só falta o Sérgio Cabral criar o batalhão gay no Rio de Janeiro, o 24º Gay. E bota o nome do batalhão de batalhão Sérgio Cabral. Negociar com os bombeiros ele não quer. Agora, dizer que tem muito policial militar e bombeiro no armário? Ele está de brincadeira”* ⁶⁶. Segundo a página da Veja⁶⁷, o

⁶⁴ <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL150111-5606,00-SERGIO+CABRAL+PARTICIPA+DA+PARADA+GAY+EM+COPACABANA.html>. Acesso em 19/11/2015.

⁶⁵ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/governador-do-rio-autoriza-policiais-e-bombeiros-a-usar-uniforme-nas-passeatas-do-orgulho-gay/>. Acesso em 19/11/2015.

⁶⁶ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bolsonaro-ironiza-cabral-e-sugere-batalhao-gay/>. Acesso em 18/11/2015.

deputado Jair Bolsonaro também criticou a distribuição em escolas públicas do Rio de cadernos cuja capa trazia o arco-íris, símbolo da bandeira LGBT, como proposta de reforçar a luta contra a homofobia, chamando tal ação de “patifaria”.

Cabe ressaltar que a bandeira contra a homofobia defendida ao longo da carreira política de Sérgio Cabral, desde a proposta para união estável entre pessoas do mesmo sexo, do programa Rio sem Homofobia, da construção da ADPF 132, do apoio as paradas LGBT e da tentativa de combater a homofobia pela educação não condiz com as bandeiras defendidas pelo programa/estatuto do partido PMDB. Nos documentos citados do partido não aparecem nenhum tema relacionado à causa LGBT.

O PROJETO DE LEI NÚMERO 580 DE 2007

Em março de 2007, primeiro ano do segundo governo Lula, o então Deputado Federal Clodovil Hernandes (PTC/SP) foi o proponente do presente PL que visava alterar a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.

Clodovil defendia que o PL deveria ser aprovado, pois o Brasil estaria seguindo uma tendência mundial de tolerância em relação às diferenças, e atenderia as reivindicações dos grupos homossexuais com vistas a *integrá-los no ordenamento jurídico e caminhar para a eliminação de preconceitos em razão da orientação sexual*.

O projeto tem como antecedente minuta elaborada pelos familiaristas e professores: Fernando Malheiros F.º (RS), Paulo Lins e Silva (RJ), Roberto Rodrigues Alves (DF), Segismundo Gontijo (JG) e Sérgio Marques da Cruz (SP), a pedido da então Deputada Laura Carneiro, quando Presidente da Comissão de Família e Seguridade Social, para apresentar o Projeto de Lei 309/2007⁶⁷.

Justificou a necessidade do projeto mesmo após a publicação da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, onde as sugestões relativas à união perderam quase que totalmente a oportunidade, com exceção do dispositivo que está sendo

⁶⁷ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bolsonaro-ironiza-cabral-e-sugere-batalhao-gay/>. Acesso em 20/11/2015.

⁶⁸ Cabe ressaltar que ao procurarmos pela minuta que antecede o projeto, a mesma não foi encontrada.

apresentado com o objetivo de atender ao comando constitucional. Porém, a parte relativa à união civil homoafetiva continua na agenda política e não foi acrescida a esta lei. Durante a justificativa do PL o deputado não apresentou uma concepção de família, o que nos deixa pistas que para o mesmo também caberia uma separação entre direitos heterossexuais e homo.

O projeto como um todo se resume em duas páginas. Num primeiro momento as modificações da Lei e no segundo, a intencionalidade. O que marca a justificativa é a “tendência mundial” em aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. E a importância de integrar a população LGBT aos direitos visando à eliminação de preconceitos.

Em abril de 2007 o PL foi encaminhado para as Comissões de Seguridade Social e Família e para Constituição, Justiça e Cidadania. Na CSSF foi designado como relator o dep. Maurício Trindade (PR/BA) – integrante da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida - que emitiu seu parecer em novembro de 2008, um ano e meio depois. E diferente de outros legisladores, não recusou a tarefa.

Segundo o relator pela presente proposta, o deputado Clodovil Hernandez pretendeu acrescentar ao Código Civil uma espécie de contrato entre parceiros homossexuais dispondo sobre suas relações patrimoniais e o segredo de justiça no Juízo Cível nas demandas que envolvam esse tipo de contrato.

A Proposição, a nosso ver, não se apresenta **oportuna**. Embora as relações patrimoniais entre pessoas do mesmo sexo sejam cada vez mais comuns e as relações homossexuais sejam aceitas há algum tempo, **os companheiros ou companheiras não podem constituir família, no tradicional e exato termo em que se assenta nossa sociedade**. Um contrato para fins patrimoniais, de união civil ou de sociedade de fato, por não estar vedado pela Constituição Federal ou pela lei infraconstitucional, pode ser perfeitamente pactuado entre quem quer que seja sem que haja necessidade de alteração da legislação em vigor. Princípio basilar na interpretação da lei é aquele que reza: **o que não está proibido pela norma legal, pode ser realizado por qualquer um, independentemente de sexo, raça, credo, etc.** As relações patrimoniais entre pessoas do mesmo sexo ou não que vivam em união podem ser livremente pactuadas pelos interessados. Deste modo a Proposição sob comento **não pode ser acolhida**. Nosso voto é, portanto, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 580, de 2007.

Como demonstrado na fala do relator acima, as justificativas pela rejeição se deram embasadas nas leis brasileiras, onde coube o mesmo interpretar que para garantir

direitos como os requisitados não era necessário um projeto sobre casamento, pois a garantia desses direitos estavam previstas pelo Código Civil.

Durante o processo de tramitação outros quatro projetos foram apensados a este. Em abril de 2009 o PL 4914/2009 da autoria do Dep. José Genoíno e Outros, que aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento (trata-se de uma PL selecionada para análise).

Em maio de 2009 foi apensado a este o PL 5167/2009 da autoria dos deputados Capitão Assunção (PSB/ES) e Paes de Lira (PTC/SP), que visava alterar o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil para estabelecer que *nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar*.

Os deputados, na justificativa reforçam.

Este projeto deseja aclarar, de uma vez por todas, a situação de direitos de pessoas do mesmo sexo, em relação à família e ao casamento. Preliminarmente, queremos deixar bem claro que **não existe** de nossa parte a **intenção de discriminar ou violar direitos materiais de qualquer pessoa**, pois esta atitude viria chocar-se aos valores cristãos dos autores e seria uma negativa, mas, ao mesmo tempo, temos que sair em defesa desses mesmos valores para manter a coerência de atitude e respeito à vontade do povo que nos elegeu. Como o Brasil é um Estado Democrático de Direito, temos que utilizar esses princípios para fazer valer o que cremos ser a convicção majoritária dos integrantes dessa sociedade, uma vez que na democracia deve prevalecer a vontade do povo, que se expressa de forma direta e de forma indireta, através de seus representantes. Assim, qualquer proposição a ser apresentada, nesta Casa de leis, deve observar os princípios constitucionais, dentre eles as chamadas cláusulas pétreas, aqueles dispositivos explícitos ou implícitos que somente podem ser alterados, com tendência a aboli-los, diante de um novo Poder Constituinte Originário. Independentemente de qualquer credo, buscando os registros da história da humanidade, verifica-se que **nenhuma sociedade subsiste, ou subsistiu sem a célula mater denominada família**. Por outro lado, todas as sociedades que foram extintas, o foram devido à perda dos valores morais e familiares. O Brasil, desde sua constituição e como nação cristã, embora obedeça ao princípio da laicidade, mantém, na própria Constituição e nas leis, os valores da família, decorrentes da cultura de seu povo e do Direito Natural.

A defesa do PL parte então da inconstitucionalidade do mesmo, ao basear no artigo da CF que reconhece somente o casamento entre um homem e uma mulher. E ao mesmo tempo em nome dos valores cristãos, já que representam os segmentos católicos e evangélicos.

Cremos firmemente que Deus nos criou e designou o casamento e a família como a mais fundamental das relações humanas. No mundo de hoje em dia, como no passado, as famílias são alvo daqueles que lutam contra os valores cristãos. O propósito básico de Deus para a família está descrito na bíblia. A família começa com o casamento. [...] **Deus não criou Adão e um outro Adão. Ele fez uma mulher, Eva, como parceira apropriada para Adão.** Os evolucionistas, os cínicos e os materialistas poderão sempre argumentar que o texto bíblico é meramente simbólico, uma alegoria sobre a origem da espécie humana. Mesmo assim, a simbologia é clara: a espécie teve origem, e só pode continuar, na ligação entre um homem e uma mulher. As escrituras ainda dizem: “Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avaros, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus. 1 Coríntios 6:9-10 Nenhum homem deverá ter relações com outro homem; **Deus detesta isso**” (Levítico 18:22).

Segundo os mesmos, o projeto na verdade *“resgata, na lei, os valores espirituais e verdadeiros do povo brasileiro”*, pois *“aprovar o casamento homossexual é negar a maneira pela qual todos os homens nascem neste mundo, e, também, é atentar contra a existência da própria espécie humana”*.

Em maio de 2010, devido a anexação de outros projetos ao PL inicial o projeto retornou para a CSSF, sendo designado como relator o Dep. João Campos (PSDB/GO) o mesmo não emitiu parecer e em janeiro de 2011 o PL foi arquivado por fim de legislatura.

Em fevereiro de 2011 a deputada Manuela D’ávila solicitou o desarquivamento da proposta sendo deferido o pedido. Em agosto do mesmo ano foi apensado ao PL outro projeto, o PL 1865/2011 da autoria do Dep. Salvador Zimbaldi PDT/SP, que busca regulamentar o artigo 226, § 3º da Constituição Federal visando facilitar a conversão da união estável em casamento civil, não admitida nas situações de pessoas que realizaram troca de sexo por métodos cirúrgicos.

A proposta pretende reconhecer como unidade familiar somente a união entre um homem e uma mulher *“Art. 3º: O casamento civil será realizado em Cartório de Registro Civil e somente será aceito entre uma pessoa do sexo masculino e a outra do sexo feminino, levando-se em consideração o sexo determinado no Registro de Nascimento”*.

Trata-se de uma proposta que visava proibir que as situações onde pessoas que realizaram troca de sexo ou que tenham obtido troca de nome, não tenham direito ao reconhecimento de suas famílias.

Art. 4º - Em nenhuma hipótese será admitido casamento civil ou reconhecimento de União Civil de pessoas do mesmo sexo. Parágrafo 1º - Todas as Uniões Civas de pessoas do mesmo sexo registradas em Cartórios de Registro Civil no âmbito nacional, realizados espontaneamente pelo Cartório ou que tenham sido realizadas por determinação judicial, será imediatamente **revogado**, e cessados os seus efeitos, após a publicação dessa Lei. Art.5º - O casamento religioso tem efeito civil, conforme art. 226 parágrafo 2º da Constituição Federal nos termos dessa Lei. Parágrafo 1º - O casamento religioso, obedecidos aos ritos próprios e inerentes a cada orientação de credo e denominação, **será realizado sempre entre um homem e uma mulher**, ficando proibida qualquer outra união, inclusive a de pessoas do mesmo sexo. Art. 6º - Fica proibida a adoção de crianças de qualquer idade por união de pessoas do mesmo sexo.

Apensado a este último projeto está o PL 3537/2015 da autoria de Laura Carneiro (PMDB/RJ) que acrescenta dispositivos aos arts. 1.726 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - que "institui o Código Civil", e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências", a fim de facilitar a conversão da união estável em casamento.

Em abril de 2013 também foi apensado ao PL 580 o projeto 5120/2013 da autoria dos Dep. Jean Wyllys e Erika Kokay que visa alterar os arts. 551, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 1.565, 1.567, 1.598, 1.642, 1.723 e 1.727 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, para reconhecer o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo (trata-se de um PL selecionada para análise). Ao mesmo tempo foi designado que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias pronunciassem sobre a matéria após a Comissão de Seguridade Social e Família, o que não ocorreu.

Em janeiro de 2015 o projeto foi arquivado. Já em Fevereiro o PL foi desarquivado, com base na solicitação do Dep. Jean Wyllys que foi deferida. Nesse momento encontra-se tramitando, e aguardando parecer.

É importante ressaltar que no processo de tramitação em conjunto, o regimento interno da Câmara dos deputados determina que propostas com temáticas semelhantes são apensadas a mais antiga. Se caso um dos projetos já tiver sido debatido e aprovado no Senado, este tem prioridade sobre os da Câmara. No caso da aprovação de algum projeto apensado, o relator deve fazer um substitutivo ao PL original, podendo ocorrer a recomendação da aprovação de um PL apensado e a rejeição dos demais.

O PROJETO DE LEI NÚMERO 4.914 DE 2009

O PL foi apresentado em março de 2009 pelo deputado José Genoíno (PT/SP) e visava alterar a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Apesar de ter sido o responsável pela apresentação do PL, além de José Genoíno, também foram propositores: Manuela D'ávila (PCdoB/RS), Maria Helena (PSB/RR), Celso Russomanno (PP/SP), Ivan Valente (PSOL/SP), Fernando Gabeira (PV/RJ), Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Solange Amaral (DEM/RJ), Marina Maggessi (PPS/RJ), Colbert Martins (PMDB/BA), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO). Após um mês de sua apresentação no plenário, o mesmo foi apensado ao PL 580/2007, e encaminhado em abril de 2009 para a CSSF.

As justificativas que se encontram no interior da proposta demonstram que os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, denominados pela jurisprudência de homoafetivos, são uma realidade jurídica. Que a omissão legislativa gera profunda perplexidade no tecido social, sendo cotidianamente resolvida por via Judicial. Sendo assim, a ausência de regulamentação do fato social em questão induz a uma “fuga” de direitos e deveres que são próprios e característicos dos relacionamentos afetivos como, por exemplo, na conjunção de esforços para a construção do relacionamento, que atualmente não gera obrigações e deveres, muito menos direitos para qualquer dos envolvidos e/ou terceiros. Além da necessidade de discussão, destaca-se o avanço nas regulamentações positivas sobre o tema no mundo, incluindo nossos vizinhos da América Latina.

Os propositores demonstraram ainda que o PL não apresenta inconstitucionalidade, nem injuridicidade, pois está apenas normatizando a vasta jurisprudência acumulada nos Tribunais, que têm entendido a aplicação da analogia e da equidade como a melhor forma de preencher o vácuo legal sobre o tema.

Em janeiro de 2011 foi arquivado devido ao fim de legislatura do propositores e desarquivado no seguinte mês por meio de solicitação de desarquivamento dos deputados Ivan Valente (PSOL/SP) e Manuela D'ávila (PC do B/RS). Entre 2011 e 2015 a proposta não caminhou. Foi novamente desarquivada em fevereiro de 2015 após requerimento dos deputados: Celso Russomanno (PP/SP), Ivan Valente (PSOL/SP) e Jean Wyllys (PSOL/RJ).

Na justificativa da proposta não foi apresentado, nem discutido o conceito de família. Resumindo, a justificativa girou em torno de uma preocupação com a criação de um marco jurídico que dê conta de responder e delimitar as obrigações e os deveres dos casais. O projeto de lei não demonstra alianças e resistências durante o processo de tramitação. Uma coisa que chamou atenção - que poderíamos tratar como aliança a favor da causa - é a diversidade de partidos que integram a co-autoria do projeto. E ao mesmo tempo, a demanda pelo desarquivamento por meio de mais de três requerimentos quando o mesmo foi arquivado.

O PROJETO DE LEI 2.153 DE 2011

Em agosto de 2011 a então Deputada Federal Janete Rocha Pietá do PT de São Paulo apresentou o projeto de lei que visava alterar o § 2º do art. 42 da Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, para permitir a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos.

A proposta visava alterar especificadamente o § 2º do art. 42 da Lei n. 8.069 de 13 de junho de 1990, para permitir a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos que passaria a vigorar com a seguinte redação: “Art. 42. (...) § 2º Para adoção conjunta é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente, ou mantenham união estável ou homoafetiva, comprovada a estabilidade familiar.

O projeto, segundo a deputada, se justificava pelas mudanças sofridas pela sociedade brasileira em meio ao dinamismo do mundo globalizado, onde surgem novos núcleos familiares. E pela impossibilidade biológica dos homoafetivos gerarem filhos entre si, ao mesmo tempo em que temos um alto número de crianças institucionalizadas no Brasil e essas possuem o direito de constituírem famílias. Apesar de não constar um conceito de família abertamente, a proponente reconhece os vários formatos de famílias e que os pares formados por casais homoafetivos constituem famílias homoparentais.

O embasamento resume-se então pela impossibilidade biológica dos casais homoafetivos gerarem filhos entre si, e por isso, recorrem à adoção como meio de realizar o desejo da maternidade ou da paternidade afetiva. E pelo alto número de crianças e adolescentes institucionalizadas no Brasil (40 mil) que poderão

permanecer na instituição até completar seus 18 anos, o que nega o direito de constituir famílias, apenas pela orientação sexual dos requerentes.

O discurso presente na justificativa é marcado pela necessidade do reconhecimento da família homoparental e pela possibilidade de adoção por esses pares como forma de garantir uma família a milhares de crianças e adolescentes que estão institucionalizados. Traz o entendimento de que crianças precisam de amor, carinho e afeto e isso nada tem relação com orientação sexual dos casais que se dispõem a adotar. Reforça-se a importância de se pensar mais nos direitos das crianças e adolescentes do que no preconceito da sociedade. E a importância de desmistificar a ideia que a orientação sexual dessas crianças seria determinada pela orientação sexual dos pais. Por fim, a efetivação dos direitos dos filhos, gerados ou adotados de forma responsável, como fruto do afeto, merece a proteção legal, mesmo quando vivam no seio de uma família homoparental.

Em setembro de 2011, o PL foi apensado ao PL 7.018 de 2010. Esse projeto propunha vedar a adoção por casais do mesmo sexo e foi apresentado um ano e meio antes do projeto que ora analisamos. Num primeiro olhar pode não parecer uma resistência direta ao PL 2153, porém, um olhar mais apurado demonstra que a proposta reflete a configuração do nosso CN e suas perspectivas, defesas e ideologias, logo, a proposta da deputada Janete Pietá se apresenta na contramão desse cenário.

O proponente do projeto deputado José da Cruz Marinho, conhecido como Zequinha Marinho do Partido Social Cristão (PSC/PA) é técnico em Contabilidade, Pedagogo e Teólogo. Foi deputado federal entre 2003 e 2015. Atualmente é vice-governador do Estado do Pará e sempre se coloca como um político que atua em defesa dos interesses da família e pela valorização do ser humano.

O projeto visava alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 2º parágrafo 2º do artigo 42 que passaria a vigorar com a seguinte redação: *“Art. 42... § 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família, sendo **vedada a adotantes do mesmo sexo**”*.

Na justificativa do projeto o autor se refere aos “casais” homossexuais sempre entre aspas, e justifica: “Tais casais – por assim dizer - não constituem uma família, instituição que pode apenas ser constituída por um homem e uma mulher unidos pelo matrimônio ou pela estabilidade de sua união”. Além disso, o mesmo defendeu que a adoção por esses casais expõe crianças a sérios constrangimentos “Uma criança, cujos pais adotivos mantenham relacionamento homoafetivo, terá grandes dificuldades em explicar aos seus amigos e colegas de escola porque tem dois pais, sem nenhuma mãe, ou duas mães, sem nenhum pai”.

É dever do Estado colocar a salvo a criança e o adolescente de situações que possam causar-lhes embaraços, vexames e constrangimentos. A educação e a formação de crianças e adolescentes devem ser processadas em ambiente adequado e favorável ao seu bom desenvolvimento intelectual, psicológico, moral e espiritual. [...] Creio, portanto, que devemos seguir o exemplo de países como a Ucrânia, que recentemente tornou explícita a proibição de que estamos a tratar (Texto do PL 7.018/2010).

Em janeiro de 2015 o PL foi arquivado nos termos do artigo 105 do regimento interno da câmara, devido ao fim da legislatura da proponente. Durante a tramitação da proposta não foi encontrado nenhum discurso que demonstrou aliança ou resistência. Porém, o projeto que o mesmo foi apensado em conjunto propõe vetar a adoção por casais homoafetivos, logo, trata-se de um PL que demonstra declaradamente uma resistência a proposta.

No site da Câmara dos Deputados encontramos uma reportagem na seção Direito e Justiça, do dia 05/04/2010 (18h05) com o título “Projeto proíbe adoção de crianças por casais do mesmo sexo”. A reportagem demonstrou o objetivo da proposta ao falar que “atualmente, para o caso de adoção conjunta (feita por casais), o estatuto exige que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. O texto proposto pelo autor acrescenta a esses requisitos a vedação explícita dos casais serem constituídos por pessoas do mesmo sexo”. E ao mesmo tempo demonstra que na prática o judiciário já admitia a adoção por homossexuais, “diante da inexistência de proibição na legislação em vigor, a Justiça brasileira tem admitido a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos⁶⁹”.

⁶⁹ <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direito-e-justica/146465-projeto-proibe-adocao-de-criancas-por-casais-do-mesmo-sexo.html>.

Outra reportagem encontrada no site da Câmara dos Deputados na sessão direito e justiça no dia 19/03/2012 intitulada “Discussão sobre “nova família” encontra obstáculos na Câmara” narra a posse do novo presidente da comissão de seguridade social e família à época e os desafios em torno da discussão sobre famílias. A reportagem iniciou dizendo que “A família baseada no casamento entre um homem e uma mulher que vive sob o mesmo teto e geram seus filhos não corresponde mais à realidade de muitos brasileiros. Entretanto, a votação de leis de amparo a novas composições familiares está longe de obter consenso entre os parlamentares”. Em outro tópico da reportagem o presidente da CSSF Mandetta (DEM/MS) demonstra que um dos grandes desafios será a questão da adoção e nesse momento cita a proposta que ora estamos analisando, ao reconhecer que “a **dificuldade de avançar** em alguns pontos, como a **adoção de filhos por casais homossexuais**, decorre tanto de **questões religiosas** quanto do fato de serem situações ainda não amadurecidas. *“No caso da adoção, especificamente, sou contra pela dificuldade de avaliar o impacto dessa condição na vida de uma criança, argumenta”* ⁷⁰. Ou seja, os discursos religiosos se fazem presentes como centrais. E na verdade, o argumento utilizado da necessidade de aprofundar e avaliar a parentalidade de casais homoafetivos demonstra o desconhecimento dos legisladores com a produção científica acerca dessa relação, tendo em vistas o grande número de trabalhos publicados que expõem essa realidade.

O PROJETO DE LEI DO SENADO NÚMERO 612, DE 2011

Em setembro de 2011 a Senadora Marta Suplicy propôs outro projeto, agora no Senado, que visa alterar os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se de uma alteração de lei existente.

O PLS propõe alterar a redação do art. 1.723 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) para reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Também alterar a redação do art. 1.726 da referida lei para prever que a união estável poderá converter-se em casamento, mediante

⁷⁰ <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direito-e-justica/411912-discussao-sobre-%e2%80%9cnova-familia%e2%80%9d-encontra-obstaculos-na-camara.html>>.

requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração, produzindo efeitos a partir da data do registro do casamento.

Na justificativa do projeto a autora defende que a Carta Magna eleva tanto a cidadania quanto a dignidade da pessoa humana à condição de fundamentos norteadores do Estado Democrático de Direito, estabelecendo como um dos objetivos essenciais a promoção do bem de todos, sem forma alguma de discriminação. Além do princípio da igualdade, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção. Também justifica a necessidade da aprovação da matéria visto que o reconhecimento pelos poderes judiciários e executivos (Fisco e INSS) dessas uniões já ocorre, bem como o reconhecimento pelo STF no julgamento da ADI 4277 e ADPF 132.

O discurso é marcado pela justificativa do exercício de cidadania do público LGBT com base na “cidadania quanto dignidade da pessoa humana” (art. 1º CF); “Promoção do bem de todos, sem forma alguma de discriminação” (art. 3º CF); “princípio da igualdade, o qual todos são iguais perante a lei” (art. 5º da CF). Também pela justificativa de ter restado ao Estado ceder à força irresistível das transformações pela qual passa a sociedade.

Em outubro de 2011 o projeto foi encaminhado a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) onde foi designado como relator o senador Randolfe Rodrigues, sendo devolvido pelo mesmo em novembro sem o parecer. Posteriormente, foi designado para relatora senadora Marinor Brito, sendo que a mesma também devolveu o PLS sem parecer, sendo redistribuído em fevereiro de 2012 para a senadora Lídice da Mata para emitir relatório. Em abril do mesmo ano a relatora devolveu o processo com relatório concluindo pela aprovação da matéria pela CDH, com duas emendas. Vale ressaltar o voto contrário no interior dessa comissão por parte do senador Eduardo Amorim, filiado ao Partido Social Cristão, onde são defendidas ideias contrárias aos direitos da população LGBT.

No parecer da CDH a relatora reconheceu que a aprovação desse projeto permitiria a retirada do poder legislativo da inércia que se encontra em relação a proteção

jurídica aos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Cita que o poder executivo e judiciário vem de forma inovadora e corajosa conferindo aos casais homoafetivos os mesmos direitos dos heteroafetivos. Reforçou mais uma vez a importância dos artigos da CF de 1988 que fica a promoção do bem de todos, vedando qualquer forma de discriminação.

Para evitar possíveis rumores em relação ao casamento religioso a autora destacou: *“convém ressaltar que o PLS nº 612, de 2011, dispõe somente sobre a união estável e o casamento civil, sem qualquer impacto sobre o casamento religioso. Dessa forma, não fere de modo algum a liberdade de organização religiosa nem a de crença de qualquer pessoa, embora garantida, por outro lado, **que a fé de uns não se sobreponha à liberdade pessoal de outros**. Afinal, como se costuma dizer, a liberdade de uma pessoa termina onde começa a de outra e ninguém pode impor a sua fé aos demais”*.

A senadora reforçou que na verdade o PLS não apresentou maiores novidades visto que outros poderes já reconhecem essa união e que ao mesmo tempo as uniões homoafetivas são fatos consumados e cada vez mais amplamente aceitos na sociedade, principalmente à medida que vai se eliminando os preconceitos, como já ocorreu, por exemplo, com os casamentos inter-raciais. Por isso, declarou “somos favoráveis pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011, com indicação de duas emendas relacionada ao uso do português na redação”.

Em maio de 2012 foi encaminhada a proposta com o parecer favorável da CDH para a CCJ. Nessa comissão foi designado o Senador Roberto Requião para emitir relatório, sendo apresentado o relatório na comissão em junho do mesmo ano.

O relator apresentou algumas ressaltos importantes na sua defesa. Citou que a proposta está em consonância com as transformações pelas quais vem passando a nossa sociedade, principalmente no que tange as relações sociais. Também reconheceu que a união estável entre pessoas do mesmo sexo encontra amparo na CF/88. Reafirmou o já reconhecimento por parte do STF e cita as palavras do Ministro Ayres Brito, *“que as disposições constitucionais não emprestam ao substantivo “família” nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica, o*

*que implica dizer, nessa mesma visão, que a **Constituição não interdita a formação da família por pessoas do mesmo sexo***”.

Reforçou ainda que não existam direitos dos indivíduos heteroafetivos, por isso, não há nada que não possa ser equiparado a ambos os indivíduos. Por fim, pontuou a necessidade da utilização da técnica de ‘interpretação conforme a Constituição’ para excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família.

Diante do exposto, concluiu seu voto reafirmando a importância da aprovação da PLS para o aumento da segurança jurídica, e em última análise, a disseminação da pacificação social, opinando *“pela aprovação do PLS 612, de 2011, com as emendas sugeridas pela CDH”*.

Durante sua tramitação o PLS foi assunto de alguns jornais. Na página da Istoé Brasil, intitulada: Comissão do Senado aprova união homossexual no Código Civil, a matéria de forma geral relata a aprovação na comissão como uma conquista ao apresentar o depoimento da senadora responsável pelo relatório de aprovação, e da senadora Marta Suplicy, responsável por propor. Na entrevista, Marta reafirma, **“eu sinto que foi uma coisa histórica, porque o Congresso nunca aprovou nada para os homossexuais**. O meu projeto que trata da parceria civil, muito aquém do que aprovamos hoje na comissão, está na Câmara há 16 anos e nunca foi votado. E o projeto que combate a homofobia também está há muito tempo aqui no Senado”

⁷¹.

Em outra reportagem, publicada na página judice online, intitulada: A união estável homossexual e a constituição de família demonstra a aprovação a partir de uma visão positiva, tratando-a como avanço na garantia de direitos. O autor cita, por exemplo, que “a aprovação do último dia 24 não é definitiva, mas com certeza tem grande significado e importância. É mais um passo no sentido de corrigir a inaceitável intolerância em relação às opções sexuais, que infelizmente ainda teimam em existir em nossa sociedade”.

⁷¹

<http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/208744_comissao+do+senado+aprova+uniao+homoss+exual+no+codigo+civil/3>. Acesso em 20/11/2015.

Também reforçou a necessidade de um projeto que proponha a alteração no artigo 226 da Constituição Federal de 1988, pois segundo o autor “o atual dispositivo constitucional vem sendo usado como fundamento de muitos magistrados e oficiais de cartório de registro civil para continuar negando a possibilidade da união estável de pessoas do mesmo sexo e sua conversão em casamento⁷²”.

Mesmo com o fim das legislaturas em 2014 a proposição não foi arquivada pois, de acordo com o art. 332 do regimento interno do senado as proposições com parecer favorável das comissões continuam tramitando. Atualmente a matéria está pronta para a pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), desde março de 2015, com voto do senador Roberto Requião pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

O PROJETO DE LEI NÚMERO 5.120 DE 2013.

Em março de 2013 os Deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF) apresentaram o PL que visa alterar os arts. 551, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 1.565, 1.567, 1.598, 1.642, 1.723 e 1.727 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (código civil), para reconhecer o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

A justificativa do PL se dá pelas seguintes questões: que a proibição do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é uma violação dos direitos humanos — dentre os quais o direito à igualdade. Além disso, segundo os propositores priva os homossexuais de uma longa lista de benefícios sociais e os exclui de uma celebração que tem efeitos ordenadores em nossa cultura, como também persegue uma forma de igualar autoritária que os oprime, já que parte do pressuposto de que todas as pessoas deveriam ser heterossexuais — como se isso fosse possível.

Segundo os propositores o fato da opressão contra a homossexualidade existir possui uma característica diferente, qual seja, a ausência de apoio na família. Também se justifica pelo alto índice de homossexuais mortos no país. Ou seja, a luta pelo casamento, portanto, não aponta tão somente à conquista desse direito, mas “**significa uma luta pelo reconhecimento social e político da dignidade da**

⁷² <http://www.espacovital.com.br/publicacao-27304-a-uniao-estavel-homossexual-e-a-constituicao-de-familia>. acesso em 20/11/2015.

condição humana das pessoas homossexuais”. É por isso que se trata, também, de uma *“luta cultural e simbólica”*.

Reforçam a importância dessa aprovação para as novas gerações, já que “nos países onde o Estado reconheceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, as novas gerações já crescem e se educam sabendo que gays e lésbicas não são melhores ou piores do que os heterossexuais, mas apenas diferentes e que suas famílias valem, para o Estado e para a sociedade, o mesmo que as famílias heterossexuais, e merecem o mesmo respeito e reconhecimento”.

Segundo os propositores, o projeto visa atender pessoas cujos direitos fundamentais são atualmente negados pelo Estado com pretextos inaceitáveis, tão somente por terem uma identidade sexual minoritária, desrespeitando-se assim tanto a promessa da legislação internacional sobre Direitos Humanos quanto a imposição feita pelo Superior Tribunal Federal ao CN de legislar sobre a união estável em todas as suas prerrogativas (ADPF 132 e ADI 4.277). Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos (arts. 1, 2 e 7), a igualdade perante a lei e o direito a não sofrer discriminação são reconhecidos na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (art. II), no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (arts. 2 e 26), na Convenção Americana sobre direitos humanos (art. 1), no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 2) e na própria Constituição da República (arts. 3 e 5)”.

Este projeto de alteração do Código Civil defende que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser o mesmo, deve ter os mesmos requisitos e efeitos, deve garantir os mesmos direitos e deve levar o ***mesmo nome*** que o casamento civil entre pessoas de distinto sexo. Rejeitando fortemente qualquer tentativa segregacionista que pretenda manter a discriminação contra as pessoas homossexuais.

Segundo os propositores é necessário ficar claro que não está sendo proposta nenhuma mudança com relação ao casamento religioso, cujos efeitos jurídicos são reconhecidos no art. 226 § 2 da Constituição, que este projeto mantém inalterado. Pois segundo os mesmos, da mesma maneira que o Estado não deve interferir na liberdade religiosa, as religiões não devem interferir no direito civil. “O casamento civil é uma instituição laica, que deve atender por igual às necessidades dos que acreditam em Deus — em qualquer deus ou em vários deuses — e dos que não

acreditam”. Numa democracia, as leis são para todos e todas, independentemente das crenças de cada um.

Também ressaltam a importância de desconstruir a conjugalidade como algo para procriação, que segundo os mesmos não é pré-requisito para casamento civil, já que se assim fosse, deveria ser proibido às pessoas estéreis ou às mulheres depois da menopausa.

Os propositores ressaltam que a Constituição deixa bem claro que a finalidade do casamento civil é a proteção da família. E essa proteção e o direito de todas as pessoas a contrair matrimônio são garantidos nas mais diversas legislações.

Reconhecem que o Poder Judiciário Brasileiro vem cumprindo este papel, resolvendo os conflitos e atendendo demandas decorrentes de ausência de parâmetros legislativos. Vários cartórios espalhados pelo Brasil já têm procedimento próprio de conversão da união estável homoafetivo em casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. “Embora tenhamos um Poder Judiciário conservador, também já podemos ver decisões favoráveis ao casamento civil igualitário, inclusive na adoção de crianças e a concessão de Licença Maternidade para pais homossexuais e mães homossexuais”.

Por fim, na parte da justificativa ressaltaram que apesar dos avanços, há discriminação geográfica em relação ao acesso ao casamento civil pela comunidade LGBT. Por exemplo, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm mais cartórios que aceitam o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e mais decisões judiciais favoráveis para tanto. No entanto, os Estados da Bahia e de Pernambuco são os que menos possuem artifícios de acesso ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

No projeto também foi apresentado a concepção de família defendida pelos dois propositores, sendo reconhecida como **entidade familiar a união estável entre duas pessoas de sexos diferentes ou do mesmo sexo, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.**

Consideramos que pela leitura da justificativa, o discurso é marcado pelo reforço por parte dos propositores em demonstrar que o casamento sempre esteve longe de ser uma instituição pronta e acabada, e que pelo contrário sempre foi permeado por

disputas que visavam por meio dele o reconhecimento de direitos civis. Como se apresenta no texto “*a evolução do instituto do casamento registra, ao longo de sua história, distintos momentos nos **quais algum grupo que estava excluído teve de lutar para ser aceito***”. Reconhecida a importância dessa instituição esse direito precisa ser garantido aos casais do mesmo sexo.

Outro marco dessa proposta refere-se a **utilização da palavra família do início ao fim da proposta**. Sabemos que em outros países, ou até mesmo nas propostas realizadas anteriormente a essa, a palavra família não foi utilizada por diversos motivos, mas principalmente pela não aceitação dessa união como algo que pode ser comparado a um modelo de família. Algumas propostas dizem respeito a época que foram elaboradas, e que supunham ser mais fácil outros termos que não se comparava a instituição familiar. Porém, essa proposta refere-se a conquista e reconhecimento de mais um modelo familiar e se opõem aos discursos que por meio da linguagem tentam manter e reforçar preconceitos. Dessa forma, os autores dizem que em alguns países “os setores políticos e sociais que se opunham ao casamento /matrimônio homossexual propuseram a aprovação de uma lei de “união civil”. Do outro lado, o lema dos defensores do casamento/matrimônio homossexual tem sido “*Os mesmos direitos com os mesmos nomes*”. Assim, se justifica a presente proposta.

Em abril de 2013 o mesmo foi apensado ao PL 580/2007 da autoria de Clodovil Hernandez e posteriormente encaminhado a CSSF. Em janeiro de 2015 o PL foi arquivado, devido ao fato da não emissão de parecer da CSSF. Cabe ressaltar que o PL não entrou em discussão no interior da comissão, por isso, nem um relator responsável foi designado. Em fevereiro de 2015 o deputado Jean Wyllys e a deputada Erika Kokay apresentaram requerimentos solicitando o desarquivamento, que foi deferido. Atualmente o PL encontra-se tramitando junto ao PL 580/2007, por nós também analisado.

Cabe ressaltar que durante o processo de tramitação não foram apresentados discursos contrários ou favoráveis a proposta. Assim que foi apresentada a proposta pelos deputados surgiu uma campanha na internet em defesa do casamento civil igualitário liderada pelo deputado Jean Wyllys. No *youtube* foi criado um canal com a

campanha, onde famosos brasileiros se posicionam favoráveis sempre usando o lema: **“os mesmos direitos, com os mesmos nomes”**.

De maneira geral, foi possível observar o embate entre reconhecimento da cidadania da população LGBT *versus* a concepção religiosa de família e sexualidade, que tem compreendido os avanços dos direitos sociais como algo que confronta a religião e seus princípios, o que ignora totalmente o Estado laico. Também é nítido a lentidão do processo de tramitação, além das estratégias utilizadas para que as matérias não fossem votadas e até mesmo discutidas, como o grande número de legisladores que foram designados como relatores e que além de permanecerem um bom tempo com os projetos, devolvem sem o parecer.

Nesse sentido, trata-se de uma nítida oposição ao reconhecimento da diversidade, do pluralismo e do reconhecimento da população LGBT como cidadãos. É nesse sentido que concordamos com Santos (2005) quando a autora ressalta que o conteúdo presente nas proposições e a lentidão no processo de tramitação demonstram o que é o Estado num país dependente, com forte influência de uma cultura política autoritária, religiosa e conservadora.

Dito isso, após discutir o processo de tramitação dos projetos, é hora de pensar esses PLs à luz dos partidos políticos a que se vinculam seus propositores. Aqui buscávamos entender um processo que ultrapassa o PL em si.

Com base nos escritos de Gramsci, a estratégia para que as classes subalternas alcancem progressivamente posições no interior do Estado, visando a expansão da hegemonia dessa classe e a construção de um novo bloco histórico, deve se basear numa “guerra de posição”. Consiste, na “conquista do máximo de espaços no interior da sociedade civil, já que só com o consenso da maioria, ou seja, com hegemonia, é possível empreender transformações sociais em profundidade” (COUTINHO, 1996, p. 87).

Contudo, no processo de direcionamento para a construção de um novo bloco histórico, dessa nova civilização, é o partido⁷³ que deve se constituir como o espaço-lugar, ou como o organizador, da construção de um terreno que dê possibilidades

⁷³ Segundo Dias (1996), a concepção de partido trabalhada por Gramsci difere profundamente da modalidade dos partidos de caráter parlamentar.

para o desenvolvimento da vontade-coletiva-nacional-popular. Segundo Dias (1996) o partido é ao mesmo tempo o organizador e a expressão concreta dessa vontade.

Isso não significa atribuir ao partido nenhuma espécie de responsabilidade exclusiva nesse processo, mas captar sua capacidade de estabelecer direção ao assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se (DIAS, 1996, p. 11).

É nesse sentido que Gramsci, ao se referir ao partido na perspectiva das classes subalternas, considera que esse ao unificar pensamento e ação, vai elaborando uma concepção de ética e política que contribua para a construção de uma nova sociedade (ABREU, 1996).

Nesse sentido, uma vez demonstrado quais são os projetos que buscamos analisar cabe ressaltar os sujeitos políticos e seus respectivos partidos envolvidos nas propostas, substitutivos, votações, posicionamentos e embates. Que interesses esses sujeitos representam, o lugar da luta pela diversidade sexual na plataforma de seus partidos e em suas agendas, as articulações de forças para que as propostas sejam aprovadas ou não e que tipo de hegemonia esses atores buscam construir ou mesmo legitimar.

4.1.1 Os partidos políticos envolvidos na disputa pelo reconhecimento das famílias homoparentais.

A presença dos partidos, e no seu interior, de pautas que consigam abranger as lutas pela diversidade sexual se coloca de extrema importância para a construção de um novo bloco histórico, vinculando as demandas de toda a classe que vive do trabalho, que se apresenta una e diversa. Nesse sentido, a pauta pela liberdade de orientação sexual, e o reconhecimento da diversidade precisa ser vinculados pelos partidos a estrutura societária.

Ou seja, é necessário um esforço na direção de um grupo político que a partir da disputa no interior da sociedade civil, busque reafirmar “a relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, [...] enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária (SIMIONATTO, 1997, p, 15).

Optamos assim, pela discussão em torno dos partidos que propuseram projetos que se encontram em tramitação visto a possibilidade de disputas e mudanças em

aberto, já que durante a tramitação os projetos estão sujeitos a todo tipo de encaminhamento. Sendo os seguintes projetos: PL 580/2007 (e apensado a ele PL 4.914/2009; PL 5.120/2013) e o PLS 612/2011.

Os sujeitos proponentes dos projetos que ainda encontram-se tramitando são Clodovil Hernandez – apensados José Genoíno; Jean Wyllys e Erika Kokay – e Marta Suplicy. Respectivamente, os partidos que propuseram o reconhecimento das uniões homoafetivas, por meio desses autores foram: Partidos dos Trabalhadores (PT), Partido da República (PR) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A PAUTA PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.

Historicamente, como vimos em nossa revisão de literatura, o PT foi o primeiro partido a pautar no seu plano de governo as demandas do movimento LGBT, nas eleições em que Lula concorreu à presidência de 1994, porém, com a ameaça da retirada do apoio por parte da Igreja Católica, essas demandas foram retiradas do programa.

Também foi por meio da Deputada Federal Marta Suplicy que o PT colocou no centro do debate, em 1995, o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo. O que demonstra, não apenas um posicionamento particular dos seus membros, mas que o partido veio reconhecendo ao longo dos anos que a classe trabalhadora é una e diversa, portanto, a diversidade sexual se faz parte integrante dessa classe. Contudo, historicamente esses posicionamentos foram motivados por pressões no interior do partido.

A atenção que o PT concede às políticas de identidade não reflete processos de internalização do conjunto da militância nem do quadro dirigente, constituindo-se resultado da pressão e da disputa ideológica que militantes petistas, que também são gays e lésbicas, fazem tensionando o partido para a aceitação e defesa da liberdade de orientação sexual (SANTOS, 2005, p. 258).

Nessa direção, a autora demonstra que embora a luta dos outros sujeitos políticos fosse reconhecida pelo partido, esta ainda se apresentava como algo pulverizado e fragmentado, tornando competência de setoriais responsáveis pela opressão de discuti-las. Em 2003, o partido realizou o Encontro Nacional LGBT do PT onde se discutiu novas estratégias e formas de enfrentamento da opressão pelo partido, no

direcionamento da militância e atuação política. Santos (2005) ao analisar o entendimento e o direcionamento do PT na luta pela liberdade de orientação sexual até meados de 2000, conclui.

No âmbito do PT, verificamos duas tendências principais: (1) defesa da liberdade de orientação sexual restrita ao universo da luta pela igualdade de oportunidades e da realização dos direitos humanos, sem, no entanto, aprofundar as causas da discriminação e sua relação com a sociabilidade vigente. Deposita-se, assim, na aprovação das leis enorme expectativa quanto à resolução da opressão e (2) uma tendência minoritária, ainda com falas e intervenções isoladas, mas que sinaliza que o enfrentamento das formas opressivas e, em particular, da homofobia só é possível no âmbito daquilo que Hobsbawn (1996) advertiu: a defesa das políticas de identidade só tem sentido se referida à humanidade [...] (SANTOS, 2005, p. 262).

O PLS 612/2011 que ora encontra-se em tramitação foi proposto pela Senadora Marta Suplicy, atualmente vinculada ao PMDB. Psicóloga, foi deputada federal por São Paulo de 1995-1999; Prefeita de São Paulo entre 2001-2004 e atualmente é senadora também representando o Estado de São Paulo, desde 2011.

Ao longo dos seus mandatos e militância política vem defendendo a pauta LGBT sempre que coube o posicionamento dentro do legislativo federal. Bastar lembrar a primeira vez que se discutiu no CN as conjugalidades homossexuais, a diversidade sexual e os direitos dessa população, tudo ocasionado pela apresentação do seu projeto de lei 1.151/1995 que buscou reconhecer a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo. Integrou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Proposto por um deputado do PT, o PL 4.914/2009 encontra-se apensado ao PL 580/2007 que está tramitando. Este projeto partiu da autoria de José Genoíno – PT/SP, mas também foi proposto em conjunto com outros deputados.

O principal proponente, José Genoíno é professor, com ensino superior incompleto em Direito e Filosofia. Exerceu mandato como deputado federal pelo PT/SP de 1983 até 2003, retomando em 2007 até 2015. Integrou a Comissão Especial do PL nº 1.151/95, que disciplina a União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo como suplente.

Outra deputada proponente do PL 5.120/2013 pelo PT é Erika Kokay. Bancária e Psicóloga exerceu seu primeiro mandato como deputada federal entre 2011/2015, e foi reeleita para a legislatura entre 2015/2019. Já foi deputada distrital por dois mandatos. É filiada ao PT desde 1989.

Dentre as diversas comissões que a mesma participou e (ainda integra) cabe destacar entre as Comissões Permanentes: a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Seguridade Social e Família. Participa também da Comissão Especial PL 6583/2013 Estatuto da Família.

A partir do olhar para as pautas, as comissões que integra e a proposta presente no seu site pessoal ficam nítidas os compromissos da deputada com os direitos humanos, com as minorias e com a ampliação do acesso a justiça e aos direitos. Seu site pessoal⁷⁴ é organizado em plataformas que dão acesso as proposições de sua autoria sobre as temáticas específicas, sendo uma dessas plataformas direcionada ao público LGBT.

Sua trajetória é marcada pela luta contra violações de direitos humanos dos mais variados segmentos sociais, em defesa da mulher, da criança e do adolescente, na luta antimanicomial, em defesa da comunidade LGBT, dos negros, dos índios e a favor dos direitos humanos, enquanto direitos indivisíveis de toda a humanidade. Ou seja, a proposição de um projeto que reconhece mais um modelo de arranjo como família encontra-se como algo orgânico à sua legislatura que resulta após vários anos de enfrentamento e luta contra qualquer tipo de preconceito.

Os posicionamentos dos deputados citados, apesar de terem como princípio uma experiência pessoal e de visão de mundo - a partir da militância e diálogo com os movimentos sociais - também encontra-se atrelado a defesa realizada pelo partido a qual pertencem.

A partir da leitura do Estatuto do Partido dos Trabalhadores (PT), no site oficial⁷⁵, é possível identificar em seu artigo 14. São deveres do filiado ou da filiada: [...] *// – combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores e às portadoras de deficiência física, aos idosos e às idosas, assim como qualquer outra forma de discriminação social, **de gênero, de orientação sexual**, de cor ou raça, idade ou religião; [...]* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 06).

⁷⁴ <http://www.erikakokay.com.br/biografia>.

⁷⁵ http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO_PT_2012_VERSAO_FINAL_registrada.pdf.

No código de ética do partido também comparece com princípio ético fundamental, devendo orientar a conduta de todos os filiados ao Partido dos Trabalhadores: “III – o dever de combater, por todos os meios ao seu alcance, a exclusão social, a desigualdade, e quaisquer formas de **discriminação quanto ao sexo**, à raça, à etnia, à religião, à condição econômica, à atividade profissional, às convicções políticas, a qualquer condição de deficiência, de idade, de **orientação sexual**, bem como os atos de assédio moral, sexual, a pedofilia, a violência doméstica e outros da mesma natureza” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2009, p. 05). Comparece também em outro momento do documento como deveres éticos dos filiados “IV – *combater permanentemente manifestações discriminatórias em relação à etnia, à deficiência física, a condições sociais, de gênero, de **orientação sexual**, de cor, de raça, de idade ou de religião*” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2009, p. 10).

Além da defesa citada entre os princípios fundamentais do PT, também cabe destacar que o partido possui um setorial LGBT criado em 1992, sendo o primeiro núcleo LGBT de um partido político no Brasil. Recentemente quando a atual Presidenta Dilma cedeu à bancada evangélica e vetou o material sobre diversidade sexual para as escolas, o setorial publicou uma nota pública defendendo que o PT permanecesse na defesa de uma bandeira que sempre levantou, e que a presidenta voltasse atrás com a decisão, o que não ocorreu.

Porém, como bem elucidado por Coutinho (2006), o papel de um partido deve ser sempre de universalizar as demandas postas pelos diversos movimentos e segmentos da sociedade, abarcando ao máximo as vontades coletivas. E, apesar do PT ter sido criado com base na ideia da transformação social, ligada a bandeira socialista e aos movimentos sociais, ao longo dos últimos anos temos assistido um partido que vem se “diluindo numa frente absolutamente amorfa, num partido que parece abandonar completamente sua vocação originária de instrumento de luta pela transformação social” (COUTINHO, 2006, p. 117).

O PARTIDO DA REPÚBLICA E A VOZ ÚNICA NA LUTA PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL.

Quando fazia parte do Partido da República o então deputado federal Clodovil Hernandez, Professor, Estilista, Ator e Comunicador propôs o PL 580/2007. Exerceu

seu mandato como deputado federal na legislatura entre 2007-2011 – falecendo em 2009. Anteriormente ao PR, foi filiado ao Partido Trabalhista Cristão (PTC). Participou da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias e Seguridade Social e Família.

Tratava-se de um deputado declaradamente homossexual, porém, em sua curta legislatura, foi a única pauta defendida pelo movimento LGBT que o mesmo apresentou.

Em relação ao partido, não há no Estatuto do Partido da República qualquer menção ao combate a opressão/exploração por orientação sexual, identidade de gênero ou pela desigualdade entre sexos. No código de ética do partido também não foi encontrado nenhum artigo que se refira a temática do combate as opressões.

Já no programa do partido é encontrado um tópico intitulado “minorias” e “direitos das mulheres”, onde fica definido que o PR “defende o direito das minorias étnicas, sociais e religiosas, de plena participação na vida social” (PARTIDO DA REPÚBLICA, 2016, s/p), reforçando posteriormente que a legislação deve propiciar proteção e benefícios aos negros, pelo passado histórico e proteção estatal aos índios, afim de que sejam garantidos seus direitos e tradições.

No tópico sobre as mulheres, defendem alterações legislativas necessárias para que se assegure uma rigorosa igualdade de direitos na sociedade, devendo ser protegidas principalmente as mães solteiras. Também há uma defesa em torno dos direitos dos idosos, devendo sempre garantir-lhes por meio das legislações seus direitos. Fica claro, portanto que o partido não pauta a questão dos direitos da população LGBT, o que nos possibilita pensarmos que o PL apresentado pelo Deputado Clodovil, diz respeito mais a uma causa própria, devido a sua orientação sexual, do que uma pauta colocada pelo partido.

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE E A DEFESA PELO SOCIALISMO COM LIBERDADE.

O PL 5.120 de 2013 foi proposto pelo deputado Jean Wyllys. Jornalista, Professor Universitário, Escritor e Comunicador exerce seu segundo mandato pelo PSOL/RJ, partido que é filiado desde 2009. Dentre as comissões que o mesmo integra é

importante ressaltar a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão Permanente de Seguridade Social e Família. A Comissão Especial sobre o PL 6583/13 - Estatuto da Família.

Há uma nítida direção no exercício do seu mandato e a quem representa. Como sempre reforça em seus pronunciamentos, é o único deputado assumidamente homossexual, e isso faz uma grande diferença, já que demonstra representatividade por um segmento, que como temos visto desde o início desse trabalho, é historicamente marginalizado. Nesse sentido, desde o primeiro mandato vem se posicionamento em nome das ditas minorias e dos segmentos que mais sofrem na realidade brasileira. Fato, que pode ser observado tanto pelas comissões que compõe, tanto pelos projetos de lei que o mesmo vem propondo ao longo dos anos.

Tal posicionamento está diretamente articulado com os documentos oficiais do partido. No Estatuto do PSOL, há uma determinação para a criação de setoriais no interior do partido “tais como a da mulher, do movimento negro, dos *homossexuais*, dos indígenas, dos estudantes, do movimento sindical, e todos aqueles que possam ser incluídos pelo Partido” (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2016a, s/p). Também comparece como determinação em seu capítulo II, art. 5º “O Partido **SOCIALISMO E LIBERDADE** desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que *assegure a liberdade de expressão* política, cultural, artística, racial, *sexual* e religiosa, tal como está expresso no programa partidário” (PARTIDOS SOCIALISMO E LIBERDADE, 2016a, s/p). Comparece assim, no documento do partido que a construção de uma nova sociedade, justa, igualitária e fraterna só ocorrerá se construída junto às lutas das minorias.

No Programa Partidário do PSOL, aparece um tópico intitulado “Pela Livre Expressão Sexual”, onde o partido deixa nítido seu posicionamento: “a perseguição à livre expressão sexual é uma constante que se expressa no trabalho, em locais públicos, no lazer. A repressão policial é uma constante contra lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais. A luta pelo direito a livre orientação sexual é uma luta

nossa. As mobilizações de centenas de milhares de pessoas em todo o país durante as chamadas paradas gays, com algumas marchas chegando a quase um milhão de pessoas, mostra o claro avanço da luta pelos direitos civis. Contra toda e qualquer violência e preconceito contra a orientação sexual dos LGBT. Pelo reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo e suas decorrências legais! Com estes princípios defendidos por todo o partido, os movimentos dos LGBT construirão também o programa partidário sobre o tema” (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2016b, s/p).

Segundo Coutinho (2006), enquanto os movimentos sociais colocam na agenda as questões mais decisivas, quase sempre particulares, a tarefa dos partidos políticos seria universalizar essas demandas provindas dos diferentes setores da sociedade. Ou seja, “um partido que se pretende revolucionário tem de se colocar como criador de uma vontade coletiva transformadora, de uma vontade universal. Gramsci diria: de uma vontade coletiva nacional popular” (COUTINHO, 2006, p. 116), que representem a todas/os, e que a nosso ver somente o PSOL, no atual cenário tem apresentado tal direcionamento, de coerência entre o que determina o partido e o posicionamento de seus integrantes no interior do CN.

4.2 As justificativas dos discursos.

Segundo Mészáros (2009) num cenário onde o capital é capaz de afirmar-se com êxito como a força controladora do sociometabolismo, é de suma importância que as figuras representativas do horizonte do capital conceituem, discurssem e defendam as questões postas na sociedade de uma determinada maneira e não de outra.

Nesse sentido, a relação entre “estrutura social e as formas de consciência é seminalmente importante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17) já que a estrutura social dada constitui o cenário e o horizonte dos sujeitos políticos e pensadores e ao mesmo tempo suas concepções de mundo.

A análise legítima dos diversos *discursos* – por exemplo, os discursos moral, político e estético – é inconcebível sem que esteja dialeticamente inserida no quadro estrutural apropriado no que se refere às determinações gerais. Pois os discursos particulares não são inteligíveis sem que sejam apreendidos como *formas específicas de consciência histórica* (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Ao analisarmos os discursos e posicionamentos das/os deputadas (os) e senadores é notável a afirmação ilusória em que defendem o interesse majoritário e universal. Trata-se do que Mészáros enfatiza ao dizer que esses portadores da ideologia dominante “adotam e constantemente reproduzem a *ilusão* de que, em sua concepção do direito e da ordem social apropriada, estão articulando o *interesse universal* da sociedade, e não apenas de sua força estruturalmente dominante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 13).

Nessa direção, ao retomarmos as categorias já mencionadas com base em Gramsci, podemos afirmar que “a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘dominação’ e ‘como direção intelectual e moral’ (COUTINHO, 1996, p. 56). Portanto, os discursos que ora analisamos reforçam a direção intelectual e moral, visivelmente marcada pela bancada evangélica, da concepção de família defendida por esse grupo, em detrimento do reconhecimento da diversidade sexual, e concomitantemente da família homoparental.

Os intelectuais do grupo dominante exercem funções nos espaços de exercício da hegemonia e governo político, direcionadas para a *obtenção do consenso “espontâneo” das massas à orientação que o grupo dominante imprime à vida social*, bem como assegurar o emprego da coerção do aparato estatal para garantir “legalmente” a disciplina, atingindo grupos que não consentem nem ativa e nem passivamente, como também toda a sociedade nos momentos de crise da direção quando o consenso é rompido (GRAMSCI, 1979, p. 11).

É com base nesse entendimento do esforço de alguns deputados em direcionar a política hegemonicamente – e aqui estamos falando na concepção de família defendida – que podemos entender a legitimidade e todas as formas de estratégias utilizadas para que os projetos não fossem aprovados, ou até mesmo nem debatidos.

Como já sinalizado em nossa discussão nos capítulos anteriores, no campo da discussão sobre famílias e diversidade sexual são as defesas morais-religiosas que predominam. Muitas vezes algumas justificativas, aparentemente, não são baseadas na moral ou religião como as defesas pela inconstitucionalidade do projeto, porém um olhar mais apurado desses discursos nos remetem ao exposto – razões morais

e religiosas -, que escondem interesses corporativos e financeiros. O discurso 'religioso' tanto mascara como revela⁷⁶.

No contexto brasileiro, historicamente marcado pela influência religiosa na esfera da política, há uma pluralidade de credos que disputam os espaços públicos buscando a legitimação de suas práticas. De alguns anos para cá essa disputa aumentou com a chegada das correntes cristãs pentecostais e neopentecostais que, visando influenciar os rumos da nação, se estruturou para ocupar e influenciar a política, num espaço exercido hegemonicamente pela Igreja Católica durante anos⁷⁷ (PY; REIS, 2015).

O crescimento “da parcela evangélica na população conduz inexoravelmente a divisões internas quanto a concepções do mundo e quanto a interesses materiais e políticos” (RABAT, 2010, p. 21). Não podemos nos referir a esse segmento de forma totalizante, escapando de suas particularidades e disputas internas.

Nesse sentido, é importante não generalizarmos a relação entre religiões e sexualidades, pois, além da existência de Igrejas inclusivas que tratam a orientação sexual como uma criação de Deus, há divergências entre os membros de uma mesma instituição.

A análise dos dados revelou a manifestação de cinco tipos de argumentos **favoráveis** centrais: 1) A defesa pelo reconhecimento da diversidade e da existência das diversas famílias, em especial da família homoparental, na realidade brasileira e o reconhecimento nos diversos países; 2) A necessidade do Estado regular direitos e deveres dos casais homoafetivos; 3) O argumento Constitucional, pelos direitos fundamentais de cada indivíduo reconhecido pela CF/88 e a defesa da laicidade; 4) A separação entre casamento (para heterossexuais) e união civil/parceria civil (entre

⁷⁶ Um exemplo claro nesse sentido foi demonstrado por Py e Reis (2015) ao analisar a primeira atuação da bancada evangélica na Constituinte de 1988, onde o grupo se concentrou entre duas comissões: Família do Menor e do Idoso e Ciência, Tecnologia e Comunicação, demonstrando seus interesses pelos assuntos pertinentes a família e a comunicação, já que objetivavam a conquista de concessões de rádio e TV para suas igrejas e da aprovação de temas ligados a família patriarcal.

⁷⁷ Como exemplo, da hegemonia exercida durante anos, “no primeiro governo de Vargas (1930-1945), os católicos, por meio da liderança de D. Sebastião Leme, bispo da arquidiocese do Rio de Janeiro, organizam a Liga Eleitoral Católica (LEC) para apoiar políticos que defendessem os interesses católicos e que lutassem contra a secularização e o comunismo. A LEC conseguiu que a Constituição de 1932 mantivesse proibido o divórcio, instituisse o ensino religioso católico nas escolas públicas e o financiamento público das atividades da Igreja” (PY; REIS, 2015, p. 136).

peças do mesmo sexo); 5) A necessidade do reconhecimento em Lei, por parte do legislativo.

- *A defesa pelo reconhecimento da diversidade e da existência das diversas famílias, em especial da família homoparental na realidade brasileira e o reconhecimento nos diversos países.*

Esses discursos se apresentam como progressistas ao demarcarem o reconhecimento da diversidade sexual e ao mesmo tempo da diversidade de famílias presentes no cenário brasileiro. Também reafirmaram a importância da legislação brasileira em acompanhar os países que vem reconhecendo essas famílias.

Esses posicionamentos se expressaram inicialmente pela defesa da existência da família homoparental, que inicialmente parece algo que não precisaria ser reforçado, afinal os homossexuais estão aí, pertencem e constituem famílias. Porém, no cenário conservador já apresentado por nós, o grupo hegemônico no interior do CN tenta mascarar tais relações, acreditando que ao negar a existência de tais famílias estariam evitando seu aumento.

Tanto que se construiu uma ideia que ao ser aprovado a conjugalidade na forma de lei, conseqüentemente aumentaria o número de casais homoafetivos, colocando em risco a população heterossexual e a continuidade da vida. Por isso, a defesa precisava perpassar pela afirmação da existência na sociedade brasileira desse modelo de família.

“A existência de casais homossexuais no Brasil, assim como no resto do Mundo, é uma **realidade**” (SENADOR SERGIO CABRAL).

“O projeto visa o **reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo, já que estes relacionamentos vêm se impondo cada vez mais na sociedade**” (DEPUTADA MARTA SUPPLY).

“Os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, denominados pela jurisprudência de homoafetivos, **são uma realidade jurídica** que têm contornos cada vez mais nítidos no Brasil” (DEPUTADO JOSÉ GENÓINO).

Destaca-se a palavra realidade como forma de contraposição a uma sociedade imaginada sem a existência desses casais, ou seja, a proposta se diz condizente com a realidade e precisa ser reconhecida. Questionar a homossexualidade, sua origem, e a formação de famílias pelas pessoas LGBT, “[...] não é somente inútil, é, também, improdutivo, pois ela diz respeito a um momento anterior ao qual não se tem acesso ou controle” (RIBEIRO, 2012, p. 72).

Ao situar que o modelo homoparental existe na realidade, os discursos traziam em si as mudanças pelas quais as famílias vêm passando.

Inegáveis são as mudanças sofridas pela sociedade brasileira em meio ao dinamismo do mundo globalizado, onde surgem novos **núcleos familiares** que merecem a proteção jurídica do Estado (DEPUTADA JANETE PIETÁ).

Ao diferenciar o modelo tido como natural da diversidade encontrada na realidade esses discursos defenderam que o modelo homoparental foge à regra do que constitui o modelo nuclear desde seu princípio, e afirmam que o fator principal desse novo modelo de família é o afeto, por isso famílias homoafetivas. O afeto entra em cena como a justificativa para o reconhecimento, o que cabe uma problematização. Costa e Nardi (2015) questionam essa escolha do afeto como justificativa para o reconhecimento dos casamentos de pessoas do mesmo sexo, devido às implicações políticas e subjetivas dessa justificativa.

A noção de homoafetividade é bastante aceita e pouco questionada. Tudo se passa como se houvesse consenso sobre o que são afetos e sobre o que caracteriza uma relação conjugal. Ela é aplicada como modelo universal, sugerindo um ideal normativo que pode não contemplar todas as possibilidades da experiência conjugal, podendo inclusive servir de matriz para algumas formas de sofrimento (COSTA; NARDI, 2015, p. 138).

Nesse sentido, os autores criticam que o reconhecimento dessa relação exigiu uma justificativa adicional, visto que somente a legitimidade social não foi evidente, “o afeto então é positivado como fundamento implícito, estendido retroativamente a todas as formas familiares, quando se diz que a família contemporânea é caracterizada pela afetividade” (COSTA; NARDI, 2015, p. 140).

O que implica em duas questões, a nosso ver, assim como para os autores. Os discursos passam a defender a junção do direito de amar com o direito de se casar em oposição à desconstrução do amor romântico, realizado historicamente pelo movimento LGBT. Além disso, o risco de se debater uma fato social – o não reconhecimento – a partir de um ponto pessoal, o afeto.

Trata-se de uma estratégia que mobiliza um repertório discursivo moral de forma a justificar intervenções em torno de grandes questões sociais. A retórica das desigualdades de direitos apresenta os afetos como motor da ação social; problemas sociais são reinterpretados a partir da psicologia individual, a violência política é requalificada como trauma psicológico; o entendimento político da situação social é trocado por uma resposta emocional dirigida a vítimas não politizadas (COSTA; NARDI, 2015, p. 142).

Apenas a defesa sustentada na ideia da homoafetividade indicaria a necessidade de pontuar outros direitos essenciais, que de certa forma aparecem em outros discursos elencados mais a frente. Também foi defendido o reconhecimento desse

modelo de família devido ao fato de outros países também já terem reconhecidos, o que proporcionou outros elementos para a defesa.

Assim tem **ocorrido nos países desenvolvidos do bloco ocidental** (SÉRGIO CABRAL).

Países de todos os continentes têm se debruçado na matéria e produzido regulamentações positivas sobre o tema, incluindo nossos vizinhos da América Latina, motivo pelo qual não há mais condições objetivas para que o assunto não seja pautado e votado no Congresso Nacional (JOSE GENOÍNO E OUTROS).

Nos países onde o Estado reconheceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, as novas gerações já crescem e se educam sabendo que gays e lésbicas não são melhores ou piores do que os heterossexuais, mas apenas diferentes e que suas famílias valem, para o Estado e para a sociedade, o mesmo que as famílias heterossexuais, e merecem o mesmo respeito e reconhecimento (JEAN WYLLYS E ERIKA KOKAY).

A defesa pelo reconhecimento baseado em outras experiências acrescenta ao debate, pois nos obriga a questionar porque certos países já aprovaram, e o Brasil ainda não. Além disso, como demonstrado no último discurso, as experiências de outros países contribui para demonstrar os ganhos com a aprovação desse projeto, visto que as novas gerações passam a olhar para a homossexualidade como algo natural. Sendo assim, essas justificativas se apresentaram como de suma importância nos levando a questionar as particularidades desse debate no Brasil a partir de pistas já levantadas por nós em nossa revisão de literatura.

- *A necessidade do Estado regular direitos e deveres dos casais homoafetivos.*

O segundo ponto presente nos discursos que defenderam a aprovação dos PLs remete a defesa com base na regulação por parte do Estado dos direitos do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Historicamente no Brasil diversos direitos vêm sendo negados a essa população desde o acesso a seguridade social, até o direito a adoção, por exemplo. Cenário que vem se alterando devido a pressão do Movimento LGBT.

Porém, muitas dessas conquistas se deram no âmbito das próprias autarquias ou instituições, como o INSS, ou nos governos municipais, estaduais, no judiciário o que nos remete a situações que podem ser modificadas. Diferente de quando temos a aprovação da lei em nível nacional, garantindo uma maior estabilidade do direito. O próprio casamento, como a adoção, apesar de serem reconhecidos no Brasil,

ainda não é garantido em lei, mas estabelecidos por outros meios. E é nesse sentido que os legisladores defendem a aprovação pelo CN.

“A falta de regulação jurídica no Brasil para as pessoas que vivem a relação homossexual deixa inúmeras pessoas sem qualquer **proteção do Estado**” (SERGIO CABRAL).

“necessária concretização de um dos seus Direitos da Pessoa Humana, ou seja, ter reconhecido **o seu direito inalienável** a se relacionar afetivamente e que este relacionamento gere efeitos jurídicos próprios, decorrentes de seu reconhecimento legal ou judicial” (JOSÉ GENOÍNO E OUTROS).

“[...] procura-se com esse projeto atender reivindicação dos grupos homossexuais com vistas a integrá-los no ordenamento jurídico e caminhar para a eliminação de preconceitos em razão da orientação sexual”. (CLODOVIL HERNANDES).

Apesar dos discursos defenderem a proteção necessária para esses casais, o que segundo os deputados contrários não caberia em um PL, pois o Código Civil já garante certos direitos, o próprio movimento LGBT questiona a intenção da proteção que o Estado pretende garantir. Mello e Santos (2012) questionam até onde o afeto pode servir de parâmetro para as leis? Visto que o afeto não deve ser regulado por lei, como também não cabe ao jurídico o regulamento da afetividade e dos sentimentos.

É nessa direção que o regulamento da relação homo na visão de militantes e pesquisadores “centra-se na tendência para encaixar gays e lésbicas num suposto logos heterossexual do contrato de casamento, da coabitação obrigatória, da fidelidade e dos deveres econômicos” (ALMEIDA, 2006, p. 5). Ou seja, essa ‘integração’ dos homossexuais ao direito também apresenta um esforço pela normatização dessa população, e que no interior do próprio movimento vem atendendo a demandas pautadas mais por lésbicas e gays, em detrimento de outros segmentos, que defendem algumas bandeiras, e não se submetem a padronização.

O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras. E, nesse mesmo momento, desejo e sexualidade são despossuídos e deslocados, de modo que o que alguém “é” e o que o relacionamento desse alguém “é” não são mais assuntos privados; de fato, ironicamente, poder-se-ia dizer que, através do casamento, o desejo pessoal adquire um certo anonimato e intercambialidade, torna-se mediado publicamente e, nesse sentido, um tipo de sexo público legitimado (BUTLER, 2003, p. 234).

Oliveira (2013) defende o uso do termo homonormatividade para entender a cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, que culmina na

despolitização e “no reforço do binarismo de gênero dentro da própria comunidade, constituindo assim uma hierarquização dentro dessa comunidade em termos de grau de aceitabilidade e de conformidade dos corpos às normas de gênero (OLIVEIRA, 2013, p. 69). Nesse sentido, ainda que os legisladores soubessem da importância da garantia em lei voltada para esse segmento da população, violentada cotidianamente, é preciso reconhecer que esse processo de garantias de direitos, na cidadania neoliberal implicou políticas de semelhança – com a heterossexualidade - e normalização. Ou, como expressou Butler (2003, p.231), “para um movimento sexual progressista, mesmo alguém que deseje tornar o casamento uma opção para não-heterossexuais, a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um conservadorismo inaceitável”.

Na visão de Mello e Santos (2012), apesar dos avanços nas regulamentações e legislações no interior do grupo LGBT, certas legislações com princípios hierarquizantes tornam direitos em benefícios, ou seja, “estamos diante da criação de medida legislativa que, em vez de ampliar direitos, promove a seleção de segmentos que o obterão e outros que não, dentro da própria população LGBT (MELLO; SANTOS, 2012, p. 94).

Pesquisas recentes vêm demonstrando o perfil da população LGBT que tem acesso ao casamento, direitos previdenciários e outros, caracterizado por um perfil de gays, brancos, de classe média e alta, moradores da zona urbana. Além disso, como lembrado por Corrêa (2014), é preciso ressaltar que análises atuais demonstram que ganhos em relação aos direitos LGBT e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, vem sendo garantidos em detrimento do direito ao aborto e direitos de profissionais do sexo.

- *Pelos direitos fundamentais de cada indivíduo reconhecido pela CF/88 e a defesa da laicidade.*

Ao mesmo tempo que os discursos privilegiaram a necessidade de ampliação das leis que regulamentam a relação homo, reforçaram que o direito ao casamento, e a livre escolha amorosa deve ser garantido com base no que já existe em lei. Por isso, os direitos fundamentais garantidos em nossa CF de 1988 aparecem nos discursos como primordial em defesa do casamento, visto que negar esses direitos a população LGBT foi considerado também uma violação aos direitos humanos.

“A Carta Magna, já em seu art. 1º, eleva tanto a cidadania quanto a **dignidade da pessoa humana** à condição de fundamentos norteadores do Estado Democrático de Direito em que a República Federativa do Brasil, há mais de vinte anos, constituiu-se. O art. 3º, por sua vez, estabelece como um dos objetivos essenciais dessa mesma República a **promoção do bem de todos, sem forma alguma de discriminação**. E, por fim, consubstanciado no caput do art. 5º de nossa Constituição, impende destacar o princípio **da igualdade**, que, em face de sua própria natureza, só poderia mesmo conduzir ao postulado segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção” (DEPUTADA MARTA SUPLICY).

“Todos os seres humanos nascem **livres e iguais em dignidade e em direitos**, reza o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o artigo 7º acrescenta: ‘Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei’. No art. 3º da Constituição apresentam-se como princípios fundamentais **promover a sociedade humana, sem discriminação** de raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação” (DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO).

Certos princípios aparecem como fundamento da República, e exigem na visão desses legisladores que os relacionamentos homoafetivos possam encontrar no Estado laico a devida proteção jurídica. Foi a partir da CF que os legisladores defenderam o direito a igualdade, a luta contra toda forma de discriminação bem como da dignidade humana, como algo que combate a violação aos direitos humanos.

“A proibição do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, todavia, é uma **violação dos direitos humanos** — dentre os quais o direito à igualdade”. Além disso, segundo os autores, “priva os homossexuais de uma longa lista de benefícios sociais e os exclui de uma celebração que tem efeitos ordenadores em nossa cultura, como também persegue uma forma de igualação autoritária que os oprime, já que parte do pressuposto de que todas as pessoas deveriam ser heterossexuais — como se isso fosse possível” (DEPUTADO JEAN WYLLYS E DEPUTADA ERIKA KOKAY).

Apesar dessa discussão se colocar no CN, a defesa de apenas uma orientação sexual — a hétero — perpassam os discursos. O CN, por meio de seus parlamentares, produz um debate que opõe garantia de direitos presentes na CF *versus* discursos religiosos no interior do CN. Esse é um discurso produzido no interior de um Estado laico, dominado por uma bancada conservadora e cristã.

Além das leis brasileiras, os discursos também basearam nas regulamentações internacionais para a defesa da diversidade sexual.

Trata-se de pessoas cujos **direitos fundamentais são atualmente negados** pelo Estado com **pretextos inaceitáveis**, tão somente por terem uma identidade sexual minoritária, desrespeitando-se assim tanto a promessa da **legislação internacional sobre Direitos Humanos** quanto a imposição feita pelo **Superior Tribunal Federal ao Congresso Nacional** de legislar sobre a união estável em todas as suas prerrogativas (ADPF 132

e ADI 4.277). Além da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (arts. 1, 2 e 7), a igualdade perante a lei e o direito a não sofrer discriminação são reconhecidos na **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem** (art. II), no **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos** (arts. 2 e 26), na **Convenção Americana sobre direitos humanos** (art. 1), no **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** (art. 2) e na própria **Constituição da República** (arts. 3 e 5) (DEPUTADO JEAN WYLLYS).

Esses marcos internacionais demonstram que há um esforço em nível mundial para que as legislações garantam uma proteção a essa população e outros diversos direitos. Ao mesmo tempo, reafirmam os direitos já garantidos sob os marcos do capitalismo.

É importante ressaltar que embora os discursos religiosos apareçam como contraposição aos direitos garantidos na CF, não acreditamos que apenas a restauração da secularidade e da laicidade resolveriam automaticamente as tensões resultantes dessa relação entre religião e política. Conforme demonstra Corrêa (2008, p.3) “embora a religião tenha sempre reivindicado um conhecimento e jurisdição especiais no que diz respeito à moralidade sexual, o Estado moderno não é neutro em relação a temas sexuais”.

Portanto, é preciso ter claro os fundamentos do liberalismo desde a sua concepção como uma doutrina moral, pois mesmo com um Estado secularizado e laico, pode ser reproduzida uma política conservadora, quando se mistura moralidade com normas sexuais, baseados, por exemplo, no saber médico, biológico ou jurídico. Dito de outra forma, “embora o apelo à laicidade como contenção do extremismo religioso seja urgente e necessário, ele não é suficiente (CORRÊA, 2008, p. 5).

- Pela devida separação entre casamento (para heterossexuais) e união civil/parceria civil (entre pessoas do mesmo sexo) - com exceção do PL 5120/2013 da autoria de Jean Wyllys e Erika Kokay – como uma necessidade de separação entre casamento – civil e religioso e suas implicações.

Como já alertado, dos projetos de lei em debate, apenas o PL 5120 de 2013 apresentou a defesa pelo reconhecimento das famílias homoparentais e pela igualdade entre homoafetivos e heterossexuais. Os termos parceria civil, união civil, parceria civil registrada, diz respeito a uma nova forma de reconhecer a conjugalidade de casais homoafetivos, que no interior dos projetos deixava claro o que caberia a esses casais, e o que não seria “comparado” aos direitos já existentes como o casamento (como vimos nos PLs 1151/95 e 580/2007).

Na visão dos legisladores, certas questões como matrimônio e casamento são implicações voltadas apenas para outra parte da população, demonstrando uma defesa equivocada do casamento como algo exclusivamente religioso.

O casamento, como contrato civil, é anterior ao casamento religioso, e por isso não foi invenção das religiões cristãs. Nesse sentido, “não cabe as religiões reivindicar qualquer poder legítimo com relação ao nome ou a instituição” (RIBEIRO, 2012, p. 66).

Não há justificativa coerente para se criar um jeito diferenciado de denominar relações essencialmente iguais que não seja a tentativa de manutenção da desigualdade e do preconceito. É nesse sentido, que no total de seis projetos sobre conjugalidade apenas o PL 5120/2013 derruba essa lógica e propõe declaradamente o reconhecimento do casamento, e da família.

Este projeto de alteração do Código Civil defende que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser o mesmo, deve ter os mesmos requisitos e efeitos, deve garantir os mesmos direitos e deve levar o mesmo nome que o casamento civil entre pessoas de distinto sexo. Rejeitamos fortemente qualquer tentativa segregacionista que pretenda manter a discriminação contra as pessoas homossexuais (DEPUTADO JEAN WYLLYS e DEPUTADA ERIKA KOKAY).

Saffioti (2004) já nos alertava sobre a reprodução do preconceito por meio da linguagem, que ao afirmar certos termos e negar outros, demarca o lugar de cada sujeito. A reprodução da desigualdade se evidencia assim, de diversas formas, “o preconceito passa do terreno jurídico para o da linguagem uma vez que chamar por nomes diferentes relações iguais é uma estratégia lingüística de instituir o preconceito” (RIBEIRO, 2012, p.68).

As propostas ainda que defendessem o acesso ao “casamento” reforçaram uma exclusão, que a nosso ver está relacionado com uma separação entre religioso e jurídico que se pretendia muito mais a evitar conflitos com os setores conservadores no CN, do que garantir direitos as LGBT. Ao contrário disso, alguns discursos se colocaram como algo que visou efetivar direitos, porém sem “dar um passo atrás”.

Deve ficar claro que não estamos propondo nenhuma mudança com relação ao casamento religioso, cujos efeitos jurídicos são reconhecidos no art. 226 § 2 da Constituição, que este projeto mantém inalterado. Da mesma maneira que o Estado não deve interferir na liberdade religiosa, as religiões não devem interferir no direito civil. **O casamento civil é uma instituição laica**, que deve atender por igual às necessidades dos que acreditam em

Deus — em qualquer deus ou em vários deuses — e dos que não acreditam (DEPUTADO JEAN WYLLYS e DEPUTADA ERIKA KOKAY).

- *A necessidade do reconhecimento em Lei, por parte do legislativo.*

Essa defesa presente na maioria dos discursos favoráveis à aprovação diz respeito a necessidade do CN debater e aprovar a matéria que cabe ao legislativo, e não a outros poderes que já vem reconhecendo o modelo de família homoparental. Como já demonstrado, é necessário que seja aprovado pelo CN na forma de lei, para todo o território brasileiro, o casamento e o reconhecimento dessa família, visto que as resoluções hoje existentes não garantem que esse direito será reconhecido sempre. Tal assertiva se sustenta em dados da realidade: *“Apesar desses avanços, podemos constatar que há discriminação geográfica em relação ao acesso ao casamento civil pela comunidade LGBT”* (discurso de Jean Wyllys, em 2013).

Por isso, os legisladores, ao comparar com as outras instâncias e autarquias defendem a legitimidade do CN para a tomada dessa decisão, pois “a divisão jurídico-administrativa nacional atribuiu ao Supremo a competência executiva jurídica e não a competência de legislar. Portanto, as decisões tomadas neste fórum não têm força de lei para determinar critérios constitucionais” (MELLO; SANTO, 2012, p. 95).

A importância dessa defesa também perpassa pelo que apontou Irineu (2014), onde ao mesmo tempo em que temos o reconhecimento pelas autarquias, pelas instituições, a partir da criação de resoluções, normas, vetos, o não reconhecimento em forma de lei pelo legislativo escancara o processo de judicialização de direitos em que estão submetidos à cidadania da população LGBT, e desconstrói entendimentos falaciosos da cidadania plena dessa população “já que essas conquistas estão condicionadas a instrumentos jurídicos frágeis, que podem ser revogados e retirados a qualquer momento” (IRINEU, 2014, p. 168).

Assim, os discursos favoráveis à regulamentação pelo CN das famílias homoparentais defenderam uma concepção de família ampla, onde os diversos arranjos são reconhecidos, concomitantemente, defenderam a diversidade sexual e o acesso de todos os direitos pela população LGBT. Com base na defesa da cidadania, os discursos foram fundamentados pela CF/88 nos seus artigos iniciais que defendem o direito a liberdade, igualdade e a defesa contrária a qualquer

discriminação, e por documentos internacionais que defendem o combate a opressão, colocando os direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Além disso, os discursos defenderam majoritariamente uma separação entre direitos para heterossexuais e homossexuais, ao afirmarem a garantia da união civil, em detrimento do casamento. E por fim, o argumento da necessidade de aprovação pelo CN da proposta, visto que o que temos de garantia hoje pode ser revogado ou retirado a qualquer momento. Os discursos priorizaram o debate central entre o Estado Laico e a influência da religião nas tomadas de decisão.

*Em relação aos posicionamentos **contrários**, a análise dos dados revelou que a defesa parte de quatro argumentos principais, a saber: 1) O risco de desmoralização, destruição – desmantelamento - da família concebida nos formatos de Deus, e reconhecida como instituição natural entre dois indivíduos de sexos diferentes (ARGUMENTO DO NATURAL/ ACEPÇÃO RELIGIOSA). 2) Que aprovar exigiria o reconhecimento da orientação sexual homo como algo normal, e que visa ser naturalizado (PATOLÓGICO). 3) A inconstitucionalidade dos projetos que tentam passar por cima da carta magna, a CF/88 (CONSTITUCIONAL). 4) O risco da adoção e que crianças cuja paternidade sejam realizadas por pessoas do mesmo sexo tendem a passar por uma série de constrangimentos (FINALIDADE - PROCREAÇÃO).*

- O primeiro argumento parte de uma concepção do natural e da moral religiosa, são contrários a ‘desmoralização’, ‘desmantelamento’ e ‘destruição’ que o reconhecimento da família entre pessoas do mesmo sexo pode causar à família concebida por Deus.

A primeira justificativa presente em todos os discursos contrários está diretamente ligado a concepção religiosa. O discurso religioso presente nas justificativas contrárias ao reconhecimento da conjugalidade homossexual apresenta como princípio a heterossexualidade compulsória, a qual todos os indivíduos expressariam apenas desejo sexual e afetivo por pessoas do sexo oposto. Nesse sentido, a orientação sexual voltada para o mesmo sexo, ou para ambos, é tratada como doença ou pecado. Esse entendimento da homossexualidade já carrega em si a compreensão do conceito de família.

Conforme uma variante psicologizante destes discursos homofóbicos, as pessoas “nascem heterossexuais” e, em decorrência de fatores externos, como *traumas familiares*, tornam-se infelizes, deprimidas e instáveis, desenvolvendo desejos homossexuais por efeito dessas experiências passadas. A homossexualidade não é vista como uma identidade, mas como o *sintoma* de uma trajetória pessoal percorrida em ambientes que não correspondem ao **modelo ideal da família cristã** (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 6).

O determinante para a definição da orientação sexual dos filhos, nessa lógica, seria a vivência em uma família “desestruturada”. Segundo a interpretação dos legisladores a formação da família, iniciada por Deus com Adão e Eva, e voltada para a procriação, é o princípio universal da humanidade e não caberia a um Estado, passar por cima dessa ‘lei’. Portanto, qualquer projeto de lei que se apresente como contrário aos ordenamentos bíblicos, aos olhos da bancada evangélica visa atacar as famílias naturais, nucleares, compostas por indivíduos do sexo oposto com o objetivo de reprodução.

A desmoralização que se quer legalizar, o desmantelamento da família, com a instituição desta aberração contrária a natureza, que criou cada espécie com dois sexos, afronta os mais mezinhos princípios éticos da sociedade brasileira (DEPUTADO SALVADOR ZIMBALDI).

Parte-se do pressuposto então, como apresentado no discurso que os princípios éticos da sociedade brasileira não aceita esse tipo de modelo familiar. O que demonstra uma ausência de separação entre Estado e Igreja, visto que se considera as normas da sociedade brasileira como uma extensão da compreensão cristã.

Portanto, não há motivo algum que justifique a aprovação ou o acatamento de uma lei que legaliza, promove e estimula a realização de atos intrinsecamente maus, contrários à lei natural (DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI).

É a destruição do sentido de família que é a base da sociedade. Deus, ao criar o homem e uma mulher, disse: cresci e multiplicaí. Essa é a lei natural que o Estado apenas reconhece, pois é anterior ao próprio Estado. Querer mudar a lei natural é ir de encontro ao Criador e as conseqüências não tardarão (DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI).

Esses discursos acreditam que a lei divina antecede à criação do Estado. Trata-se de um discurso que sem nenhuma base científica, é apresentado no plenário do CN como se fosse uma extensão da Igreja. No espaço reservado ao debate de questões públicas que interferem diretamente na vida dos sujeitos, é colocado como central nos discursos a crença no que poderia vir a acontecer, caso a pauta fosse aprovada. Há uma percepção evangélica de que os diálogos entre organizações não

governamentais, movimentos sociais e poder público representam uma articulação perigosa ao reforçar valores não cristãos.

Cremos firmemente que Deus nos criou e designou o casamento e a família como a mais fundamental das relações humanas. No mundo de hoje em dia, como no passado, as famílias são alvo daqueles que lutam contra os valores cristãos. O Propósito Básico de Deus para a Família está descrito na Bíblia. A família começa com o casamento (DEPUTADOS CAPITÃO ASSUNÇÃO).

A defesa da família como base da sociedade e como propósito básico da vontade divina, na verdade reforça o que já demonstramos nos capítulos iniciais dessa dissertação. Ou seja, o papel e a importância dessa instituição para a manutenção do capitalismo. Esses discursos encontram-se atrelados a uma defesa dessa instituição como algo estático. E nesse sentido, há todo um esforço ideológico para se comprovar que certas legislações no CN estariam na contramão da defesa da família tradicional.

Gramsci já nos alertava de determinadas concepção de mundo, e de visões da sociedade, que se esforçam para prever o futuro, como forma de evitar avanços na democracia, “por isso, crer que uma determinada concepção do mundo e da vida tenha, em si própria, uma capacidade de previsão superior é um erro de grosseira fatuidade e superficialidade” (GRAMSCI, 2012, p. 35). Além disso, é preciso compreender que esses discursos religiosos, ao se tornarem pautas políticas, escondem outros interesses: “interesses corporativos (interesses particulares, da própria entidade) ou a defesa de políticas sem respaldo social (isto é, políticas conservadoras que mantêm privilégios de pequenos grupos” (FARIA, 2012, p. 7).

Dessa forma, ao acusar o risco de desmantelamento da família nuclear os discursos conservadores reafirmam o lugar privilegiado da heterossexualidade, bem como da família nuclear patriarcal na sociedade brasileira. Mas acima de tudo, comprova o desconhecimento – nada ingênuo – da realidade demonstrada por nós ao longo do capítulo sobre as transformações das famílias, onde para além dos dados do IBGE, diversas pesquisas demonstram a diversidade de famílias presentes na realidade.

- *Implica no reconhecimento da orientação sexual homo como algo normal, e que visa ser naturalizado.*

Outra justificativa que perpassou os discursos contrários foi o ‘medo’, segundo os legisladores, de que com a aprovação do casamento, a população LGBT passasse a

ser reconhecida como pessoas 'normais'. Na perspectiva dos discursos tratam-se de pessoas doentes e/ou pecadoras que necessitam de ajuda, e caso ocorresse a naturalização da diversidade sexual seria uma tragédia para a sociedade. Reconhecer em forma de lei essa família legitimaria a orientação sexual de seus membros. Como nos alertam Natividade e Oliveira (2009, p. 22), "tentativas de especificação das 'causas' da homossexualidade são pautadas pela necessidade de assegurar o estatuto de normalidade das pessoas heterossexuais, cuja hegemonia se vê ameaçada diante do confronto com manifestações da diversidade sexual".

Confrontados por esse pânico moral, os legisladores defenderam os riscos do reconhecimento da diversidade sexual.

Reconhecer legalmente as uniões homossexuais ou equipará-las ao matrimônio **significa não apenas aprovar um comportamento desviado e convertê-lo em modelo para a sociedade atual, como também afetar os valores fundamentais que pertencem ao patrimônio comum da humanidade** (DEPUTADO MILTON CARDIAS).

No interior dos discursos, a reprodução da homofobia é presente. A reprodução das mais diversas formas de LGBTfobias está conectada à naturalização entre sexo, gênero, desejo e práticas, concebidas a partir da heterossexualidade, determinada pela estrutura da sociedade capitalista, onde se exige a desqualificação dos modos de vivência da sexualidade e gênero que fogem a ideologia defendida pelo sistema dominante.

[...] a homofobia corresponderia, deste modo, a um efeito constitutivo da norma da heterossexualidade compulsória – intrínseco a esta, condição sine qua non de sua reiteração. [...] um conjunto de práticas sociais e culturais que simultaneamente marca o outro e penaliza sujeitos com preferências eróticas pelo mesmo sexo (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

É nesse sentido que ao negarem o reconhecimento da diversidade sexual, nos limites na ordem do capital se torna central a luta política que legitime a diversidade, como algo político em um contexto de luta pela opressão. Ao desfrutar do privilégio de não questionamento a heterossexualidade narra sua própria construção identitária particular junto a história da humanidade, ou seja, apresentando essa vivência como modelo universal.

Ser obrigado a reconhecer que existem pessoas diferentes de si mesmo, e que essa diferença não é sinônimo de inferioridade e anormalidade, pode ser uma fonte de desconforto para os sujeitos, na medida em que desestabiliza as certezas que davam suporte à sua percepção do mundo e de si mesmos. Esta interpretação pode ajudar a compreender, por exemplo, a relativa resistência por certos segmentos da sociedade –

dentre os quais os religiosos conservadores – à expressão pública de afeto entre pessoas LGBT (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p.23).

E aqui a questão da alteridade se apresenta, porém, em um contexto que a nega.

- *A defesa de inconstitucionalidade dos projetos.*

Além das justificativas morais-religiosas os discursos também centraram-se na defesa de inconstitucionalidade dos projetos, baseados principalmente no artigo 226 da CF que determina que família é constituída por homens e mulheres.

Assim, qualquer proposição a ser apresentada, nesta Casa de leis, deve observar os princípios constitucionais, dentre eles as chamadas cláusulas pétreas, aqueles dispositivos explícitos ou implícitos que somente podem ser alterados, com tendência a aboli-los, diante de um novo Poder Constituinte Originário. [...] Ante as referências constitucionais supracitadas, não pode haver outro entendimento, senão no sentido de que família é a união entre homem e mulher. Assim, qualquer diploma legal que dê tratamento diferente à entidade familiar está eivado de inconstitucionalidade e deve ser banido do ordenamento jurídico pátrio (DEPUTADOS CAPITÃO ASSUNÇÃO E PAES DE LIRA).

Porém, outros juristas já demonstraram que certas leituras da CF expressam equívocos que ignoram os fundamentos principais da mesma, como igualdade e liberdade. Nas palavras do Ministro Ayres Britto do STF “as disposições constitucionais não emprestam ao substantivo “família” nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica, o que implica dizer, nessa mesma visão, que a Constituição não interdita a formação da família por pessoas do mesmo sexo”. Como alguns legisladores demonstraram, há um aporte na própria CF que garante o reconhecimento da família homoparental. O argumento que se apresenta como “inconstitucionalidade” na verdade é uma defesa do âmbito moral religioso, visto que o fundamento da justificativa é uma concepção de família centrada na relação hétero.

Ribeiro (2012) demonstra como o lugar privilegiado da religião e da política, permite o reforço do preconceito colocando as pessoas que reproduzem esses discursos como autoridades para tratar sobre o assunto.

Dessa forma, o discurso do padre ou do pastor (baseado na verdade da Bíblia), a sentença do juiz (baseada na Constituição), o dicionário (baseado no conhecimento lingüístico) abafam o “falso” e sustentam o “verdadeiro”. A ‘verdade lingüística, a ‘verdade religiosa’ e a ‘verdade constitucional’ funcionam como forma de tentar delimitar o que se pode ou não dizer e quem pode ou não dizê-lo (RIBEIRO, 2012, p. 79).

Ao analisar os discursos que apareceram como inconstitucionais identificamos que os mesmos nada mais reproduzem se não o binarismo dos sexos, a partir de um artigo da CF que reconhece a união entre homens e mulheres. Porém, como já vimos essa concepção de família foi diretamente posta com base nos grupos religiosos que participaram do processo da Constituinte. Como não existiam movimentos sociais que pautassem diretamente o debate sobre famílias – esforço feito por parte dos movimentos feministas e pelos direitos das crianças – a concepção de família não abarcou a diversidade de modelos existente. Nesse sentido, ao tratar como inconstitucional, os discursos reforçam na verdade a concepção de família tida como natural.

É importante frisar que mesmo com a aprovação pelo STF, alguns deputados insistiram no discurso da inconstitucionalidade, o que demonstrou durante a leitura dos PLs uma relação entre o legislativo e o STF marcada por disputas e tensões em torno do reconhecimento da diversidade familiar.

- *O risco posteriormente da adoção de crianças por casais do mesmo sexo. (FINALIDADE - PROCREAÇÃO).*

Outra característica comum presente em quase todos os projetos propostos é a proibição da adoção de filhos por casais homoafetivos. Cabe mencionar que a legislação brasileira sobre a adoção, não faz nenhuma menção à orientação sexual dos requerentes.

Vinculados a concepção de família nuclear, natural, criada por Deus, a procriação é entendida como algo central na formação da família, desconsiderando-se a possibilidade da adoção, e até mesmo do avanço da tecnologia, já que não existe “continuidade de vida por casais do mesmo sexo”.

“A adoção por casais homossexuais exporá a criança a sérios constrangimentos. Uma criança, cujos pais adotivos mantenham relacionamento homoafetivo, terá grandes dificuldades em explicar aos seus amigos e colegas de escola porque tem dois pais, sem nenhuma mãe, ou duas mães, sem nenhum pai” (ZEQUINHA MARINHO).

Os discursos apontam a possibilidade das crianças serem alvo de repúdio, preconceito o que afetaria o desenvolvimento destas. Porém, como assinala Lopes (2000), casais de filhos heterossexuais também passam por problemas de convivência para se adaptar na sociedade, o que também pode ocorrer com

crianças criadas por casais homo. E desse modo, a orientação sexual não se legitima como um argumento plausível.

Como apresentado pelo deputado, há na concepção dominante presença de um pai (homem) e uma mãe (mulher) para que o exercício da parentalidade ocorra de forma plena. Visão que se distancia do processo histórico de luta dos movimentos feministas e LGBT, como mostrado em nossa revisão de literatura, já que há tempos se desvincula a prática sexual da procriação. Além disso, é preciso desvincular procriação, parentalidade, parentesco e filiação. Ou seja, as quatro características podem ser exercidas pela mesma pessoa ou casal, como também não.

Nesse sentido, o Deputado Jean Wyllys reforçou, em um dos seus pronunciamentos, essa ideia sobre a vinculação entre conjugalidade e procriação.

Seria necessário se instaurar um exame de fertilidade prévio ao casamento e que cada casal jure que vai procriar sob pena de nulidade se não assim não fizer num determinado prazo. E os casais de lésbicas que recorrem a métodos de fertilização assistida para procriar? O certo é que as pessoas não casam para ter filhos. Casam-se porque se amam, têm um projeto de vida em comum e querem receber a proteção que a lei garante aos cônjuges. Algumas pessoas casam e nunca procriam, porque não podem ou não querem, enquanto outras têm vários filhos sem casar nunca.

É necessário atentarmos para o fato de que não apenas a religião se opõe ao exercício da criação por pares homoafetivos. Também a psicanálise é contrária a parentalidade exercida por homoafetivos, baseada na concepção de que a diferença dos sexos está no núcleo das representações identitárias (ZAMBRANO, 2006). Há então uma mistura presente entre religião e psicanálise, como apresentada pela autora, mas também visto por nós, onde “somente a família regularmente formada, constituída pelo homem e pela mulher, poderá exercer a influência correta na transmissão dos valores e das tradições” (DEPUTADO MILTON CARDIAS).

Historicamente a Igreja Católica definiu esses temas sobre adoção, homossexualidade, conjugalidade como essencialmente morais, e desse modo conseguiram impedir que fossem incluídos na pauta política. Porém, com a pressão dos movimentos sociais, os temas adentraram a agenda política, mudando o cenário. “Agora, a estratégia é outra: já que o debate é inevitável, trata-se de mantê-lo restrito ao âmbito das autoridades eclesiásticas, como se elas de fato representassem o consenso de suas igrejas (FARIA, 2012, p. 8).

Fato identificado nos discursos que se tratavam da adoção, vistos por nós como discursos com um nível maior de conservadorismo, já que na atual formação do CN estão dispostos a qualquer coisa para impedir a aprovação. Isso, porque na concepção dos legisladores como já sinalizado, é a presença da criança no interior da família que a define como tal. O que nos leva a concordar com Butler, quando a autora questiona que esse argumento da aceitação da conjugalidade repousa sobre um paradoxo que seria difícil negar.

Se alguém não quer reconhecer certas relações humanas como parte do humanamente reconhecível, logo, esse alguém já as reconheceu e busca negar aquilo que, de uma maneira ou de outra, já foi compreendido. “Reconhecimento” se torna um esforço de negar o que existe e, assim, se torna um instrumento da recusa do reconhecimento (BUTLER, 2003, p 236).

Sendo assim, caso a aprovação da conjugalidade homossexual ocorra, só restaria a permissão da adoção para que as famílias homoparentais fossem reconhecidas. Fato que na realidade não condiz com o exercício da parentalidade por casais homoafetivos (conforme demonstrado ao longo da dissertação). Mesmo assim, os legisladores reverberam o discurso que em última instância o casamento sim, porém a adoção jamais.

A presença de um pai-homem e uma mãe-mulher no cuidado dos filhos foi a segunda defesa mais presente nos discursos contrários à adoção. Busca-se assim, evitar o risco de toda a população de se transformar em homossexuais, crianças precisam ser educadas com a figura paterna e materna.

Esses discursos denunciam uma suposta existência do que a bancada evangélica vem chamando de “movimento pró-homossexualismo” que, segundo eles, é formado por alianças entre o Estado, sociedade civil, movimentos sociais, universidades e que tem como objetivo a dissolução dos valores cristãos. Nesse sentido, como demonstrado por Natividade e Oliveira, a bancada evangélica se encarrega de propagar certas ideias, para legitimar a suposta existência dos grupos contra valores cristãos, onde os mesmo incitam “*medos coletivos* que associam a diversidade sexual à pedofilia, à propagação de DSTs e à corrupção dos valores cristãos da sociedade” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 13).

Ambiente familiar adequado, a condição estabelecida pela lei, significa ambiente moralmente sadio, onde se encontrem pessoas comprometidas com um único propósito: criar e educar o menor segundo os princípios ditados pela moral e pelos bons costumes. Nobres Deputados, é possível

ter um ambiente sadio para a criança numa “família” formada por homossexuais? A criança não sentirá marginalizada se não for suprida sua necessidade de apreender a identidade paterna e materna no lar, indispensáveis para sua formação saudável? Ao tentar defender os direitos do adotante, não estaremos sacrificando o direito do adotado? (Deputado Milton Cardias, PTB/RS).

Dentre esses valores, destacam-se o casamento monogâmico, o amor romântico e a constituição de família nuclear tendo o pai como chefe-provedor, o que permite “hierarquizar as demais vivências das sexualidades a partir deste modelo, produzindo sujeitos coerentes a um sistema que vincula inexoravelmente sexo/gênero/desejo” (MESQUITA; PERUCCHI, 2016, p. 111). Outro marco em relação a defesa contrária da adoção foi o argumento em defesa do adotante, e não dos requerentes, já que muitos deputados não se colocavam como preconceituosos, mas apenas preocupados com os direitos das crianças.

De qualquer modo, ao discutirmos o desejo pela parentalidade por homossexuais, é preciso dizer que não estamos dizendo de um desejo que diverge da totalidade. Afinal, as normas sociais criadas e reproduzidas colocam para nós o desejo por filhos a todo instante, desde criança, e independentemente da orientação sexual. Portanto, como sinaliza Uziel (2002), a especificidade da relação parental de casais homoafetivos, é tão somente o preconceito e discriminação que seus filhos podem sofrer, e assim, cabe a nós optarmos pelo combate ao preconceito ou continuar na ilusão ideológica de impedir que homossexuais tenham filhos.

Além disso, condizentes com o que Mészáros afirmou da importância da instituição familiar hoje, pontuado anteriormente, as famílias homoparentais inseridas na lógica capitalista ainda que se defrontam com algumas questões, também reproduz a lógica dominante, por meio da educação, ou seja, essa família não é capaz de transformar as estruturas da sociedade que regem as próprias determinações do que pode ou não ser aceito.

De modo geral, os discursos reforçaram uma concepção de família baseada na bíblia, e criada por Deus. Natural, associado ao biológico, que permite considerar este modelo como fundador da sociedade, que se impõe como modelo inquestionável por estar associado à procriação. Nesse sentido, a figura do pai e da mãe foi defendida, e até mesmo o amor, restringido a esfera homem-mulher. Ao

mesmo tempo, foram vinculados todas as características que envolvem uma família como procriação, parentesco, filiação e cuidado sobre as mesmas pessoas.

Na verdade, o discurso defendido pelo grupo hegemônico contrário ao reconhecimento da família homoparental, ao sinalizar de certa forma que aceitariam o casamento, mas jamais a adoção, corrobora apontamentos de Gramsci. Para este autor, uma pauta do grupo dominante, ao entrar em disputa na forma de lei, entre representantes de um grupo e outro, incide em um equilíbrio que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até certo ponto, como a defesa da conjugalidade, mas sem o direito a adoção.

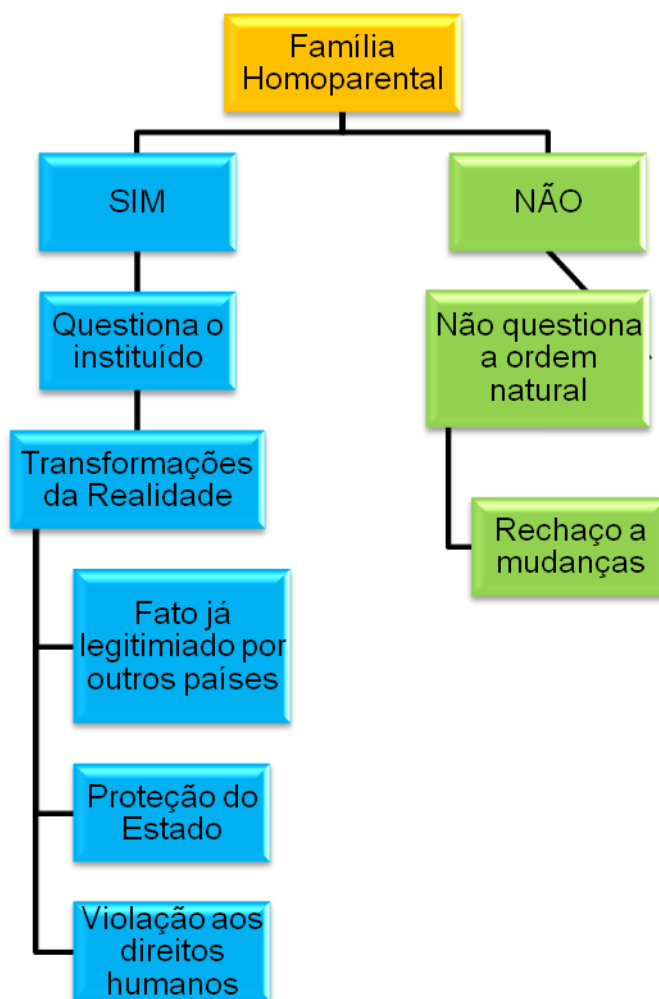
O discurso conservador apresentou desinteresse e desconhecimento em relação a população LGBT. Primeiramente pelo uso das expressões homossexualismo, opção sexual, família entres aspas, confundindo conceitos como identidade de gênero com orientação sexual. Desconhecem o número de mortos, as experiências de casais que já adotaram e até mesmo que seus discursos incitam o ódio. Negam de qualquer forma o reconhecimento da diversidade sexual e o entendimento dessa vivência como algo natural e sadio, e tentam até mesmo usar argumentos como da inconstitucionalidade dos projetos, como forma de mascarar seus posicionamentos baseados na bíblia e, em concepções liberais. Resumindo, ferem gravemente o Estado laico brasileiro e se colocam na contramão da construção de um Estado que garanta plenos direitos.

Os discursos considerados por nós como conservadores, não são entendidos aqui como “traços de personalidade”, ou por tendências subjetivas, pois, “ao reduzir o conservadorismo a ‘traços de personalidade’, tende-se a se subtrair o conteúdo e o significado histórico, específico e contraditório, dessa corrente de pensamento e ação em relação à totalidade social” (SOUZA, 2015, p. 208). Nesse sentido, o conservadorismo moderno deve ser entendido como “complexo ideológico oriundo das determinações do amadurecimento da hegemonia burguesa, que consubstancia elementos dispares para a naturalização da essência do modo de vida calcado na exploração do trabalho e nas opressões historicamente determinadas” (PINHEIRO, 2015).

O fundamentalismo religioso que vem ganhando maior expressão na atual conjuntura, defendendo um viés absoluto de crenças, se expande no plano político com defesas intolerantes perante concepções e valores divergentes, “*configurando-se como expressão funcional à manutenção de privilégios e da essência do binômio exploração/opressão em tempos de decadência ideológica e de crise estrutural do capital*” (PINHEIRO, 2015, p. 198).

As discussões em torno da aceitação ou não das famílias homoparentais podem ser resumidos na seguinte figura síntese que expressam a nós os dois lados da disputa.

Figura 1.



Sistematização própria.

Tomados pelo que comparece nos discursos, a oposição entre “sim” ou “não” na verdade representa o quanto a discussão sobre a sexualidade precisa ser ampliada.

Compreendendo a questão por outro ângulo, vinculado à totalidade, os debates que se opõem entre se devemos casar ou conceber crianças, não explica em sua totalidade a realidade na qual estamos inseridos. A compreensão apenas por um dos lados nos coloca em análises rasas que determina perdas fundamentais tanto para a compreensão teórica do fenômeno, como para os nortes que precisam ser apontados na prática política, tanto para os movimentos sociais, como em relação as ações no legislativo. Como reforçou Bultler, as sexualidades, o parentesco, a comunidade e etc. resumidos na opção entre sim ou não, coloca nossos horizontes “nas águas do ilastimável” (BUTLER, 2003, p. 260).

As defesas identificadas nos discursos e na figura síntese demonstram o cenário atual conservador, compreendido como um neoconservadorismo, que representa uma reação a todos esses avanços demonstrados ao longo do texto.

Tanto uma reação às intempéries da crise estrutural do capital nos planos da economia, da cultura e da política, como uma reação às diversas lutas e conquistas ocorridas no século XX, seja no mundo do trabalho, seja nas questões de gênero e diversidade sexual, juventude, raça e etnia, geração, entre outras (PINHEIRO, 2015, p. 203).

É nesse sentido que ao compreendermos as reações neoconservadoras atreladas a crise estrutural do capital, essas reações junto ao fundamentalismo religioso não se definem como princípio e nem como fim dos elementos centrais na reprodução da exploração/opressão.

Mas se caracterizam como uma importante e fundamental mediação do complexo de complexos que se estabelecem na sociabilidade contemporânea, marcada por uma teia de fenômenos distintos, mas que se inter cruzam na exacerbação das contradições basilares da estrutura social (PINHEIRO, 2015, p.217).

É preciso então compreender que o olhar para as leis como símbolo do progresso não diz respeito a totalidade da vida social. Apenas o olhar jurídico sem levar em conta nosso processo de formação histórico, a constituição dos sujeitos, as mudanças ocorridas, e a efetivação das políticas públicas, não nos proporciona um olhar crítico, pois o “mapa” de oportunidades garantidas em lei, leva nos ao esquecimento de que direitos, principalmente no contexto brasileiro, não são necessariamente efetivados na vida quotidiana.

Os debates permitem então manter os assuntos ligados aos direitos sexuais na agenda política, demonstraram também que o casamento tem eficácia na vida dos sujeitos, mas não podemos perder de vista que mudanças legais não produzem imediatamente e obrigatoriamente mudanças nas vidas dos sujeitos, principalmente numa sociedade de classes.

Por fim, concordamos mais uma vez com Corrêa ao indicar que consideramos simplista a oposição entre religião *versus* sexualidade a que muitos pesquisadores, movimentos sociais e sujeitos políticos têm recaído. Não cabem dúvidas que as noções de sexualidade e gênero e embates a favor dos direitos ligados a esses temas, são perpassados por fundamentações religiosas. Contudo, para evitarmos o risco de simplificações a análises pobres, é preciso alertar que o peso dos discursos religiosos nos atuais debates tende, nas palavras da autora, *“a ocultar o poder e efeito de outros dispositivos de naturalização e essencialização da sexualidade e do gênero, como por exemplo, as concepções seculares da biomedicina e da biologia”*. Além disso,

Os direitos dos homossexuais são consistentes com a filosofia republicana da liberdade individual e o casamento gay garante estabilidade social, a estabilidade da família e da estabilidade na formação de crianças. Em outras palavras, nessa quadra complexa que atravessamos os direitos dos homossexuais estão sendo e foram incorporados a uma pauta que é antidogmática, mas decididamente conservadora (CORRÊA, 2014).

Assim, chegamos a um ponto que não esgota, ao contrário, amplia nosso debate. A questão de partida proposta requer aprofundamento que se desdobrarão em trabalhos futuros.

Mas, como no começo, o importante é reafirmarmos: *‘para o armário nunca mais!’*

5. ESCANCARANDO AS PORTAS DO ARMÁRIO: Considerações Finais

Vida no armário é um tédio total (Detonautas).

A vida que me ensinaram como uma vida normal tinha trabalho, dinheiro, família, filhos e tal. Era tudo tão perfeito se tudo fosse só isso. Mas isso é menos do que tudo, é menos do que eu preciso (Educação Sentimental II – Leoni, Paula Toller e Herbert Vianna).

Ao longo do trabalho discutimos a configuração do Congresso Nacional brasileiro demonstrando seu funcionamento a partir da CF de 1988, suas atribuições, as etapas de tramitação dos projetos, e a lógica na qual esses sujeitos foram eleitos, ou seja, quem são os sujeitos políticos que constituem o CN mais conservador da história, pós-ditadura política militar brasileira. A partir da concepção de Gramsci partimos de uma compreensão do Estado ampliado, que proporcionou compreender, à luz do nosso objetivo, as disputas entre as demandas dos movimentos sociais no interior do legislativo, a partir da compreensão desse como um bloco histórico, onde se faz presente a disputa pela hegemonia. Concomitante a isso, consideramos ao longo do texto a importância da luta pelos direitos civis e políticos, demonstrando que as mesmas não devem ser descoladas da luta anticapitalista, já que esse sistema, se não gerou, intensificou a exploração e as diversas formas de opressão. Perpassamos as lutas pelos direitos humanos demonstrando sua relevância e o norte a qual defendemos que deva estar atrelada, a fim de que a pauta do casamento não seja a causa última, caindo no erro de se acreditar que aprovações no legislativo federal seriam capazes de eliminar as explorações/opressões.

No momento de continuidade adentramos a discussão das famílias ao longo da história e as transformações pelas quais passaram e vem passando. Com isso demonstramos que as diversas famílias sempre existiram ao longo dos anos, comprovando que se tratando de família podemos falar de uma história descontínua e homogênea. Porém, no cenário capitalista da necessidade de reafirmação de um modelo ideal para a sua reprodução, é a ideologia dominante que exerceu o papel de legitimar hegemonicamente um modelo natural, tido como ideia a qual deve ser seguido. Por isso, demonstramos as tentativas ao longo dos anos de normalização das famílias, e as respostas contra hegemônicas dos movimentos feministas e LGBT a essa normalização. Portanto, ainda que pareça ser um fenômeno novo, as famílias

entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram e vem tentando se afirmar como mais um modelo de família.

É posterior a esse momento que adentramos nos discursos realizados pelos deputados e senadores durante a tramitação dos sete projetos selecionados. As práticas no interior do CN trazem em si projeções individuais e coletivas dos mais diversos sujeitos políticos que participam da política pelos mais variados interesses sociais. Nas proposições feitas, nos discursos realizados, nos posicionamentos pelos pareceres, na participação das comissões, esses sujeitos tanto no plano ideal – das ideias – quanto na prática procuram imprimir uma determinada direção social em consonância aos diversos interesses que estão em jogo na sociedade, principalmente em relação aos interesses políticos, ideológicos e econômicos.

Assim é que foram produzidos discursos sociais no interior do CN. Representam, nesse sentido, um projeto societário, ou seja, uma antecipação nas práticas discursivas da sociedade que se pretende alcançar. Portanto, os projetos societários segundo Netto (1999, p.2) são “aqueles que apresentam uma imagem de sociedade a ser constituída, que reclama determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”.

O projeto societário que o bloco hegemônico vem construindo poderia ser expresso por qualquer um dos vários discursos elencados em nossa análise, mas basta lembrarmos o diálogo entre o deputado José Genoíno e o deputado Philemon Rodrigues, onde o primeiro indagou: *“queremos uma sociedade democrática, plural, ou vamos querer uma única visão de mundo?”*. Sendo respondido em seguida por vários legisladores: “Não! nós não aceitaremos o casamento entre pessoas do mesmo sexo”. Esse diálogo - direcionado a conjugalidade naquele momento – representa as disputas pelos diversos direitos da população LGBT, assim como de outros segmentos, e na verdade exprime a sociedade que o CN deseja se não construir, manter.

Nosso objeto nos proporcionou demonstrar que nessa disputa por dois projetos societários antagônicos, simplificadamente resumidos entre um projeto plural de sociedade, baseado numa democracia plena, sem opressão e exploração de um segmento por outro *versus* uma sociedade baseada na negação da diversidade,

numa única visão de mundo, que defende a manutenção do sistema econômico de exploração, bem como a manutenção de privilégios, também se reverbera uma concepção de família.

Entre o reconhecimento das famílias homoparentais e a defesa do modelo nuclear burguês, as defesas expressaram a negação da diversidade familiar presente na realidade brasileira. Negam a totalidade da vida social e as diversas transformações que modificaram as famílias. Essa concepção de mundo defende um modelo patriarcal, justificado pelo desejo de procriação, tido como natural e constituído apenas entre homens e mulheres, baseado no discurso moral e na bíblia cristã. Mas não só, como afirmado ao longo do texto esse modelo de família também se constitui como defesa moral do projeto liberal de sociedade, materializado em sua atual fase neoliberal.

A análise dos projetos nos possibilitou compreender que durante processo de tramitação as forças em disputas usam das mais diversas estratégias para que a discussão não seja colocada em pauta, debatida, ou até mesmo votada. Ficou claro a estratégia utilizada por alguns deputados e senadores que ao serem indicados para elaborar os pareceres, permaneciam semanas com o projeto em mãos e devolviam sem parecer. Além disso, também ficou demonstrado a estratégia de adiamento da discussão como forma de aguardar o arquivamento. Mesmo com essas estratégias, as tramitações não ocorreram sem discussões acirradas que demonstrasse claramente o lado de cada deputado – que independentemente do partido – se posicionou contrário ou favorável ao casamento.

Como já imaginávamos nesse cenário não foi possível uma divisão exata entre partidos de esquerda e direita. Visto que desde a formulação de certas proposições até o momento de votação, os partidos e sujeitos políticos favoráveis pertenciam aos mais diversos partidos. Mas isso não nos impediu de reconhecer a importância de alguns partidos no debate sobre famílias e diversidade sexual. O PT exerceu papel fundamental, visto que majoritariamente todas as pautas consideradas por nós como progressistas foram propostas por candidatos desse partido. Isso demonstra uma ligação direta entre a plataforma do partido e seus deputados, onde ambos defendem uma sociedade plural e democrática, ainda que não apareça a luta LGBT atrelada a luta anticapitalista. Fato diferentemente ocorrido com o PR cuja

plataforma partidária em nada diz respeito a pautas progressistas, e pelo contrário, pontuam questões conservadoras, demonstrando que a proposta do deputado Clodovil, diz respeito a uma pauta própria, e não as defesas do partido. Outro partido que demarca seu espaço nessa luta é o PSOL. Além de seus deputados demonstrarem uma consonância com o que o partido defende, também é notável em alguns discursos os limites dos avanços no capitalismo. Dessa forma, podemos concluir que a adesão ou não a bandeira do casamento homoafetivo, não nos permite identificar os projetos de sociedade em disputa. Principalmente separados entre esquerda ou direita, mas somente se olharmos pela inserção desses sujeitos em lutas atreladas a luta anticapitalista.

Os discursos dos sujeitos políticos foram elencados por nós em dois grupos, divididos em favoráveis e contrários. Nos discursos favoráveis encontramos majoritariamente cinco justificativas 1) A defesa pelo reconhecimento da diversidade e da existência das diversas famílias, em especial da família homoparental, na realidade brasileira e o reconhecimento nos diversos países; 2) A necessidade do Estado regular direitos e deveres dos casais homoafetivos; 3) O argumento Constitucional, pelos direitos fundamentais de cada indivíduo reconhecido pela CF/88 e a defesa da laicidade; 4) A separação entre casamento (para heterossexuais) e união civil/parceria civil (entre pessoas do mesmo sexo); 5) A necessidade do reconhecimento em Lei, por parte do legislativo.

Resumidamente os discursos favoráveis defenderam uma concepção de família ampla, onde os diversos arranjos são reconhecidos, concomitantemente, defenderam a diversidade sexual e o acesso de todos os direitos pela população LGBT. Com base na defesa da cidadania, os discursos foram fundamentados pela CF/88 nos seus artigos iniciais que defendem o direito a liberdade, igualdade e a defesa contrária a qualquer discriminação, e por documentos internacionais que defendem o combate a opressão, colocando os direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Além disso, os discursos defenderam majoritariamente uma separação entre direitos para heterossexuais e homossexuais, ao afirmarem a garantia da união civil, em detrimento do casamento. E por fim, o argumento da necessidade de aprovação pelo CN da proposta, visto que o que temos de garantia hoje pode ser revogado ou retirado a qualquer momento. Os discursos priorizaram o

debate central entre o Estado Laico e a influência da religião nas tomadas de decisão.

Já os discursos contrários perpassaram por quatro questões chave 1) O risco de desmoralização, destruição – desmantelamento - da família concebida nos formatos de Deus, e reconhecida como instituição natural entre dois indivíduos de sexos diferentes (ARGUMENTO DO NATURAL/ ACEPÇÃO RELIGIOSA). 2) Que aprovar exigiria o reconhecimento da orientação sexual homo como algo normal, e que visa ser naturalizado. 3) A inconstitucionalidade dos projetos que tentam passar por cima da carta magna, a CF/88 (CONSTITUCIONAL). 4) O risco da adoção e que crianças cuja paternidade sejam realizadas por pessoas do mesmo sexo tendem a passar por uma série de constrangimentos (FINALIDADE - PROCRIAÇÃO).

De modo geral, os discursos reforçaram uma concepção de família baseada na bíblia, e criada por Deus. Natural, associado ao biológico, que permite considerar este modelo como fundador da sociedade, que se impõe como modelo inquestionável por estar associado à procriação. Nesse sentido, a figura do pai e da mãe foi defendida, e até mesmo o amor, restringido a esfera homem-mulher. Ao mesmo tempo, foram vinculados todas as características que envolvem uma família como procriação, parentesco, filiação e cuidado sobre as mesmas pessoas. O avanço nos direitos civis é visto como uma violação aos direitos de pessoas religiosas.

Os discursos representaram uma ligação com que Miskolci já nos alertou a partir do conceito de pânico moral. Ou seja, os discursos dominantes definem a verdade, ‘distorcem’ questões da realidade cultural e dos processos de mudança social, reafirmam a ideologia dominante e utilizam desse jogo para criar o consenso. A luz de nossa análise, esses discursos ao se reproduzirem avançam na estratégia de se criar um consenso. E nesse sentido, mantêm o grupo dominante hegemonicamente. Pois sabemos que para além do espaço do CN os discursos reverberam na sociedade e se conectam com a sociedade onde os mais diversos segmentos se tornam apoiadores da ideologia dominante. Como já demonstrado, a “ideologia dominante é veiculada no interior das mensagens e das imagens que incitam ao medo, e é entendida não como distorção da verdade, mas como arma política que

opera por meio de uma mobilização do senso comum” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 24).

É com base na nossa revisão de literatura, que ao trazermos Togliatti para o centro do debate, reforçamos o que se coloca no centro dessa disputa, ou seja, “qualquer direito é destruído, de propósito quando o curso dos acontecimentos é tal que ponha em risco a segurança de determinado grupo dominante”. Isso no obriga a dizer que aquele quadro com as duas concepções de famílias em disputa levantadas por nós, com base na bibliografia utilizada, já nos alertava para algo. O risco imaginado pelo grupo dominante – heterossexual – em perder privilégios historicamente garantidos demonstrou que a defesa por um modelo de família, tornou-se necessário para reafirmarem o lugar da diversidade sexual nesse sistema. Isso porque segundo Butler, a hegemonia heterossexual, “já está, irreversivelmente, desafiada ao nível da prática social” (BUTLER, 2003, p. 253).

Nossa análise também permitiu identificar que a laicização do Estado brasileiro se torna algo difícil de concretização com a atuação crescente dos grupos cristãos na política partidária. A cada eleição a bancada evangélica cresce e se alia a outras bancadas que advogam causas de instituições religiosas, vinculadas também aos interesses financeiros, e que se colocam na contra mão da consolidação do Estado de direito aos diversos segmentos da população. A bancada evangélica demonstrou um fundamentalismo seletivo, optando por defender certas causas em detrimentos de outras. Como questionou o deputado Jean Wyllys: *onde estava a bancada evangélica durante a discussão do trabalho escravo infantil?* Ou seja, há uma seleção de “fundamentação dogmática do texto bíblico, enunciando-o de forma descontextualizada e convenientemente, com as partes textuais enunciadas para os fins pretendidos. (MESQUITA; PERUCCHI, 2016, p. 112-112).

Diante disso, podemos concluir que a religião se apresenta como um adversário das pautas progressistas. Porém, se considerarmos apenas a religião como nosso maior adversário correremos o risco de análises fragmentadas. É preciso então que se aprofundem análises que sejam capazes de demonstrar o cunho moralista do liberalismo, e a concepção de família trazida por essa perspectiva. Ou seja, para além da análise da religião como impedimento dos avanços aos direitos

relacionados à população LGBT, é preciso identificar as questões centrais da fundamentação moralista do liberalismo, em sua atual forma neoliberal- que não aceita a diversidade sexual, principalmente se essa se vincular a uma luta anticapitalista. Ou seja, a diversidade sexual aceita é a vinculada a uma cidadania neoliberal, quando relacionado ao consumo LGBT, e ao mercado “rosa”.

Irineu (2014, p. 174) também concluiu que há “[...] uma grande mobilização de setores conservadores do mundo das finanças e liberais republicanos apoiando ações LGBT, porque os direitos desta população estão incorporados à agenda e à geopolítica da direita”. Por isso, consideramos que para além de estratégias que defendam o Estado laico, o movimento LGBT e sujeitos políticos defensores dessas bandeiras precisam avançar em análises que compreendam o fenômeno religioso, mas que avance, atrelado a luta anticapitalista, em uma visão que permita identificar os projetos em disputas – como do liberalismo – já que por mais que adentremos em um Estado laico, é possível a reprodução de uma sociedade que reprima e não reconheça as diversidades familiares, bem como a diversidade sexual. Principalmente se estivermos nos referindo a sociedades capitalistas.

Os discursos também dão visibilidade ao nosso sistema judiciário e a seus limites em consolidar os princípios de um Estado democrático de direito. Os projetos demonstraram que ao longo dos anos ocorreu um amadurecimento das propostas. Do primeiro projeto de 1995 ao último, em 2013, tivemos diferenças centrais. Podemos considerar que o PL 5.120/2013 se apresenta como algo que representa grande parte da população LGBT – visto que na sua diversidade interna, talvez seja impossível algo que nessa sociedade, se materialize como proposta que representa a todos – ao defender os mesmos nomes com os mesmos direitos o projeto de Jean Wyllys e Erika Kokay vocalizaram que as demandas dessa população não podem ser vistas como favores, ajuda ou até mesmo garantido como algo diferente, como foi pensando em outra resolução especialmente para tratar da “parceria civil registrada” entre pessoas do mesmo sexo. Tratou-se de defender uma igualdade, pelo menos no formato da lei, sem diferenças pela orientação sexual.

Os avanços conquistados pelo movimento LGBT trouxeram junto a essas conquistas, o avanço de um cenário conservador que tem se ampliado – vide a composição do CN mais conservadora desde a ditadura militar brasileira. Isso

porque, como demonstrou Coutinho (2006), “esse processo de progressiva democratização, de socialização da política, choca-se com a apropriação privada dos mecanismos de poder. [...] choca-se com a permanência de um Estado apropriado restritamente por um pequeno grupo de pessoas, ou seja, apenas pelos membros da classe economicamente dominante ou por seus representantes” (COUTINHO, 2006, p. 21).

Estamos falando então de um cenário neoliberal de contrarreforma, que nas palavras de Coutinho, representa não somente a ausência do novo, mas a preponderância da conservação ou restauração de antigas práticas. Ou seja, a luta analisada por nos também se insere num cenário de defesa do pouco que já foi conquistado, já que a tentativa é de desconstruir e negar os direitos e reformas conquistadas pelas classes subalternas.

A construção de uma contra hegemonia supõe então na atual realidade um trabalho pedagógico permanente, se considerarmos, sobretudo a diversidade interna ao próprio movimento LGBT, que precisa reconhecer a necessidade se construir ‘pontes’, em detrimentos de cercas. Além disso, é necessário considerar que a população LGBT, bem como os sujeitos políticos que podem contribuir para essa luta necessita enfrentar além da própria desconstrução, a força da cultura dominante que provoca “um processo lento, com combinações heteróclitas e bizarras, em que os elementos conformistas convivem com as novas convicções” (ABREU, 1996, p. 69).

Concluindo, identificamos que os embates conceituais realizados no Congresso Nacional permeiam entre a defesa de um modelo nuclear patriarcal burguês – embasados a partir da bíblia cristã – versus, o reconhecimento não de um modelo, representado pelas famílias homoparentais, mas a defesa pela diversidade familiar, embasados por documentos oficiais, pelas plataformas partidárias e pela defesa de uma sociedade democrática e plural. Ao fim e ao cabo, foi possível identificar que as discussões assumiram uma posição que se limitou a defesa intransigente do casamento, remetendo-se assim apenas a esfera da pequena política, na compreensão gramsciana. Nesse sentido, faz-se urgente a vinculação dessa pauta a uma visão de totalidade, possibilitando para além dessa questão em si, a discussão da grande política, que possibilite pensar estratégias maiores.

Diante do exposto, apesar das expectativas não se mostrarem favoráveis para a construção de uma contra-hegemonia na discussão sobre famílias, vale a pena pontuar assim como Luz (2015), que por mais que o casamento homoafetivo seja revestido “pelo manto normativo do casamento, continuaria representando um lugar de desencontros, de deslocamentos no âmbito da heteronormatividade. Tratar-se-ia, ainda assim, de um lugar de diferença” (LUZ, 2015, p. 161).

Nota-se que os discursos contrários tiveram como foco a família homoparental como causadora da “crise” nas famílias, da “desestruturação” das famílias, ocultando as determinações sociais, econômicas, políticas e culturais advindas do modo de produção que afetam as famílias hoje. Ao mesmo tempo não podemos deixar de reforçar que alguns discursos, como da senadora Marta Suplicy e da deputada Erika Kokay reforçaram diretamente como há uma visão equivocada ao se pensar que as famílias homoparentais seriam capazes de desestruturar uma sociedade. E reafirmaram os diversos motivos, os determinantes estruturais, tidos por nos como expressões da questão social, que afetam diretamente as famílias, como desemprego, não acesso a educação, saúde e etc que os legisladores não se importam em pautar, há não ser quando representam interesses financeiros.

Por isso, muitos sujeitos políticos se equivocam ao acreditarem que a aprovação de leis resultaria em transformações, ou na solução para o combate a opressão. Além disso, podemos indicar também que pesquisas recentes demonstram um certo direcionamento classista no interior do movimento LGBT, ou seja, a população LGBT pertencente a classe trabalhadora periférica não conseguem se ver representadas por pautas que visam atender a um segmento branco, classe média e alta, urbano, que acessa o mercado de trabalho e jovem.

A composição do CN por sujeitos da classe dominante – ou que representem a mesma – demonstra que o grupo hegemônico se expande por meio da relação entre a direção política, e ao mesmo tempo, da conquista de legitimidade social. Estratégia que ficou clara por nós se analisada a partir da centralidade da ação dos intelectuais na constituição do sistema ideológico, visto aqui por meio da reprodução dos discursos. Ou seja, é a reprodução em todos os níveis da vida social de um modelo de família que garante a hegemonia dessa família. A bancada evangélica garante sua hegemonia por intermédio da ação parlamentar, nas indicações dos

nomes para debaterem no interior da câmara certos assuntos políticos, mas tratados como morais, seus membros utilizam de estratégias como a ocupação de cargos chave como ministérios – Crivella no ministério da Pesca – e em comissões, Marco Feliciano na presidência da CDHM.

Contudo, é preciso urgentemente elaborar um projeto democrático a partir de alianças com os mais diversos segmentos da sociedade civil, movimentos sociais, sujeitos políticos vislumbrando a construção de outros projetos a partir de uma concreta análise da realidade, e que nos dêem direcionamentos que potencializem mudanças, para que amplie no horizonte outros caminhos possíveis. Parafraseando Simionatto, é necessário agregar vontades coletivas na defesa de projetos alternativos ao projeto dos dominantes.

É nesse processo de recusa ao conservadorismo que se encontram o esforço cotidiano em defesa de um projeto ético político profissional do serviço social que busca cotidianamente combater o conservadorismo no interior da profissão. Ao reconhecer o núcleo central do nosso projeto como a defesa pela liberdade, com a autonomia dos sujeitos, e a emancipação, conseqüentemente esse projeto se vincula a um projeto de sociedade que não coaduna com as defesas hegemônicas do nosso CN. Pelo contrário, nossa defesa propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, e gênero. Nesse sentido, cabe a nós reverberar tal cenário de forma a condenar tal reprodução em defesa de um modelo de família que nega a outros, principalmente no interior da profissão. Demonstrando que nosso projeto “afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional” (NETTO, 1999, p. 15). Pois, “não cabem no projeto ético político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.8). Portanto, como assistentes sociais, os discursos do CN não nos representa (essa frase nunca foi tão atual!).

Por fim, parafraseando Galeano, em tempos difíceis é necessário defender o *‘direito ao sonho’*, pois são os sonhos que anunciam outra realidade possível. E a *‘primeira condição para modificar a realidade é conhecê-la’*. Assim, outros questionamentos,

dúvidas se colocam como necessidade de um maior aprofundamento, que visem contribuir para a transformação da realidade.

- A necessidade de um retorno aos fundadores do liberalismo e seus escritos, a fim de compreensão da concepção de famílias defendidas por essa perspectiva;
- A necessidade de se debater classe social e movimento LGBT, ao identificarmos claramente um direcionamento classista no interior do movimento que não vem atendendo demandas da população LGBT pertencente à classe trabalhadora, periférica, negra e rural.
- A relação entre as disputas de projetos de sociedade, suas concepções de famílias e a interlocução com o projeto profissional crítico do serviço social brasileiro, a fim de que se apresentem elementos para o trabalho com famílias e bem como um conceito que abarque a diversidade;
- Por último, a necessidade de um estudo sobre a atual crise estrutural do capital e seus efeitos sobre as famílias, a fim de desconstruir a falsa ideia da 'crise' nas famílias como resultados de outros processos que não resultantes do modo de produção capitalista;

Próxima parada: doutorado. Assim, o ponto final aqui é o prenúncio de um caminho que se inicia apenas.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XVII, nº 51. 1996.
- ALMEIDA, G. da S.; SILVA, M. A. **Relatório do Colóquio do GTP6 no XII ENPES**. Juiz de Fora: 2012. 3p.
- ALMEIDA, M. V. O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre “gentes remotas e estranhas” numa “sociedade decente”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 76. 11-35. 2006.
- ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 8ª edição, Editora Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos.
- ANNUNCIACÃO, V. B. Casais homossexuais: Uma Perspectiva Econômica. In: **Informações Fipe** - temas de economia aplicada. Edição de Maio, São Paulo (SP), 2014.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. Edição Brasileira. Rio de Janeiro. LTC editora S. A. 1981.
- ÁVILA, M. B. Introdução. In: **Novas Legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. ÁVILA, M. B; PORTELLA, A. P; FERREIRA, V. Coleção sexualidade, gênero e sociedade, editora Garamond, Rio de Janeiro, 2005.
- AZEVEDO, A. S. M; HORST, C. H. M. **Família, Afinal o que é? Um estudo dos trabalhos de Serviço Social no ENPES**. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- AZEVEDO, A. S. M; HORST, C. H. M; GARCIA, M. L. T. The of families in articles published by brazilian social workers. *Revista alternativas Cuadernos de Trabajo Social*. 2016. (Em fase de publicação).
- BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.
- BAHIA, G. G. **Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT)**. Salvador, Bahia. 2013.
- _____. **Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT)**. Salvador, Bahia. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Ida. 1977.
- BARROCO, M. L. S. Reflexões sobre liberdade e (in) tolerância. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 468-481, jul./set. 2014.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 10 ed. (9ª tiragem). São Paulo: Malheiros Editores. 2000, p. 12.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**. 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em 2015.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990. 181p.

_____. Ministério da Previdência Social. **Previdência em Questão: INSS registra 1.822 pensões ativas para homossexuais**. In: Informativo Eletrônico do Ministério da Previdência Social. Nº 56. Brasília, 05 a 18 de janeiro de 2012.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Enunciado administrativo nº 14, de 14 de maio de 2013**. Acesso em Maio de 2015. Disponível em: <
http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf>.

_____. Departamento Intersindical de Acessoria Parlamentar. **Poder Legislativo: como é organizado, o que faz e como funciona** / Antônio Augusto de Queiroz. — Brasília, DF: DIAP, 2014. 72 p.: Il; (Série Estudos Políticos).

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 4ed. SP, Cortez, 2005, p. 49-79.

BRUSCHINI, C; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.88, fev. 1993, p. 30-36.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Teixeira. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. -(Ensaio Geral,1).

BORGES, D. P. **A centralidade da família para o serviço social**. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu (21)** 2003. P. 219-260.

CAMPOS, M. S; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálisis**. V.13, n. 1, p. 20-28 jan/jun. 2010.

CARVALHO, M. C. B. Famílias e políticas públicas. In.: ACOSTA A. R; VITALER, M. A. F (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2003.

_____. A priorização da família na agenda da política social. In: Sílvia Manoug Kaloustian (org.) **Família brasileira a base de tudo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2004.

CALDERÓN, A. I; GUIMARÃES R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, ano XV, n.º 46, dez. 1994, p. 21 -34.

CHAUÍ, M. de S. **Repressão Sexual essa nossa (des) conhecida**. 12ª edição. Editora Brasiliense, 1991.

CHILD TRENDS. World Family map 2013: Two, one, or no parents? Available from: <<http://worldfamilymap.org/2013/>>. Acess on: 12 de Maio de 2015.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO, Federal de Serviço Social. **Projeto da campanha pela liberdade de orientação e Expressão sexual**. 2008. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf> . Acesso em 15 de Julho de 2014.

CORRÊA, S. Interrogando a Laicidade. In: **Fazendo Gênero 8**, 2008. Florianópolis. Anais Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder.

_____. Sexualidade, Religião e Laicidade: a economia política do dogmatismo religioso. In: **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014. Natal. Anais da 29ª reunião brasileira de antropologia – Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras.

COSTA, A. C. G. A família como questão social no Brasil. In: Sílvia Manoug Kaloustian (org.) **Família brasileira a base de tudo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2004.

COSTA, A. B; NARDI, H. C. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 23(1): 312, janeiro-abril, 2015.

COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Representações de Interesses, Formulação de Políticas e Hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. **Reforma Sanitária em busca de uma teoria**. 3ª edição. São Paulo: Cortez. 2006. 47-60.

_____. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R e RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In: **Revista Novos Rumos**, v.49, n.1, p.117-126, Jan-Jun, 2012.

DIAS, E. F. **Cidadania e racionalidade de classe**. In: Universidade e Sociedade. Ano VI, nº 11, junho, 1996.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; v. n. 9).

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder - 3ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 304p.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, G. Quando Deus Pauta a Política. In: **Revista Fórum**, 2012.

FARIAS, M. de O; MAIA, A. C. B. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2009.

FONSECA, C. Sexualidade, Família e Legalidade: questionando fronteiras. In: **Novas Legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. ÁVILA, M. B; PORTELLA, A. P; FERREIRA, V. Coleção sexualidade, gênero e sociedade, editora Garamond, Rio de Janeiro, 2005.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FRY, P; MAC RAE, E. **O que é Homossexualidade**. 1ª edição 1983. 3ª edição. Editora Brasiliense. Coleção primeiros passos.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GARCIA ET AL. Não podemos falhar: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: Grossi, M.P; UZIEL, A.P; MELLO, L. (org.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 432p. 14x21cm. (Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e cultura).

GATO, J; FONTAINE, A. M. Homoparentalidade no masculino: uma revisão de literatura. **Revista Psicologia e Sociedade**. 26 (2), 213-322. 2014.

GRUPO DE TEMÁTICO DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES. ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. Brasília (DF), 2014.

GOLDANI, A. M. **As famílias no Brasil contemporâneo e o Mito da Desestruturação**. 1990.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume 3. 2002.

_____. **Poder, Política e Partido**. Emir Sader (org.). Tradução Eliana Aguiar. 2. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 144p. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 de maio. 2015.

_____. **Estatísticas do Registro civil**. Rio de Janeiro, v. 37, p.1- 178, 2014.

IASI, M. L. **As ruas: poemas e reflexões pedestres**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014, p. 07.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. In: **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro. n. 34, v. 12, p. 155 – 178. 2014.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sexuais de sexo**. [s.d] [s.a].

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LESSA, S. **Abaixo a Família Monogâmica!** – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

_____. A emancipação política e a defesa de direitos. In: **www.sergiolessa.com**. 2015. Acesso em 16/09/2015.

_____. TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128p.

LEACOCK, E. B. Pós-fácio: Introdução à edição Estadunidense. Tradução: Maria Gabriela Gullén Carías. In: ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder - 3ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 304p. 1971.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis** Florianópolis v. 10 n. esp. 2007,p. 37-45.

LOPES, M. A. S. **União Civil e a Dessacralização da Família Nuclear**: uma análise do Projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo. Revista Urutágua (revista acadêmica multidisciplinar), nº5, 2000.

LUZ, R. R. Um pedido de casamento: análise da bibliografia sobre o reconhecimento jurídico das uniões homossexuais. In: **Revista Gênero e Direito**. n.1, 2015.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, S. A. R. O lugar do velho no contexto familiar. In: Py, L. et al (org) **Tempo de envelhecer**. Rio de Janeiro. Editora Nau. 2004.

MELLO, L. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 232p. - (Sexualidade, gênero e sociedade).

MELLO, K. S. S; SANTOS, A. C. L. União Homoafetiva: liberdade de orientação sexual ou normalização estatal da homossexualidade? In: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro. V. 22, nº 1. p. 85-99. Julho-Dezembro, 2012.

MESSENBURG, D. **A Elite Parlamentar do pós-constituente**: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MESQUITA, D. T; PERUCCHI, J. **Não apenas em nome de Deus:** discursos religiosos sobre a homossexualidade. Revista Psicologia e Sociedade, 28 (1), 105-114, 2016.

MIOTO, R. C. T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: ABEPSS. **Capacitação em serviço social e política social.** Módulo4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UNB, 2000, p 217-224.

_____. CAMPOS, M. S; LIMA, T. C. S. Quem cobre as Insuficiências das políticas públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. In: **R. Políticas Públicas.** v. 10, n.1, p.165-183, jan./jun. 2006.

_____. Família e Assistência Social: Subsídios para o Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, M. J. O; ALENCAR, M. M. T (Org.). **Família e Famílias:** Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas. 2ª Ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora Lumen Juris, 2011. p 3-14.

_____. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista.** Londrina, PR. vol. 12, nº.2, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>>.

MISKOLCI, R. **Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay.** Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007. P. 101-128.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital.** Boitempo Editorial. 2002.

_____. **O poder da ideologia.** Tradução Magda Lopes e Paulo César Castanheira. -1. Ed., 4. Reimpressão. - São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho).

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social.** Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Estrutura Social e formas de consciência.** A determinação social do método. São Paulo, Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MONTÃO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.5)

MOTA, M. P. As contribuições dos estudos de gênero no âmbito das homossexualidades: o masculino como questão. In: **Rev. Gênero.** V.2, p. 99-123, 1.sem. Niterói, RJ. 2011.

NASCIMENTO, M. R. Família Líquida: desafios para as políticas sociais. In: **Família, Natureza e Cultura:** cenários de uma transição. ALCÂNTARA; RABINOVICH; PETRIM (org.) Coleção Família contemporânea. EDUFBA. 2011.

NATIVIDADE, M. Diversidade sexual e religião: a controvérsia sobre a cura da homossexualidade no Brasil. In: LIMA, R. K. **Antropologia e Direitos Humanos 5.** Brasília, 2008.

_____. OLIVEIRA, L. Sexualidades Ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. In: **Revista Latino Americana Sexualidad, Salud e Sociedad**, n. 2. P.121-161, 2009.

NEDER, G. Ajustando os focos das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: Sílvia Manoug Kaloustian (org.) **Família brasileira a base de tudo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2004.

NUNAN, A. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: Grossi, M.P; UZIEL, A.P; MELLO, L. (org.) **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 432p. 14x21cm. (Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e cultura).

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde**. 1999.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, J. M. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. In: **Revista Psicologia e Sociedade**, 25 (1), 68-78, 2013.

ONU. Nações Unidas lançam campanha de combate à homofobia. In: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/onu-lanca-campanha-de-combate-a-homofobia/#.Vd3BYvIVhBc>. 2014. Acesso em: Agosto de 2015.

PAIVA, A. C. S. Reserva e Invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In: Grossi, M. P; UZIEL, A. P; MELLO, L. (org.) **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 432p. 14x21cm. (Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e cultura).

PARTIDO DA REPÚBLICA. Estatuto do Partido da República. 2016. < <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/index.php>>.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**. 2016a. < <http://www.psol50.org.br/partido/estatuto/>>. Acesso em: 21/03/2016.

_____. Programa do Partido Socialismo e Liberdade. 2016b. < <http://www.psol50.org.br/partido/programa/>>. Acesso em: 21/03/2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Código de Ética e Disciplina do Partido dos Trabalhadores**. 2009. <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/codigodeetica.pdf>. Acesso em 21/03/2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. 2013. https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO_PT_2012_-_VERSAO_FINAL_registrada.pdf. Acesso em 21/03/2016.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v.16, n.48, p.114-130, Nov, 1995.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. São Paulo. Nova Cultural: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

PINHEIRO, P. W. M. Serviço Social, Neoconservadorismo Religioso e o Desafio para a Formação Profissional. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan-jun. 2015.

PLEKHANOV, G. V. **O papel do indivíduo na História**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 152 p.

PRADO, M. A. M; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção preconceitos; v.5).

_____. Prefácio. In BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Teixeira. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. -(Ensaio Geral,1).

PRATES, J. C; PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. In: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15 (2): 111-125, jul-dez. 2009

PONTES, M. F; CARNEIRO, T. F; MAGALHÃES, A. S. Famílias Homoparentais e maternidade biológica. In: **Psicologia e Sociedade**, 27(1), 2015. p.189-198.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PY, F; REIS, M. V. F. **Católicos e evangélicos na política brasileira**. Estudos de Religião, v.29, n.2. 135-161. Julho – dezembro. 2015.

QUEIROZ, A. A. **Poder Legislativo: como é organizado, o que faz e como funciona** / Antônio Augusto de Queiroz. — Brasília, DF: DIAP, 2014. 72 p. : il ; (Série Estudos Políticos).

RADIOGRAFIA DO NOVO CONGRESSO. Legislatura 2015-2019 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP, 2014. 164 p. : il. ; color. (Estudos Políticos do DIAP)

RABAT, M. N. **A atuação política católica e evangélica e o Congresso Nacional**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa, 2010.

RIBEIRO, L. S. **A palavra casamento em disputa no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Letras, PUC/RIO, 2012.

RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1993.

RODRIGUEZ, A. M. M. O heterocentrismo, a norma soberana que nos rege. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22 (3): 320. Setembro-dezembro de 2014.

RODRIGUES, M. M; IRINEU, B. As Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil e seus Impactos na conjuntura Internacional: “Para Inglês ver”? In: **Anais Eletrônicos – Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Florianópolis, 2013.

ROUDINESCO, E. 1944- **A família em desordem**. Tradução André Telles. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

SALDANHA, N. **O que é o Poder Legislativo**. 5. ed. editora brasiliense. (Coleção Primeiros Passos) 1992.

SANTA SÉ. **Carta do Papa João Paulo II às Famílias**. In: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1994/documents/hf_jp-ii_let_02021994_families.html. 1994. Acesso em: Maio de 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R; VITALER, M. A. F (org). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005, p.21-36.

_____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, S. M. M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. UFPE: Tese de Doutorado, Recife, 2005.

_____. OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista katálisis**. Florianópolis. v.13, n.1, p.11-19. Jan/Jun. 2010.

_____. O pensamento de esquerda e os limites da luta pela liberdade de orientação sexual. **Revista Ética**. 2002.

_____. A luta pela diversidade sexual no legislativo federal. **Anais do 3º encontro internacional de política social e 10º encontro nacional de política social**. 2015.

SANTOS, J. S. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social, v.6).

SCOTT, P. Família, moralidade e as novas leis. In: ÁVILA, M.B;PORTELLA, A.P; FERREIRA, V. **Novas legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. , Rio de Janeiro:Garamond, 2005, p 43-51.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007, 19-54.

SILVA, A. S. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos *vencidos*?!). **Revista Bagoas**. n. 08, p. 77-102. 2012.

SIMIONATTO, I; COSTA, C. R. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. In: **Revista Katálisis**, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan/jun. 2014.

_____. O social e o político no pensamento de Gramsci. 1997.
<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. Acesso em novembro de 2015.

SIMÕES, J. A; FACCHINI, R. **Na trilha do Arco Íris. Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p. - (coleção história do povo brasileiro).

SIMÕES, J. A. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania. In: **Blog da Companhia das Letras**. 18 de Julho de 2011. Acesso em Maio de 2014.

SOARES, R. P. **A concepção de Família da Política de Assistência Social – Desafios à Atenção às Famílias Homoparentais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Política Social/UNB. Brasília, 2013.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXXV, n. 122, junho de 2015.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000**. Tradução Elisabete Dória Bilac. 2ed. São Paulo: Contexto, 2014.

TONET, I. **Para Além dos Direitos Humanos**. In: www.ivotonet.blog.br. 2015a. Acesso em: 16/09/2015.

_____. Cidadania ou Emancipação Humana. In: www.ivotonet.blog.br. 2015b. Acesso em: 16/09/2015.

UZIEL, A. P. **Família e Homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. Tese de doutorado. Campinas, SP. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VITALE, A. M. F. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIII. N. 71, setembro de 2002.

XAVIER, P. A; ALBERTO, I. M; MENDES, F. E. Homoparentalidade: da abordagem científica aos normativos legais em Portugal. In: **Revista Psicologia e Sociedade**, 27 (1), 179-188, 2015.

WOOD, E. M. **Democracia contra o Capitalismo a renovação do materialismo histórico**. Boitempo Editorial, 2003.

ZAMBRANO, E. et al. **O direito a Homoparentalidade. Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais.** Porto Alegre. Instituto de Acesso a Justiça. 2006.

_____ Parentalidades “Impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, julho-dezembro, 2006.